



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CARLOS EDUARDO ESMERALDO FILHO

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE FORTALEZA: A EXPRESSÃO DA
POBREZA E MODOS DE ENFRENTAMENTO**

FORTALEZA

2021

CARLOS EDUARDO ESMERALDO FILHO

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE FORTALEZA: A EXPRESSÃO DA
POBREZA E MODOS DE ENFRENTAMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Moraes Ximenes.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- E1p Esmeraldo Filho, Carlos Eduardo.
Pessoas em Situação de Rua de Fortaleza : a expressão da pobreza e modos de enfrentamento / Carlos Eduardo Esmeraldo Filho. – 2021.
273 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Verônica Moraes Ximenes.
1. Pobreza. 2. Enfrentamento. 3. Opressão. 4. Libertação. 5. Direitos Humanos. I. Título.

CDD 150

CARLOS EDUARDO ESMERALDO FILHO

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE FORTALEZA: A EXPRESSÃO DA POBREZA E
MODOS DE ENFRENTAMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Psicologia da Universidade
Federal do Ceará, como requisito parcial à
obtenção do título de Doutor em Psicologia.
Área de Concentração: Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Verônica Morais
Ximenes.

Aprovada em: 23/07/2021

BANCA EXAMIDORA

Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria Teresa Lisboa Nobre Pereira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. James Ferreira Moura Júnior
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Lúcia Conde de Oliveira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

À população em situação de
rua do Brasil, pelo
enfrentamento cotidiano em
busca dos seus direitos

AGRADECIMENTOS

Após chegar ao final desse doutorado, com certeza o mais trabalhoso e demorado projeto da minha vida, a certeza que fica é que foi uma construção coletiva, com a participação valiosa de inúmeras pessoas, amigos (as), colegas e parceiros(as). Essas palavras de agradecimento são ao mesmo tempo uma tentativa de reconhecimento dessas contribuições e o desejo de prolongar amizades e parcerias que se fazem tão importantes no atual contexto de muitas incertezas e adversidades.

Agradeço inicialmente a Deus, pela minha vida e oportunidades que tornaram possível essa caminhada. Aos meus pais Carlos e Magali e irmãos Cristian e Tales, pelas companhias, apoio e aconchego de sempre.

À minha esposa Geordany, que apesar das pesadas responsabilidades de mulher, mãe e profissional que carrega, demonstrou apoio incondicional nesses mais de quatro anos, oferecendo sempre seu amor, carinho, atenção e palavras de força nos momentos mais difíceis. Pelas horas das noites e dos fins de semana em que ela assumiu sozinha o cuidado de nossas filhas para que eu pudesse finalizar a construção da tese.

Às minhas filhas Vitória e Sofia, que ao longo desses quatro anos tantas vezes perguntaram: “Pai, porque você quis fazer doutorado” ou “Quando termina”? Pela compreensão nos momentos de ausência e de irritação. Pelos momentos de alegrias, descontração, brincadeiras e risadas que elas proporcionam com sua companhia agradável. Pela felicidade e inspiração que elas trazem diariamente para a minha existência.

À minha orientadora, Verônica Ximenes, pela confiança no meu trabalho, dedicação inigualável e instigação para que eu pudesse ultrapassar barreiras e superar os obstáculos à realização da pesquisa. Agradeço pelo zelo e paciência, pelas tantas horas de supervisão, ensino, compartilhamento de reflexões e de leituras e revisão do texto. Pela compreensão das minhas limitações e apoio nos momentos adversos, sabedoria e auxílio nas decisões mais difíceis. Por fim, pela sincera amizade e parceria que em mim promove esperança de dias melhores.

Aos coordenadores do curso de Psicologia do Centro Universitário Unifanor, Márcio Gondim e Diva Barreto pela compreensão e apoio. Às demais professoras e colegas do Unifanor, pelas companhias e palavras de incentivo.

Agradeço às amigas Bárbara Barbosa, Elívia Cidade e Alessandra Silva, pela amizade, companhia e apoio nos anos anteriores e posteriores à entrada no curso, por me

ajudarem na construção do projeto e seleção do doutorado, pela parceria na publicação de artigos, pelas reflexões no grupo de pesquisa e pela disponibilidade de sempre.

Às minhas queridas amigas, parceiras e colegas do Programa de Pós-graduação da UFC, Natacha Xavier e Andréa Esmeraldo, que entraram comigo no Programa e me acompanharam durante todo o período, compartilhando momentos de orientação, produção de artigos, reflexões, discussões, desabafos, cafezinho na cantina e barzinhos. Pela intensa colaboração na coleta, tabulação e análise dos dados da pesquisa. Agradeço principalmente pela amizade, apoio afetivo e instrumental imprescindível para a construção da tese.

Agradeço aos extensionistas Campo Urbano do NUCOM, pelos planejamentos, reflexões e companhia nos encontros de supervisão ao longo desses anos: Marina Miranda, Bibiana Barcelar, Francesca Silveira, Heric Pinheiro, Paulo Francis, Gabriele Sousa, Bruno Barbosa, Andressa Pontes, Andreza Angelim. Obrigado, David Maia, pelo companheirismo, amizade e participação nos projetos de extensão durante tantos anos e também no grupo de pesquisa, colaborando com as reflexões e coleta de dados. Agradeço à colega e amiga Natália Bizerra, pelas discussões nas supervisões da extensão e participação ativa no grupo de pesquisa, organizando e facilitando a coleta e análise de dados e auxiliando na produção de artigos científicos.

Aos amigos e amigas integrantes do Grupo de Pesquisa do NUCOM-UFC, que ao longo desses anos colaboraram em diferentes etapas da pesquisa, desde as discussões iniciais até a coleta e análise dos dados: Alexsandra Silva, Márcia Kelma, Natália Bizerra, David Maia, Bibiana Barcelar, Vilkiene Barbosa, Ailton Lima, James Ferreira, Aparecida Sobreira, Júlia Monte, Carolina Marinho, Sara Soares, Sâmia Carliris, Renata Silvestre, Renata Façanha, Kevin Maciel, Kelly Alves, Thais Araújo, Rayssa Modesto, Samyla Fernandes.

Aos meus ex-alunos e colegas que ajudaram na aplicação dos questionários: Bruna Ribeiro, Marcos Daniel e Mariana Nogueira.

À gerente da Proteção Social Especial da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, Iracema Machado, pela facilitação e aprovação da realização da pesquisa nos equipamentos institucionais vinculados à política de assistência social.

Agradeço ao Elias, coordenador do Centro Pop do Centro, pela parceria e apoio à realização da coleta de dados, e a todos os funcionários do equipamento. Agradeço também à coordenadora (Gardênia) e funcionários do Centro Pop do Benfica; à coordenadora (Verônica) e funcionários do Centro de Convivência, pelo suporte na aplicação dos questionários no interior dos equipamentos.

À Fernanda Gonçalves e Irmã Eugênia, da Pastoral do Povo de Rua, pela parceria e colaboração na inserção na Casa do Povo de Rua Dom Luciano Mendes, importante na construção e realização da pesquisa.

A Wagner Gonçalves e Nicole Saboya, do coletivo arRUAça, que ajudaram na coleta de dados no período da pandemia.

Aos integrantes do Fórum de Rua pelas contribuições e diálogos, em especial: André Foca e Emilie Kluwen (arRUAça), Lídia Pimentel e Leonardo (Casa da Sopa), Argina e Carlos Donisete (APTU), Frei Nailson (CEPOP), Messias (pesquisador).

Aos antigos e atuais do Movimento Nacional da População de Rua e que, antes e após a entrada no doutorado, me proporcionaram momentos de inspiração e aprendizagens, especialmente: Paixão, José Carlos, Mário, Jorge, Arlindo, Joana e Beto (*in memoriam*).

À Universidade Federal do Ceará, ao departamento de psicologia, ao Programa de Pós-Graduação, a todos os professores e professoras que colaboraram no meu percurso acadêmico. Aos colegas da minha turma de doutorado.

Aos professores e professoras que aceitaram participar da banca examinadora, pelo tempo dedicado à leitura e pelas valiosas contribuições: Profa. Dra. Teresa Nobre, Prof. Dr. Fernando Paiva, Profa. Dra. Lúcia Conde e Prof. Dr. James Moura Júnior.

RESUMO

Essa pesquisa aborda a expressão da pobreza no contexto das pessoas em situação de rua, bem como as suas formas de enfrentamento, partindo dos seguintes questionamentos: como se manifesta a pobreza junto a pessoas em situação de rua? Quais os modos de enfrentamento à pobreza são utilizados pelas pessoas em situação de rua? Cada pergunta originou dois estudos, sendo que o primeiro tem como objetivo geral: analisar a manifestação da pobreza junto a pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE; já o segundo objetiva compreender os modos de enfrentamento à pobreza concretizados pelas pessoas em situação de rua do município de Fortaleza-CE. Trata-se de uma pesquisa com uso de abordagens quantitativa e qualitativa. A primeira possibilitou a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) específico para essa população, bem como a mensuração de pobreza multidimensional. Participaram 236 pessoas em situação de rua, que responderam ao questionário. Com auxílio do software SPSS 21, realizamos Análises de Variância (ANOVA), Análises de Correlações, teste t de Student, teste de Qui-Quadrado e Estatísticas Descritivas. A etapa qualitativa permitiu o estudo dos significados atribuídos pelos participantes sobre a condição de pobreza e as práticas de enfrentamento. Para a análise do dados, usamos o Atlas ti 5.2, baseando-se na Análise de Conteúdo de Bardin. A concepção multidimensional se revelou adequada à investigação da pobreza de pessoas em situação de rua, tendo em vista as multiplicidades de privações e a insuficiência da perspectiva monetária. Quase todos os participantes estão em situação de pobreza multidimensional ou vulneráveis à pobreza. Considerando as dimensões trabalho/renda, saúde, educação, subjetiva e direitos humanos, os resultados evidenciaram a abrangência da precariedade da vida nas ruas. Pouco mais da metade dos participantes exercem atividades de trabalho, geralmente na informalidade. Os que pedem dinheiro são os que apresentaram maior pobreza multidimensional, já os que recebem bolsa família manifestaram menor pobreza. Apesar da rede de apoio que auxilia com a alimentação, há relatos de fome e de busca de comida no lixo. Sobre as implicações psicossociais da pobreza, os resultados apontam para autoculpabilização, humilhação e vergonha. Associada a esses processos, chamou atenção a intensidade das violações de direitos da população em situação de rua, com ênfase na discriminação no serviço público e na violência de todos os tipos. Os participantes mais pobres são também os que mais sofrem violência e discriminação, sendo que os principais agressores são outras pessoas em situação de rua e a polícia. As consequências dessas práticas implicam em sofrimento psicossocial e sentimentos de inferioridade. Os modos de enfrentamento se mostraram associados à rede de apoio social disponível. As práticas mais comuns são de cunho

individual, como a mendicância e atividades de trabalho, mas também foram identificadas ações coletivas, principalmente em torno do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), que, mesmo que incipiente, tenta lutar por garantia de direitos e políticas públicas. As conclusões indicam que as pessoas em situação de rua vivenciam pobreza extrema multidimensional, sendo fundamental entender essas condições como processo estruturalmente determinado, resultado do atual modelo de capitalismo neoliberal.

Palavras-chave: pobreza; enfrentamento; opressão; libertação; direitos humanos.

ABSTRACT

This research approaches the expression of poverty in the context of homeless people, as well as their ways of coping, based on the following questions: how is poverty manifested among homeless people? What ways of coping practices against poverty are used by people living on the streets? Each question originated two studies, the first of which has the general objective: to analyze the manifestation of poverty among homeless people in Fortaleza-CE; the second aims to understand the ways of confronting poverty implemented by people living on the streets in the city of Fortaleza-CE. This research used quantitative and qualitative approaches. The first enabled the construction of the Multidimensional Poverty Index (MPI) specific for this population, as well as the measurement of multidimensional poverty. A total of 236 homeless people participated, by answering the questionnaire. Using the SPSS 21 software, we performed Analysis of Variance (ANOVA), Analysis of Correlations, Student's t test, Chi-Square test and Descriptive Statistics. The qualitative stage allowed the study of the meanings attributed by the participants about the condition of poverty and coping practices. For data analysis, we used Atlas ti 5.2, based on Bardin's Content Analysis. The multidimensional concept proved to be adequate for investigating the poverty of homeless people, considering the multiplicities of deprivation and the insufficiency of the monetary perspective. Almost all participants are in multidimensional poverty or vulnerable to poverty. Considering the work/income, health, education, subjective and human rights dimensions, the results showed the scope of the precariousness of life on the streets. Just over half of the participants have work activities, usually informally. Those who ask for money are the ones with the greatest multidimensional poverty, while those who receive the Bolsa Família showed less poverty. Despite the support network that helps with food, there are reports of hunger and searching for food in the garbage. On the psychosocial implications of poverty, the results point to self-blame, humiliation and shame. Associated with these processes, the intensity of the rights violations of the homeless population drew attention, with an emphasis on discrimination in the public service and violence of all types. The poorest participants are also the ones who suffer the most violence and discrimination, with the main aggressors being other people living on the streets and the police. The consequences of these practices imply psychosocial suffering and feelings of inferiority. The ways of coping were shown to be associated with the available social support network. The most common practices are of an individual nature, such as begging and work activities, but collective actions were also identified, mainly around the National Movement of the Street Population (MNPR), which, even though incipient, tries to fight for the guarantee of

rights and public policy. The conclusions indicate that homeless people experience extreme multidimensional poverty, and it is essential to understand these conditions as a structurally determined process, a result of the current model of neoliberal capitalism.

Keywords: poverty; homeless persons; coping; oppression; liberation; human rights.

RESUMEN

Esta investigación aborda la expresión de la pobreza en el contexto de las personas sin hogar, así como sus formas de afrontamiento, a partir de las siguientes preguntas: ¿cómo se manifiesta la pobreza entre las personas sin hogar? ¿Qué formas de combatir la pobreza utilizan las personas que viven en la calle? Cada pregunta originó dos estudios, el primero de los cuales tiene el objetivo general: analizar la manifestación de la pobreza entre las personas sin hogar en Fortaleza-CE; el segundo tiene como objetivo comprender las formas de afrontar la pobreza implementadas por las personas que viven en la calle en Fortaleza-CE. Se trata de una investigación que utiliza enfoques cuantitativos y cualitativos. El primero permitió la construcción del Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) específico para esta población, así como la medición de la pobreza multidimensional. Participaron 236 personas sin hogar, que respondieron el cuestionario. Utilizando el software SPSS 21, realizamos Análisis de Varianza (ANOVA), Análisis de Correlaciones, Prueba t de Student, Prueba Chi-Cuadrado y Estadística Descriptiva. La etapa cualitativa permitió estudiar los significados atribuidos sobre la condición de pobreza y prácticas de afrontamiento. Para el análisis de datos, utilizamos Atlas ti 5.2, basado en el análisis de contenido de Bardin. El concepto multidimensional resultó adecuado para investigar la pobreza de las personas sin hogar, considerando la multiplicidad de privaciones y la insuficiencia de la perspectiva monetaria. Casi todos los participantes se encuentran en situación de pobreza multidimensional o son vulnerables a la pobreza. Considerando las dimensiones trabajo, salud, educación, subjetivo y derechos humanos, los resultados mostraron el alcance de la precariedad de la vida en la calle. Poco más de la mitad de los participantes tienen actividades laborales, generalmente informal. Los que piden dinero son los que tienen mayor pobreza multidimensional, mientras que los que reciben Bolsa Família, menor pobreza. A pesar de la red de apoyo que ayuda con la comida, hay denuncias de hambre y búsqueda de comida en la basura. Sobre las implicaciones psicosociales de la pobreza, los resultados apuntan a la auto-culpa, la humillación y la vergüenza. Asociado a estos procesos, llamó la atención la intensidad de las violaciones de derechos de la población sin hogar, con énfasis en la discriminación en el servicio público y la violencia. Los participantes más pobres son los que sufren más violencia y discriminación, siendo los principales agresores otras personas que viven en la calle y la policía. Las consecuencias de estas prácticas implican sufrimiento psicosocial y sentimientos de inferioridad. Se demostró que las formas de afrontamiento están asociadas con la red de apoyo social disponible. Las prácticas más comunes son individuales, como la mendicidad y el trabajo, pero también se identificaron acciones colectivas, principalmente en

torno al Movimiento Nacional de Población de Calle (MNPR), que, aunque incipiente, busca luchar por la garantía de derechos y políticas públicas. Las conclusiones indican que las personas sin hogar viven en extrema pobreza multidimensional, y es fundamental entender estas condiciones como un proceso estructuralmente determinado, resultado del modelo actual de capitalismo neoliberal.

Palabras clave: pobreza; persona sin hogar; afrontamiento; opresión; liberación; derechos humanos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Município de Fortaleza-CE.....	34
Figura 2 – Processo de busca e seleção de artigos da revisão sistemática.....	61
Figura 3 – Grupos com mais pobreza multidimensional e menos pobreza multidimensional.....	98
Figura 4 – Categorias referentes à Dimensão Subjetiva.....	130
Figura 5 – Intersecções entre as dimensões da pobreza.....	150
Figura 6 – Inter-relações entre as dimensões e indicadores da Pobreza Multidimensional....	152
Gráfico 1 – Gráfico de distribuição da quantidade de publicações por ano.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação entre objetivos específicos, categorias e instrumentos.....	51
Quadro 2 – Indicadores usados para o cálculo do IPM e os pontos de corte.....	54
Quadro 3 – Categorias e subcategorias da Análise qualitativa.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos participantes da etapa quantitativa da pesquisa.....	37
Tabela 2 – Quantidade de publicação por País	63
Tabela 3 – Critérios do Bolsa Família e do PNUD para definição das linhas de pobreza.....	98
Tabela 4 – Comparação de médias em função do tempo de situação de rua.....	102
Tabela 5 – Média do IPM total e do IPM das dimensões.....	106
Tabela 6 – Médias do IPM considerando somente a Dimensão Trabalho e Renda e seus itens.....	108
Tabela 7 – Principal fonte de renda dos participantes.....	108
Tabela 8 – Frequência de participantes que recebem benefícios sociais do governo.....	110
Tabela 9 – Médias do IPM considerando somente Dimensão Saúde e seus itens.....	112
Tabela 10 – Teste de Qui Quadrado para comparar a frequência de uso de drogas em relação ao consumo anterior à situação de rua.....	114
Tabela 11 – Comparação de médias com diferenças significativas entre os participantes que não fazem e os que fazem uso de drogas ilícitas e que não consomem álcool.....	116
Tabela 12 – Comparação de médias significativas de frequência de uso de drogas em função da identificação de autores de violência.....	117
Tabela 13 – Tipos de doenças.....	118
Tabela 14 – Médias do IPM considerando somente Dimensão Educação e seus itens.....	121
Tabela 15 – Comparação de médias com diferenças significativas entre os participantes afirmaram saber ler e escrever e os que responderam não saber ler nem escrever.....	122
Tabela 16 – Médias do IPM considerando somente Dimensão Educação e seus itens.....	131
Tabela 17 – Comparação médias de percepção de liberdade, felicidade e humilhação em relação aos grupos dos mais pobres e dos menos pobres.....	133
Tabela 18 – Médias do IPM considerando somente Dimensão Direitos Humanos e seus itens.....	140

Tabela 19 – Frequência e percentagem de violência.....	141
Tabela 20 – Diferença de consumo de álcool ou outra droga em relação à violência policial...	146
Tabela 21- Coeficiente de correlação de Spearman entre IPM total e dimensões.....	151
Tabela 22 – Resultados dos itens da Escala de Discriminação Cotidiana.....	158
Tabela 23 – Correlação entre Discriminação Cotidiana, Pobreza Multidimensional e suas dimensões.....	163
Tabela 24 – Teste t de Student para comparar médias de discriminação entre grupos.....	167
Tabela 25 – Distribuição das fontes de apoio social para os participantes.....	196
Tabela 26 – Comparação de médias significativas de fontes de apoio por gênero, por tempo em situação de rua, tratamento de saúde e itens da Dimensão Direitos Humanos.....	203
Tabela 27 – Escala de Percepção de Suporte Social.....	208
Tabela 28 – Teste T de Student para comparação de médias de percepção de suporte social entre homens e mulheres.....	210

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPR	Centro de Atendimento da População de Rua
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e outros
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NUCOM	Núcleo de Psicologia Comunitária
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SPSS	Statistical Product and Service Solutions
UFC	Universidade Federal de Psicologia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
2	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	31
2.1	Tipo de Pesquisa	32
2.2	Cenário da Pesquisa	33
2.3	Aproximações com a População Situação de Rua	36
2.4	Participantes da Pesquisa	38
2.5	Construção e Técnicas Metodológicas	41
2.5.1	<i>Etapa Quantitativa</i>	41
2.5.2	<i>Etapa Qualitativa</i>	52
2.6	Análise Dos Dados	54
2.6.1	<i>Etapa quantitativa</i>	54
2.6.2	<i>Etapa qualitativa</i>	58
2.7	Aspectos Éticos e Legais	59
3	POBREZA E ENFRENTAMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	61
3.1	Aspectos Introdutórios sobre Pobreza e Enfrentamento em estudos sobre Situação de Rua	61
3.2	Metodologia da Revisão Sistemática	63
3.3	Resultados e Discussões da Revisão Sistemática	64
3.3.1	<i>Caracterização dos Estudos</i>	64
3.3.2	<i>Análises e discussões dos aspectos relacionados à pobreza e enfrentamento</i>	67
3.4	Considerações finais da revisão sistemática	88
4	IMPLICAÇÕES DA POBREZA MULDIMENSIONAL PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	90
4.1	Concepções de Pobreza	90
4.2	Determinação Estrutural da Pobreza e sua Relação com a Desigualdade Social	95
4.3	Índice de Pobreza Multidimensional das Pessoas em Situação de Rua	100
4.4	Dimensões da Pobreza Multidimensional	110
4.4.1	<i>Dimensão Trabalho/Renda</i>	110
4.4.2	<i>Dimensão Saúde</i>	115
4.4.3	<i>Dimensão Educação</i>	123
4.4.4	<i>Dimensão Subjetiva</i>	127
4.4.5	<i>Dimensão Direitos Humanos</i>	137

4.5	Da Multidimensionalidade à Transdimensionalidade da Pobreza	150
5	PRÁTICAS DE OPRESSÃO CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA...	156
5.1	Estigma e Discriminação como Práticas de Opressão.....	156
5.2	Discriminação Cotidiana e suas relações com a Pobreza.....	159
5.3	Sobreposição de Estigmas e Consequências na vida de Pessoas em Situação de Rua	169
6	ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DA SITUAÇÃO DE RUA	178
6.1	Sobre o conceito de enfrentamento	181
6.2	A Abordagem das Capacitações e o Enfrentamento da Pobreza	185
6.3	Apoio Social como Recurso de Enfrentamento.....	196
6.3.1	<i>Fontes de apoio social</i>	197
6.3.2	<i>O apoio social percebido pelas pessoas em situação de rua</i>	210
6.4	Enfrentamento e Práxis da Libertação.....	217
6.5	Apontamentos sobre o enfrentamento das pessoas em situação de rua	229
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
	REFERÊNCIAS	239
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO	263
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA – QUESTIONÁRIO	265
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA- ENTREVISTA INDIVIDUAL	266
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA	268
	ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFC.....	270

1 INTRODUÇÃO

O tema de estudo apresentado nessa pesquisa está inserido na linha de pesquisa “Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais”, tendo em vista que se propôs a investigar pessoas em situação de rua, mais especificamente a vivência da pobreza, considerada em suas diferentes dimensões, bem como as suas formas de enfrentamento. A investigação parte, então, da relevância e do esforço de compreender os pormenores das multifacetadas condições de pobreza das pessoas em situação de rua e as ações realizadas por elas que se caracterizam como enfrentamento.

As questões que nortearam essa pesquisa surgiram ao longo de diferentes vivências que tive junto a população em situação de rua de Fortaleza-CE, desde a graduação em Psicologia, em 2006, quando tive a oportunidade de me inserir na Toca de Assis, instituição religiosa que oferece apoio e abrigo para pessoas em situação de rua do município. Nesse período, realizei uma pesquisa sobre saúde mental dessas pessoas no local, e, após, permaneci, por dois anos, como voluntário, facilitando um grupo semanal com as pessoas abrigadas, tempo que oportunizou o amadurecimento necessário para a realização posterior da minha pesquisa de mestrado, concluída no ano de 2010.

Nessa ocasião, tive a oportunidade de conhecer o primeiro serviço público específico para pessoas em situação de rua da cidade: o Centro de Atendimento da População de Rua (CAPR), inaugurado em 2008. Com essa pesquisa, aprendi que investigar essa população demanda do pesquisador a construção de uma boa relação de confiança com os participantes, possibilitada por um vínculo horizontal e respeitoso, sem a fachada de especialista tão criticada por Paulo Freire. Ao sentar nos batentes no quintal da casa onde funcionava o CAPR, fui acolhido nas rodas de conversas, convidado a andar com eles nas ruas e sentar nos bancos das praças, sendo apresentado a um mundo até então pouco conhecido. Nesse ínterim, participei de algumas reuniões do Fórum de Rua, que contavam com a participação de representantes de entidades não governamentais e algumas pessoas em situação de rua que naquela época assumiam o papel de liderança.

Outra experiência importante para a minha entrada no doutorado foi fruto da parceria com a Pastoral do Povo de Rua, mais especificamente na Casa do Povo de Rua Dom Luciano Mendes, um equipamento que promove cursos, oficinas e reuniões para as pessoas em situação de rua. Durante o período de outubro de 2014 a dezembro de 2016, supervisionei um projeto de extensão como docente do Curso de Psicologia da Unifanor, que consistiu na facilitação de um grupo quinzenal com pessoas em situação de rua que frequentavam a Casa do

Povo de Rua. Nessa oportunidade, reencontrei pessoas que cinco anos antes moravam nas ruas e hoje fazem parte do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), liderando ações em busca da conquista de direitos.

As ações ocorriam mediante uso de métodos participativos, de maneira a incentivar a fala dos participantes, métodos que se revelaram adequados à realidade dessas pessoas. O Teatro do Oprimido foi uma das técnicas utilizadas, que permitiram a problematização de diferentes situações de discriminação e humilhação características da realidade das pessoas em situação de rua e tema recorrente no grupo. Nas oficinas, fazíamos de uma técnica chamada quebra de repressão, na qual os participantes eram convidados a contar uma experiência de opressão sofrida ao longo das suas histórias de vida e posteriormente realizar uma encenação como meio de ensaiar alternativas de enfrentamento. Alguns dos participantes já tinham tido experiência com teatro de rua, demonstrando a arte como uma estratégia de luta dos injustiçados.

Ao longo desse período, encontrei e reencontrei pessoas com diferentes interesses, alguns a procura de uma tarde num abrigo seguro ou esperando o momento do lanche, e outros buscando participar de cursos e oficinas no esforço de encontrar outras alternativas de vida, principalmente a saída da situação de rua. Tendo em vista a significativa rotatividade de participantes desses grupos, para mim, foi um período em que pude conhecer uma grande diversidade de pessoas que fazem uso da rua para moradia ou trabalho e de amadurecimento sobre os desafios e as riquezas que caracterizam essa população. Paralelamente, em 2016, participei do Grupo de Pesquisa: NUCOM: Identidade, Comunidade e Sustentabilidade na pesquisa “Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial de comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul”, do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM-UFC), oriunda do Edital do CNPq nº 14/2013.

Esses dois anos que antecederam minha entrada no doutorado demonstraram alguns elementos que não tinham surgido com tanta frequência na pesquisa de mestrado: a luta e angústia de pessoas que queriam sair da situação em que estavam e não conseguiam. Dois acontecimentos produziram em mim a inquietação necessária para despertar a vontade de fazer essa pesquisa de doutorado: o primeiro foi a fala de um então representante do MNPR, acerca da pobreza e as dificuldades de pessoas que tinham saído da situação de rua, mas permaneciam na condição de pobreza. Dizia ele que na noite anterior tinha visitado um casal de amigos e que único ingrediente para o jantar tinha sido café. O outro foi o desabafo de um participante do grupo, o qual me confidenciou que estava estudando livros sobre magia, pois achava que seria

a única forma de sair da situação de rua, tendo em vista que suas tentativas anteriores tinham sido malsucedidas.

Nesse período, foram recorrentes discursos e afetos relacionados ao preconceito e desrespeito sofrido na rua. Eram comuns relatos de maus tratos da sociedade em geral e, mais grave ainda, de agentes do Estado, como funcionários de programas sociais, policiais e guardas municipais. No entanto, foram constantes os contatos com pessoas motivadas a lutar pela garantia dos direitos dessa população ou buscando uma forma de sair da rua e construir um outro projeto de vida.

Após o ingresso no curso de Doutorado em Psicologia da UFC em 2017, passei a atuar como supervisor do projeto de extensão do NUCOM, voltado para pessoas em situação de rua no Município de Maracanaú. Nesse percurso, foi amadurecendo o interesse em compreender as práticas de enfrentamento dessas pessoas a partir da análise dos processos psicossociais impactados pela pobreza. Outras experiências contribuíram com esse processo, na medida em que possibilitaram diálogos com diferentes atores: no primeiro semestre em 2018, facilitei o curso de extensão Processos de Pesquisa e Intervenção junto a Pessoas em Situação de rua, com a participação de trabalhadores de políticas públicas, estudantes e ex-moradores de rua. Já em 2019, teve início no NUCOM a pesquisa “Pessoas em situação de rua: processos psicossociais relacionados à pobreza e à estigmatização”, financiada pelo Chamada MCTIC/CNPq Nº 28/2018, Processo: 420426/2018-3 e coordenada pela Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes.

Apesar dessas experiências terem me proporcionado contato com várias pessoas em situação de rua, a sensação que permanecia era de pouco conhecimento, tamanha a complexidade que envolve essa população. Nesse sentido, a literatura sobre essa problemática refere-se à complexidade e à heterogeneidade das pessoas em situação de rua (BURSZTYN, 2003; GIORGETTI, 2006; ESMERALDO, 2010). As características dessa população variam, portanto, dependendo do contexto regional sócio-histórico em que está inserida. Mesmo dentro do mesmo município e contexto, ainda assim há heterogeneidades, marcadas em diferentes modos de vida e de inserção na rua (ESCOREL, 1999; GIORGETTI, 2006). Apesar dessa heterogeneidade, são vários os estudos que apontam a pobreza extrema como importante característica das pessoas em situação de rua, que aparece tanto no discurso das políticas públicas (BRASIL, 2009a), como também na literatura científica (SANTOS, 2013a; FIORATI et al., 2016). Esses estudos também compreendem que o processo de determinação que leva tantas pessoas a habitarem nas ruas está relacionado em última instância ao modelo atual do capitalismo financeiro, cuja lógica produz pobreza e desigualdade social, bem como às políticas

neoliberais, que reduzem o papel do Estado, aprofundando ainda mais as contradições sociais (SANTOS, 2013a).

No entanto, a compreensão de que a população em situação de rua vive em condição de pobreza, experimentando inúmeras adversidades, não significa que não existam potencialidades. A esse respeito, Schuch e Gehlen (2012) comparam a conceitualização da situação de rua efetuada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009a)¹ àquela defendida pelo Movimento Nacional da População de Rua, em 2005. Enquanto a primeira enfatiza a situação de pobreza, fragilização dos vínculos familiares e falta de moradia regular, a segunda põe ênfase na solidariedade dessa população e na luta pelos direitos, dignidade e por transformação social. “A rua aparece, então, não só como um espaço da carência, mas de inventividade, criatividade e, sobretudo, luta” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 20).

Dessa forma, as dificuldades, a complexidade e o dinamismo são elementos que caracterizam a vida nas ruas. São intensas as adversidades enfrentadas por essas pessoas, tais como as dificuldades de acesso aos serviços públicos e a constante exposição a riscos e violência (ESMERALDO FILHO, 2010). Além disso, destacam-se também o uso abusivo de drogas e a dificuldade no que se refere à dormida e a uma alimentação adequada (PESSOA, 2021).

A situação de rua, no entanto, é mais um processo do que um caminho sem volta. Por isso, lançamos mão da expressão “situação de rua” e processo de rualização, que abre espaço para as possibilidades de mudança. A expressão rualização parte da concepção de que se trata de um processo social dinâmico, que está em permanente mudança, de modo que é possível trilhar um caminho de superação dessa condição (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011). Isso também não significa negar o processo de determinação e os condicionantes históricos e sociais que provocam a desumanização e a negação da vida de populações em situação de rua. Esse processo deve ser investigado, questionado e criticado. Os determinantes não são desconsiderados, no entanto não são vistos como imutáveis. A partir dessas concepções, compreendemos a rua também como lugar de afirmação da vida, cheia de sentimentos de esperança e de vida (ALMEIDA; RIBEIRO JR.; SOUZA, 2016). Nesse aspecto, Medeiros (2019) entende que apesar da estigmatização contra esses grupos, existem práticas de sociabilidade e solidariedade nas ruas. Já Silva, Giacomozzi e Leandro (2020) identificaram que os participantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) buscam executar

¹ O nome mudou para Ministério do Desenvolvimento Social no governo do Presidente Michel Temer, em 2016

ações de fortalecimento da população e de luta por direitos, manifestando uma fala mais politizada. São elementos que apontam para a libertação, ou seja, para possibilidade de enfrentamento à situação de pobreza e, conseqüentemente, à situação de rua.

É necessário considerar, assim, tanto as condições de pobreza e de opressão em que vivem as pessoas em situação de rua, como também as estratégias de transformação das condições que produzem desigualdade, injustiça social e miséria. Schuch e Gehlen (2012) destacam que o pesquisador precisa visualizar as múltiplas dimensões do fenômeno, tanto em seu processo de determinação, como também na própria vivência de rua, que também é marcada por práticas de produção de relações sociais e simbólicas. Há, portanto, uma multiplicidade de sentidos na rua, onde são construídas diferentes lógicas de significação, como também uma diversidade de práticas individuais e coletivas. Almeida, Ribeiro Jr. E Souza (2016, p. 325), numa pesquisa junto a grupos de dança de rua, compreendem a rua como “[...] espaço-tempo de diversas práticas sociais e quaisquer definições deste espaço tem que levar em consideração a diversidade de perspectivas que o compõe, bem como a pluralidade cultural que o transpassa”.

Considerar a rua em sua pluralidade cultural, simbólica e psicossocial demanda perceber espaços de afirmação da vida, práticas de solidariedade, autonomia, criatividade e resistência construídas mediante práticas forjadas na e a partir da rua. Silva (2010) refere-se a um caráter inventivo das pessoas em situação de rua, que significa que a rua é um campo de relações, negociações, usos e interesses. Morar e/ou ocupar a rua é compreendido como um contraponto às formas modernas de dominação. Em concordância com essas ideias, Holanda (2019) destaca que o modo de vida dessa população implica em organização política, ainda que enquanto processo micropolítico.

Uma ideia comum nas falas de muitas pessoas em situação de rua refere-se à liberdade que a vida na rua proporciona. Essa ideia surge, em muitos casos, como a possibilidade concreta de poder “[...] fazer o que quer, ir e vir aonde, quando, como e com quem quiser [...]” (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, p. 1260). Pode significar também escolher não se submeter a relações exploradoras de trabalho, como aconteceu com uma pessoa em situação de rua que, após uma semana trabalhando numa oficina mecânica sem receber corretamente a remuneração, preferiu voltar para as ruas, livre das responsabilidades financeiras de manter casa e família (ESMERALDO FILHO, 2010).

Essa noção de liberdade é, no entanto, restrita, pois a pessoa em situação de rua, ao mesmo tempo em que é livre, é também condenada por essa liberdade, tendo em vista que, a partir do processo de realização, perde espaços e direitos (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014). O desafio, então, é compreender a liberdade no sentido de autonomia,

pensada a partir de um vetor político e coletivo. Para isso, é necessário transcender a mera recusa à tutela e normatização institucional, caminhando na direção da ação coletiva transformadora das condições sociais desiguais e injustas.

O último censo nacional para caracterização demográfica e perfil socioeconômico de pessoas em situação de rua foi feito em 2008, revelando que 82% são homens, 67% se declaram pardas ou negros, 70,9% trabalham e exercem alguma atividade remunerada, enquanto apenas 15,7% dos entrevistados pedem dinheiro para sobreviver (BRASIL, 2009b). Esses últimos dados vão de encontro ao estereótipo da pessoa em situação de rua como sendo “vagabundo”, “preguiçoso”, “bêbado” ou “mendigo” (MATTOS; FERREIRA, 2004).

Em Fortaleza, o último censo de 2014 revelou a existência de 1718 pessoas morando nas ruas de Fortaleza-CE (PMF, 2015). A maioria aponta problemas familiares (48,1%) como motivo principal para irem morar nas ruas, seguido de uso de drogas (26,2%). Esse dado demonstra que a ida para as ruas parece aprofundar o uso de drogas, tendo em vista que 79,8% dos entrevistados afirmam usar algum tipo de drogas. Com relação à atividade laboral, o censo de Fortaleza chegou a números semelhantes ao censo nacional, tendo em vista que 71,4% exercem atividade remunerada.

A partir dessas perspectivas, é possível pensar sobre a opressão característica da condição de pobreza, bem como o enfrentamento, na luta contra essa condição. Ou seja, o processo de libertação aparece como horizonte ético-político. A concepção de pobreza considera a sua materialidade, bem como os processos psicossociais inerentes a essa condição. Da mesma forma o enfrentamento demanda tanto recursos materiais como precondições psicossociais que permitam a construção de ações coletivas concretas em prol da transformação das condições opressoras (GÓIS, 2005). Nessa perspectiva, os seres humanos são vistos como portadores de potencialidades, a partir das quais pode-se originar um processo de transformação. No entanto, para que sejam possíveis esses processos de mudança, é indispensável o desenvolvimento de capacidades coletivas de ação social e política (MOURA JR.; SARRIERA, 2016).

Uma questão importante é como são criadas estratégias diretas de enfrentamento à pobreza e à situação de rua. Ou seja, como agir não somente diante de situações particulares de violência, desrespeito, indignidade e pobreza, mas resistir ativamente no sentido de buscar transformar as condições que produzem a opressão, a situação de pobreza e de rua. A respeito dessa questão, a pesquisa de Garcia (2007) identificou que quanto mais intensa a pobreza, menor o uso de estratégias diretas. Já Nepomuceno, Silva e Ximenes (2016) compreendem o enfrentamento da situação de pobreza tanto como superação frente a situações adversas e

desafios cotidianos, marcados por condições objetivas de pobreza e vulnerabilidade social, e também como desenvolvimento da capacidade de novos aprendizados e respostas, a fim de transformar e ressignificar essas situações adversas e construir novos projetos de vida.

Moura Jr. e Sarriera (2016), ao investigarem práticas de resistência contra a estigmatização da pobreza, identificam a resistência a partir da ideia de agência, que seria o controle que a pessoa exerce ao realizar escolhas, com a finalidade de construir práticas que levem à justiça social. A capacidade de exercer a agência é diminuída frente a situações de opressão e de humilhação, tão comum junto a pessoas em situação de rua. A agência pressupõe a capacidade de emitir vozes, o fortalecimento e o desenvolvimento da autonomia, bem como o processo de conscientização, acompanhada de um poder de crítica e de questionamento frente à estigmatização e às relações de dominação. A noção de conscientização vem de Freire (1979), significando não somente tomada de consciência, mas, juntamente com a reflexão crítica sobre a realidade, desenvolve-se uma postura ativa de transformação de si mesmo e da realidade social. Para que seja possível promover o desenvolvimento dessas capacidades, são necessárias estruturas materiais e não materiais de apoio social, que se configuram como oportunidades de participação coletiva enriquecedoras da reflexão crítica e, conseqüentemente, das práticas de resistências. Para eles, essas oportunidades podem ser proporcionadas por “[...]políticas públicas eficientes e concretas” (MOURA JR.; SARRIERA, 2016, p. 280).

A partir dessas questões, essa pesquisa põe ênfase na vivência concreta da pobreza por pessoas que vivem nas ruas, de modo a entender de maneira clara que parâmetros são ou devem ser usados para delimitar a pobreza junto a pessoas em situação de rua, que, certamente, não são os mesmos utilizados para pessoas que possuem residência fixa. Além disso, coloca-se também em questão as práticas que se configuram como luta e modos de enfrentamento da pobreza e da situação de rua.

Destarte, o problema da pesquisa é a expressão da pobreza no contexto das pessoas em situação de rua, bem como as formas de enfrentamento. Surgiram, portanto, as seguintes perguntas de partida: como se manifesta a pobreza junto a pessoas em situação de rua? Quais os modos de enfrentamento à pobreza são utilizados pelas pessoas em situação de rua? Dessa forma, cada pergunta origina um objetivo geral, o primeiro relaciona-se à expressão da pobreza, e o segundo diz respeito aos modos de enfrentamento, de modo que a pesquisa se desdobrará em dois estudos.

O objetivo geral do primeiro estudo é **analisar como a pobreza se expressa junto a pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE**, e os objetivos específicos serão: Construir um Índice de mensuração da pobreza multidimensional específico para pessoas em situação de

rua; Mensurar a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua e Compreender as implicações da pobreza multidimensional junto às pessoas em situação de rua

Já o objetivo geral do segundo estudo é **compreender os modos de enfrentamento à pobreza concretizados pelas pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE**, tendo como objetivos específicos: Descrever a realidade de opressão vivenciada pelas pessoas em situação de rua, Identificar ações das pessoas em situação de rua que se caracterizam como libertação e Analisar os vínculos construídos por pessoas em situação de rua que contribuem para o enfrentamento à pobreza

Além desse primeiro capítulo introdutório, a tese está sistematizada em seis capítulos. O capítulo dois, “Trajetória Metodológica”, atende ao primeiro objetivo específico do estudo 1: “construir um Índice de mensuração da pobreza multidimensional específico para pessoas em situação de rua”. A pesquisa é do tipo quantitativa e qualitativa e foi realizada em duas etapas: a primeira consistiu na etapa quantitativa, na qual foram aplicados 236 questionários, que permitiu a mensuração da pobreza multidimensional, a investigação sobre as práticas de discriminação e as fontes e tipos de apoio social disponíveis aos participantes; e a segunda foi a etapa qualitativa, com realização de seis entrevistas individuais. O capítulo também apresenta o percurso do pesquisador que permitiu a aproximação com a população em situação de rua, as técnicas de amostragem, os instrumentos qualitativos e quantitativos e as técnicas de análise dos dados utilizadas.

No capítulo três, “Pobreza e Enfrentamento de Pessoas em Situação de Rua: uma revisão sistemática”, que teve o objetivo de analisar os aspectos relacionados à pobreza e ao enfrentamento das pessoas em situação de rua em artigos científicos publicados de 2008 a 2019. Foram analisados 42 artigos, e a discussão considerou as concepções e dimensões da pobreza trazidas nas publicações, bem como os recursos e práticas de enfrentamento da população em situação de rua.

O quarto capítulo “Implicações da Pobreza Multidimensional para Pessoas em Situação de Rua” contempla os objetivos específicos do estudo 1: “mensurar a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua” e “Compreender as implicações psicossociais da pobreza multidimensional para as pessoas em situação de rua”. Inicialmente foi realizada uma discussão teórica a fim de trazer os aspectos filosófico, econômico, material, político e ético da pobreza e aprofundar a compreensão sobre as dimensões que fazem parte do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM): Trabalho/Renda, Saúde, Educação, Subjetiva e Direitos humanos. Em seguida, o cálculo do IPM é apresentado considerando, inicialmente, todas as dimensões e, em seguida, cada dimensão separadamente. A consideração da Dimensão

Subjetiva, em articulação com as outras dimensões, permitiu investigar as implicações psicossociais da pobreza. Outrossim, como forma de evitar simplificações, as análises buscaram atingir a pobreza em sua complexidade, considerando as intersecções entre as dimensões, de modo alcançar uma compreensão transdimensional da pobreza.

O capítulo 5 “Práticas de Opressão contra Pessoas em Situação de Rua” abrange o objetivo específico do estudo 2 “Descrever a realidade de opressão vivenciada pelas pessoas em situação de rua”. As práticas de opressão contra essas pessoas são investigadas a partir das categorias estigma e discriminação, por meio da Escala de Discriminação Cotidiana e das análises dos relatos dos entrevistados. Desse modo, a pobreza é considerada enquanto prática de opressão característica das relações estruturais de dominação na sociedade capitalista.

O capítulo seis, “Enfrentamento da pobreza e da situação de rua”, aborda os dois últimos objetivos específicos do estudo 2: “identificar ações das pessoas em situação de rua que se caracterizam como libertação” e “analisar os vínculos construídos por pessoas em situação de rua que contribuem para o enfrentamento à pobreza”. Após a problematização das diferentes concepções de enfrentamento, as discussões são apresentadas com foco nas análises do instrumento quantitativo que investiga as fontes de apoio social, da Escala de Percepção de Suporte Social e nos relatos dos entrevistados, a fim de identificar as ações de enfrentamento colocadas em prática.

Por fim, as “Considerações Finais” apresentam as sínteses retomando as perguntas de partida e os objetivos da pesquisa, destacando os principais resultados e as contribuições teóricas e metodológicas dessa tese. Ademais, são apresentadas também as lacunas, dificuldades e facilidades da pesquisa, indicando sugestões para futuras investigações.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Os desafios metodológicos para a pesquisa com pessoas em situação de rua no contexto atual são muitos. O primeiro refere-se às particularidades da população que vive nas ruas. Uma característica, por exemplo, diz respeito à mobilidade social, que para Gehlen e Schuch (2012), é um importante desafio no que tange à garantia de um rigor metodológico. Somada a essa questão, a complexidade e a heterogeneidade do universo das pessoas em situação de rua demandam bastante cuidado do pesquisador no sentido de que seja possível construir vínculos significativos suficientes para que se possa conhecer melhor a realidade dessas pessoas, suas necessidades, potenciais, recursos e demandas. Além disso, para muitas pessoas em situação de rua, por passarem por processos de perdas, abandono e rupturas de vínculos sociais, a construção de uma relação de confiança com o pesquisador pode levar um certo tempo, inclusive pelo fato de que muitos deles relatam experiências anteriores ruins com pesquisadores, devido à falta de um cuidado maior ao realizar a pesquisa, tanto no que diz respeito à construção de vínculos, como também no que se refere à devolutiva dos resultados da pesquisa.

Um outro desafio resulta do contexto político-social do Brasil, tanto em relação à crise política e econômica, que aparece como causa do aumento do número de pessoas em situação de rua e do corte de recursos para as políticas sociais, levando a mais violações de direitos, como também no que se refere ao aumento da violência, inclusive aquela relacionada ao crime organizado. Os espaços públicos, cuja apropriação já há muito tempo era organizada por grupos rivais em situação de rua, agora são territorializados por facções criminosas, afetando a ocupação das pessoas nesses espaços. A esse respeito, o Atlas de Violência 2019 (IPEA, 2019) aponta crescimento da violência como resultado da expansão geoeconômica de facções criminosas do Sudeste, que ocasionou aumento da violência nos estados do Norte e do Nordeste, com destaque para o Ceará, que foi o estado com maior crescimento nas taxas de homicídio em 2017. Essas questões aumentam a dificuldade de inserção do pesquisador nesses espaços, tanto por causa violência e dos riscos resultantes, como também devido ao medo de algumas pessoas em situação de rua em relatar certas experiências nas ruas, pelos riscos a que eles estão cotidianamente expostos.

Para fazer frente a esses desafios, tivemos algumas facilidades. Em primeiro lugar, ressaltamos a parceria com coordenadores de equipamentos institucionais como o Centro Pop, vinculado à política municipal de assistência social de Fortaleza, e a Pastoral do Povo de Rua, entidade religiosa com longo período de experiência junto à população em situação de rua.

Ademais, outro suporte que se mostrou imprescindível a foi a vinculação dessa tese à pesquisa guarda-chuva *Pessoas em situação de rua: processos psicossociais relacionados à pobreza e à estigmatização*². Nesse aspecto, a colaboração dos integrantes do grupo de pesquisa facilitou a coleta e as análises dos dados quantitativos.

Feitas essas considerações iniciais, apresentamos adiante os caminhos metodológicos trilhados nessa pesquisa, de forma a enfrentar esses desafios impostos pelo próprio campo da pesquisa e a atingir a complexidade da problemática da situação de rua, em sua relação com a pobreza, e os modos de enfrentamento praticados.

2.1 Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa com delineamento misto do tipo sequencial, de maneira que utilizou de abordagem quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa contemplou o objetivo geral do primeiro estudo na medida em que possibilitou a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) específico para as pessoas em situação de rua, bem como a mensuração de pobreza multidimensional. Conforme Michel (2009), a pesquisa quantitativa tem a vantagem de permitir maior precisão na obtenção dos resultados, mediante análises desde as mais simples e descritivas, até as mais complexas que determinam correlações estatísticas.

Já a abordagem qualitativa possibilita aprofundar-se “[...] no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (MINAYO, 1994, p. 22). Essa etapa se adequou, portanto, ao estudo dos significados atribuídos pelas pessoas em situação de rua no que se refere à condição de pobreza, bem como à investigação das ações empreendidas pelas pessoas em situação de rua, individual e coletivamente, a fim de enfrentar as condições objetivas desumanizantes e os processos subjetivos que bloqueiam a transformação.

Segundo Goldenberg (1997), o uso desses dois tipos de abordagens justifica-se pelo fato de que os limites e alcances de cada uma delas podem ser contrabalanceados. Na área da psicologia, Wainer (2008) destaca que a tendência em pesquisa é superar a dicotomia quantitativo-qualitativo, permitindo análises profundas da realidade estudada, a partir da consideração das vantagens e limites de cada tipo de delineamento. Coerente com essa perspectiva, Minayo (2007) destaca que relacionar quantitativo e qualitativo não deve depender da escolha particular do pesquisador, tendo em vista que essa relação refere-se ao “[...]”

² Pesquisa financiada a partir do Edital Universal MCTIC/CNPq n.º 28/2018, processo 420426/2018-3, coordenada pela Profª. Dra. Verônica Moraes Ximenes.

entendimento de que nos fenômenos sociais há possibilidade de se analisarem regularidades, frequências, mas também relações, histórias, representações, pontos de vista e lógica interna dos sujeitos em ação” (MINAYO, 2007, p. 63).

No estudo da pobreza multidimensional no contexto das pessoas em situação de rua, a combinação das duas abordagens se mostrou pertinente, na medida em que, mediante os dados quantitativos, foi possível garantir a abrangência da complexidade e diversidade no interior dessa população, permitindo a construção de indicadores que facilitam a avaliação e formulação de políticas públicas (GEHLEN; SCHUCH 2012); e a abordagem qualitativa permitiu produzir uma compreensão mais aprofundada do modo de vida dessas pessoas e da forma como eles vivenciam e enfrentam as condições de privação na rua. A combinação das duas abordagens ofereceu, por conseguinte, a possibilidade de olhar para o objeto de estudo sob vários ângulos.

A fim de proceder à articulação entre essas abordagens, realizamos a coleta de dados em campo e consequentes análises de maneira sequencial, adotando os seguintes passos: 1- inicialmente, elaboramos e aplicamos o questionário, instrumento quantitativo, e realizamos todas as etapas das análises quantitativas; 2- em seguida, após elaborar o roteiro de coleta de informações qualitativas, realizamos as entrevistas individuais e fizemos as devidas transcrições; 3 – foram feitas as análises qualitativas; 4 – por fim, as análises qualitativas foram articuladas com as quantitativas a partir das categorias do estudo, conforme apresentado no quadro 3 (item 2.6.2).

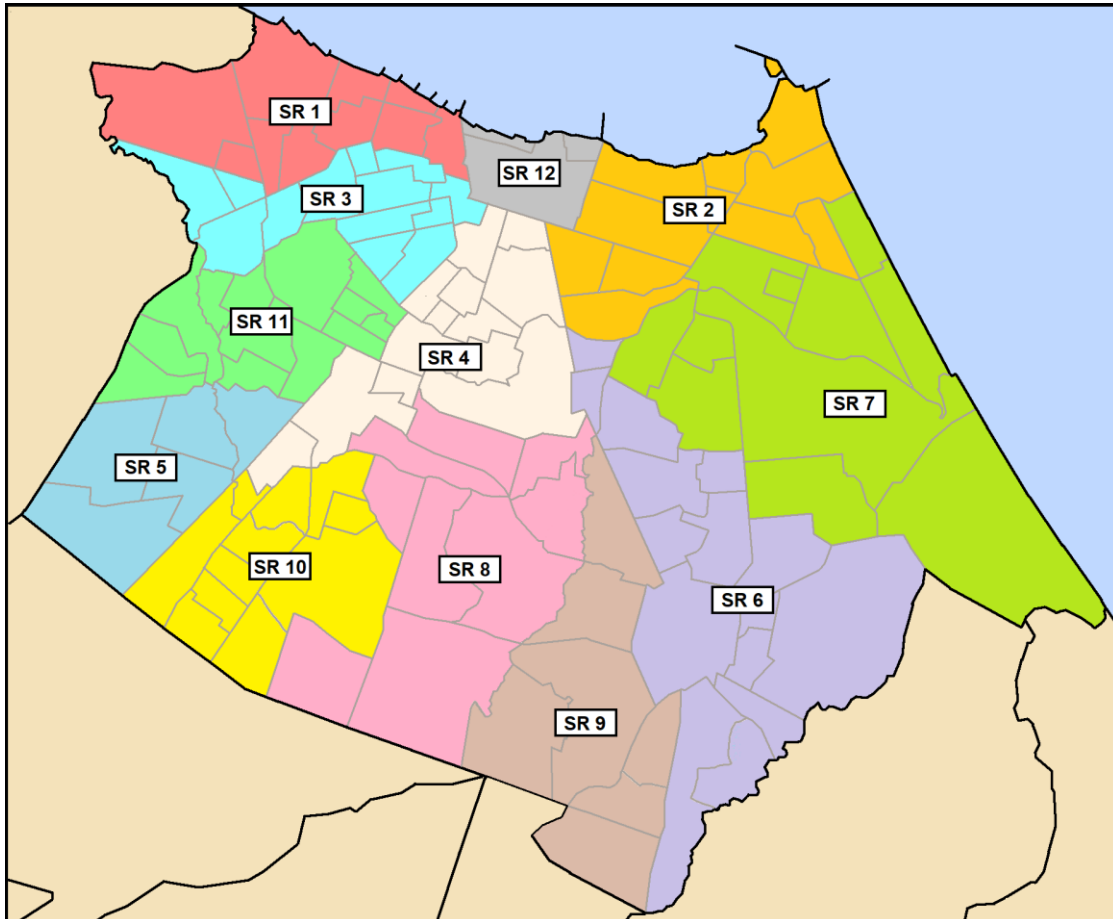
2.2 Cenário da Pesquisa

A pesquisa teve como cenário o município de Fortaleza-Ceará, mais especificamente a região do centro da cidade, que aglomera uma grande quantidade de pessoas em situação de rua e é onde existe maior número de serviços e equipamentos voltados a essa população. Fortaleza está localizada no litoral norte do estado do Ceará e possui, atualmente, mais de dois milhões e seiscentos mil habitantes, sendo a quinta maior cidade do Brasil e a segunda maior do Nordeste, apresentando IDH de 0,754. Atualmente, o município de Fortaleza está dividido, administrativamente, em 12 Secretarias Executivas Regionais, sendo que o centro do município está localizado Regional 12, conforme Figura 1. O IDH do centro é 0,557, valor abaixo da média do município.

O desenvolvimento urbano de Fortaleza, segundo Pacheco (2020) caracterizou-se por rápidas transformações, de modo que se trata de uma cidade cuja intensa desigualdade

resultou na segregação social e espacial da cidade, delimitando fronteiras especialmente para os moradores da periferia. Além disso, é uma cidade onde se destacam o medo, violência e preconceito.

Figura 1 – Mapa do Município de Fortaleza



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_e_divis%C3%B5es_de_Fortaleza

Alguns dados revelam a alta concentração de renda do município. Segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), Fortaleza é primeira capital do Nordeste e a nona do Brasil no ranking do Produto Interno Bruto, calculado em cerca de 67 bilhões de reais. No entanto, se considerarmos o PIB per capita, a cidade cai para a quinta capital do Nordeste e vigésima do país (IBGE, 2020). O estudo de Salata e Rubeiro (2020) concluiu que Fortaleza vem experimentando crescimento na desigualdade, sendo a sexta Região Metropolitana mais desigual do país, com coeficiente de Gini acima da média.

Acerca da violência, o recente crescimento do poder das facções criminosas em Fortaleza tem causado disputas intensamente violentas e modificado as relações dos seus moradores com os espaços da cidade (PACHECO, 2020). Esse fenômeno atinge principalmente as populações em condição de pobreza, incluindo moradores da periferia e as pessoas em

situação de rua. Há casos de pessoas que estão sendo obrigadas a irem morar nas ruas ao serem expulsas de suas casas por membros de facções criminosas.

Considerando essa complexa dinâmica urbana configurada por pobreza, desigualdade e violência, o cenário da pesquisa foi especificamente o centro de Fortaleza, com apoio de equipamentos sociais que atendem a população em situação de rua. Dessa forma, o estudo ocorreu nos dois Centros Pop de Fortaleza (Centro e Benfica), no Centro de Convivência e Pousada Social, que são equipamentos da Prefeitura de Fortaleza, e na Casa do Povo de Rua Dom Luciano Mendes, mantida pela Pastoral do Povo de Rua de Fortaleza, e no projeto Corre Pra Vida do Governo do Estado do Ceará.

O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua - Centro Pop é o serviço de referência caracterizando-se como espaço de convivência, fortalecimento de vínculos, formação, educação e estímulo à organização e participação social. A coleta de dados foi realizada nas duas unidades existentes em Fortaleza-CE, uma no centro da cidade e a outra no bairro Benfica, que também fica próximo ao centro. Cada uma das unidades recebe em torno de 80 a 100 pessoas por dia. O Centro de Convivência e Pousada Social, também localizado no centro, possui 80 vagas para acolhimento e também funciona como espaço de convivência, realização de oficinas e atividades diversas.

A Casa do Povo de Rua Dom Luciano Mendes, da Pastoral do Povo da Rua, funciona como um centro que abrange desde atividades de formação humana e profissional, mediante cursos e oficinas grupais, a eventos de cunho religioso. A casa recebe cerca de 40 pessoas por dia, que tomam banho, lavam roupa e participam das atividades. A Pastoral do Povo de Rua é entidade vinculada à igreja católica que realiza ações junto a pessoas em situação de rua, em busca da defesa dos seus direitos, e aceitou colocar-se como instituição coparticipante da pesquisa, na pessoa de sua coordenadora, Eugênia Maciel, que facilitou o acesso às pessoas que frequentam o local. A primeira etapa da inserção, a aplicação do pré-teste do instrumento, foi realizada na Casa do Povo de Rua Dom Luciano Mendes, no mês de abril de 2019.

O projeto Corre Pra Vida atende pessoas em situação de rua que fazem uso de álcool e/ou outras drogas com o objetivo de promover, em articulação intersetorial, o cuidado à saúde, o autocuidado e a garantia dos direitos dessas pessoas, a partir da perspectiva da redução de danos. Os espaços de atendimento são estruturados em *containers* e possuem, além da equipe multiprofissional, estrutura para higiene e banho. Na ocasião da coleta de dados existiam dois *containers* em Fortaleza, sendo que os questionários foram aplicados no *container* localizado na região do centro da cidade.

Como forma de compreender a pobreza e as estratégias de enfrentamento e luta das pessoas em situação de rua, a pesquisa também contemplou a inserção em espaços de discussão sobre a situação de rua e monitoramento das políticas públicas, mais especificamente o Fórum de Rua, que realiza uma reunião mensal que agrega entidades não governamentais e pessoas em situação de rua com o objetivo de discutir questões relacionadas a essa população. Nesse sentido, em janeiro de 2021, assumimos, como representantes do NUCOM, a coordenação do Fórum de Rua de Fortaleza, em parceria com integrantes do Coletivo Arruaça, permitindo maior aproximação com entidades não governamentais que oferecem serviços para a população em situação de rua do centro da cidade.

2.3 Aproximações com a População Situação de Rua

A intenção aqui é delimitar a inserção inicial do pesquisador com as pessoas em situação de rua, de modo a superar a dicotomia sujeito/objeto, permitindo um necessário processo de aproximação com o campo da pesquisa. Partimos da proposta de Montero (2006), que, ao discutir sobre o processo familiarização do psicólogo com a comunidade, destaca a necessidade de superar as desigualdades existentes entre o especialista e os moradores, de ser franco e sincero e adequar a linguagem de modo a evitar formalismos linguísticos ou uma linguagem infantilizada. Nesse sentido, ao invés de relações frias e distantes, cabe uma atitude aberta e respeitosa para com os participantes.

Diante dos desafios impostos pela característica dos participantes, existem algumas estratégias para enfrentá-los e possibilitar uma boa inserção no campo, de modo a contemplar diversidade das pessoas que vivem nas ruas e a construir uma relação de confiança necessária para uma coleta de dados rica e fidedigna. A princípio, **tive uma inserção anterior** junto a essa população, que iniciou ainda na graduação em Psicologia, cuja monografia foi realizada junto a pessoas em situação de rua acolhido no abrigo da Toca de Assis, em 2006, e continuou no Mestrado em Saúde Pública, cuja pesquisa foi realizada no Centro de Atendimento da População em Situação de rua em 2009 e 2010, primeiro equipamento do poder público municipal de Fortaleza voltado exclusivamente para atendimento dessa população. Posteriormente, de 2014 a 2016, supervisionei um projeto de extensão voltado para pessoas em situação de rua, como docente do curso de Psicologia da Unifanor Wyden, em parceria com a Pastoral do Povo de rua. Essas experiências permitiram a constituição de vínculos com algumas pessoas que atualmente moram ou que já moraram nas ruas.

Para contornar a questão da itinerância das pessoas que vivem nas ruas, foi necessário se inserir junto aos diferentes equipamentos sociais voltados para essa população, tais como Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro Pop), e também entidades não governamentais, como a Pastoral do Povo de Rua, que tem uma experiência de mais de uma década no município de Fortaleza-CE. Com o apoio dessas instituições, foi mais fácil acessar os participantes da pesquisa. Além disso, o cuidado com a construção de vínculos de confiança facilitaram o contato com pessoas que ocupam diferentes espaços nas ruas, tanto os que são usados para dormir ou para trabalhar.

Além disso, a aproximação com o campo de estudo e o público-alvo da pesquisa iniciou desde primeiro ano do doutorado (2017.1) mediante visitas técnicas realizadas a algumas instituições, tais como a Casa São Francisco³, o Centro de Convivência e Pousada Social, vinculado ao poder público municipal de Fortaleza, o Centro Pop do município de Maracanaú-CE, vinculado à prefeitura desse município, e a Casa do Povo de Rua, que faz parte da Pastoral do Povo de Rua de Fortaleza, e a Toca de Assis, entidade religiosa. Essas visitas foram feitas em virtude da função de supervisor⁴ de um projeto de extensão do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM-UFC), mediante o qual estudantes de graduação realizam atividades junto a pessoas em situação de rua. Nesse mesmo período, participamos de um seminário organizado pelo Ministério Público do Ceará, em parceria com o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH), cujos debates tiveram a participação de pessoas em situação de rua, trabalhadores sociais e membros do Ministério Público.

No final de 2017, outra atividade de aproximação do campo foi o evento Encontros de Psicologia Comunitária, organizado pelo NUCOM, o qual consistiu na Mesa Redonda “Pobreza e Pessoas em Situação de Rua”, com a participação de um integrante do Movimento Nacional da População em Situação de rua e do Coordenador do Centro Pop de Fortaleza. Participamos também de algumas reuniões do Fórum da Rua, que acontecem mensalmente desde o ano de 2007, com a participação principalmente de representantes de entidades não governamentais e de pessoas em situação de rua de Fortaleza. O objetivo é discutir sobre as questões relacionadas à população em situação de rua, monitorar a execução das políticas públicas e programas sociais e fortalecer a cidadania.

³ Abrigo da Comunidade Católica Shalom

⁴ Atividade complementar vinculada ao Curso de Doutorado

Outra ação que se apresentou como fundamental para a aproximação com o campo da pesquisa foi o curso de extensão “Processos de Pesquisa e Intervenção junto a Pessoas em Situação de rua” (40 horas/aula) realizado no primeiro semestre de 2018 pelo NUCOM, com a facilitação do pesquisador e sua orientadora. O objetivo do curso foi problematizar e construir conjuntamente conhecimento sobre a realidade das pessoas em situação de rua, bem como métodos de pesquisa e intervenção, a partir das contribuições da Psicologia Comunitária. Mais especificamente, discutiu-se acerca da complexidade da situação de rua a partir da concepção de pobreza multidimensional e seus enfrentamentos, proporcionando ainda vivências de teorias e métodos de pesquisa e de intervenção. O ponto alto do curso foi a aproximação entre academia, trabalhadores das políticas sociais e pessoas em situação de rua. Algumas vagas foram reservadas para trabalhadores sociais de equipamentos do poder público e pessoas em situação de rua, além da participação de estudantes oriundos de diferentes instituições de ensino e contou com a participação de 27 pessoas. Uma pessoa que estava saindo recentemente da situação de rua participou do curso, trazendo a sua vivência nas ruas e participando ativamente das discussões. Ao final do curso, tivemos a colaboração de outra pessoa em situação de rua que apresentou uma performance teatral sobre as pessoas em situação de rua e criada e desenvolvida no contexto de moradia nas ruas. Essas ações proporcionaram por um lado o amadurecimento do projeto de tese, e, por outro lado, uma maior proximidade do NUCOM com alguns atores, tanto pessoas em situação de rua como profissionais que atuam em equipamentos voltados para essa população, de modo que mesmo após o encerramento do curso, temos contado com a colaboração desses atores, inclusive no apoio à construção do instrumento de coleta de dados.

Participamos também, em 2019, do Seminário “Os 10 anos da Política Nacional para a População em Situação de Rua”, organizado pelo Ministério Público do Ceará, com a parceria da Pastoral do Povo de Rua e do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Na ocasião, foram realizados debates entre agentes do poder público, acadêmicos e pessoas em situação de rua representantes do MNPR.

2.4 Participantes da Pesquisa

Os participantes da etapa quantitativa da pesquisa foram homens e mulheres em situação de rua do município de Fortaleza que frequentam os espaços públicos do centro da cidade e os equipamentos definidos anteriormente. Optamos, portanto, pela amostragem por conveniência, abrangendo pessoas em situação de rua a partir de 18 anos de idade que aceitaram participar da pesquisa e que tivessem morado na rua por pelo menos seis meses. Para o cálculo

do tamanho da amostra, consideramos o censo realizado em Fortaleza em 2014, que encontrou a quantidade de 1718 pessoas vivendo nas ruas (PMF, 2015). Vale ressaltar que esse é o último dado oficial sobre a quantidade de pessoas em situação de rua no município. A partir dessa população, o tamanho da amostra, para nível de confiança de 90% e uma margem de erro de 5%, foi de 236 pessoas em situação de rua. Desses, 118 (50%) eram usuários do Centro Pop do Centro, 74 (21,4%), do Centro de Convivência, 24 (10,2%) do Centro Pop do Benfica, 12 (5,1%), do Projeto Corre pra Vida e 8 (3,4%), da Casa do Povo de Rua.

Considerando a amostra total, 205 (86,5%) se declararam do gênero masculino, 26 (11,1%) se declararam feminino, 4 (1,7%) responderam "outros" e um participante não respondeu. A idade variou de 18 a 66 anos, com média de 38,8 anos (DP=11). Quanto ao tempo de situação de rua, o participante com maior tempo estava há 42 anos, enquanto o com menor tempo estava há seis meses em situação de rua. Com relação ao local de nascimento, 210 (88,98%) afirmaram ter nascido no Nordeste, dos quais 180 (76,27%) são do Ceará e 126 (53,39%), de Fortaleza, 16 (6,78%) são do sudeste, 3 (1,27%) de centro-oeste, 3 (1,27%) do norte e 1 (0,42%), do Sul. A Tabela 1 apresenta a uma breve síntese do perfil dos participantes da etapa quantitativa:

Tabela 1 – Perfil dos participantes da etapa quantitativa da pesquisa

Variável	Amostra		
	N	% válida	
Sexo	<i>Homem</i>	205	87,2
	<i>Mulheres</i>	26	11,1
	<i>Outros</i>	4	1,7
Cor	<i>Branca</i>	52	22,1
	<i>Preta</i>	50	21,3
	<i>Parda</i>	123	52,3
	<i>Indígena</i>	4	1,7
	<i>Amarela</i>	6	2,6
Faixa Etária	<i>Jovem (18 a 29 anos)</i>	50	21,3
	<i>Adulto (30 a 59 anos)</i>	175	74,5
	<i>Idoso (60 anos ou mais)</i>	10	4,3
Renda	<i>0 a 1/4 SM</i>	81	36,3
	<i>Maior 1/4 até 1/2 SM</i>	44	19,8
	<i>Maior 1/2 até 1 SM</i>	54	24,2
	<i>Maior 1 até 2 SM</i>	36	16,1
	<i>Maior que 2 SM</i>	8	3,6

Tabela 1 – Perfil dos participantes da etapa quantitativa da pesquisa (continuação)

Variável	Amostra	
	N	% válida
Escolaridade		
<i>Nunca estudou</i>	6	2,6
<i>Educação infantil/creche</i>	5	2,1
<i>1a. (alfabetização) até 4a. série</i>	52	22,1
<i>5a. a 9a. Série</i>	102	43,4
<i>Ensino Médio Incompleto</i>	13	5,5
<i>Ensino Médio Completo</i>	49	20,9
<i>Ensino Superior Incompleto</i>	6	2,6
<i>Ensino Superior Completo</i>	2	0,8
Motivo para ir para a rua		
<i>Uso de álcool e/ou outras drogas</i>	79	35,3
<i>Conflitos familiares</i>	63	28,1
<i>Morte de familiar</i>	19	8,5
<i>Separação</i>	11	4,9
<i>Falta de recurso financeiro</i>	9	4
<i>Violência doméstica</i>	3	1,3
<i>Expulsão do bairro</i>	8	3,6
<i>Desemprego</i>	30	13,4
<i>Discriminação por orientação sexual</i>	2	0,9

Fonte: dados da pesquisa

Na etapa qualitativa, foram entrevistados seis participantes em situação de rua, sendo quatro homens (66,7%) e duas mulheres (33,3%). Devido às dificuldades oriundas da pandemia de Covid-19, a maioria dos participantes estava em processo de saída da situação de rua, ou por terem sido contemplados com moradia a partir do Programa Minha Casa Minha Vida ou por terem recebido o benefício do Aluguel Social⁵. Dessa forma, apenas uma participante estava dormindo efetivamente na rua. Quatro entrevistas foram feitas de maneira remota, mediante uso da ferramenta de reuniões on-line Zoom, e duas entrevistas foram realizadas presencialmente. Detalhamos abaixo informações acerca dos perfis dos participantes dessa etapa com a atribuição de nomes fictícios:

- Machado foi entrevistado por chamada de vídeo no dia 18 de setembro de 2020. Tinha 37 anos na ocasião da entrevista, é negro, solteiro, estudou até o ensino médio, morou na rua por 1 ano e 8 meses e há 2 anos saiu da situação de rua após ser contemplado com moradia em conjunto habitacional pelo Programa Minha Casa Minha vida. Quando estava em situação

⁵ Benefício municipal concedido a pessoas em situação de rua ou moradores de áreas de risco, o qual consiste num pagamento mensal no valor de R\$ 400,00 durante o período de um ano. Consideramos como processo de saída da situação de rua, pois muitos continuam frequentando espaços públicos para trabalhar ou acabam voltando a morar nas ruas após o fim do período de um ano

de rua, teve a oportunidade de participar de atividades artísticas proporcionadas pelos serviços municipais de atenção a essa população. Devido ao talento artístico, foi convidado para ser educador social de um equipamento social vinculado à prefeitura de Fortaleza.

- Jorge foi entrevistado por chamada de vídeo no dia 29 de setembro de 2020, tinha 51 anos na ocasião, é branco, solteiro, tem nível superior completo no curso de Ciências Sociais, morou durante dois anos na rua e saiu da situação de rua há cerca de três anos. Há dois anos foi beneficiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida, recebendo moradia em conjunto habitacional. Estava desempregado e recebendo o benefício do auxílio emergencial.

- Oliver foi entrevistado por chamada de vídeo no dia 10 de outubro de 2020. Tem 40 anos, é negro, é casado, estudou até a quarta série, morou por três anos na rua, saiu da situação de rua havia cinco meses, desde que obteve o benefício do aluguel social.

- Alex foi entrevistado por chamada de vídeo no dia 14 de outubro de 2021. Tem 35 anos, é casado, é negro, estudou até a sétima série, afirmou possuir renda mensal de aproximadamente R\$ 600,00, trabalha como vendedor ambulante no centro da cidade, próximo ao quitinete onde reside. Morou na rua durante dois anos e saiu da situação de rua há cerca de um ano, quando passou a receber o benefício do aluguel social.

- Eva foi entrevistada no quitinete onde reside, no dia 20 de outubro de 2020. Tem 37 anos de idade, é negra, está em união estável e estudou até a quarta série. No momento da entrevista, estava vivendo da renda de R\$ 600,00 referente ao auxílio emergencial. Morou durante 4 anos na rua e está em processo de saída da situação de rua há um ano e meio. Atualmente mora num quitinete no centro da cidade com seu companheiro.

- Clara foi entrevistada no Centro Pop localizado no centro de Fortaleza, em 02 de dezembro de 2020. Tem 43 anos de idade, é negra e na ocasião da entrevista estava em situação de moradia nas ruas havia cerca de 10 anos e não trabalhava. Morou seis anos nas ruas de Fortaleza, depois migrou para o município de Parnaíba-PI, onde também esteve em situação de rua por quatro anos. Na data da entrevista, tinha retornado a Fortaleza havia apenas um dia.

2.5 Construção e Técnicas Metodológicas

2.5.1 Etapa Quantitativa

2.5.1.1 Construção do Instrumento

O instrumento de coleta dos dados quantitativos é um questionário com itens organizados a fim de possibilitar a mensuração do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

e a investigação das principais categorias pertinentes ao objetivo do estudo, tais como apoio social, discriminação, humilhação e vergonha (Apêndice A). Além do instrumento para cálculo do IPM, também fazem parte do questionário a Escala de Discriminação Cotidiana e a Escala de Percepção de Suporte Social. A construção do instrumento permitiu considerar, portanto, diferentes dimensões tendo em vista a realidade das pessoas em situação de rua, totalizando 109 itens, a maioria deles formados por perguntas fechadas (somente 7 itens são questões abertas).

2.5.1.1.1 Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

O instrumento para mensurar o IPM foi construído inicialmente a partir das iniciativas de Moura Jr. (2015) e Ximenes et al. (2019), que construíram o questionário com base em estudos anteriores que adotaram a perspectiva multidimensional da pobreza, tais como a pesquisa sobre o índice de Pobreza Multidimensional do Programa das Nações Unidas (PNUD, 2010); a investigação sobre indicadores de Pobreza Multidimensional (COMIN et al., 2007) e de Pobreza Multidimensional Extrema de Ávila, Bagolin e Comin (2012), em Porto Alegre-RS; o estudo de Qizilbash e Clark (2005), na África do Sul; a investigação de Lelli (2001), na Bélgica; e o estudo de Chiappero-Martinetti (2000) na Itália.

Dessa forma, construímos o questionário mediante adaptação do instrumento utilizado por Ximenes et al. (2019) ao investigarem pobreza em comunidades rurais. Nessa adaptação, retiramos a Dimensão Habitação, por não se adequar à população em situação de rua, e incluímos a Dimensão Direitos Humanos, que se trata de uma inovação em cálculo do IPM, que objetiva investigar as privações no que tange às violações de direitos humanos, as quais são intensas junto à essa população. As questões, tanto o conteúdo como a linguagem, foram adequadas à realidade dos participantes.

Antes da elaboração do questionário propriamente dito, foi feita uma reunião com a participação dos integrantes do Grupo de Pesquisa do NUCOM e de três pessoas com larga experiência de trabalho junto à população em situação de rua: uma assistente social do Centro Pop, uma assistente social do serviço Corre pra Vida e um sociólogo, que já esteve em situação de rua e hoje trabalha numa associação que previne e media o tratamento de tuberculose junto a pessoas que vivem nas ruas. Nesse momento, um esboço do questionário foi apresentado, de modo a promover discussões que pudessem facilitar a estruturação das questões e adequá-las à realidade do público-alvo da pesquisa. A experiência de trabalhadores que vivenciam o contexto atual da situação de rua e das políticas públicas foi rica no sentido de atentar para

aspectos importantes na formatação das questões e opções de respostas que contemplassem as especificidades dessa população.

Após essas discussões, elaboramos uma primeira versão do instrumento, que foi destinada ao pré-teste, com o objetivo verificar se as perguntas foram elaboradas numa linguagem adequada para, dessa forma, aperfeiçoar o instrumento. O pré-teste foi realizado com 15 pessoas em situação de rua, que assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A aplicação ocorreu na Casa do Povo da Rua Dom Luciano Mendes, no dia 24 de abril de 2019, com a colaboração de seis estudantes de graduação do curso de Psicologia da UFC, participantes do Grupo de Pesquisa NUCOM.

Na semana anterior, participamos de uma roda com o grupo de pessoas que participam das atividades da Casa do Povo da Rua, a fim de apresentar os objetivos da pesquisa e explicar acerca da aplicação do questionário e da importância da participação dos que estavam presentes. Após a aplicação do pré-teste, as mudanças abaixo foram realizadas a fim de aperfeiçoar o instrumento e se adequar a realidade das pessoas em situação de rua.

- Modificação do texto das perguntas para torná-las completas, como, por exemplo, o item 1, modificado de “Idade” para “Qual a sua idade?”;
- Acrescentamos ao item 5, acerca da religião, a opção de resposta “tenho fé”, que apareceu no pré-teste;
- Acrescentamos o item “Antes de estar em situação de rua, você tinha alguma profissão?”, seguido do item “Qual era a profissão?” (Na nova versão do instrumento, são os itens 11 e 12).
- Acrescentamos ao item “Como consegue dinheiro”, a opção “Autônomo”, que se refere a uma ocupação regular, mas difere do trabalho sem carteira assinada por não ter patrão, e do “bico” devido à regularidade do trabalho. Se insere nessa opção as atividades informais, como flanelinha, lavador de carro, vendedor, artesão, etc. (item 14).
- Modificamos os itens que abordam a renda, inicialmente com a pergunta que se referia a renda por dia, com as opções de resposta: “nada”, “1 a 5 reais”, “5 a 10 reais”, “10 a 20 reais”, “20 a 30 reais”, “mais de 30 reais”. Colocamos duas questões abertas, invertendo os itens, ou seja, iniciando por renda mensal, agora escrito da seguinte forma: “quanto de dinheiro você consegue por mês” (item 17) seguida por renda por dia, que passa a ser a pergunta aberta “quantos reais você consegue por dia” (item: 18), a fim de permitir maior precisão na informação sobre renda. Algumas pessoas em

situação de rua conseguem informar quanto ganha por dia mais rapidamente do que a renda mensal.

- Na dimensão Saúde, incluímos a questão “Quando você está doente, que serviço de saúde você procura?” (item: 19), seguido da pergunta “você já teve algumas dessas doenças”? (item: 20) Com as opções, para marcar sim ou não: a) tuberculose; b) HIV; c) doença sexualmente transmissível; d) pneumonia; e) hanseníase e f) transtorno mental. Em seguida, incluímos o item “você teve acesso a um tratamento adequado”? (item: 21)
- Nos itens sobre álcool e drogas, para facilitar o cálculo do IPM e a contabilização de pessoas fazem uso de substâncias, incluímos a pergunta “você consome álcool ou outra droga”?, com opções de resposta “sim” ou “não” (item: 29)
- A respeito da pergunta “quais outras drogas você consome”? modificamos as opções de resposta incluindo “sim” ou “não” para cada uma das drogas: a) maconha; b) cocaína; c) crack; d) inalantes/solventes; e) comprimidos. (item: 31)
- Modificamos a posição dos itens sobre álcool e drogas para o final da dimensão saúde (itens: 29 a 35)
- O item Satisfeito/Feliz, a partir da pergunta “Pela sua condição de morar na rua, com que frequência você se sente”, foi separado em dois, mantendo-se o item satisfeito (54), e incluindo o item “feliz” (item 57).
- Na Escala de Discriminação Cotidiana (Itens 68 a 76), invertemos as opções de respostas, começando, por exemplo, pela opção “Menos de uma vez por ano” (com raramente entre parêntesis), para facilitar a compreensão dos participantes. Da mesma forma foi feita com as outras opções de respostas.
- Ainda no que se refere à Escala de Discriminação Cotidiana, retiramos os itens “As pessoas agem como se tivesse algo errado com você” e “As pessoas tratam você de forma negativa por acharem que você parecem com uma pessoa do sexo oposto”. Esses dois itens foram os que mais apontaram dificuldades de compreensão por parte das pessoas que responderam ao questionário. Além disso, esses dois itens foram acrescentados por Freitas et al (2015), sendo que a escala original apresenta apenas 9 itens (WILLIAMS; YU; JACKSON; ANDERSON, 1997)
- No item “A culpa por você ter ido morar na rua é principalmente de quem?”, incluímos a opção de resposta “Família”. Modificamos a pergunta para: Quem você acredita que seja o principal responsável por você estar hoje em situação de rua? (item: 78)

- Ao “Qual ajuda/apoio do governo você recebe”, acrescentamos a opção “Minha casa/Minha vida”, tendo em vista que existem pessoas em situação de rua que receberam a casa, mas que ainda não completaram a transição de sair da situação de rua para morar efetivamente na casa (item: 80)
- Aos itens sobre apoio social, acrescentamos a opção “Deus”, a fim de avaliar a espiritualidade, e as opções “Comunidades Terapêuticas” e “CAPS” (itens: 83 a 94).
- Inclusão da pergunta “Você tem interesse em retomar o contato com a família?” (item 82). Os três últimos itens do questionário aplicado no pré-teste permitiram que os entrevistados avaliassem o questionário (itens 107 a 109).

A grande maioria dos participantes (13) não acharam o questionário muito longo, e a mesma quantidade considerou que as perguntas são importantes. Acerca da pergunta “O questionário é chato”, todos responderam que não. Esses dados revelaram, de maneira geral, a adequação do questionário ao público-alvo.

Após essas mudanças, o instrumento final (Apêndice A) ficou com 109 itens, agrupados em dados gerais (itens 1 a 10) seguidos pelas dimensões Trabalho e Renda (itens 11 a 18), Saúde (itens 19 a 35), Educação (itens 36 a 39), Direitos Humanos (itens 40 a 52) e Dimensão Subjetiva (53 a 106), além dos itens de avaliação do questionário (107 a 109). Os itens de cada dimensão foram elaborados de maneira a se adequar às especificidades das pessoas em situação de rua, mediante linguagem acessível e abrangendo tópicos que permitiram explorar a vivência da pobreza e das condições de opressão incluídas nas dimensões elencadas. Foram abordadas, portanto, questões características da realidade das pessoas em situação de rua, como uso de álcool e outras drogas, contato com familiares, alimentação, satisfação das necessidades básicas, utilização de serviços governamentais e não governamentais, violência, discriminação, humilhação e apoio social.

Nos dados gerais, são dez itens que abordam variáveis como idade, sexo, cidade natal, raça, religião, frequência a templos religiosos, estado civil, quantidade de filhos, tempo de situação de rua e motivo para a ida para as ruas. São dados importantes que permitiram a comparação com variáveis vinculadas às dimensões, de modo a aprofundar a compreensão da pobreza multidimensional. O tempo de situação de rua, por exemplo, está estatisticamente relacionado ao Índice de Pobreza Multidimensional. Com exceção dos itens 9 e 10, que se referem especificamente a pessoas em situação de rua, os demais itens dessa parte do questionário foram baseados no instrumento utilizado por Ximenes et al. (2019).

As dimensões Trabalho e Renda, Saúde e Educação foram adaptadas a partir dos estudos de Comin et al (2007) e Bagolin, Ávila e Comin (2012) que buscam operacionalizar o

cálculo de indicadores de pobreza multidimensional e pobreza extrema do município de Porto Alegre a partir da abordagem das capacitações. A consideração da dimensão Trabalho é pertinente para entender a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua, muitos dos quais apontam o emprego como um recurso imprescindível para a saída da situação de rua. Além disso, parte dessas pessoas que realizam algum tipo de atividade remunerada, outros são beneficiários de políticas públicas e há também os que usam da mendicância como fonte de renda. Dessa forma, além da renda mensal, os itens dessa dimensão investigam a forma de obtenção de renda, a fim de identificar desocupações, ocupações formais ou informais e recebimento de benefício social. Os itens dessa dimensão foram adaptados de Ximenes et al (2019) e Comin et al. (2017).

A dimensão Saúde incluiu itens que abordam importantes indicadores de saúde como segurança nutricional (COMIN et al., 2007) e outras variáveis que dizem respeito às dificuldades enfrentadas por pessoas em situação de rua, tais como: higiene pessoal, consumo de água e uso de bebidas alcoólicas e outras drogas, bem como a frequência do uso. Já a dimensão Educação abordou indicadores de pobreza multidimensional, desde a alfabetização, tendo em vista a existência de um grupo de pessoas em situação de rua que não sabem ler nem escrever, o nível de instrução formal e a participação em cursos após a ida para as ruas (item 39). Esse último item foi elaborado tendo em vista o contato do pesquisador com pessoas em situação de rua que vivem da venda de produtos artesanais os quais aprenderam a fabricar após conclusão de curso oferecido no Centro Pop.

A dimensão Direitos Humanos corresponde à inovação dessa pesquisa, tendo em vista que não foi incluída em estudos anteriores de mensuração do IPM. Devido às intensas privações de pessoas em situação de rua, no que se refere à violência e barreiras de acesso aos serviços públicos, essa dimensão se revelou importante para a mensuração e compreensão da pobreza multidimensional dessa população. Nesse aspecto, são comuns queixas de recusa ao atendimento em Unidades de Saúde por não possuir documento ou por não ter comprovante de residência. Também há casos de discriminação por parte de trabalhadores de serviços públicos, que em algumas situações é agravada pelo estigma de usuário de drogas. Essas experiências estão presentes nos itens 40 a 42.

Outra categoria abordada nessa dimensão é a violência, com a qual a população em situação de rua convive diariamente, seja devido a rixas com outras pessoas nas ruas, seja devido à violência da polícia, guarda municipal e sociedade em geral. Os itens que abordam essa categoria (43 a 47; 50) foram adaptados de um índice de pesquisa domiciliar sobre violência, proposto por Diprose (2007) com o objetivo de compor um instrumento de pobreza

multidimensional. O índice proposto divide-se em três grupos de indicadores: o primeiro trata da violência contra a propriedade; o segundo, as violências e ameaça contra a segurança física; e o terceiro corresponde à percepção de segurança e de ameaça. Fizemos a adaptação para usar os indicadores acerca da violência física para pessoas em situação de rua e um item para avaliar a percepção de aumento da violência na rua nos últimos anos. Dessa forma, os itens abordam especificamente furto ou roubo (item 43), agressão física sem arma (item 44), ataque com arma de fogo (item 45), espancamento ou ataques com facas ou outros objetos (item 46) e violência sexual (item 47). Incluímos o item que investiga o autor da agressão, de modo a compreender a motivação da violência, bem como identificar a proporção de violência cometida por agentes estatais contra pessoas em situação de rua, que permite a análise da violação de direitos humanos resultante não somente da omissão, mas da ação do Estado (item 48). Estão incluídos ainda nessa dimensão a discriminação em serviço público (item 51) e a remoção ou proibição de usar algum espaço público (Item 52), que indica possíveis ações higienistas nas ruas.

A dimensão subjetiva parte da importância dos aspectos subjetivos para a compreensão da pobreza multidimensional, como por exemplo, a categoria bem-estar, destacada por Sen (2011)). No entanto, a fim de se adequar à realidade das pessoas em situação de rua, optamos por abordar as categorias humilhação, discriminação e apoio social. Fazem parte da dimensão subjetiva os itens adaptados do instrumento desenvolvido por Zavaleta (2007), para investigar vergonha e humilhação (itens 53 a 67), a Escala de Discriminação Cotidiana (itens 68 a 76) e a versão reduzida da Escala de Percepção de Suporte Social (itens 95 a 106), validada por Ximenes et al. (2020). Além dessas escalas, investigamos categorias como apoio social (itens 83 a 94), medo (item 77), culpabilização (item 78) e expectativa de futuro (item 79).

Os itens relacionados às categorias vergonha e humilhação investigam essas experiências, as quais ocorrem devido à condição de morar na rua, em espaços utilizados com frequência por pessoas em situação de rua, como unidades de saúde, centro pop, centro de convivência, Igreja e comércios.

2.5.1.1.2 Escala de Discriminação Cotidiana

A Escala de Discriminação Cotidiana (WILLIAMS *et al*, 1997) possui 9 itens, e a versão traduzida para o português foi validada por Freitas et al. (2015). Essa escala permite analisar o grau de discriminação sofrido pelos participantes, cuja média varia de 0 a 5, sendo as seguintes as opções de resposta para cada um dos itens (Apêndice A): 0 (Nunca), 1 (Raramente), 2 (Poucas vezes), 3 (Algumas vezes), 4 (Muitas vezes) e 5 (quase sempre). Freitas

et al. (2015), ao validarem essa escala para jovens portugueses, agruparam os itens em dois fatores: tratamento injusto e rejeição pessoal. O primeiro diz respeito às formas de tratamento aberta e escancaradamente ofensivas, e o segundo se refere às ofensas não tão diretas, ou seja, mais camufladas.

Na primeira versão do questionário, utilizamos a versão adaptada por Freitas et al. (2015), que possuía 11 itens, no entanto, após a aplicação do pré-teste, dois itens foram considerados inadequados para a população pesquisada: “*as pessoas tratam você de forma negativa por acharem que você parece com uma pessoa do sexo oposto*” e “*as pessoas agem como se tivesse algo errado com você*”. A exclusão dos itens foi aprovada, na ocasião do exame de qualificação de doutorado, após passar por análise de cinco juízes com experiência em pesquisa junto a pessoas em situação de rua, de modo que mantivemos os 9 itens da versão original (WILLIAMS et al., 1997). A tradução da escala foi feita a partir da versão adaptada em Portugal (FREITAS et al., 2015), e a validação para a população brasileira está em andamento (ABREU, 2019).

A análise de confiabilidade da escala resultou no Alfa de Cronbach de 0,858, revelando boa consistência interna da escala. Para fins de analisar a validade estrutural da escala, realizamos a Análise Fatorial Exploratória (AFE), com uso do método de Componentes Principais e Rotação Oblimin. Os resultados do Teste Kaiser-Meyer-Olkin [KMO=0,860] e do Teste de Esfericidade de Bartlett ($p=0$) apontam que a matriz de dados está adequada para fazer a análise fatorial. A análise utilizando-se o critério de Kaiser, encontramos dois fatores com autovalores maior do que 1, indicando dois fatores para a escala. No entanto, a análise do Gráfico de Cattell e a Análise Paralela de Horn resultaram em apenas um fator, de modo que seguimos a determinação de estrutura unifatorial da escala, conforme Análise Paralela. A variância explicada foi de 47,15%. Apesar desse resultado diferir dos resultados da pesquisa de Freitas et al. (2015), que encontrou organização bifatorial, há convergência com as análises de Correia-Zanini et al. (2020), que utilizaram a escala com pessoas em situação de rua e agruparam as variáveis em apenas um fator. Além disso, conforme Freitas et al. (2015), vários estudos anteriores também identificaram estrutura unifatorial, de modo que há razões teóricas e psicométricas para mantermos apenas um fator na escala.

2.5.1.1.3 Escala de Percepção de Suporte Social

A Escala de Percepção de Suporte Social (EPSS) se propõe a investigar a percepção dos participantes sobre o suporte social disponível. Essa escala foi originalmente construída e

validada por Siqueira (2008), contando 29 itens agrupados em três tipos de suporte social: o suporte emocional, que abrange recursos afetivos como preocupação e compreensão; o suporte instrumental, que se refere a recursos práticos e materiais; e o suporte informacional, que inclui recursos como orientações e esclarecimentos.

A escala que utilizamos nesse estudo foi a versão reduzida da Escala de Percepção de Suporte Social (itens 95 a 106), adaptada e validada por Ximenes et al. (2020) junto a pessoas em condição de pobreza. Essa escala possui, portanto, 12 itens com opções de resposta que variam de 0 a 4 e permite identificar a intensidade e o tipo de suporte social percebido pelas pessoas em situação de rua participantes da pesquisa. A escala compreende dois tipos de suporte: o cognitivo-instrumental, com sete itens; e o emocional-cooperativo, agrupado em cinco itens. Enquanto o primeiro consiste nos recursos materiais, financeiros e informativos, o segundo corresponde aos recursos afetivos e relacionais.

A análise de confiabilidade e precisão da EPSS aplicada junto à amostra de 236 participantes da etapa quantitativa demonstrou boa consistência interna, com alfa de Cronbach = 0,857. Fizemos, então, a Análise Fatorial Exploratória utilizando o Método de Componentes Principais e Rotação Oblimin. Os resultados apontaram $KMO=0,860$ e do Teste de Esfericidade de Bartlett significativo ($p=0$), dados favoráveis à realização da análise fatorial. A Análise Fatorial Exploratória foi feita inicialmente considerando dois fatores, tal como apontado pela teoria, resultando em autovalores maiores do que 1 (fator 1= 4,73 e fator 2 = 1,14). A variância total explicada foi de 49,96%, sendo 39,42% no primeiro fator e 9,53% no segundo fator. No entanto, a Análise Paralela apontou apenas um fator com autovalor maior do que 1, e a Análise Gráfica de Cattell também indica apenas um fator. Desse modo, analisamos constructo Percepção de Suporte Social na amostra de 236 participantes em situação de rua na sua dimensão unifatorial. Nesse aspecto, segundo Abreu (2019), essa estrutura fatorial pode ser explicada pela dificuldade na diferenciação entre os dois fatores obtidos na versão reduzida (Ximenes et al., 2020), devido às intersecções entre as dimensões Cognitiva-Instrumental e Afetiva-Cooperativa.

2.5.1.2. Procedimentos de coleta dos dados

A versão final do questionário foi definida após aplicação do pré-teste. A partir das reflexões de Rea e Parker (2002), que compreendem o pré-teste como implantação em escala menor da primeira versão do questionário, o objetivo foi avaliar aspectos como a clareza, a abrangência e a aceitabilidade do questionário. Nesse sentido, foi possível avaliar a adequação

do instrumento, a pertinência dos itens e linguagem ao público participante, auxiliando ainda na inclusão de outras opções.

A aplicação do questionário foi viabilizada pela inserção prévia nos programas e serviços voltados ao atendimento de pessoas em situação de rua. Conforme mencionado anteriormente, as parcerias estabelecidas com os coordenadores dos equipamentos nos quais foram feitas as aplicações dos questionários, especialmente a parceria do NUCOM-UFC com o Centro Pop do centro, onde são realizadas atividades de extensão pelos estudantes de graduação em psicologia, foram cruciais nessa etapa da pesquisa.

Antes de iniciar aplicação do instrumento, reunimos uma equipe de integrantes do NUCOM-UFC, estudantes de graduação e pós-graduação interessados em colaborar na coleta de dados. Desse modo, um total de 16 pessoas contribuíram na aplicação dos questionários. Após realizar um treinamento dessas pessoas para a aplicação, marcamos encontros com os funcionários de cada um dos equipamentos (os dois Centros Pop, Centro de Convivência, Casa do Povo de Rua e Corre pra Vida), a fim de apresentar a pesquisa e solicitar apoio das equipes para facilitar a aplicação do instrumento. Em seguida, organizamos equipes de três a quatro pessoas, dividindo-as em diferentes turnos, de modo a abranger a maior quantidade de pessoas em situação de rua usuárias dos equipamentos.

Os questionários foram aplicados individualmente, nos meses de setembro, outubro e novembro de 2019, ou seja, num contexto ainda anterior à pandemia de Covid 19, sendo que a abordagem dos participantes foi feita no interior do equipamento, com a mediação da equipe de funcionários, principalmente os educadores sociais. Depois de obtida a aceitação inicial, o responsável pela aplicação do questionário explicava brevemente os objetivos e métodos da pesquisa, lendo o termo de consentimento e obtendo assinatura.

Ter a partir de 18 anos de idade e estar em situação de rua há pelo menos seis meses foram os critérios de seleção dos participantes. Ainda assim, alguns voluntários que aplicaram os questionários tiveram a sensibilidade de ouvir pessoas com menos de 6 meses em situação de rua, de modo que, no total, foram aplicados 285 questionários, no entanto, 236 foram considerados válidos. Um total de 20 questionários foram invalidados por estarem incompletos, 28 foram desconsiderados por terem sido aplicados com participantes com menos de seis meses em situação de rua e um questionário foi desconsiderado por ter sido aplicado duas vezes com uma mesma participante.

Depois de concluída essa etapa da coleta de dados, realizamos um encontro de avaliação da experiência com a participação dos integrantes do NUCOM-UFC e demais parceiros que colaboraram com a coleta. Na ocasião, houve consenso de que ao mesmo tempo

que se trata de uma experiência rica e de exercício de empatia, o uso da entrevista estruturada com um público tão marginalizado com a população em situação de rua é relativamente difícil, na medida em que algumas perguntas acabam funcionando como gatilho para alguns participantes, disparando emoções de tristeza em certas ocasiões. Isso aconteceu principalmente quando os participantes precisavam responder a questões referente a situações de humilhação e discriminação ou em alguns itens da Escala de Percepção de Suporte Social, quando, por exemplo, se davam conta de que tinham poucas pessoas com quem contar em situações difíceis da vida. Por esse motivo, alguns questionários demoraram apenas vinte minutos de aplicação, enquanto outros levaram até cerca de uma hora, tendo em vista que o pesquisador responsável pela aplicação precisou dedicar mais tempo para escuta dos participantes que precisavam ser ouvidos. A experiência demonstra a necessidade de uma escuta mais sensível e menos tecnicista para com as pessoas em situação de rua, tanto por parte de pesquisadores como de profissionais.

Outras questões também chamaram atenção, como, por exemplo, os aspectos de gênero e raça. A menor quantidade de mulheres em situação de rua não foi surpresa, pois já era esperado, no entanto cabe destacar que mesmo antes de analisar os dados, foi possível perceber a maior vulnerabilidade das mulheres, que, em sua maioria respondiam “sim” ao item sobre violência sexual, enquanto os homens eram mais incisivos em responder “não”. No item sobre cor/raça, alguns participantes de cor preta se identificavam como pardos.

Uma das pesquisadoras, que tinha experiência como psicóloga do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), cujo público é em sua maioria feminino, percebeu a diferença em relação ao público atendido no Centro Pop e nos outros serviços onde a coleta foi realizada. Nesses, além da percepção de que a condição é claramente de mais extrema pobreza, o fato de a maioria ser homem resultou num certo receio da pesquisadora.

A pobreza extrema foi percebida em diversas situações, destacando-se um evento que demonstrou a inferiorização e humilhação no reconhecimento social da pessoa em situação de rua. No questionário, há um item que indaga como o participante consegue água para beber. A maioria afirmava que bebia água nas instituições ou pedia em estabelecimentos comerciais. Uma participante, no entanto, tinha um cachorro que a acompanhava todo o tempo. Ela respondeu que não tinha nenhum problema em conseguir água, pois todos os dias recebia muitas garrafinhas de água mineral que as pessoas doavam para o cachorro. Isso demonstra uma maior sensibilização da sociedade para com pessoas em situação de rua que possuem animais. Nesse aspecto, Baltar e Garcia (2019) afirmam pessoas em situação de rua com animais de estimação são vistas de forma mais humanizada, recebendo, portanto, mais ajuda e doações.

Na experiência de aplicação dos questionários também percebemos que o apego a Deus é comum entre os participantes. Alguns, nas questões sobre apoio social, diziam que só podiam contar com Deus, que aparece como um refúgio diante do sofrimento cotidiano.

2.5.2 Etapa Qualitativa

O instrumento de coleta de dados utilizado na etapa qualitativa foi a entrevista individual, que objetiva analisar as significações e vivências dos participantes da pesquisa, compreendendo como se manifesta a pobreza e quais as suas formas de enfrentamento. Segundo Rosa e Arnoldi (2007), a entrevista permite a obtenção de respostas mais aprofundadas e conseqüentemente dados mais coniventes com a realidade, incluindo atitudes, sentimentos e valores, a partir da interação entre o pesquisador e o pesquisado, que traz a sua experiência concreta no momento da entrevista. Essas autoras defendem a necessidade da construção de uma relação de confiança para o sucesso da entrevista.

À vista disso, a entrevista permitiu compreendermos os significados atribuídos pelos participantes em situação de rua acerca das experiências de privações e de sofrimento decorrentes da situação de rua e da pobreza, bem como os recursos e as práticas de enfrentamento utilizadas. O roteiro de entrevista abrangeu alguns pontos a fim de conduzir a interação com os participantes, divididos em três temas: questões iniciais sobre a vida anterior à situação de rua; a situação de rua e as privações vivenciadas; e os processos de enfrentamento e de libertação (Apêndice D).

A etapa qualitativa da pesquisa ocorreu após o agravamento da pandemia de Covid-19 no Brasil, de modo que tivemos que nos adaptar à realidade caracterizada pelo distanciamento social rígido. Assim sendo, a pandemia prejudicou essa etapa da pesquisa, posto que impossibilitou a realização de Grupos Focais, que fazia parte do planejamento inicial, reduzindo a quantidade de participantes. Desse modo, o conjunto de dados qualitativos teria sido mais encorpado não fosse a pandemia.

Decidimos, portanto, que o procedimento de coleta de dados deveria priorizar entrevistas individuais por meio remoto, mediante chamadas de vídeo. Por esse motivo, entramos em contato com representantes de entidades governamentais e não governamentais, com destaque para o coordenador do Centro Pop do centro e os integrantes do Coletivo Arruaça, que indicaram pessoas que vivenciaram recentemente a situação de rua e que tinham disponibilidade para fazer a entrevista por chamada de vídeo. Foram realizadas, inicialmente, quatro entrevistas com uso do “Zoom Meetings”, ferramenta *on line* para videoconferência. Em

seguida, devido às dificuldades posteriores na tentativa de realizar as entrevistas por meio remoto, fizemos duas entrevistas de maneira presencial, uma no quitinete onde residia uma mulher em situação de rua, e a outra no interior do Centro Pop do centro. Na ocasião, adotamos todas as medidas de proteção contra a Covid 19, como uso de máscaras, álcool em gel e distanciamento. As entrevistas foram realizadas de setembro a dezembro de 2020 e gravadas por aplicativo de gravação de voz para telefone celulares.

O Quadro 1 relaciona todos os instrumentos utilizados na obtenção dos dados às categorias investigadas.

Quadro 1. Relação entre objetivos específicos, categorias e instrumentos

ESTUDO 1 OBJETIVO GERAL	Analisar como a pobreza se expressa junto a pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE		
Objetivos específicos	1.1 Construir um Índice de mensuração da pobreza multidimensional específico para pessoas em situação de rua	1.2 Mensurar a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua	1.3 Compreender as implicações da pobreza multidimensional para as pessoas em situação de rua
Instrumento e construção dos dados	Etapa quantitativa: Índice de Pobreza Multidimensional e Questionário	Etapa Quantitativa: Índice de Pobreza Multidimensional e Questionário	Etapa Quantitativa: Índice de Pobreza Multidimensional e Questionário Etapa qualitativa: Entrevistas
Análise dos dados	Etapa quantitativa: Análise de Confiabilidade da Escala, Análise Fatorial Explicativa e Análise Paralela	Etapa quantitativa: Análise do IPM, Estatística descritiva, Análise de correlações Estatísticas, Teste t de Student e Anova	Etapa quantitativa: Análise do IPM, Estatística descritiva, Análise de Correlações Estatísticas, Teste t de Student Teste de Qui-Quadrado e Anova Etapa qualitativa: Análise de conteúdo temática
Categorias de Análise	Pobreza Multidimensional	Pobreza Multidimensional	Pobreza Multidimensional, Violência, Humilhação/Vergonha, Autoculpabilização, Subcidadania
Títulos dos capítulos	Trajetória metodológica	Implicações da Pobreza Multidimensional para pessoas em situação de rua	
ESTUDO 2 OBJETIVO GERAL	Compreender os modos de enfrentamento à pobreza concretizados pelas pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE		
Objetivos específicos	2.1- Descrever a realidade de opressão vivenciada pelas pessoas em situação de rua	2.2- Identificar ações das pessoas em situação de rua que se caracterizam como libertação	2.3- Analisar os vínculos construídos por pessoas em situação de rua que contribuem para o enfrentamento à pobreza

Quadro 1. Relação entre objetivos específicos, categorias e instrumentos (continuação)

ESTUDO 2 OBJETIVO GERAL	Compreender os modos de enfrentamento à pobreza concretizados pelas pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE		
Instrumento e construção dos dados	Etapa quantitativa: Escala de Discriminação Cotidiana e Questionário Etapa qualitativa Entrevistas	Etapa qualitativa: Entrevistas	Etapa quantitativa: Escala de Percepção de Suporte Social e Questionário Etapa qualitativa Entrevistas
Análise dos dados	Etapa quantitativa: Estatística descritiva, Análise de Correlações Estatísticas, Teste t de Student, Anova Etapa qualitativa: Análise de conteúdo temática	Etapa Qualitativa: Análise de Conteúdo Temática	Etapa quantitativa: Análise do IPM e dimensões, Estatística descritiva Análise de Correlações Estatísticas, Teste t de Student, Anova Etapa qualitativa: Análise de conteúdo temática
Categorias de Análise	Opressão, Pobreza Multidimensional Violência, Situação de rua e Sofrimento ético-político	Enfrentamento, Libertação e Apoio Social	Apoio social e Potência de ação
Títulos dos capítulos	Práticas de opressão contra pessoas em situação de rua	Enfrentamento da pobreza e da situação de rua	

Fonte: elaborada pelo autor

2.6 Análise Dos Dados

2.6.1 Etapa quantitativa

Para a etapa quantitativa, as análises foram feitas com o auxílio do software de análises estatísticas SPSS, versão 21. Inicialmente realizamos a tabulação dos dados dos questionários e, após limpeza do banco de dados, precedemos às análises propriamente ditas. Fizemos Análises de Variância (ANOVA), Análises de Correlações, teste t de Student, teste de Qui-Quadrado e Estatísticas Descritivas. Foi possível, a partir dessas análises, investigar os perfis dos participantes e verificar as relações entre diferentes variáveis, como, por exemplo, tempo de situação de rua e pobreza multidimensional. Além disso, a fim de observar a consistência interna das escalas e os pressupostos de validade dos constructos, realizamos Análises de confiabilidade das escalas, Análise Fatorial Exploratória e Análise Paralela.

O IPM foi calculado conforme proposta apresentada por Moura Jr. (2015) e Ximenes et al. (2016). O instrumento desenvolvido considera diferentes indicadores para cada uma das cinco dimensões a seguir: habitação, educação, trabalho e renda, saúde e a dimensão subjetiva. Os indicadores de habitação não foram usados nessa pesquisa por possuírem itens

que não se adequam à realidade das pessoas em situação de rua, tais como “tipo de residência”, “se possui água encanada”, “tipo de piso”. Conforme foi visto, foram incluídos indicadores referentes à Dimensão Direitos Humanos e indicadores de humilhação e vergonha, referentes à Dimensão Subjetiva.

A mensuração do IPM segue uma metodologia *fuzzy*, que, diferentemente de uma lógica binária, implica num contínuo cujas medidas variam de 0 a 1. Dessa forma, para cada indicador de cada dimensão, foi feito um cálculo que variou de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero, menor a pobreza, e quanto mais próximo de 1, maior a pobreza multidimensional. Os cálculos para cada indicador, bem como a média de todos os indicadores, que corresponde ao IPM total, foram realizados por meio do software de análises estatísticas SPSS.

Para que fosse possível esse cálculo, selecionamos indicadores para todas as dimensões e atribuímos valores às respostas e notas de corte para cada indicador (Ver Quadro 2). No caso das variáveis dicotômicas (Não ou Sim), atribuímos valor 0 ou 1. No caso das politômicas, conforme proposta de Ávila, Bagolin e Comin (2012), Moura Jr. (2015) e Ximenes et al. (2016), foi feita a harmonização da respostas, a fim de que elas se mantivessem no intervalo de 0 a 1.

Quadro 2 – Indicadores usados para o cálculo do IPM e os pontos de corte

Dimensões	Indicador	Valores das respostas e pontos de corte
Trabalho e renda	15- Você atualmente exerce alguma atividade remunerada?	Sim (0 =menos pobre) Não (1=mais pobre)
	16 - Você alguma vez já trabalhou de carteira assinada?	Sim (0 =menos pobre) Não (1=Mais pobre)
	17 - Quanto de dinheiro você ganha por mês?	Zero a R\$89,00 ⁶ (1 = mais pobre) R\$ 89,00 a R\$ 178,00 (0,75 = mais pobre) R\$ 178,00 a R\$ 449,00 (0,5 = menos pobre) R\$ 459 a R\$ 998 (0,25 = menos pobre) Mais de R\$ 998,00 (0 = menos pobre)
Saúde	22 - já passou algum dia sem comer?	Não (0 =menos pobre) Sim (1= mais pobre)

⁶ Utilizamos a linha administrativa da pobreza, conforme decreto presidencial 9396, de maio de 2018, que define valores para pobreza extrema (R\$ 89,00) e para pobreza (R\$ 178,00)

Quadro 2 – Indicadores usados para o cálculo do IPM e os pontos de corte (continuação)

Dimensões	Indicador	Valores das respostas e pontos de corte
Saúde	24 - Em dias de semana, quantas vezes você come por dia?	Uma vez (1 = mais pobre) Duas Vezes (0,66 = mais pobre) Três Vezes (0,33 = menos pobre) Quatro Vezes ou mais (0 = menos pobre)
	30 - Com que frequência você consome bebidas alcoólicas?	Nenhuma (0 = menos pobre) 1 vez por mês ou menos (0,2 = menos pobre) 2 a 4 vezes por mês (0,4 = mais pobre) 2 a 3 vezes por semana (0,6 = mais pobre) 4 a 6 vezes por semana (0,8 = mais pobre) Todos os dias (1 = mais pobre)
	32 - Quantos tipos de drogas você consome	Nenhuma (0 = menos pobre) Uma (0,25 = menos pobre) Duas (0,5 = mais pobre) Três (0,75 = mais pobre) Quatro ou mais (1 = mais pobre)
	33 - Com que frequência você usa essas drogas?	Nenhuma (0 = menos pobre) 1 vez por mês ou menos (0,2 = menos pobre) 2 a 4 vezes por mês (0,4 = mais pobre) 2 a 3 vezes por semana (0,6 = mais pobre) 4 a 6 vezes por semana (0,8 = mais pobre) Todos os dias (1 = mais pobre)
Educação	36 - Sabe ler e escrever?	Não (1 = mais pobre) Sim (0 = menos pobre)
	37 - Você Estudou até que série?	Nunca estudou (1 = mais pobre) Até educação infantil/creche (0,75 = mais pobre) 1ª. a 4ª. Série (0,5 = mais pobre) 5ª. a 9ª. Série (0,5 = mais pobre) Ensino Médio (EM) incompleto (0,25 = menos pobre) EM completo/ES/pós-graduado (0 = menos pobre)
Direitos Humanos	38 - Já fez algum tipo de curso após ir morar na rua?	1-Não (1 = mais pobre); 2-Sim (0 = menos pobre)
	39 - Antes de ir morar nas ruas você concluiu algum curso profissionalizante?	1-Não (1 = mais pobre); 2-Sim (0 = menos pobre)
	41 - Quantos documentos você possui?	0 (1 = mais pobre) 1 ou mais (0 = menos Pobre)
	42 - Você deixou de ser atendido num serviço público por não ter documento?	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1 = mais pobre)

Quadro 2 – Indicadores usados para o cálculo do IPM e os pontos de corte (continuação)

Dimensões	Indicador	Valores das respostas e pontos de corte
Direitos Humanos	43 - Com que frequência foi roubado ou teve objetos furtados na rua?	Nenhuma vez (0 = menos pobre) 1 vez (0,25 = menos pobre) 2 a 3 vezes Série (0,5 = mais pobre) 4 a 6 vezes (0,75 = mais pobre) Mais de 6 vezes (1 = mais pobre)
	44 - Com que frequência você foi esmurrado empurrado e/ou chutado na rua?	Nenhuma vez (0 = menos pobre) 1 vez (0,25 = menos pobre) 2 a 3 vezes Série (0,5 = mais pobre) 4 a 6 vezes (0,75 = mais pobre) Mais de 6 vezes (1 = mais pobre)
	46 - Com que frequência você foi espancado, esfaqueado, queimado ou atacado com uma arma na rua?	Nenhuma vez (0 = menos pobre) 1 vez (0,25 = menos pobre) 2 a 3 vezes Série (0,5 = mais pobre) 4 a 6 vezes (0,75 = mais pobre) Mais de 6 vezes (1 = mais pobre)
	48c- Se já sofreu violência na rua, por parte de quem veio a agressão? Polícia?	1-Não (0= menos pobre); 2-Sim (1mais pobre)
	51 -Você já sofreu discriminação em algum serviço público?	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1=mais pobre)
	52 - Você já foi obrigado por alguém a se retirar de algum espaço público e/ou privado?	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 =mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1=menos pobre)
Subjetiva	53 Pela sua condição de morar na rua, você se sente envergonhado	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1= mais pobre)
	54 Pela sua condição de morar na rua, você se sente satisfeito	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1= mais pobre)
	55 Pela sua condição de morar na rua, você se sente humilhado	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1= mais pobre)
	58 Com que frequência, você foi humilhado no Posto de saúde/Hospital?	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1= mais pobre)

Quadro 2 – Indicadores usados para o cálculo do IPM e os pontos de corte (continuação)

Dimensões	Indicador	Valores das respostas e pontos de corte
Subjetiva (cont.)	59 Com que frequência, você foi humilhado no Centro Pop?	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1= mais pobre)
	64 Com que frequência, você foi humilhado na rua?	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1= mais pobre)
	66 Com que frequência, você foi humilhado em comércio/restaurante?	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1=mais pobre)
	67 Com que frequência, você foi humilhado delegacia/posto policial	Nunca (0 = menos pobre) Poucas Vezes (0,33 = mais pobre) Muitas Vezes (0,66 = mais pobre) Sempre (1=mais pobre)

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir desse modelo, foi possível fazer o cálculo do IPM e também das dimensões separadamente, permitindo compreender a importância de cada dimensão na média final do índice. Semelhantemente, o cálculo da média dos indicadores separadamente permitiu analisar as variáveis vinculadas a cada dimensão, de modo a compreender as principais privações vivenciadas pelos participantes. Também realizamos comparações de médias entre grupos e correlações estatísticas com outras variáveis, tais como Discriminação Cotidiana e Percepção de Suporte Social.

2.6.2 Etapa qualitativa

Para a etapa qualitativa, fizemos uso da Análise Temática, que, para Bardin (2011, p. 135), “[...] consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Dessa forma, foram identificados os temas centrais surgidos a partir das diferentes técnicas de obtenção de dados usadas, de forma a permitir a compreensão dos sentidos construídos pelos participantes. Essa etapa abrangeu três fases: pré-análise, exploração do material e o tratamento e interpretação dos resultados (BARDIN, 2011). A pré-análise consistiu na sistematização das ideias obtidas, mediante transcrição dos seis arquivos com as entrevistas para texto, leitura flutuante das transcrições, organização das informações e leitura exaustiva

de todo o material textual. A segunda etapa consistiu na exploração do material, com a definição das categorias de análise. Por fim, na última etapa foram feitas as interpretações propriamente ditas, articulando categorias surgidas na decodificação com as categorias analíticas definidas a partir dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico.

Para facilitar as análises, utilizamos o software ATLAS ti 5.2, cujos recursos foram adequados à técnica de análise adotada. Os arquivos com as transcrições das entrevistas foram convertidos para o formato *rich text format* do editor de texto *word* e adicionadas ao Atlas ti, compondo os seis documentos primários (*Primary Documents – Pdocs*) que fizeram parte da Unidade Hermenêutica, ou seja, do *corpus* da análise qualitativa. As categorizações foram feitas mediante eleição de *Quotations*, ou seja, as unidades de sentido presentes nos relatos dos entrevistados, que, por conseguinte, foram vinculadas às *codes*, que são as subcategorias de análise. Depois de feita essa vinculação em todos os documentos primários, agrupamos as subcategorias às categorias centrais do estudo, conforme demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 – Categorias e subcategorias da Análise qualitativa

Categorias centrais	Subcategorias
POBREZA	Aspectos gerais de pobreza
	Dimensão Trabalho/renda
	Dimensão Direitos Humanos
	Dimensão Saúde
	Dimensão Educação
	Dimensão Subjetiva
	Relações familiares e sociais
OPRESSÃO	Preconceito e discriminação
ENFRENTAMENTO	Apoio Social
	Práticas individuais de enfrentamento
	Práticas coletivas de enfrentamento

Elaborado pelo autor

2.7 Aspectos Éticos e Legais

Neste estudo, foram respeitados os preceitos éticos e legais que devem ser seguidos nas investigações envolvendo seres humanos, conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). Dessa forma, os participantes foram previamente informados acerca dos objetivos e da justificativa da pesquisa, sendo-lhes garantido o anonimato, o sigilo das informações, a privacidade, o livre consentimento e a opção de participar ou não da pesquisa, podendo desistir a qualquer momento. Nas entrevistas realizadas presencialmente, os participantes leram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver apêndices B e C), conforme exigência do capítulo V, do artigo 2º, da resolução 510/2016 acima referida. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, sob o número CAE 2.942.772 (Anexo 1). É importante ressaltar que a pandemia de

Covid 19 modificou a sistemática da pesquisa qualitativa, exigindo novos esforços para seguir com os procedimentos éticos. Nessa direção, ao realizarmos as entrevistas por meio eletrônico, além de todos os cuidados a fim de garantir o sigilo, deixamos os participantes à vontade caso eles preferissem não aparecer na câmera. Em seguida, os participantes leram texto do Termo de Consentimento, aceitando expressamente participar da pesquisa.

Para cumprimento pleno do compromisso ético da pesquisa, faremos a devolutiva mediante diversos meios, que incluirão: a construção de uma cartilha com a síntese dos resultados, que será apresentada em cada um dos equipamentos onde foi feita a coleta de dados, bem como em reunião do Fórum da Rua previamente agendada para esse fim; a realização de um Seminário aberto a pessoas em situação de rua, trabalhadores sociais, estudantes e população em geral, no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará ou por meios remotos, se assim necessário, a fim de discutir de maneira mais aprofundada as categorias e os resultados obtidos na tese; apresentação dos resultados em eventos vinculados ao Conselho Federal de Psicologia; publicação de artigos em periódicos científicos, de capítulo de livros e apresentação dos resultados em eventos acadêmicos também serão meios para a devolutiva. Vale ressaltar que o Núcleo de Psicologia Comunitária da UFC está organizando um livro que reunirá produções relevantes sobre a população em situação de rua, denominado *Viver nas ruas – trajetórias, desafios e resistências*, no qual será publicado um capítulo com os resultados dessa tese. A previsão de publicação é dezembro de 2021. Por fim, todos esses eventos serão divulgados nas redes sociais do NUCOM (Instagram e Facebook).

3 POBREZA E ENFRENTAMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

3.1 Aspectos Introdutórios sobre Pobreza e Enfrentamento em estudos sobre Situação de Rua

Para compreender a problemática das pessoas em situação de rua, é necessário considerar a sua complexidade, de modo a produzir reflexões e aprofundamentos acerca das múltiplas determinações do processo de ida, permanência e sobrevivência dessas populações. Dessa forma, é fundamental levar em conta, também, a heterogeneidade dessa população, a fim de compreender a pluralidade de vivências bem como as ações de indivíduos e grupos que contribuem para o enfrentamento, a sobrevivência e/ou a manutenção das condições de existência precárias.

A Política Nacional para População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a) considera que essas pessoas vivem em condição de pobreza extrema que se manifesta de diferentes maneiras, incluindo tanto questões objetivas referentes aos processos determinantes da ida e da vivência na situação de rua, como também os processos subjetivos psicossociais. Dessa forma, considerar a complexidade dessa condição nos obriga a ver as condições de opressão que vitimizam as pessoas em situação de rua, mas também os potenciais individuais e coletivos que se configuram como instrumentos para o enfrentamento. Referimo-nos, a partir de Prates, Prates e Machado (2011), à situação de rua como um processo, e não como um caminho estático e sem possibilidades de transformação. A situação de rua, nesse sentido, não é vista somente como determinação, tendo em vista que há possibilidades de mudanças.

As pessoas em situação de rua vivenciam condições de privação características da pobreza, a qual compreendemos a partir de uma perspectiva multidimensional (SEN, 2000). Nessa concepção, são consideradas várias dimensões da pobreza, abrangendo, além da questão de renda, aspectos como educação, habitação, saúde, trabalho, direitos humanos e aspectos subjetivos. Algumas dessas dimensões se apresentam de maneira mais intensa junto às pessoas em situação de rua, como por exemplo, referentes às privações relacionadas à saúde, educação, direitos humanos e a dimensão subjetiva. Nesse sentido, a materialidade da pobreza junto às pessoas em situação de rua se revela nos processos de exclusão social, baixo nível de educação formal, violência, uso abusivo de drogas, insegurança alimentar e más condições de saúde (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013). Já a dimensão subjetiva diz respeito às implicações das privações para os processos psicossociais dos indivíduos. Nesse sentido, há relatos de ruptura ou fragilização de vínculos familiares e sociais, preconceito e estigmatização,

comuns junto a essa população, que se tornam mais intensos devido às más condições de higiene e, em alguns casos, ao uso abusivo de droga (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2015a), processos de subalternização e desqualificação social (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011), e humilhação e vergonha (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013).

Por outro lado, também há estudos que buscam revelar os potenciais das pessoas que vivem em situação de rua, que se traduzem em práticas de enfrentamento das condições adversas. O conceito de enfrentamento, normalmente tem sido compreendido a partir dos estudos de Lazarus e Folkman (1984), referindo-se às respostas das pessoas frente a situações adversas e/ou de estresse com o objetivo de buscar soluções, que podem ser centradas no problema, quando se busca modificar as circunstâncias do problema, ou centradas nas emoções, quando é feito o manejo dos processos cognitivos e emocionais relacionados ao problema. No entanto, essa concepção peca por ser centrada no indivíduo, ao não abordar ações e movimentos coletivos de enfrentamento. Para Sharpe (2015), as pesquisas recentes sobre enfrentamento e estresse, apesar de contribuírem significativamente para o campo, tem sido limitadas na medida em que ignoram os aspectos estruturais e socioculturais que determinam as ações. Propõem, portanto, um modelo sociocultural, de modo que o enfrentamento é reflexo de crenças, experiências e práticas culturais e coletivas, implicando não somente ações individuais, mas também práticas coletivas e uso de fontes de apoio social. No caso das pessoas situação de rua, cabe compreender tanto os aspectos culturais e estruturais que originam suas condições de vida e práticas de enfrentamento, como também, suas ações individuais. Nesse sentido, apesar de compartilharem a condição de pobreza e exposição a diferentes formas de violência, essas pessoas também demonstram riqueza e criatividade no enfrentamento das adversidades cotidianas e na busca pela sobrevivência (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2015).

A heterogeneidade, itinerância e mobilidade da população em situação de rua implicam na dificuldade de realizar investigações junto a esse público, de modo que diante da precariedade das suas condições de vida e da relevância da temática, a quantidade de estudos ainda é pequena, principalmente se considerarmos especificamente as discussões sobre a maneira como as pessoas vivenciam a pobreza nas ruas. Geralmente, os estudos situam a população em situação de rua como estando em condição de pobreza, mas não definem claramente essa categoria ou não buscam compreender como a pobreza é concretamente vivenciada nas ruas.

Torna-se necessário, portanto, entender como ocorrem as privações características da vida na rua, quais as suas implicações, e que ações são realizadas a fim de enfrentar as condições de pobreza. Dessa forma, o objetivo desse estudo é analisar os aspectos relacionados

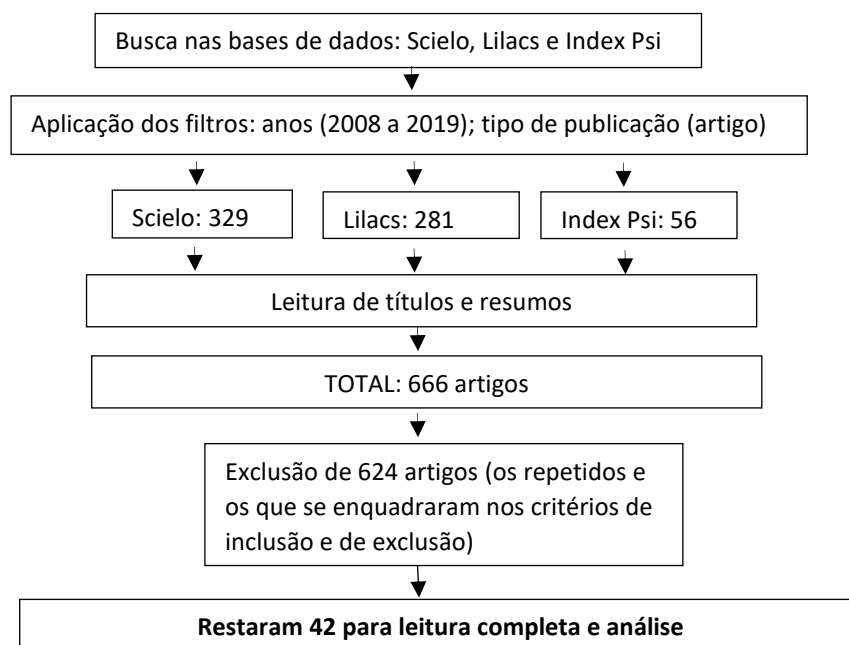
à pobreza e ao enfrentamento das pessoas em situação de rua em artigos científicos publicados de 2008 a 2019.

3.2 Metodologia da Revisão Sistemática

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura, cuja busca de artigos foi realizada de 2008 a 2019 nas bases de dados *Scielo* (*Scientific Electronic Library Online*) e *BIREME*, considerando os artigos publicados nos idiomas inglês, português e espanhol, de 2008 a 2019, mediante uso do descritor *Homeless*. A escolha desse período permite captar os estudos publicados a partir do ano em que essa temática passou a ter mais visibilidade no Brasil, tendo em vista que em 2008 realizou-se a primeira contagem nacional das PSR ao mesmo tempo em que se iniciava o debate sobre uma política nacional para inclusão dessa população. Optamos por usar apenas o descritor *homeless* por abranger todas as nomenclaturas adotadas em português tais como pessoa em situação de rua, moradores de rua e população de rua, e em espanhol, como *habitantes de calle* e *personas sin hogar*. Teses e dissertações, por não serem acessadas pelas bases de dados referidas, não foram analisadas no estudo.

Na busca pela BIREME, aplicamos o filtro de modo a marcar as bases *Index Psi Periódicos* e *Lilacs* (*Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde*). Essas bases foram escolhidas por terem uma boa abrangência de periódicos de psicologia e de estudos realizados em países da América Latina. A busca retornou 329 artigos na Scielo, 281 na Lilacs e 56 na Index Psi, totalizando 666 artigos de acordo com a Figura 2.

Figura 2 – Processo de busca e seleção de artigos da revisão sistemática



Fonte: Elaborada pelo autor

Os critérios de inclusão foram: pesquisas de campo e coleta de dados com participantes que moram nas ruas. Já os critérios de Exclusão foram: pesquisas com moradores de abrigos, albergues, pousadas sociais ou centros de acolhimento noturno; pesquisas com crianças e adolescentes; estudos cujas temáticas como envelhecimento, doenças, epidemiologia, atendimento ou visão dos profissionais, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) sejam mais abordadas do que a situação de rua; pesquisas documentais, ensaios ou pesquisas teóricas/bibliográficas; relatos de experiência.

Após a busca nas bases de dados, o segundo passo foi a triagem dos artigos, mediante leitura de resumos e metodologia, a partir da qual foram excluídas as publicações repetidas e as que não se enquadravam nos critérios de inclusão e exclusão definidos. Após a triagem, restaram 42 artigos, dos quais foram feitas leituras do texto completo. O terceiro passo consistiu na categorização com auxílio do software *Atlas ti* versão 5.2, mediante uma segunda leitura e a codificação das categorias Pobreza e Enfrentamento. Ao final, foram gerados dois arquivos *output*, sendo um referente à categoria pobreza, outro com os trechos da categoria enfrentamento, de modo que finalmente foi feita a análise a partir de cada categoria.

Dessa forma, os resultados serão apresentados e discutidos a partir das seguintes dimensões relacionadas à categoria pobreza: concepções de pobreza; dimensões trabalho/renda, educação e habitação; dimensão saúde; e dimensão direitos humanos. No que se refere ao enfrentamento, as categorias utilizadas foram: recursos para o enfrentamento e práticas de enfrentamento.

3.3 Resultados e Discussões da Revisão Sistemática

3.3.1 Caracterização dos Estudos

O quadro geral da produção de artigos científicos sobre a questão da situação de rua implica em grande parte na abordagem de temas que dizem respeito à saúde, uso de drogas e o cotidiano das pessoas em situação de rua, seja no que se refere às práticas utilizadas por eles para sobreviver e criar laços sociais, seja no que tange à ocupação do espaço público da cidade.

Acerca do país de realização das pesquisas, conforme pode ser visto na Tabela 2, a grande maioria dos estudos foram realizados no Brasil (27), o que se explica tendo em vista as bases de dados escolhidas, que agregam mais periódicos nacionais do que estrangeiros. Fora da América Latina, foram apenas 3 estudos na Espanha, 2 na França, 1 em Portugal e 1 na África do Sul, de modo que 76,19% dos artigos selecionados tratam de pesquisas realizadas em cidades latino-americanas. De forma semelhante, tivemos mais estudos publicados no idioma português, que chegaram ao número 30 (71,43%), dos quais 5 também foram publicados em

inglês; 11 (26,19%) foram publicados em espanhol, dos quais 1 também foi publicado em inglês; e 1 (2,38%) foi publicado apenas no idioma inglês. Dos artigos referentes a pesquisas realizadas no Brasil, foram 16 realizadas na região Sudeste (sendo 6 em São Paulo, 7 em Minas Gerais, 1 no Rio de Janeiro e 2 no Espírito Santo), 5 na região Sul (2 no Rio Grande do Sul e 3 em Santa Catarina), 5 na região Nordeste (2 no Ceará, 1 na Bahia, 1 na Paraíba e 1 no Rio Grande do Norte) e 1 na região Norte (Pará). Esses dados mostram a concentração de estudos muito grande na região Sudeste, que demonstra a desigualdade regional na produção científica no Brasil, mas também pode refletir uma tradição maior em pesquisa e atuação junto a população em situação de rua, como é o caso de São Paulo e Minas Gerais.

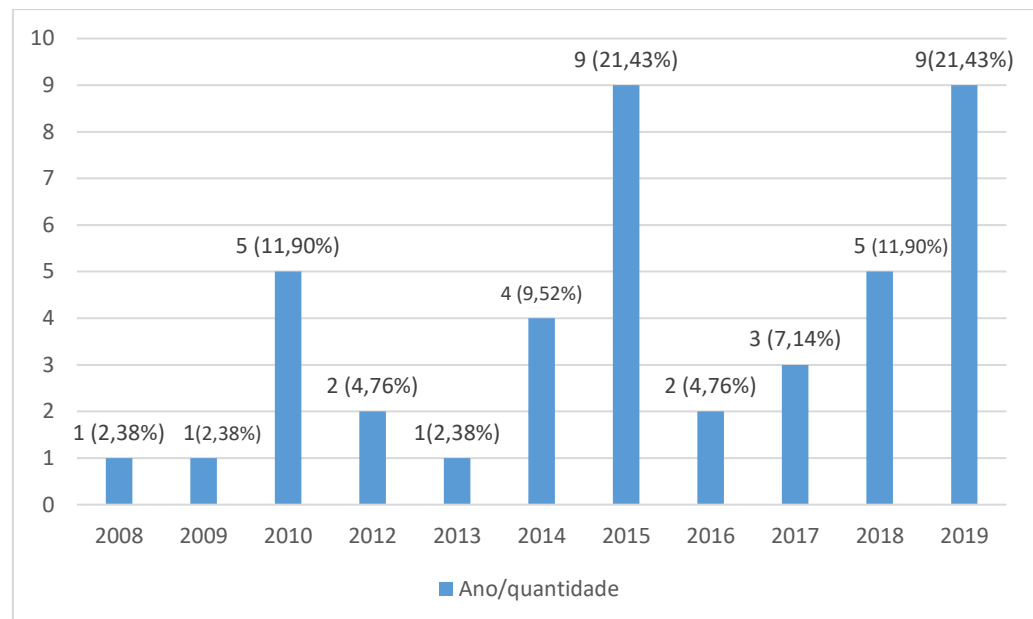
Tabela 2 Quantidade de publicação por País

País	Quantidade	%
Brasil	27	64,29
Chile	3	7,14
Colômbia	3	7,14
Espanha	3	7,14
França	2	4,76
México	1	2,38
Peru	1	2,38
Portugal	1	2,38
África do Sul	1	2,38
Total	42	100

Fonte: dados da revisão sistemática

Com relação ao ano de publicação, conforme o Gráfico 1, percebe-se uma maior quantidade de publicações sobre a temática de pessoas em situação de rua a partir do ano de 2014. Esse dado pode demonstrar uma maior preocupação com a importância de se efetivar estudos sobre populações que vivenciam processos de exclusão e de vulnerabilidade social. No Brasil, a publicação do Decreto 7053 (BRASIL, 2009a), que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua, pode explicar a maior porcentagem de artigos publicados a partir de 2010. Além disso, o Decreto, juntamente com implementação de equipamentos sociais específicos para atender e acolher pessoas em situação de rua, trouxe mais visibilidade para a temática, que passou a ser mais investigada em cursos de pós-graduação no Brasil, revertendo, por sua vez, no acréscimo de publicações que abordam essa temática.

Gráfico 1 - Gráfico de distribuição da quantidade de publicações por ano



Fonte: dados da revisão sistemática

Quanto à área de formação do primeiro autor dos artigos publicados, tendo em vista a escolha das bases de dados, a maior parte dos estudos são realizados por pesquisadores com formação nas áreas de saúde, ciências humanas e ciências sociais. Dessa forma, em 16 estudos, os primeiros autores são graduados em Psicologia (35,71%), 8 em enfermagem (19,05%), 5 em Sociologia (11,90%), 5 da Terapia Ocupacional (11,90%), 4 em Serviço Social (9,52%), 2 em Antropologia (4,76%), 1 em Fisioterapia (2,38%), 1 em Medicina (2,38%) e 1 em administração (2,38%).

No que diz respeito à nomenclatura adotada para se referir às pessoas com vivência nas ruas, a maioria dos estudos publicados no idioma português fizeram uso do termo população ou pessoas em situação de rua (20), seguido de “moradores de rua” (9) e somente um estudo realizado em Portugal fez uso da expressão pessoas sem-abrigo (1). Dos artigos publicados em espanhol, 5 apresentam a expressão “*personas en situación de calle*” e 4, “*personas sin hogar*” e 2 usaram a expressão “*habitante de calle*”. O artigo publicado somente em inglês usou a expressão tradicional “*homeless*”. Esses resultados corroboram a discussão de Schuch e Gehlen (2012), enquanto nos países anglo-saxões e na França, usa nomenclatura utilizada destaca a

carência de moradia, no Brasil, enfatiza-se a vida na rua, com o uso dos termos morador de rua e pessoa em situação de rua. Essa última expressão, a mais encontrada nos artigos selecionados, reforça tanto a ideia de situacionalidade e transitoriedade da vida nas ruas, como também destaca a luta contra a estigmatização, na medida em que retrata o habitar as ruas, e não a carência (SCHUCH; GEHLEN, 2012).

Quanto aos aspectos metodológicos, a grande maioria dos artigos relatam pesquisas qualitativas (34) enquanto 3 artigos utilizam delineamento quali-quantitativo e 5 são pesquisas quantitativas. Conseqüentemente, os instrumentos mais utilizados foram entrevistas, observação participante e diários de campo, com destaque para três estudos que utilizaram fotografia e um estudo que utilizou entrevistas filmadas. Os estudos quantitativos utilizam questionários e escalas. Esses dados, por um lado, podem traduzir a riqueza das discussões no que tange ao aprofundamento de sentidos e significados sobre as pessoas em situação de rua, suas práticas e relações com instituições, mas por outro lado o pouco número de estudos quantitativos é uma lacuna importante, tendo em vista que se perde em extensão de participantes e diminui as chances de compreensão do fenômeno em toda a sua complexidade.

3.3.2 Análises e discussões dos aspectos relacionados à pobreza e enfrentamento

De modo geral, os artigos referem-se à condição de pobreza das pessoas em situação de rua, tanto antes como após a vivência de rua. Dessa forma, consideramos os aspectos estruturais, materiais e psicossociais da pobreza e do seu enfrentamento. Isso implica em destacar a pobreza tanto na sua materialidade, como por exemplo as privações de bens e serviços, como também nos seus aspectos e implicações psicossociais, os quais são resultados da condição de pobreza e da situação de rua propriamente dita.

3.3.2.1 Pobreza

3.3.2.1.1 Concepções de pobreza.

Apesar de nenhum dos artigos selecionados definirem como objetivo central investigar a pobreza das pessoas em situação de rua, a maioria deles traz alguma reflexão sobre pobreza, sejam para relacioná-la com a problemática da situação de rua, fazendo as contextualizações conceituais, seja para constatar que os participantes da pesquisa vivem em condições de pobreza. Desse modo, com exceção do artigo de Castillo (2017), que, considerando a existência de habitantes de rua em diferentes épocas e culturas, afirma não haver evidências de relação entre pessoas em situação de rua e pobreza e ou entre pessoas em situação de rua e capitalismo, nos demais artigos, essas pessoas são geralmente caracterizadas como

estando em situação de pobreza e vulnerabilidade. Gonzales et al. (2014), por exemplo, em estudo realizado em Medellin, Colômbia, cita fatores como exclusão, desigualdade de oportunidades e limitação econômica, que determinam as condições de vulnerabilidade, sendo que o Estado não consegue dar conta dos problemas comuns para as pessoas em situação de rua, tais como desemprego e drogadicção. Fiorati et al. (2016) também destacam as condições de vulnerabilidade social, acrescentando que são múltiplas as determinações da situação de rua, referindo-se às rupturas no trabalho e nos vínculos familiares e comunitários, decorrentes dos efeitos negativos da globalização econômica, das políticas liberais e da crise do Estado de Bem-Estar Social. Constatam, ainda, nos resultados do estudo, que os participantes, bem como a sua família, estão em condição de extrema pobreza, inseridas em atividades de baixa renda, vivendo em zonas de vulnerabilidade social e apresentando várias dificuldades. O cotidiano nas ruas é marcado pela miséria, violência, criminalidade, preconceito, impotência, solidão e desespero.

A compreensão de que as pessoas em situação de rua vivem em pobreza extrema ou miséria é compartilhada por vários autores, como, por exemplo, Moquillaza-Risco et al. (2015), que consideram as condições na rua como sendo quase desumanas, com pouco acesso a serviços e à satisfação de necessidades básicas. Já Pedemonte (2008) destaca a diminuição da pobreza no Chile entre 1990 e 2006, no entanto a crescente desigualdade no país nesse mesmo período, como decorrência das políticas neoliberais, manteve parcela da população em condição de extrema exclusão, da qual fazem parte as pessoas em situação de rua. Nobre et al. (2018) também vinculam a situação de rua à política neoliberal implementada no Brasil, que prejudicou as políticas sociais, originando um processo de criminalização da pobreza.

A pobreza e a situação de rua são compreendidas também a partir dos aspectos estruturais da sociedade capitalista. Essa é a posição de Kunz, Heckert e Carvalho (2014), que concordam com análises acerca da população em situação de rua que enfatizam os aspectos estruturais políticos, sociais e econômicos, compreendendo o desemprego, a baixa escolarização e a fragilização dos vínculos sociais. Essa compreensão é parecida com a de Flores et al. (2015), que partem da ideia de que a situação estrutural econômica do país gera exclusão social, extrema indigência, ausência de moradia e rupturas significativas de vínculos sociais e familiares.

Para Aguiar e Iriart (2012) e Andrade, Costa e Marquetti (2014), a miséria, bem como a situação de rua, fazem parte da lógica própria da sociedade capitalista. Segundo os primeiros, essa lógica se traduz na ideia de competição, na precarização de vínculos trabalhistas e de qualificação profissional e na estigmatização de trabalhadores considerados subalternos. Para as segundas, a miséria é um resultado inevitável do capitalismo, de modo que se busca

gerir e escondê-la, e as pessoas em situação de rua presentificam e visibilizam a miséria, mostrando que qualquer um pode ter esse mesmo destino.

Partindo também dessa perspectiva de análise estrutural, alguns artigos fazem uso do conceito de exclusão social e da nova questão social. Nesse sentido, Botti et al (2010) consideram o conceito de exclusão a partir de Robert Castel, compreendendo a ruptura das relações familiares e afetivas e com o mercado de trabalho, além da pouca participação social. As pessoas em situação de rua, portanto, são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos. O processo de exclusão é explicado ainda não só pela segregação e marginalização, mas também pela desconsideração da existência humana (BOTTI et al., 2010). Já Galvani e Barros (2010) se referem à precariedade das relações de trabalho que marcaram a vida do participante da pesquisa, devido à falta de estabilidade e de garantias, caracterizando o que Robert Castel chama de Nova Questão social, implicando num processo de desfiliação, oriundo da desproteção provocada pela fragilidade das relações familiares e comunitárias. Um dos artigos, que relata pesquisa realizada na Espanha, cita a crise econômica de 2008, entendendo que seus impactos geraram desemprego e impossibilidade de muitas pessoas conseguirem manter uma casa (PATRICIO; AJURIA; CASTRO, 2017)

Apesar da consideração da origem estrutural da pobreza e situação de rua, a maior parte dos artigos considera a multideterminação e a pluralidade de fatores determinantes. Nesse âmbito, Flores et al. (2015) destacam, que haveriam outras causas, além dos fatores estruturais. Nessa reflexão, as causas biográficas, da história individual, também contribuem para produzir a situação de rua, incluindo questões familiares, de trabalho, de saúde e de uso de substâncias psicoativas. Destacam, também, a pouca oferta de serviços que possam atender ao papel de proteção, prevenção e promoção da superação da situação de rua. Botti et al. (2010) compartilham dessa posição, no entanto acrescentam os desastres naturais também como uma possível causa. Caravaca-Morera e Padilha (2015a) compreendem que, além dos fatores macrossociais referentes à estrutura social, a ida para as ruas se deve a fatores meso e microssociais. Os aspectos microssociais dizem respeito às questões pessoais e familiares, tais como as carências vivenciadas na família no aspecto afetivo e de proteção, enquanto os mesossociais correspondem à falta de oportunidades, educação, violência, desemprego e outras carências na vida comunitária.

Alguns artigos publicados no Brasil empregam a definição trazida pelo Decreto 7053 (BRASIL, 2009a), demarcando as pessoas em situação de rua a partir da ideia de heterogeneidade, pobreza extrema, rompimento de vínculos familiares, desfiliação social, falta de moradia fixa e utilização de espaços públicos para sustento e moradia (DE TILIO;

OLIVEIRA, 2016). Ao aprofundar essa compreensão, Campos e Moretti-Pires (2018) acrescentam que a ida para a rua é complexa, determinada pela carência de outras possibilidades de vida, sendo, portanto resultado de desigualdades sociais e de várias exclusões.

Dessa forma, são vários os fatores que caracterizam a situação de rua, de modo que, para Schenck et al. (2017) a complexidade dessa questão é colocada a partir da multiplicidade de motivos que levam à essa situação: pobreza, desemprego, problemas familiares, baixo nível educacional, uso abusivo de drogas e problemas de saúde/saúde mental que os impedem de sair da pobreza. É clara a exposição a riscos, a problemas de saúde, a violência, etc., levando a uma existência indigna

Apenas um artigo lança uso do conceito de interseccionalidade, a fim de compreender a relação da pobreza com outros fatores. Campos e Moretti-Pires (2018) reforçam a necessidade de considerar a intersecção de diferentes aspectos que implicam na opressão social, em virtude das relações desiguais de poder. Em estudo junto a participantes homossexuais, essa pesquisa constatou que as desigualdades de gênero estão entre os fatores que levam as pessoas LGBTQIA+ para as ruas, sempre associado a outros fatores, como violência de gênero, rupturas familiares, migração e classe social. A pobreza se expressa de maneira desigual para certos grupos populacionais, como é o caso da população LGBTQIA+, tendo em vista há uma relação entre identidade de gênero e classe social na vida dos participantes da pesquisa, sendo que tanto a pobreza como a ida para as ruas tiveram como motivação a violência sofrida no interior da família devido à identidade de gênero. Os autores referem-se às desigualdades econômicas e sociais como um importante fator de exclusão e motivação para a situação de rua, no entanto, a rua é também determinada pela violência familiar, levando a crer que as populações de rua LGBTQIA+ sofrem dupla exclusão.

3.3.2.1.2 Dimensões trabalho/renda, habitação e educação.

A vivência nas ruas é marcada por diversas privações, incluindo as de ordem material, o acesso a serviços e direitos, e a possibilidade de realização de capacidades humanas. De Tilio, Vidotto e Galego (2015) salientam que as oportunidades de acesso a emprego, saúde, educação e outros direitos como cidadãos são restritas para a população em situação de rua. Além disso, a precariedade das condições de vida na rua e as privações discutidas nos estudos incluem dificuldades relacionadas à falta de moradia, especialmente à noite, na hora de dormir.

Essas privações se tornam mais acentuadas para pessoas que estão há mais tempo vivendo nas ruas. Panadero-Herrero e Muñoz-López (2014), ao investigar saúde, qualidade de vida e consumo de substâncias em função do tempo de situação de rua, apontam para a

deterioração dessas pessoas em aspectos relacionados a hospedagem, situação econômica e relação familiar. A renda era baixa tanto para as pessoas com mais de cinco anos na rua como também para o grupo com menos de um ano de situação de rua, e a mendicância era a atividade exercida por quase 30% das pessoas com maior tempo na rua. Com relação ao trabalho, para ambos os grupos, quase 70% não tinham trabalhado no mês anterior à aplicação dos questionários, nem estava trabalhando no momento da aplicação, o que demonstra um estado de privação nesse aspecto. No caso do local de dormir, são sérios os problemas, sendo piores para os que moravam mais tempo na rua.

A privação do acesso à educação é identificada junto aos participantes do estudo de Fioratti et al. (2017), os quais possuíam baixa escolaridade e tinha ascendentes analfabetos ou também com baixo grau de instrução. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo realizado na África do Sul por Schenck et al. (2017), os quais compreendem que isso acontece como decorrência das condições de pobreza da família de origem dos participantes.

3.3.2.1.3 Dimensão Saúde

Muitos artigos trazem investigações sobre o processo saúde-doença-cuidado das pessoas em situação de rua, os quais demonstram que as condições de vida das pessoas em situação de rua trazem vários prejuízos para a saúde e para o cuidado. Para os participantes da pesquisa de Vale e Vecchia (2019), ter boa saúde nas ruas é algo quase impossível, devido à precariedade das ações de prevenção e de promoção de saúde. A dificuldade de ter uma alimentação regular e com horário, além das noites mal dormidas e as más condições de higiene são apontadas como impedimentos para ter boa saúde (VALE; VECCHIA, 2019). Aguiar e Iriat (2012) também confirmam as condições precárias de vida e de saúde tanto para os que moram nas ruas como para os abrigados, no entanto, esses últimos tem mais possibilidades de cuidar da higiene, ter segurança e conforto. Já Roca, et al. (2019) se referem ao fenômeno da *porta giratória*, que acontece quando a pessoa com alguma enfermidade, transtorno mental ou que faz uso abusivo de drogas tem mais chances de ir para a rua, que, por sua vez, agrava a condição de saúde, levando a pessoa a ter vários episódios de morar na rua, ou seja, fica alternando momentos em que mora numa casa e vive na rua. A pesquisa desses autores demonstrou que o uso abusivo de drogas, doença grave ou crônica e vivenciar eventos estressantes na vida são os fatores fazem com que as pessoas tenham repetidos episódios de situação de rua.

Uma questão central diz respeito à insegurança alimentar. Na pesquisa de De Tílio e Oliveira (2016), a comida foi relatada como sendo fácil de conseguir, no entanto há problemas no armazenamento, de modo que as marmitas ficam expostas a pombos. Apesar dessa facilidade

de obter comida na rua, também são apontadas algumas dificuldades, como revelam Aguiar e Iriart (2012), que compararam as condições de saúde de pessoas abrigadas e não abrigadas. Os abrigados têm a segurança de três refeições, já os que moram na rua vão em busca de doações, restaurantes populares ou procuram de comida em lixo e outros lugares. Há ainda relatos de pessoas que passam fome, especialmente logo após chegarem à situação de rua. Um outro problema é a dificuldade de acesso à água potável por parte das pessoas em situação de rua, com relato de “cenas degradantes em que estas bebiam água e lavavam suas vasilhas de comida em fontes públicas cheias de limo e sujeira” (AGUIAR; IRIART, 2012, p. 119). Nesse quesito, resultados semelhantes foram encontrados por Andrade, Costa e Marqueti (2014), cujos participantes revelam formas de enganar a fome, tais como beber água. Para as autoras, as doações e o ato de fuçar lixo significa viver das sobras da sociedade. Já os resultados da investigação de Schenck et al (2017) demonstram insegurança alimentar junto aos participantes, na medida em que 23% relataram procurar comida no lixo e 67% afirmaram que ajudam um ao outro para obter alimento.

Estudo realizado por Neves-Silva, Martins e Heller (2018) mostram as dificuldades de acesso à água quanto ao esgotamento sanitário nas ruas, onde as pessoas conseguem água para beber, para tomar banho e lavar roupas a partir de doação de bares, restaurantes, postos de gasolina, bicas e fontes de praça. A violação desse direito reforça ainda mais a vulnerabilidade, prejudicando a qualidade de vida e ocasionando doenças como diarreia, febre tifoide, dores de estômago e problemas de pele devido à falta de acesso à água de qualidade.

Dessa forma, são diversos os prejuízos à saúde das pessoas, devido às condições de pobreza e as privações vivenciadas nas ruas. A esse respeito, Cefaï (2010), em estudo realizado em Paris, destaca as dificuldades de locomoção devido a doenças e outros agravos, que restringem ou impede a mobilidade e a autonomia. Segundo o autor, o distúrbio de mobilidade muitas vezes se articula a distúrbios de temporalidade, no que se refere a falhas de memória em relação aos dias anteriores.

O tempo de situação de rua determina a intensidade e o tipo de agravo, de maneira que quanto maior o tempo nas ruas, mais graves são os prejuízos à saúde (FARIAS; RODRIGUES, MARINHO; NOGUEIRA, 2014). Essa é a mesma conclusão de Patricio, Ajuria e Castro (2017), cujos resultados da pesquisa evidenciaram que, apesar da idade ser semelhante em ambos os grupos, a percentagem de pessoas com deficiência e que fazem uso de álcool é maior no grupo com mais de cinco anos nas ruas, já os participantes com menos de um ano em situação de rua apresentaram maior pontuação em Ansiedade e Disfunção social, que, para os

autores, pode indicar que esse grupo ainda estava se fortalecendo e se adaptando a nova situação.

A respeito dos tipos de problemas de saúde entre as pessoas em situação de rua, Aguiar e Iriart (2012) citam HIV e outras DSTs, transtornos mentais, problemas dentários, gastrointestinais, dermatológicos e abuso de substâncias, que, principalmente crack e álcool, tem como objetivo aliviar e suportar o sofrimento. Há também estudos que demonstram que há, na população em situação de rua, uma maior prevalência de transtornos mentais e outras doenças, se comparada à população geral. Moquillaza-Risco et al. (2015) encontraram alta prevalência de doenças crônicas, assim como de transtornos mentais e demências, e quase metade dos participantes apresentaram dependência parcial e 70% alguma deterioração cognitiva, com maior probabilidade na mulher. Já a pesquisa realizada por Patricio, Ajuria e Castro (2017) demonstra maior morbidade e mortalidade de pessoas em situação de rua. Ao comparar com pessoas com residência fixa, encontrou maior gravidade de problemas de saúde no grupo das pessoas em situação de rua, incluindo maior prevalência de transtornos mentais e de uso de drogas, relatado por 77,6% das pessoas em situação de rua frente a 21% das pessoas com residência. Além disso, as pessoas em situação de rua morrem 23 a 24 anos mais cedo, tem 11,7 vezes mais chances de apresentar ideias suicidas e 40 vezes mais chances de contrair tuberculose, que é uma das doenças mais frequentes para essa população. Os autores frisam ainda que o uso de drogas injetáveis e a dificuldade de ter hábitos saudáveis pode favorecer ao surgimento de doenças infecciosas.

Os resultados de Botti et al. (2010) foram semelhantes, enfatizando a questão da alta vulnerabilidade da população em situação de rua a vários fatores de riscos para a saúde, que estão relacionados à condição de pobreza extrema. Nesse aspecto, os autores compreendem a pobreza como um aspecto importante no aumento dos transtornos de depressão, devido à sua relação com as condições sociais, as quais podem levar à desesperança e dificuldade de lidar com situações de estresse. No entanto, salientam que muitos são os problemas mentais de pessoas em situação de rua, mas há dificuldades de delimitar se eles são anteriores ou se desenvolveram após a situação de rua. A pesquisa de Patrício, Silva, Araújo, Silva, Nascimento, Rodrigues e Leite (2019) apresentaram também resultados semelhantes no que se diz respeito aos prejuízos à saúde mental das pessoas em situação de rua, na medida em que 71,4% dos participantes apresentaram algum transtorno mental comum, e a mesma porcentagem relatou apresentar sentimento de tristeza. Para esses autores, as pessoas em situação de rua estão mais vulneráveis ao agravamento da saúde, tendo em vista que estão expostos a violência, uso de drogas, abuso sexual.

3.3.2.1.3 Dimensão Direitos Humanos.

Além das violações de direitos no que diz respeito à privação de acesso às necessidades humanas básicas, a maioria dos artigos selecionados abordam a violência sofrida pelas pessoas em situação de rua. São várias as formas de violência: violência estatal (da polícia e outros agentes públicos), violência entre as pessoas em situação de rua, violência de gênero. Nobre et al. (2018) colocam o descaso do estado, o sucateamento das políticas públicas, a opressão e a invisibilidade como formas comuns de violência sofrida por essa população. Destacam-se ainda a violência praticada por pessoas ou grupos intolerantes devido à situação de pobreza (ROSA; BRÊTAS, 2015).

No entanto, são vários os estudos que revelam que a violência está presente antes da situação de rua. A esse respeito, Caravaca-Morera e Padilha (2015b) constataram que a violência é um motivo importante para a ida para as ruas, enfatizando a naturalização da violência doméstica, tendo em vista que os participantes sofreram vários tipos de agressão intrafamiliar. Os resultados demonstram que eles sofreram diferentes tipos de violência no interior do seio familiar: punitiva/física, sexual, psicológica e negligência ou abandono. Os participantes da pesquisa revelam omissões, falta de amor e de presença, com destaque para discursos que relembram momentos em que os pais estavam boa parte do tempo bêbados.

Alguns estudos buscam entender mais a fundo a violência de gênero, destacando que as mulheres em geral caem na situação de rua devido à violência doméstica familiar e, nas ruas, estão ainda mais expostas a várias formas de violência, inclusive a sexual (COSTA et al., 2015). É, também, o que concluem Rosa e Brêtas (2015), para quem as mulheres vivenciam disputas de poder dentro da família, carregando as marcas das violências sofridas, e as que enfrentaram esses embates, foram ainda mais violentadas. Para esses autores, a violência aparece de forma transversal na vida das mulheres, tendo consequências para as relações sociais e para o ingresso nas ruas, de modo que elas acabaram sendo mais tolerantes a formas não físicas de violência. No entanto, também foram comuns relatos de violências psicológicas, verbais e negligência, entendidas pelas participantes da pesquisa como se não tivessem tanta importância.

Ainda no que se refere à violência de gênero, Campos e Moretti-Pires (2018) enfatizaram a violência sofrida por lésbicas e gays em situação de rua, diferenciando a violência de gênero contra a mulher e contra o homem homossexual. Enquanto na mulher é mais comum o estupro coletivo, no homem prevalece a violência física e o preconceito, tanto por parte de outras pessoas em situação de rua como também de pessoas que não moram nas ruas. Há uma

lógica nas ruas de virilidade e domínio por parte dos homens, de maneira que, segundo esses autores, se busca fazer ajustes no caso de homens não viris, às vezes com violência ou até homicídio. Há também diferenças em relação à cobiça de lésbicas femininas e de masculinizadas, pois as primeiras sofrem mais riscos de assédio e de violência sexual, enquanto a masculinização do corpo protege contra agressões sexuais.

Outra forma de violência referida pelos estudos diz respeito à omissão ou atos cometidos pelo Estado ou por agentes estatais, sendo a mais comum a violência cometida pela polícia. Segundo Kunz, Heckert e Carvalho (2015), muitos preferem não denunciar as agressões da polícia e outras violações de direitos humanos por medo de represálias. As pessoas em situação de rua, na verdade, são vistas como os perigosos, que devem ser vigiados e combatidos, e não protegidos. Essa é a compreensão trazida também por Andrade, Costa e Marquetti (2014), que afirmam que os agentes de segurança pública protegem os "não moradores de rua", agindo de forma violenta e desrespeitosa contra pessoas em situação de rua. Em alguns casos, há uma relação pacífica com a polícia, mas desde que sejam respeitadas certas normas, como, por exemplo, não ir a locais turísticos.

Também há relatos de maus tratos em ambientes de internação, além de ações de internação compulsória (DE TÍLIO; OLIVEIRA, 2016). Já o estudo de Neves-Silva, Martins e Heller (2018) mostrou ainda que, no que se refere ao acesso à água e esgotamento sanitário, os princípios dos direitos humanos são desrespeitados, inclusive no âmbito da participação política. Os autores entendem que o respeito a esses direitos pode implicar em transformação social, ao promover saúde, cidadania e dignidade, fortalecendo também participação social e política.

3.3.2.1.4 Dimensão Subjetiva.

As diversas privações e violações que estão presentes nas condições de vida das pessoas em situação de rua trazem uma série de implicações psicossociais, com consequências para as relações familiares e sociais e para os processos cognitivos, afetivos e comportamentais dessas pessoas. São aspectos relacionados às condições de pobreza e à vivência nas ruas, marcada pelas múltiplas privações enfatizadas acima. A questão da fragilização de vínculos sociais e familiares é um aspecto já comentado como sendo motivo para o processo de ida para as ruas, no entanto após a situação de rua, o rompimento dos laços sociais vão se intensificando gradativamente, originando também o empobrecimento das redes sociais (COSTA et al, 2015; ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014).

Essas implicações da situação de rua, para Panadero-Herrero e Muñoz-López (2014), se tornam mais danosas e difíceis de reverter quanto maior for o tempo de moradia nas

ruas. Acerca das consequências da situação de rua, Fiorati et al (2016) constataram que os participantes da pesquisa vivenciam situações de violência, trabalho precário e autculpabilização pela sua condição de vida. Segundo esses autores, os participantes associam a sua condição unicamente ao uso de drogas, não articulando com a realidade da pobreza e desigualdade. Para explicar esse fenômeno os autores recorrem a reprodução da ideologia que naturaliza e individualiza a pobreza, ignorando os determinantes socioeconômicos, históricos, políticos e culturais que reproduzem as desigualdades sociais, que são vistas como características naturais dos indivíduos desadaptados. Por fim, os autores concluem que a situação de rua foi determinada na vida dos participantes desde o seu nascimento, tendo em vista que cresceram em famílias pobres, com baixa escolaridade, empregos desqualificados e com rede social fragilizada.

Uma consequência visível da situação de rua é a transformação do corpo do indivíduo. Para Cefai (2010), muitas pessoas que moram na rua se apresentam desgastados, fragilizados, cansados e com mau cheiro, seja devido à sujeira, seja por causa de alguma doença ou infecção. Graeff (2012) refere-se a um certo mal-estar causado pelo corpo precarizado da pessoa em situação de rua, o qual só é percebido em decorrência do mal-estar que causa, cujas situações catalogadas na pesquisa incluem fome, dores, exaustão física, enjoos, doenças, crises de ansiedade, desmoralizações, etc. Por fim, esse autor discute que, devido às condições de existência, as pessoas em situação de rua têm a sua *hexis corporal* transformada, sendo, por isso, cada vez mais sujeitos a desrespeito e estigma, além de experimentar também mudanças na autoimagem e na relação da pessoa com o mundo e com os outros (GRAEFF, 2012).

Dessa forma, são bastante frequentes os relatos de estigma e preconceito. Conforme Caravaca-Morera e Padilha (2015a), as pessoas em situação de rua estão entre aqueles que não se adequam às normas sociais, de modo que por esse motivo sofrem exclusão e estigmatização. Partindo de Goffman, esses autores compreendem que o estigma acaba se sobressaindo em relação a outros atributos positivos, destacando ainda que os participantes da pesquisa, desde a vida no interior da família, sofreram privações em termos de acolhimento. No caso dos participantes da pesquisa desses autores, o uso de crack colaborou para reforçar o processo de estigmatização, devido à intensificação dos rótulos de vagabundo, crackeiro e malandro, contribuindo para o isolamento social e a diminuição da autoestima. Resultados semelhantes foram encontrados por Rodrigues, Lima e Holanda (2018), para quem a perspectiva proibicionista relacionada ao uso de drogas contribui mais ainda para criminalização e estigmatização dessa população. Em estudo realizado junto a jovens em situação de rua de Medellin, Colômbia, Silva et al (2018) concluíram que os estigmas são tão fortes que, mesmo

ocorrendo um processo de socialização, permanecem vivos na memória, afetando a percepção de si mesmo (SILVA et al, 2018).

Pimenta (2019) apresenta dados que demonstram claramente a estigmatização sofrida por essa população, na medida em que 70,5% dos participantes da pesquisa relataram terem sido presos, sendo que 24,2% foram presos sem terem cometido nenhum delito, seja por engano ou por denúncias da vizinhança. Além disso, a referência a tratamentos negativos (como medo, desconfiança, indiferença e preconceito) foram mais frequentes (75,9%) do que os tratamentos positivos, como os que se referem a doações e outros atos de solidariedade, os quais foram apontados por 51,8% dos entrevistados (PIMENTA, 2019). A estigmatização também se manifesta de forma simbólica pela forma de tratamento hostil por parte de pessoas que tem moradia regular ou proprietários e trabalhadores em estabelecimentos comerciais, se expressando também no impedimento ou expulsão de espaços públicos ou estabelecimentos públicos e privados (PIMENTA, 2019).

O estigma também é percebido na relação dos funcionários de serviços públicos com as pessoas em situação de rua, gerando dificuldades no acesso às unidades de saúde, que, para Aguiar e Iriart (2012), ocorre pela falta de documentos e de endereço fixo, e também devido ao preconceito e discriminação. Autoculpabilização, vergonha e inferiorização são resultados associados à estigmatização. Ou seja, as pessoas em situação de rua, em muitos casos, se reconhecem como os únicos responsáveis por estarem nessa condição, devido ao uso de substâncias, às más amizades, a envolvimento com crimes e aos conflitos familiares (SCHENCK et al., 2017; DE TÍLIO; VIDOTTO; GALEGO, 2015). Um participante do estudo de Rodrigues, Lima e Holanda (2018) traz um discurso de autoculpabilização pela sua situação, na medida em que ele acha que a situação de rua é um castigo, uma punição por ele ter usado drogas, por ele não ter se esforçado muito. Sendo assim, a estigmatização, para esses autores, leva a um processo de autoexclusão dessas pessoas, no sentido de que elas não se reconhecem como sujeitos de direitos, experimentando sentimentos de vergonha e de inferiorização por estar em situação de rua, fato mais reforçado ainda pela discriminação em serviços de saúde, mobilizada tanto pela situação de rua como pelo uso de drogas. Os resultados do estudo de Donoso et al. (2013) também identificaram autopercepções negativas, caracterizadas pela baixa autoestima, tristeza, representações sociais pejorativas e sentimento de ser excluído, além do cansaço e sofrimento decorrente das condições adversas.

Diante do sofrimento, tristeza, saudade da vida anterior, o consumo de drogas pode ser uma resposta à situação de desamparo, conforme estudo de Tílio, Vidotto e Galego (2015). A relação entre drogas e situação de rua é reforçada pelas conclusões do estudo de Patricio,

Ajuria e Castro (2017), segundo as quais o uso de drogas é mais frequente na população em situação de rua se comparada a pessoas com residência.

A respeito das implicações psicossociais e das consequências danosas da situação de rua e de pobreza para os indivíduos, Pedemonte (2008) refere-se a uma intensa deterioração psicossocial junto às pessoas em situação de rua, no entanto também são identificados recursos e capacidades para lidar com as adversidades características da vida na rua.

3.3.2.2 Enfrentamento

3.3.2.2.1 Recursos para o enfrentamento.

Apenas oito artigos utilizam a expressão enfrentamento nos seus estudos, no entanto sem definir ou explicitar o termo, geralmente se referindo a enfrentamento das dificuldades, como por exemplo do uso abusivo de drogas. Os demais tratam dos recursos, ações e práticas para lidar com as condições de vida e sobreviver. Sobre as potencialidades e recursos identificados nas pessoas em situação de rua, Kunz, Heckert e Carvalho (2015) problematizam a visão dessas pessoas como pobres e perigosos, tendo em vista que o estudo encontrou riqueza, criatividade e complexidade. Já Cabrera (2019) entende que as pessoas em situação de rua devem ser compreendidas como sujeitos ativos, que transformam lugares, criam representações e assumem responsabilidades.

Nesse sentido, as discussões de Jesus e Menezes (2010) levam a crer que a experiência de viver na rua promove transformações na vida dos indivíduos, na medida em que possibilita desenvolvimento e aumento no que diz respeito à percepção de controle sobre a própria vida, ocasionando o desenvolvimento de certas competências, como por exemplo, de lidar com as questões da vida na rua, resolver conflitos interpessoais e solucionar problemas. Além da capacidade de adaptação, essas autoras destacam ainda a proatividade, a resiliência e o aumento do empoderamento psicológico. Já Alvarez, Alvarenga e Della Rina (2009) desenvolveram a estratégia do encontro transformador, que é definido como aquele que desperta as potencialidades dos envolvidos, ocasionando a “retomada do rumo de suas existências” (p. 260), que seria o sentido da vida. A ideia é de que seria necessário um outro significativo para que as potencialidades pudessem se desenvolver, por isso as autoras promoveram o encontro de uma professora aposentada e dois moradores de rua, cujo vínculo construído possibilitou o despertar da vontade de trabalhar, retomar os vínculos familiares e buscar novas possibilidades de existência. Todavia, apesar das potencialidades emergidas e da criatividade que aflorou, as autoras concluem que, sem a efetividade do apoio da sociedade, os moradores de rua tiveram dificuldades em manter a transformação ocorrida.

Pedemonte (2008) demonstra as transformações ocorridas num grupo de seis pessoas em situação de rua facilitado por um sociólogo e uma psicóloga de uma fundação atuante em Santiago-Chile. No grupo, se constrói um processo de validação intersubjetiva, de modo que, para enfrentar a invisibilidade social e a indiferença do Estado e da sociedade, eles passaram a tratar um ao outro com respeito, afeto, empatia e solidariedade, que funcionou como o contraponto ao abandono e solidão. Dessa forma, eles passaram a reconhecer tanto os seus direitos, como também se reconhecer como capazes de diálogo e de ação, percebendo-se aptas a transformar não somente as suas vidas individuais como também a sociedade. Resultados semelhantes foram encontrados por Silva et al. (2018), que destacaram uma representação positiva de si mesmo junto aos participantes da pesquisa, os quais se reconhecem como sinceros, capazes de transformar suas vidas e de enfrentar o estigma social.

Um recurso importante para o enfrentamento são as redes de apoio social disponíveis para as pessoas em situação de rua, onde existe uma rede de relações, de modo que são construídos novos laços sociais, que, segundo Flores et al. (2015), eles não desejam romper. Essa construção de vínculos, Conforme Vernaglia, Vieira e Cruz (2015), se assemelha a uma família, implicando em relações de solidariedade e pactuações entre homens e mulheres, com o objetivo de compartilhamento de alimentos, crack, apoio e proteção.

No entanto essas relações informais de solidariedade não são as únicas fontes de apoio existentes na rua. Donoso et al. (2013) refere-se aos recursos governamentais e não-governamentais, incluindo a caridade. Já Galvani e Barros (2010) consideram que há uma rede complexa de relações e interdependência que não significa vão além da mera assistência, não gerando dependência. Seria uma rede assistencial que não se limita ao assistencialismo, incluindo governo, associações, a Igreja, a praça, as relações familiares, a cultura e o trabalho. Essas autoras enfatizam a importância da igreja, tendo em vista que foi por meio dela que o participante da pesquisa conseguiu emprego, fato que o ajudou a retomar o convívio familiar e a parar de beber, além de ter assumido um novo status, o de transmitir conhecimento a outras pessoas em situação de rua, com o objetivo de oferecer ajuda. As autoras trazem, ainda, uma discussão de que pesquisas mostram que o pertencimento a uma igreja ou grupo religioso pode funcionar como fator de proteção ao uso de droga e ajudar o indivíduo a parar de consumir.

Sobre a rede de apoio governamental, os artigos geralmente apresentam os programas existentes e problematizam os gargalos e desafios relacionado às políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Castillo (2017) refere-se aos serviços-dia, aos albergues, aos programas de redução de danos, de mudança de estilos de vida, de apoio

alimentar e outros, mas aponta a falta de ações integradas para o tratamento da dependência de uso de drogas e para geração de emprego e renda em Bogotá-Colômbia.

No Brasil, De Tílio e Oliveira (2016) apontam para o escasso investimento do Estado e a pouca qualificação dos profissionais, prevalecendo o modelo curativo-medicamentoso. Constatam, ainda, limitações no serviço Consultório na Rua, pela insuficiência de recursos e profissionais. Costa et al. (2015), por sua vez por sua vez, destacam que as políticas de segurança pública partem de uma lógica higienista, na medida em que as ações tendem a proteger os demais cidadãos de uma suposta ação nociva das PSR. Por fim, problematizam a relação das participantes com os equipamentos assistenciais, que reforçam a dependência e a fixação delas na rua.

Um único estudo aborda as relações de contato corporal entre agentes sociais e moradores de rua, Cefai (2010) destaca a importância do toque, aperto de mãos, contato olho no olho, do cheiro e dos cuidados oferecidos pelos profissionais, relacionados a banho e higiene. Esses contatos são considerados, pela equipe de trabalhadores, como momentos de aproximação e de avaliação, possuindo efeito simbólico de acolhimento e aproximação, revelando-se como instrumentos de cuidado ao morador de rua. Isso é feito de maneira a respeitar a autonomia e intimidade do corpo, sem ser de forma brusca e sempre com autorização.

No aspecto propositivo, os artigos que de alguma forma analisam as políticas públicas destacam, no geral, a necessidade de interdisciplinaridade, intersetorialidade, articulação de redes (CARACAVA-MORERA; PADILHA, 2015b), bem como de atender às especificidades e complexidade das pessoas em situação de rua, que possuem características diferenciadas em relação à pessoas com residência fixa (AGUIAR; ARIART, 2012). A esse respeito, Rosa e Brêtas (2015) enfatizam ainda as peculiaridades do universo feminino nas ruas, atentando para a necessidade de cumprir com mais efetividade a Lei Maria da Penha e de que os serviços de saúde e assistência estejam mais atentos ao processo saúde-doença dessa população e à necessidade de fortalecer as redes de apoio formais e informais.

Ainda referindo-se às políticas públicas, para Castillo (2017), as ações devem incidir sobre os condicionantes da situação de rua, incluindo pobreza, desigualdade, iniquidade, combinando ações macro e micro incidentes sobre os determinantes sociais da saúde, considerando a participação social e o empoderamento comunitário. Já Rodrigues, Lima e Holanda (2018) refletem sobre a necessidade de formação dos profissionais, tendo em vista a reprodução de estigma existente atualmente e que impacta nos serviços e nas intervenções.

Seria urgente levar em conta as potencialidades dos sujeitos, a fim de que eles se reconheçam de uma maneira que possam emergir novos personagens. Por fim, o estudo de Panadero-Herrero e Munoz-Lopes (2014), ao encontrarem diferenças nas características das pessoas em função do tempo de situação de rua, concluem que esse fato deve ser levado em conta no momento de planejar e executar intervenções voltadas a essa população, considerando sempre o fomento à autonomia.

3.3.2.1.2 Práticas de enfrentamento.

Nessa dimensão, são analisadas as práticas realizadas pelas pessoas em situação de rua, para se adaptar e sobreviver na rua, resistir às violências e violações ou para desenvolver projetos de vida e existência, seja permanecendo ou buscando sair da situação de rua. Nesse aspecto, Donoso et al. (2013) dedicam uma categoria de análise às formas de enfrentar a realidade, enfatizando a busca pela sobrevivência para suprir as necessidades, o uso de álcool e drogas, o trabalho formal ou informal e a mendicância. Já Kunz, Heckert e Carvalho (2014) utilizam os conceitos de táticas e modos de vida a fim de analisar as ações individuais e coletivas das pessoas em situação de rua, que reinventam as práticas de ocupação do espaço público. As autoras cuidaram para não naturalizar as pessoas em situação de rua como sendo necessariamente marcadas pela miséria e pobreza, pois buscam, na verdade, desvendar as táticas e astúcias deles com vistas à sobrevivência. Dessa forma, os resultados revelam algumas táticas utilizadas pelas pessoas em situação de rua, que incluem: alimentação, correria, regras, relação com a cidade, incluindo igrejas, comerciantes e segurança, banho, pertences, trabalhos etc.

A respeito das práticas de enfrentamento à situação de rua, Holanda (2019) destaca as expressões “sistema da rua” e “se virar”, utilizadas pelo participante da sua pesquisa. O sistema da rua diz respeito às experiências negativas vividas na rua, caracterizadas como difíceis e pesadas, incluindo privações, exclusão, violência e riscos, traduzindo-se num modo de organização específico, ao qual o morador de rua é obrigado a se submeter a partir do momento que chega na rua. Já a outra categoria, "se virar", corresponde às ações necessárias para se adaptar ao sistema, implicando em aprendizagem de certas habilidades e a criatividade para enfrentar e se afastar do sofrimento (HOLANDA, 2019). Remete, portanto, a ideia de não passividade, de ser um sujeito ativo para garantir recursos, incluindo obter comida, roupa, água; cozinhar; preparar o local de dormir; caminhar e conhecer espaços e atores; obter bicos; e enfim construir uma rede de relações (HOLANDA, 2019). Dentre as práticas relativas ao “se

virar”, Holanda (2019) destaca o ato de “manguear”⁷, que para ele não decorre somente da necessidade de subsistência, na medida em que o participante da pesquisa arrisca pedir comida num local novo, desconhecido, para provar novos temperos. Beber cachaça para enganar a fome e não precisar jantar é um outro exemplo, e, em alguns casos é necessário beber de maneira o mais discreta possível, guardando a garrafinha cheia de cachaça dentro do bolso, a fim de evitar a repressão de policiais, que costumam derramar a bebida quando flagram pessoas bebendo no espaço público. O uso da rede de relações também é uma forma importante de enfrentamento, que pode acontecer para conseguir alimentos ou bebida. Um outro acontecimento que revela a forma como "se virar" diante do "sistema da rua" é o silenciamento diante de atos de violência cometidos na rua, exemplificado pela forma como agiu o participante da pesquisa (HOLANDA, 2019), quando estava dormindo e ficou estático, fingindo dormir, ao escutar três moradores de rua espancarem até a morte o amigo que dormia ao lado. O silenciamento é uma forma de enfrentamento que evita ser a próxima vítima, no entanto gera sofrimento devido à ambiguidade entre ser testemunha de um ato grave de violência e fingir não ser testemunha (HOLANDA, 2019). Por fim, Holanda (2019) reflete que a habilidade de "se virar" na rua é uma forma de não ser capturado pelo "sistema da rua", caracterizando-se pela ação criativa do indivíduo, que busca novas formas de viver e habitar na rua, novas práticas, sentidos e valores. Nessa busca, ainda que ocorra no âmbito micropolítico, se constitui um modo de vida que se configura como um processo de organização política (Holanda, 2019).

Sobre as formas de ganhar dinheiro nas ruas, Kunz, Heckert e Carvalho (2014) referem-se à expressão *correria*, que é uma tática que implica em conseguir dinheiro, mediante o manguear, por exemplo, mas também atos criminosos. Com relação ao trabalho, Fioratti et al. (2017) encontrou relatos de inserção em atividades de baixa renda sendo que os participantes acima de 40 anos relataram alguma ocupação profissional, como pintor e pedreiro, enquanto os mais jovens limitam-se a relatar atividades informais (tráfico de drogas, reciclagem, vigia de carro, etc). Resultados semelhantes foram encontrados no estudo de Schenck et al. (2017), na medida em que 65% realizam *day labour* (trabalho informal, pago por dia), 30% coleta de lixo, 22% viviam de auxílio governamental, 19% tinham emprego formal e 2% praticavam comércio ambulante.

Para Flores et al. (2015), as pessoas em situação de rua que já chegaram na rua após adulto, conseguem identificar atividades laborais do passado como uma ocupação significativa.

⁷ “Manguear” é uma expressão comum entre pessoas em situação de rua que se refere não à mera mendicância, mas a associação do ato de pedir a uma narrativa sensibilizadora. É, portanto, uma forma eficiente de pedir dinheiro ou qualquer outro bem material.

Na rua, o trabalho é visto como algo importante, pois os mantém longe do uso de drogas e permite o sustento da família. No entanto, em alguns casos, o desejo de trabalhar aparece distante da realidade, devido à incompatibilidade com a vida atual, restando a ilusão de que um trabalho futuro resolverá os problemas, permitindo a recuperação do vínculo com a família, mas por outro lado não realizam ações concretas para alcançar (FLORES et al., 2016). Nesse aspecto, é importante destacar que a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho e retomar o vínculo familiar é resultado de um processo de determinação estrutural, e não da falta de esforço ou dedicação individual.

Os que trabalham e obtêm renda, conseguem comprar comida, no entanto há doações de alimentos na rua, por instituições e restaurantes (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014). São comuns também uso de restaurantes populares, práticas de cozinhar nas ruas e alguns catam comida no lixo (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014). No que se refere às táticas para dormir, por exemplo, há relatos de medo de dormir nas ruas, devido aos perigos relacionados à criminalidade e uso e tráfico de drogas (DE TÍLIO; OLIVEIRA, 2016), de maneira que há uma busca de proteção como dormir em grupo, dormir com “olho aberto” ou em locais com postos policiais (AGUIAR; IRIART, 2012) ou ainda dormir durante o dia para ficar acordado à noite (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014).

Possuir cães nas ruas foi apontado como um modo de enfrentamento por Cabrera (2019) e Baltar e Garcia (2019). Para o primeiro, além da importância dos laços, ter cães na rua estimula a responsabilidade de cuidar. Já Baltar e Garcia (2019) enfatizam, além do bem-estar promovido na relação de amizade, o elemento de proteção e o papel intermediador do cão como repercussões positivas para as pessoas em situação de rua. No que se refere à proteção, os cães protegem os donos, latindo na ocasião de uma abordagem violenta da polícia ou ficando acordado enquanto seu dono dorme. O papel intermediador refere-se ao fato de que os cães atraem a atenção de pessoas que oferecem ajuda, produzindo, assim, uma nova forma de olhar para o indivíduo em situação de rua, que passa a ser visto não como coisa, mas como pessoa, “um ser dotado de emoções refletidas e suas ações para com os animais” (BALTAR; GARCIA, 2019, p. 203).

As pessoas em situação de rua buscam ocupar o espaço da cidade a fim de garantir a sobrevivência e satisfazer suas necessidades. Estudo de González et al. (2014) investigou pessoas em situação de rua que viviam debaixo de uma ponte, nas margens de um riacho, de modo que esse fornecia as mínimas condições de sobrevivência, sendo possível descansar, se alimentar, tomar banho, lavar roupas, consumir álcool e drogas, além das atividades de trabalho como reciclagem, guardar carros e venda. Já Kunz, Heckert e Carvalho (2014) partem do

pensador Michel de Certeau para se referir às pessoas em situação de rua como "praticantes ordinários da cidade", que se caracterizam pela reinvenção de práticas na ocupação do espaço e da cidade, de modo que os lugares que eram de passagem passam a ser lugares de encontro, mediante uso de prédios abandonados, casas, terrenos, pontes, viadutos, praças, marquises, entendido por eles como ocupação e não invasão.

Essa compreensão é semelhante à discussão feita por Andrade, Costa e Marquetti (2014), que consideram as pessoas em situação de rua como transgressores nesse sentido, na medida em que a vida na rua implica na transformação do espaço público da cidade, numa reinvenção do uso do espaço e das relações sociais na rua. Dessa forma eles revertem as concepções de público e privado, na medida em que a vida íntima do morador de rua acontece no espaço público. De uma maneira geral, em comparação à vida vinculada a um bairro ou comunidade, os moradores de rua rompem com as regras de convivência, construindo novas normas, códigos e regras que precisam ser respeitados. Essa transgressão também se constata pela ideia de que a ida e o viver na rua implica numa ruptura com o mercado e com um padrão de vida exigido, criando-se novos códigos de vida para garantir a sobrevivência (AGUIAR; IRIART, 2012). Além disso, segundo Costa et al. (2015), as pessoas em situação de rua constroem novas referências e ressignificam as referências anteriores.

Nobre et al (2018), em estudo realizado com mulheres em situação de rua, identificam ações que se configuram como resistência, conceito entendido como possibilidade de mudança e de criação, e não como mera reação. Dentre essas ações, apontam, por um lado, alianças e redes de proteção, solidariedade e manguieio, e, por outro lado, ações coletivas, de militância e luta, com inserções em movimentos sociais. Nesse sentido, essas autoras compreendem que as mulheres entrevistadas subvertem o modo capitalístico que exclui e violenta seus corpos, mediante a recusa à lógica consumista, o nomadismo, a arte, e a ocupação de espaços e territórios.

Diante da questão do desrespeito e da violência sofrida, conforme já abordada anteriormente, também há formas de enfretamento por parte das pessoas em situação de rua. Kunz, Heckert e Carvalho (2014), por exemplo, referem-se a estratégias de segurança, como o uso de objetos como barras de ferro, facas, facões, e a delimitação de território, com alguém no comando para garantir a segurança. Já no caso do desrespeito, Graaf (2012) percebeu uma atitude de esquiva de alguns participantes que, para ele, pode ter sido para fugir do estigma e preservar a sua autoestima. Dessa forma, há casos em que a pessoa busca esconder as marcas corporais, o odor, a sujeira, que significa esconder a condição social de morar na rua, para evitar o desrespeito. Esse autor compreende a rua como um lugar que não se limita a luta pela

sobrevivência, mas também contra as condições precárias que estão inscritas no corpo e contra o desrespeito social. Cuidar da aparência ajuda a reduzir o estigma, no entanto alguns usam o mau cheiro de propósito como forma de afastar pessoas, demarcar territórios ou se proteger contra a violência (AGUIAR; IRIART, 2012; CEFAÏ, 2010).

Alguns artigos referem-se ao uso de drogas não somente como sendo prejudicial, mas também como forma de lidar com problemas. Rodriguez (2010) destaca o consumo de droga como forma de socialização dentro de um grupo social, pois além do ato de usar drogas coletivamente, há também a possibilidade de participar de outras atividades como praticar esportes ou jogos de cartas. Na compreensão de Medeiros (2019), tendo em vista que a bebida é compartilhada e passada de mão em mão, há um ritual marcado pelo simbolismo que a bebida adquire para os moradores de rua, na medida em que contribui para a sociabilidade e para relações de reciprocidade, mediando os vínculos sociais. Dessa forma, se por um lado a droga estigmatiza e rotula a pessoa, por outro lado é um objeto simbólico que possui uma lógica social e normativa, orientando expectativas e comportamentos dentro do grupo. Para Costa et al. (2015), o uso de crack ajuda a lidar com os problemas na rua, tais como frio, dor, fome, sono, humilhação etc. Já Caracava-Morera e Padilha (2015a) compreende a droga como algo que aprisiona as pessoas na rua, tendo em vista que impede a realização de outros projetos de vida e de futuro, mas, por outro lado, é associado a uma ideia de libertação, de prazer e de anestesia das dores. Esses autores destacam ainda que o vazio existencial e a busca por um refúgio diante da estigmatização sofrida predis põem ao uso do crack, que, por sua vez, reforça mais ainda a estigmatização. Outro motivo apontado para o uso de drogas é manter-se em alerta ao longo da noite a fim de fugir da violência ou exagerar no uso até apagar e conseguir dormir. Essa é a análise feita por Campos e Morretti-Pires (2018), que citam ainda estudos norte-americanos que mostram que, devido à violência sofrida anteriormente à ida para a rua, a população LGBTQIA+ que mora na rua usa drogas com frequência maior do que as demais pessoas em situação de rua

Dois estudos abordam essa questão a partir da perspectiva familiar. Caracava-Morera (2015b) e De Tílio e Oliveira (2016) concluem que o uso de drogas é solução para compensar as ausências paternas e maternas, ou outras perdas familiares e, na falta de outros recursos disponíveis, para enfrentar a tristeza e o fato de estarem sozinhos. A partir dessas análises, percebe-se que a droga serve ao mesmo tempo para ajudar a tolerar as adversidades, entretanto contribui para intensificar a estigmatização e dificultar a saída da situação de rua, na medida em que muitos falam que para enfrentar essa condição é necessário também enfrentar o uso abusivo de drogas. Nesse sentido, Rodrigues, Lima e Holanda (2018) citam o caso de um

participante que, na luta contra o abuso de substâncias, esteve internado 17 vezes em comunidades terapêuticas, alternando com períodos na rua.

O uso de drogas também tem consequências para a higiene do corpo e o cuidado com a saúde, que no geral já é complicado. No que diz respeito ao banho, fazem uso de banheiros públicos, em chuveiros de praias, praças, cais, bares, padarias, desde que antes sejam criados vínculos, em lugares onde eles vendem materiais coletados ou em equipamentos filantrópicos (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014). Sobre o cuidado com a saúde, geralmente eles buscam o serviço de saúde em último caso, preferindo recorrer à automedicação, uso de droga para esquecer das dores, ajuda mútua, remédios caseiros, chás (De TÍLIO; OLIVEIRA, 2016; GONZALES et al., 2014). Também há os que, no caso de algum problema de saúde, se recorrem à religiosidade e ao recolhimento em algum lugar até melhorar. A justificativa para não procurar serviço de saúde relaciona-se à falta de tempo, pois precisam buscar a sobrevivência, e à ineficácia do tratamento, pois eles teriam que retornar as ruas e não poderiam aderir corretamente ao medicamento nem teriam como cuidar da saúde (AGUIAR; IRIART, 2012). O autotratamento também foi apontado como a forma mais comum de cuidado da saúde no estudo de Vale e Vecchia (2019), os quais se referem ao autocuidado em ferimentos, à automedicação, ao uso de plantas medicinais, proveniente de saberes da zona rural ou de crenças familiares e aos conselhos de amigos e conhecidos.

A procura pelo serviço de saúde somente em casos mais graves não significa que a saúde seja negligenciada nas ruas, tendo em vista que é vista como um meio, um recurso para a realização das atividades do dia a dia, a fim de satisfazer as necessidades, por isso deve ser conservada. Para os participantes do estudo de Gonzales et al. (2014) estar são é estar em boas condições e manter costumes de higiene e cuidado com a alimentação, moradia e descanso. A saúde espiritual é compreendida a partir das relações afetivas com a família e com os outros, boa autoestima, ter consciência limpa.

Uma temática de grande importância, mas pouco estudada, refere-se às questões de gênero nas ruas. Além das dificuldades enfrentadas pela população LBGT, já falada anteriormente, ser mulher também implica formas diferenciadas de enfrentamento, tendo em vista o sexismo e o risco de sofrer violência sexual. Segundo Costa et al. (2015), diferentes estratégias de proteção são utilizadas, tais como se vincular a um parceiro homem ou se isolar e viver na solidão. Na pesquisa de Rosa e Brêtas (2015), os resultados foram diferentes, na medida em que as mulheres ouvidas não relataram entrar num relacionamento por proteção, afirmando relacionar-se quando se sentiam atraídas, quando desejavam, subvertendo a ideia de que são frágeis e dependentes e enfatizando a facilidade de trocar de parceiro pela quantidade

maior de homens vivendo nas ruas. Para os autores, elas se tornaram menos tolerantes à violência dos parceiros, se comparado a quando tinham o medo de perder o lar doméstico. Já Sanchotene, Antoni e Munhós (2019) destacam que as mulheres recorrem, como forma de proteção, além da vinculação a um homem, à união com outras mulheres.

Já com relação à prostituição, ela faz parte da rotina das participantes da pesquisa de Vernaglia, Vieira e Cruz (2015), no entanto há um cuidado para delimitar o que corresponde ao trabalho e o que se refere às relações de afeto. Há, no entanto, um certo silêncio quanto ao tema, e algumas mulheres não revelam a prostituição, seja porque os parceiros não sabem seja para protegê-los de situações constrangedoras. Destaca-se, ainda, um relato que demonstra a como o masculino e o feminino são entendidos: dois participantes homens destacam a questão da sedução feminina, revelando que a mulher usa esse poder para conseguir dinheiro, enquanto os homens usam a força ou o trabalho que exige força. Apesar disso, o uso do corpo por dinheiro ou droga acontece tanto em homens como mulheres. Por fim, as relações de gênero são caracterizadas, junto aos usuários de crack em situação de rua, como sendo complexas, plurais e polissêmicas (VERNAGLIA; VIEIRA; CRUZ, 2015).

Surgiram também análises sobre perspectivas de futuro e projetos de vida em alguns artigos, que revelam expectativas para o futuro positivas, tais como voltar pra sua cidade, parar de usar droga, trabalhar, etc. e negativas, que incluem desânimo e desesperança quanto a mudar a realidade (DONOSO et al., 2013). Nesse mesmo sentido, Fioratti et al. (2017) destacam relatos que revelam desejo de ter um trabalho e uma casa e de mudar de vida, todavia acompanhado de desesperança. Outros participantes apontaram a morte como destino, no caso de não conseguirem mudar de condições de vida. Esses projetos também foram encontrados por Flores et al. (2015), incluindo também a vontade de retomar os vínculos familiares, no entanto a influência do ambiente e o problema de consumo de drogas são considerados obstáculos fortes. Também foram encontrados, por outro lado, planos para se manter vivendo nas ruas, mesmo que acompanhado do desejo de voltar a ter contato com a família, além do desejo de manter empregos informais para poder continuar sustentando o vício sem precisar roubar ou furtar (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014).

Por fim, a análise dos artigos selecionados demonstram a complexidade dessa da realidade da situação de rua, sendo necessário esforços para avaliar e criar novas estratégias de enfrentamento, considerando, por exemplo, o tempo de vivência nas ruas, tendo em vista que, para Andrade, Costa e Marquetti (2014), há pessoas que constroem um hábito nas ruas e possuem dificuldades de se reacostumar com a moradia fixa numa casa, preferindo a liberdade das ruas do que o conforto, a privacidade e a proteção da casa. Coerente com essa reflexão,

Graeff (2012) conclui que a reinserção social não é uma questão de escolha, pois somente se torna possível se a pessoa “tirar a rua do corpo”. Isso é difícil porque o recurso de esconder a sujeira, o odor, etc., não apaga facilmente as experiências de violência. Ao concluir, o autor arremata: “Uma vez incorporadas, essas experiências de privação de direitos e de degradação moral se impõem contra toda tentativa de reabilitação física e psíquica” (p. 770).

Em suma, são múltiplas as práticas de enfrentamentos discutidas. Apesar de muitas delas limitarem-se à satisfação das necessidades básicas e a sobrevivência cotidiana, a PSR também luta contra o desrespeito, ou seja, por reconhecimento social, e essa luta é política. Também foram identificadas referências a ações de resistência e à organização política da população em situação de rua nas últimas décadas, que resultou no surgimento do MNPR em 2004 (Pimenta, 2019). Ademais, Nobre et al. (2018) compreendem que foi a partir da luta e pressão do MNPR que o Estado incluiu a PSR na agenda de debate do Governo Federal, culminando no lançamento da Política Nacional para População em Situação de Rua em 2009. É importante ainda destacar as reflexões dessas autoras, que compreendem que a “macro e a micropolítica são vistas aqui como duas faces de um mesmo processo, que embora nem sempre articuladas, não se contrapõem” (Nobre et al., 2018, p. 4).

3.4 Considerações finais da revisão sistemática

Independentemente do país de realização da pesquisa ou da formação dos pesquisadores, os artigos selecionados para essa revisão sistemática apresentaram resultados e reflexões acerca das condições de pobreza das pessoas em situação de rua e das práticas para enfrentar o cotidiano adverso. Apesar de nenhum estudo ter objetivado especificamente conceitualizar e investigar a pobreza e as ações de enfrentamento, esses elementos apareceram tanto nos dados e informações apresentados como nas análises que relacionam pobreza e situação de rua.

Com relação a pobreza, os resultados demonstraram que as condições precárias de existência antecedem à situação de rua, que, por sua vez, intensifica vivência da pobreza, revelando que, juntamente com a privação de moradia, outras privações são tornadas mais intensas na vida das pessoas que permanecem na rua. Dentre estas, foram apontados aspectos que traduzem a materialidade da pobreza, na medida em que grupos são privados de recursos básicos tais como habitação, alimentação adequada, segurança, saúde e educação. Considerando que alguns estudos apontaram que essas privações já ocorriam antes da situação

de rua, é fundamental considerar a necessidade de criar condições que previnam a situação ou moradia nas ruas.

Aspectos relacionados aos processos psicológicos também precisam ser sublinhados, principalmente a questão do preconceito, estigma, autculpabilização e inferiorização, que podem contribuir para dificultar mais ainda o enfrentamento da pobreza e da situação de rua. Dessa forma, deve-se falar no duplo processo de enfrentamento, pois há a necessidade tanto de combater os estigmas, como também lutar contra as consequências devastadoras da vida nas ruas.

Essa revisão traz reflexões fundamentais para a questão da situação de rua, ao revelar que, a despeito da pobreza, violência, fragilização de vínculos e das redes sociais e uso abusivo de drogas, as pessoas em situação de rua apresentam potenciais e capacidades que podem ser fortalecidas como estratégia de enfrentamento. Todavia, tanto a pobreza como a situação de rua não se reduzem à dimensão individual, tendo em vista que existem processos de determinação estrutural relacionados aos aspectos econômicos, sociais e políticos. Como recomendações, destaca-se a necessidade de realizar pesquisas de campo que investiguem especificamente como a pobreza se manifesta junto a essa população e os desafios enfrentados por ela no que tange ao enfrentamento.

4 IMPLICAÇÕES DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Esse capítulo abrange os objetivos específicos “mensurar a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua” e “Compreender as implicações psicossociais da pobreza multidimensional para as pessoas em situação de rua”. Para isso, iremos primeiramente apresentar a concepção de pobreza com a qual trabalhamos na pesquisa, buscando contemplar tanto o seu processo de determinação estrutural como a forma como a pobreza se manifesta. Dessa forma, situamos a pobreza como resultado da lógica excludente e desigual da sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, buscamos compreender suas implicações para a vida concreta de indivíduos e grupos, em particular as pessoas em situação de rua.

Considerando que são inúmeros os discursos sobre a pobreza e sobre a situação de rua, destacamos que essas realidades devem ser abordadas em sua complexidade, de modo a evitar simplificações e abstrações que fragmentam esses fenômenos. Dessa forma, partimos das discussões que abrangem os aspectos filosófico, econômico, material, político e ético da pobreza para, posteriormente, apresentar algumas dimensões com as quais trabalhamos: Trabalho/Renda, Saúde, Educação, Subjetiva e Direitos humanos.

Em seguida, apresentaremos as discussões e análises dos resultados obtidos tanto na etapa quantitativa quanto na etapa qualitativa, no que se refere à Pobreza Multidimensional e as suas dimensões. A discussão parte do cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, considerando as múltiplas dimensões e também analisando cada uma das dimensões separadamente. No entanto, a fim de evitar simplificações na compreensão da pobreza multidimensional, além de discutir sobre causa estrutural da pobreza, lançamos mão da teoria da complexidade, a partir de Morin (2007), que nos leva a pensar nas interrelações entre as dimensões, de forma a perseguir uma compreensão da pobreza como sendo transdimensional, ou seja, que ultrapassa a noção de multidimensionalidade.

4.1 Concepções de Pobreza

Os estudos acadêmicos e a experiência de trabalhadores/trabalhadoras sociais tendem a considerar que a pobreza está presente na vida de pessoas que moram nas ruas ou em abrigos, tendo em vista a gravidade e intensidade das carências. Nesse sentido, o primeiro aspecto da definição da população em situação de rua apresentada pelo Decreto 7053 (BRASIL, 2009b) é a pobreza extrema, juntamente com outros dois elementos que estão associados e essa condição: a fragilização dos vínculos sociais e a falta de moradia regular. Para Santos (2013a), a pobreza extrema tem na situação de rua a sua mais terrível expressão. Esse também é o

entendimento de Oliveira (2016), para quem a pobreza extrema de pessoas em situação de rua caracteriza-se pelo desenraizamento, privação e fragilização do indivíduo, além de não ser tratado como cidadão.

Também no que se refere à pobreza extrema, Nascimento (2018) se deparou com pessoas na rua caracterizadas pela desfiliação social, destituição de direitos, precariedade no trabalho, migrações, abandono familiar devido ao uso de drogas e à orientação sexual. Já Santana e Castelar (2014) destacam que a população em situação de rua está em situação de pobreza extrema, tendo em vista a falta de recursos, o estigma, a invisibilidade, a precariedade de vínculos de emprego, a falta de documentos, de casa, de dinheiro, de acesso à educação e à saúde. Tudo isso intensifica a violência, a fome e o medo característicos dessa população. Essa condição de pobreza se relaciona com a marginalidade e com o uso de drogas que, por sua vez, acaba agravando mais ainda a situação de vulnerabilidade. Compreendemos, aqui, a vulnerabilidade na sua dimensão social, enquanto suscetibilidade de alguns seres humanos a diversas formas de sofrimento, violações de direito e prejuízos diversos à cidadania e ao acesso a bens e serviços públicos (CARMO; GUIZARDI, 2018). Nesse sentido, as pessoas em situação de rua estão em condição de vulnerabilidade não somente pela pobreza ou situação de rua propriamente dita, mas também devido às opressões de raça, gênero, uso de drogas e as relacionadas problemas de saúde, como transtorno mental e HIV.

Podemos perceber, portanto, que a associação da ideia de pobreza e de pobreza extrema à população de rua é discutida considerando as diferentes privações sofridas por essas pessoas, no entanto, nesses estudos, isso ocorre de uma maneira tácita, ou seja, não há uma definição clara do que seja pobreza extrema e como diferenciá-la da pobreza moderada. Para facilitar essa compreensão, em primeiro lugar, é necessário considerar vários âmbitos que estão inter-relacionados, que incluem político, ético, social, econômico e filosófico (DEL PRADO FLORES, 2017). Nesse aspecto, cabe articular, por um lado, a vivência concreta da pobreza, suas implicações para as condições de existência e para o cotidiano das pessoas e, por outro lado, o processo de determinação estrutural dessa condição, no âmbito do atual modelo de sociedade.

Para Villaplana (2010), o aspecto ético da pobreza está incluída na abordagem filosófica, que abrange também uma perspectiva epistemológica, cuja reflexão recai sobre as condições geradoras da pobreza, suas consequências e a qualidade do conhecimento acerca desse fenômeno. A perspectiva ética, conforme Diertelen (2003), compreende a reflexão sobre a justiça social, que implica considerar a dignidade humana, a autonomia e o respeito.

O aspecto econômico e material da pobreza, que implica carência de renda e de outros recursos para a satisfação das necessidades humanas, é o mais discutido e visibilizado, que, segundo Demo (2001), ocorre por causar espanto e constrangimento. Por outro lado, o âmbito social diz respeito ao lugar ocupado pelos indivíduos na hierarquia social e às liberdades civis e políticas (DIERTELEN, 2003). Já o aspecto político da pobreza refere-se à participação e organização política de grupos e comunidades, compondo o que Demo (2001) chama de cidadania organizada. Nesse sentido, o ser humano, por ser político, é visto como consciente e sujeito, cabendo a ele transformar a natureza e as relações sociais.

Para articular todas essas perspectivas, que devem fundamentar uma compreensão da pobreza, é pertinente partir de uma concepção multidimensional, tendo em vista que as visões unidimensionais da pobreza se restringem à análise da renda como único critério para a delimitação da pobreza. Conforme Burt e Sanabria (2016), os critérios para definir a pobreza, que costumavam se dar apenas em termos econômicos, tem evoluído processualmente para uma compreensão multidimensional, cujas perspectivas consideram também várias outras dimensões, como trabalho, educação, saúde, participação política, direitos humanos etc. Adotamos, portanto, uma concepção que leva em conta a dimensão não apenas material e monetária, mas também os aspectos sociais, políticos, simbólicos e subjetivos (MOURA JR. et al., 2014).

O ponto de partida é a perspectiva multidimensional fundamentada nos estudos de Sen (2000), que compreende a pobreza, enquanto privação de capacidades básicas e de liberdade. As privações incluem dificuldades de acessos a bens e serviços públicos, tirania, fome, insegurança alimentar, falta de trabalho e renda, a impossibilidade de participação política, a violação de direitos humanos, dentre outras. Sen (2000) conecta a expansão das liberdades dos indivíduos ao desenvolvimento, na medida em que as privações de liberdades impedem o desenvolvimento da sociedade. Defende também a importância das políticas públicas de modo a evitar privações e promover o fortalecimento das capacidades humanas. A Abordagem das Capacitações (Sen, 2000) consegue ultrapassar a dimensão monetária da pobreza, ao discutir a necessidade de superar as privações de liberdades e de capacidades, de modo a desenvolver nos indivíduos a sua condição de agente, que diz respeito às ações dos indivíduos que partem das suas escolhas e valores e que promovem mudanças.

A concepção de pobreza multidimensional se revela adequada para compreender a realidade das pessoas em situação de rua, tendo em vista as múltiplas privações que eles sofrem, a começar pela inexistência de moradia regular, que leva a diversas outras carências e inseguranças, como a dificuldade de manter boas condições de saúde e de higiene, a

vulnerabilidade e a violência. Considerando os dados do último censo nacional junto à população em situação de rua no Brasil (BRASIL, 2009b), podemos perceber a manifestação da pobreza em vários aspectos. No caso da questão monetária, a maioria (52,5%) possuía renda que variava de R\$20,00 a R\$80,00 por semana, correspondente a uma faixa que varia aproximadamente de 4,8% a 19,3% do salário mínimo da época⁸. De acordo com esses dados, considerando somente essa dimensão monetária, algumas pessoas em situação de rua recebem renda consideradas acima da linha de pobreza extrema e mais da metade estaria abaixo da linha da pobreza⁹. No entanto, vários outros dados trazidos pelo censo demonstraram privações em outras dimensões, como por exemplo, o trabalho e a educação. No primeiro aspecto, 30% das pessoas em situação de rua não exerciam nenhum trabalho remunerado, e dos que trabalhavam, a grande maioria exercia atividade informal, de modo que apenas 1,9% tinha carteira assinada, o que demonstra precariedade e incerteza. Já no caso da educação, os dados demonstraram um precário acesso, na medida que apenas 5,3% dos entrevistados completou o ensino médio, 48,4% não completaram o primeiro grau e 15,1% nunca estudaram. Outras privações apontadas abrangem dificuldade de acesso aos programas e benefícios governamentais.

Acerca da pobreza extrema, a maior parte dos estudos e critérios de definição parte da perspectiva monetária, definindo uma linha de corte abaixo do qual se considera que o indivíduo ou a família está em condição extrema de pobreza. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza o critério adotado pelo Banco Mundial para o Brasil, definido que o indivíduo que recebe até o valor de US\$ 1,90 por dia é considerado abaixo da linha de pobreza extrema, e US\$ 5,50 é o valor que delimita a linha da pobreza (OXFAM BRASIL, 2018). No entanto, tendo em vista as múltiplas privações, não cabe entender a pobreza extrema junto a pessoas em situação de rua considerando somente o aspecto monetário. Dierterlen (2003), por exemplo, diferencia pobreza extrema de pobreza moderada. Para ela, as pessoas que vivem em pobreza extrema possuem uma condição de ainda “menos favorecidos” dentro do grupo maior de pessoas “menos favorecidas”. Aponta, nesse sentido, algumas características que distinguem a pobreza extrema: maior quantidade de filhos; salário insuficiente para compensar períodos de depressão econômica; início precoce de crianças em atividades de trabalho; menor capacidade de lidar com os riscos devido às ameaças nutricionais e à pouca quantidade de créditos e ativos comercializáveis; a alimentação varia conforme mudança nos preços e dos salários; o prejuízo da produtividade provocado pelo baixo nível nutricional; e por fim a maior desigualdade no

⁸ Salário mínimo em 2008: R\$ 415,00

⁹ Conforme decreto presidencial nº 9396, de maio de 2018, que linha de corte para pobreza extrema (no valor de R\$ 89,00) e para pobreza (R\$ 178,00)

interior das famílias em situação de pobreza extrema, tendo em vista a dificuldade de destinar recursos a cada um dos membros da família. Rego e Pinzani (2013) compartilham com alguns desses elementos, como renda irregular, quantidade de filhos, falta de acesso a crédito, trabalho precoce, desigualdade no interior das famílias, no entanto complementam com elementos que implicam na consideração de aspectos ético-políticos, tais como invisibilidade, falta de voz, resignação, humilhação, vergonha e falta de cidadania.

Assim como a pobreza em geral, a pobreza extrema é um fenômeno ainda mais complexo e multidimensional, o que explica a falta de consenso sobre a sua definição e mensuração. Essa é análise feita por Bagolin, Ávila e Comin (2012), para quem o uso unicamente da renda como critério abrange apenas a intensidade da pobreza, deixando de lado outros aspectos importantes. Para ter uma melhor compreensão e definição da pobreza extrema, esses autores consideram ser necessário considerar, além da questão da intensidade da pobreza, a sua persistência (cronicidade) e multidimensionalidade. No caso da cronicidade usa-se o termo pobreza crônica para se referir à permanência da pobreza ao longo do tempo, no qual o indivíduo mantém-se privado de capacitações por vários anos. Nesse sentido, quanto maior o tempo de pobreza, mais difícil o seu enfrentamento.

Em pesquisa realizada em Porto Alegre, a pobreza extrema é delimitada enquanto categoria diferenciada, tendo em vista a singularidade dos problemas enfrentados em termos de intensidade, dimensões e permanência das privações (BAGOLIN; ÁVILA; COMIN, 2012). Os indicadores utilizados para medir a pobreza extrema incluíram as seguintes variáveis: já ter pedido esmola, ter passado fome (um dia inteiro sem comer no último mês), humilhação, ter dormido alguma vez na rua por não ter onde ir, ter passado frio por falta de vestimenta adequada ou lugar protegido e confiança (ter alguém em quem confiar num momento de dificuldade). Os resultados demonstraram que a renda pode ser considerada um elemento importante na definição e combate à pobreza, mas não é o único elemento. Outro dado interessante diz respeito à importância de que os autores chamam de capital social, que em última instância seria a existência de pessoas de confiança que poderiam oferecer suporte social em momentos de dificuldades. Essa variável foi a mais importante na definição da pobreza extrema. Por fim, os autores concluem que as pessoas extremamente pobres sofrem de intensas e persistentes privações, que transcendem os recursos físicos, de modo que dignidade, direitos, oportunidades também são privações que devem ser consideradas. Apesar de não ter enfatizado a população em situação de rua, essa pesquisa ajuda a entender a pobreza na rua, tendo em vista, por um lado, que há semelhanças nas formas multidimensionais de privações vivenciadas, que também implicam na fragilização de laços sociais, empobrecendo o apoio social, e nos ataques à

dignidade e aos direitos básicos, necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento humano. Por outro lado, junto a pessoas em situação de rua, também são apontadas elevada intensidade das privações e problemas relacionados à cronicidade da pobreza, no caso de pessoas que permanecem por um longo período de tempo vivendo nas ruas.

No que tange à cronicidade, estudos como os de Fioratti et al (2017) e de Campos e Moretti-Pires (2018) problematizam que a pobreza e a desigualdade de pessoas em situação de rua remontam à infância e à vida familiar anterior à ida para as ruas. Essas pesquisas confirmam as conclusões de Escorel (1999), que problematizou, junto a pessoas que viviam nas ruas, precariedade das atividades de trabalho e do vínculo sociofamiliar, inserindo-os num conjunto mais amplo de vulnerabilidades e privações que antecederam a ida para as ruas, tendo em vista que já atingiam às suas famílias. Outros estudos, como o de Botti et al (2010a) e o de Panadero-Herrero e Muñoz-López (2014), demonstram que, quanto maior o tempo de permanência na rua, ou seja, mantendo-se nas condições de privações extremas, mais a situação se agrava, tornando o enfrentamento ainda mais difícil e restringindo as possibilidades de sair da situação. Dessa forma, em que pese a diversidade e heterogeneidade da população em situação de rua, parece ser acertada a sua inclusão na categoria pobreza extrema.

4.2 Determinação Estrutural da Pobreza e sua Relação com a Desigualdade Social

Para não se limitar às análises da pobreza na forma como ela se expressa na vida dos indivíduos e família, é fundamental compreender a pobreza, sua produção e legitimação como produto estrutural da sociedade capitalista. Para Santos (2009), tratar o fenômeno da pobreza de modo isolado, ou seja, sem considerar o modelo de sociedade e suas contradições e conflitos sociais, é uma forma de se esquivar do problema. A respeito dessas compreensões parciais e isoladas da pobreza, Siqueira (2011) critica tanto o paradigma positivista como a racionalidade pós-moderna, tendo em vista que ambas operam análises individualizantes, na medida em que são “análises microssociais sem mediações com a totalidade” (p. 213), utilizando categorias dicotômicas como incluído/excluído, funcional/disfuncional, integrado/marginal etc., sem levar em consideração outras categorias fundamentais como dominação, luta de classes, exploração e contradição. Isso não significa desconsiderar a análise das formas como a pobreza se desdobra e se manifesta, sob múltiplas dimensões, na vida de indivíduos, famílias e grupos, no entanto devem ser articuladas com a dimensão econômica a fim de compreender a gênese da pobreza na sociedade capitalista (SIQUEIRA, 2011). Considerando a complexidade dessa sociedade, torna-se necessário analisar a pobreza não

apenas em relação a posses e carências, mas de uma maneira mais abrangente, de modo a entender a condição social, onde o indivíduo está imerso.

Nessa direção, a pobreza deve ser encarada como um resultado direto e necessário do sistema de produção capitalista, cuja lógica de desenvolvimento gera aumento da riqueza em função da produção e ampliação da pobreza. A partir dessa lógica, uma maior quantidade de riqueza produzida pela sociedade ocasiona acumulação, e não distribuição, aumentando a pauperização da maioria (SIQUEIRA, 2011). O conceito de questão social pode ajudar a compreender melhor esse processo de determinação estrutural da pobreza a partir do modo de produção capitalista. Essa expressão surgiu na primeira metade do século XIX para dar conta da pauperização em massa da população como resultado direto da primeira etapa do processo de industrialização na Europa, momento em que, pela primeira vez na história, o crescimento da pobreza ocorreu na mesma medida em que aumentava a capacidade de produção de riquezas (NETTO, 2001). Pobreza, desigualdade, fome, desemprego, desamparo etc. são algumas das expressões da questão social, que é constitutiva da do modo de produção capitalista, de maneira que uma não pode ser eliminada sem a supressão da outra (NETTO, 2001). Essas discussões, portanto, se revelam importantes, tendo em vista que as privações características da pobreza, assim como a própria situação de rua, são expressões da questão social.

Num contexto global, ao longo da história do capitalismo, a desigualdade social tem se intensificado em todo o mundo, especialmente nas últimas três décadas. Essa é a conclusão de Bauman (2015), que desconstrói a tese falaciosa da desigualdade natural entre os indivíduos, ao criticar a lógica geradora de desigualdade do atual modelo econômico. Apresenta dados que demonstram o rápido crescimento da renda dos mais ricos nas últimas décadas, acompanhado da redução da renda dos mais pobres em escala global. Como exemplo, Bauman (2015) aponta que dados de 1998 demonstravam que 20% da população mais rica concentravam 86% das riquezas produzidas no mundo, enquanto aos 20% mais pobres correspondiam apenas 1,3%. Em 2013, essa distância aumentou para 90% dos bens destinados aos mais ricos, frente a 1% para os mais pobres. Além disso, a estimativa era que, também em 2013, as 20 pessoas mais ricas do planeta possuíam a mesma quantidade de riqueza que o grupo de 1 bilhão de pessoas mais pobres. Dados mais recentes são apresentados no relatório da OXFAM (OXFAM, 2019), segundo o qual a concentração de renda aumentou consideravelmente nos dez anos que sucederam a crise econômica de 2008. Nesse período, enquanto a riqueza dos bilionários aumentou em US\$ 900,00 bilhões de dólares, a riqueza da metade mais pobre do mundo (3,8 bilhões de pessoas) diminuiu 11%. Atualmente, as 26 pessoas mais ricas do mundo possuem

riqueza equivalente à das 3,8 bilhões de pessoas mais pobres. Em 2008, eram 43 pessoas, dado que demonstra o crescimento da desigualdade.

O Brasil, até 2017, estava na segunda colocação em termos de concentração de renda, perdendo apenas para o Qatar (OXFAM BRASIL, 2018). O índice Gini¹⁰ de renda diminuiu um pouco todos os anos de 2002 até 2015, quando começou a cair a partir de 2016, revelando que a desigualdade voltou a subir. Em 2017, o Brasil caiu de décimo para o nono lugar do mundo em termos de desigualdade de renda. Enquanto a metade mais pobre da população teve retração da renda em 3,5% entre 2016 e 2017, os 10% mais ricos tiveram o crescimento de 6%. A população de pessoas abaixo da linha da pobreza extrema aumentou de 6,5% para 7,2% da população, que corresponde a 15 milhões de brasileiros extremamente pobres. Considerando a linha de pobreza, são 45 milhões de brasileiros, ou seja, 22% da população. Vale ressaltar que o aumento da desigualdade e da pobreza tem relação direta com o contexto político-econômico do Brasil nos últimos anos, principalmente após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016. Desde então, temos experimentado mudanças que contribuíram para a manutenção de privilégios e precarização do trabalho e da vida de boa parte da população brasileira, como, por exemplo, a aprovação da Emenda Constitucional 95, que limitou por 20 anos os gastos públicos no país.

Dessa forma, a evolução da desigualdade e as constantes crises econômicas descontrolam também o fetiche do crescimento econômico, que, tido como necessário para combater a pobreza e melhorar as condições das populações, tem, no entanto, contribuído para concentrar mais ainda a riqueza nas mãos de uma minoria. Foi o que aconteceu no Brasil, que nas décadas de 1950 e 1960 teve um dos maiores índices de crescimento econômico do mundo, mas que não somente não diminuiu a pobreza como intensificou a desigualdade e a exploração (REGO; PINZANI, 2013). As taxas de crescimento no Brasil, que para Souza (2018) foram suficientes para transformar o Brasil na oitava economia do mundo, não foram suficientes para reduzir a desigualdade e a injustiça social, que no Brasil chegam a níveis abissais.

Dessa forma, a condição de pobreza de pessoas em situação de rua deve ser também inserida dentro de um contexto amplo da lógica desigual do atual modelo de sociedade, de modo a compreender os aspectos estruturais, sociais e econômicos que determinam processos de ida e permanência na situação de rua. No que diz respeito às condições objetivas, a situação de rua é considerada como resultado de um processo perverso de determinação social, característico

¹⁰ Índice matemático utilizado para medir concentração de renda. Varia de 0 a 1, de modo que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade de renda.

do atual modelo hegemônico do capitalismo financeiro. Nesse sentido, Da Silva e Hünning (2013) relacionam a vulnerabilidade dessa população à desigualdade social característica da sociedade capitalista, de modo que as políticas sociais objetivam minimizar esses efeitos. Destacam-se, ainda, diferentes análises que consideram os processos de exclusão social (SCOREL, 1999), Inclusão Precária e Marginal (MARTINS, 1997), Inclusão Perversa (SAWAIA, 2007), ruptura de vínculos comunitários e familiares (BRASIL, 2009b), violência (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013) e desemprego (BURSZTYN, 2003).

Sousa e Macedo (2019) compreendem que as condições precarizadas de vida das pessoas em condição de pobreza, como a própria pauperização em si, a exclusão, desigualdade, analfabetismo, violência, fome e a situação de rua devem ser compreendidas como expressões da questão social. Para esses autores, portanto, considerar a situação de rua como questão social é importante para contemplar a historicidade e a multidimensionalidade desse fenômeno e evitar análises que fragmentam e individualizam esse fenômeno, sendo necessário entender o intercruzamento da situação de rua com outras expressões da questão social, como pobreza, desemprego e a ausência de moradia.

A situação de rua é, portanto, um problema estrutural, e não uma escolha ou culpa individual. Tiengo (2018) reflete sobre a situação de rua como sendo o resultado da sociedade capitalista, que é caracterizada por atrocidades e contradições, buscando sempre aumentar a produtividade com a menor quantidade de trabalhadores possível. A autora recorre a Marx para se referir ao exército industrial de reserva, destacando a superpopulação relativa e o lupemproletariado. O primeiro grupo divide-se em três categorias: a flutuante agrega trabalhadores que alternam entre momentos em que estão trabalhando com momentos que estão sem trabalhar; a latente corresponde aos migrantes que vão da zona rural para as cidades em busca de emprego; e a estagnada, aos quais se incluem os que realizam trabalhos irregulares, embora sejam economicamente ativos. Abaixo, encontra-se o lupemproletariado, que também se divide em três grupos: os que são capazes de trabalhar; os órfãos e filhos de indigentes; e, por fim, o terceiro grupo que corresponde aos degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. As pessoas em situação de rua, por ser heterogênea, transitariam por essas categorias, abrangendo tanto a superpopulação relativa e o lupemproletariado. Os que compõem a forma flutuante são os que estão em situação de rua e, em alguns momentos, conseguem trabalho, em outros, não. Eles são atraídos e repelidos constantemente do mercado de trabalho, de forma que entram e saem da situação de rua, a depender de estar ou não empregado. Há também uma parcela da população que faz parte do grupo dos estagnados, pois realizam trabalhos informais de maneira irregular. Já os migrantes que mudam de cidade em busca de trabalho compõem o

grupo dos latentes. Essas análises se aproximam da discussão de Escorel (1999), para quem a história profissional da população de rua permite compreendê-la como exército industrial, por um lado, mas também como excedentes e inúteis à sociedade.

Essa visão da pobreza e desigualdade, como resultado direto da sociedade capitalista, acaba muitas vezes sendo evitada devido a um processo de naturalização da pobreza e da situação de rua, que é reforçada por meio de representações, discursos e práticas sociais. Siqueira (2011) critica algumas concepções de pobreza que contribuem para a manutenção do status quo social, impedindo o enfrentamento. São concepções, por exemplo, que naturalizam a pobreza ao considerá-la como inevitável resultado de um processo de seleção natural. A naturalização da pobreza significa que ela será vista como algo análogo ao mundo natural, ou seja, como inerente ao processo social, não suscetível de mudanças (PARDO ABRIL, 2007). Resende (2015) investigou em textos jornalísticos representações naturalizadas sobre a situação de rua, que, ao legitimar a desigualdade, reforça a naturalização da injustiça, que passa a ser vista como natural. Essa representação impacta nos modos de perceber e de se comportar diante da vulnerabilidade social e das pessoas em situação de rua, que passam a ser vistas não como seres humanos que têm seus direitos negados, mas como grupos perigosos que devem ser isolados da sociedade. Assim, o efeito da naturalização é a destituição da condição de sujeito de direitos das pessoas em situação de pobreza, prejudicando, dessa forma, sua capacidade de resistência (RESENDE, 2012).

A naturalização da pobreza e da situação de rua contribui tanto para legitimar essa condição, tornando-a aceitável para a sociedade, como também, para culpabilizar os indivíduos pela sua própria condição. A compreensão da pobreza como disfunção traduz essa culpabilização, na medida em que compreende a pobreza como desajuste dos indivíduos e grupos, ou um déficit educacional e de capacidades (SIQUEIRA, 2011). Essa visão pressupõe a responsabilização e culpabilização dos indivíduos pela sua condição de pobreza. Accorsi e Scarparo (2016), ao analisarem representações sociais de mulheres em condição de pobreza, destacam que surgiram concepções de que a pobreza resulta das ações dos próprios indivíduos, caracterizando-se como auto-responsabilização. A naturalização da pobreza, portanto, tem como resultado aceitação e passividade diante dessa questão (ACCORSSI; SCARPARO; GUARESCHI, 2012). Ou seja, favorece a legitimação da pobreza, que parte de discursos e práticas sociais, como também da própria ação do Estado.

4.3 Índice de Pobreza Multidimensional das Pessoas em Situação de Rua

Boa parte das publicações que partem da perspectiva de Sen (2000) para mensurar Pobreza Multidimensional no Brasil utilizam dados do censo do IBGE (2010), considerando variadas dimensões. Conforme Moura Jr. (2015), essa mensuração é mais completa do que o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pois, apesar de adotar dimensões parecidas, como saúde, educação e padrão de vida, utiliza 10 indicadores a mais. O método que utilizamos nessa pesquisa vai além dessa perspectiva que parte dos dados do IBGE, pois além de investigar uma população específica, como é o caso da população em situação de rua, considera outros indicadores, incluindo, por exemplo, os que compõem a dimensão subjetiva e a dimensão direitos humanos.

Esse método de mensuração da pobreza multidimensional foi utilizado em estudos anteriores para calcular o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) de pessoas com domicílio fixo em zona urbana e rural. Todas essas pesquisas (MOURA JR., 2015; NEPOMUCENO et al., 2017; XIMENES, et al. 2019; CIDADE, 2019; ABREU, 2019; BARBOSA, 2020; SILVA, 2020) utilizaram a técnica dos conjuntos *fuzzy*, de modo que o IPM varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero, menor a pobreza multidimensional do sujeito; e quanto mais próximo de 1, maior a pobreza multidimensional. A média total do IPM calculado junto à amostra de 236 pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE foi de 0,42 (DP= 0,12). Se considerarmos o IPM total dos participantes, temos que a média mínima do IPM foi 0,10 e a média máxima foi 0,78. Esse índice abrangeu indicadores nas dimensões Saúde, Educação, Trabalho Renda, Direitos Humanos e Dimensão Subjetiva.

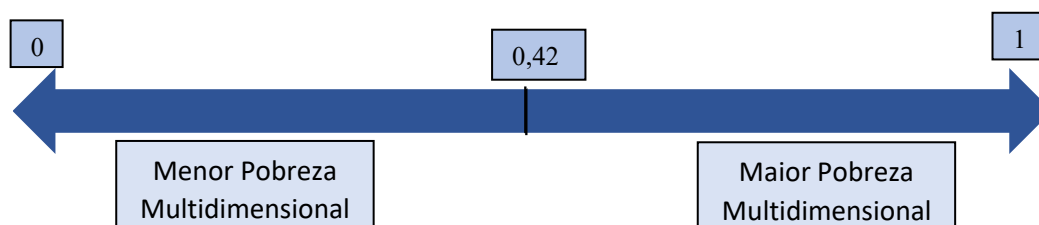
É importante lembrar que essa pesquisa é a primeira que se propõe a utilizar esse método de mensuração da Pobreza Multidimensional com pessoas em situação de rua. Na população em situação de rua, o valor médio do IPM ($M=0,42$) foi maior do que as médias do IPM considerando estudos anteriores que utilizaram essa mesma metodologia, os quais calcularam o IPM para pessoas em situação de pobreza com domicílio fixo, em comunidades rurais e urbanas, cujas médias dos Índices de Pobreza Multidimensional foi 0,33 (MOURA JR., 2015; NEPOMUCENO et al., 2017; XIMENES, et al. 2019; CIDADE, 2019; ABREU, 2019; BARBOSA, 2020; SILVA, 2020). Considerando somente os estudos realizado junto a moradores de comunidades urbanas, a discrepância é ainda maior. O estudo realizado por Moura Jr. (2015) em áreas urbanas do Ceará e Rio Grande do Sul encontrou uma média de 0,24 para o IPM, e o estudo feito por Nepomuceno et al. (2017), considerando somente o cálculo realizado numa comunidade periférica do município de Fortaleza-CE, chegou a uma média de 0,23. Cabe ressaltar que esses estudos utilizaram indicadores parecidos, no entanto

consideraram a dimensão habitação. Nessa presente pesquisa, por ter como participantes pessoas sem domicílio fixo, não utilizamos indicadores da dimensão habitação, e incluímos a dimensão direitos humanos, não contemplada nos estudos anteriores.

É importante ressaltar que a comparação entre os valores do IPM em relação às investigações anteriores não significa que há um índice maior ou menor de pobreza multidimensional, tendo em vista que, além das diferenças dos indicadores utilizados, são populações diferentes. Em todos os estudos citados acima, os participantes da pesquisa eram pessoas em condição de pobreza. No entanto, as pessoas em condição de pobreza que vivem nas ruas fazem parte de uma categoria social diferente das pessoas pobres que residem no interior de uma comunidade, tanto no que se refere à habitação propriamente dita, como no que diz respeito à disponibilidade de recursos e serviços vinculados à comunidade e ao bairro.

Para explorarmos os dados de pobreza multidimensional da amostra, optamos por não delimitar um ponto de corte a partir do qual as pessoas são consideradas multidimensionalmente pobres, seguindo a proposta de vários estudos anteriores, conforme Qizalbash e Clark (2005). Ao invés disso, dividimos a amostra em dois grupos, com base no percentil 50% do IPM total ($P_{50}=0,42$): a metade com maior pobreza multidimensional, formada por 118 pessoas com IPM igual ou acima de 0,42; e a metade com menor pobreza multidimensional, que abrange os 118 participantes com IPM com média menor que 0,42 (Figura 3). É importante lembrar que nenhum participante apresentou IPM igual a zero, de modo que, a julgar apenas pelo resultado numérico do índice, não há ninguém que não tenha algum grau de pobreza multidimensional.

Figura 3 - Grupos com mais pobreza multidimensional e menos pobreza multidimensional



Fonte: Elaborada pelo autor

Nesse sentido, considerar grupos mais ou menos pobres implica na interpretação da relação entre pobreza e situação de rua, já fartamente discutida em vários estudos anteriores (SANTANA; CASTELAR, 2014; FIORATTI, et al., 2016). Além disso, também não são poucos os estudos que consideram que essa população se apresenta em condições de pobreza

extrema (SANTOS, 2013a; SOUSA; MACEDO, 2019). Dessa forma, tendo em vista as razões teóricas para considerar a pobreza extrema dessa população, buscaremos compreender os dados dessa pesquisa que indicam a pobreza extrema dos participantes.

A maior parte dos estudos que abordam a pobreza extrema leva em conta a perspectiva monetária para defini-la. Considerando essa perspectiva, os resultados dessa pesquisa demonstram que, levando em conta os critérios adotados pelo Programa Bolsa Família, conforme Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018 (BRASIL, 2018) e expostos na Tabela 3, 20 participantes (9%) recebem até R\$89,00 por mês, estando abaixo da linha de pobreza extrema; e 48 (21,5%) recebem de R\$ 90,00 até R\$ 178,00 por mês, estando em situação de pobreza monetária. Ou seja, partir desses critérios, 68 pessoas (30,5% da amostra) estão abaixo da linha de pobreza.

Tabela 3 – Critérios do Bolsa Família e do PNUD para definição das linhas de pobreza

	Pobreza Extrema	Pobreza	Vulnerável à pobreza
Bolsa Família	=<R\$ 89	R\$ 89,00 a R\$ 178,00	-
PNUD ¹¹	=> 0,50	0,33 a 0,50	0,20 a 0,32

Fonte: elaborada pelo autor.

A fim de analisar a renda mensal informada pelos participantes, fizemos o cálculo da média e dos quartis de renda. Os resultados apontam que a média da renda foi R\$ 508,87 (DP=R\$ 458,60), valor um pouco maior do que a metade do salário mínimo vigente na ocasião da aplicação dos questionários (R\$ 954,00). A menor renda foi zero e a maior renda foi R\$ 2400,00. Com relação aos quartis de renda mensal, 57 participantes (25,6%) possuem renda até R\$ 91,00, 55 (24,7%) recebem de R\$ 92,00 a R\$ 360,00, outros 55 (24,7%) afirmaram receber entre R\$ 361,00 e R\$ 800,00 e, no grupo com maior renda, 56 participantes (25,1%) responderam receber renda maior do que R\$ 800,00. Em síntese, a análise dos quartis de renda mensal aponta que apenas 24,7% da amostra possui renda acima de R\$ 800,00, valor inferior ao salário mínimo vigente. É importante reforçar que esses valores monetários, por si só, são insuficientes para analisar a pobreza junto a uma população marcada por múltiplas e intensas privações.

¹¹ O critério usado pelo PNUD (2019) considera que pessoas que obtiverem pontuação igual ou superior a 1/3 da pontuação máxima estão em situação de pobreza multidimensional; os que tem pontuação igual ou maior do que 1/5 e menor do que 1/3 do máximo são considerados vulneráveis à pobreza multidimensional; e em extrema pobreza multidimensional os que pontuarem igual ou superior a 1/2 da pontuação máxima.

Se considerarmos a pobreza multidimensional, utilizando o mesmo parâmetro usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2019), conforme apresentado na Tabela 3, os resultados encontram uma percentagem maior de pessoas pobres do que se usarmos apenas o critério de renda, na medida em que 189 participantes (80,1%) possui IPM total igual ou superior a 0,33, estando, portanto, em situação de pobreza. Destes, 62 (26,2%) estão em condição de extrema pobreza multidimensional. Além disso, 41 pessoas (17,3%) seriam consideradas vulneráveis à pobreza multidimensional. Esses números demonstram a insuficiência da linha de pobreza monetária para delimitar quem é pobre e quem é extremamente pobre. É importante lembrar que o uso desse parâmetro aqui não significa que vamos diferenciar pobres e não pobres, sendo usado apenas para avaliar a ineficácia da perspectiva exclusivamente monetária.

Esse mesmo caminho foi apontado nos resultados da pesquisa de Bagolin, Ávila e Comin (2012), que, ao medirem a pobreza extrema, demonstraram que pessoas com renda maior não tiveram necessariamente menor coeficiente de pobreza extrema, tendo em vista que há outras características importantes, tais como escolarização e apoio social. Já o estudo realizado por Rojas (2018) demonstra a ineficácia da perspectiva monetária para avaliar a pobreza extrema, tendo em vista que ao mensurar a pobreza de mulheres indígenas do México, esse autor utilizou tanto a linha de pobreza extrema do Banco Mundial, baseada somente na renda, como o método utilizado pelo *Consejo Nacional de Evaluación de La Política de Desarrollo Social*, organização governamental mexicana, que abrange indicadores relacionados a bem-estar, como renda, atraso educacional, acesso a serviços de saúde, alimentação e grau de coesão social. Numa das comunidades avaliadas, 42,85% das mulheres estão abaixo da linha de extrema pobreza, considerando somente o critério de renda. Entretanto, ao considerar os indicadores de bem-estar mínimo, 64,28% das mulheres dessa comunidade estão em condição de pobreza extrema, demonstrando que a renda é um elemento importante, na medida em que permite o acesso a bens e serviços, no entanto não é suficiente para dar conta da complexidade da pobreza.

Esses dados confirmam a afirmação de Sen (2000), que destaca que, apesar de a renda ser um meio importante para desenvolver capacidades, a pobreza considerada como privação de capacidades é mais intensa do que a pobreza somente no âmbito da renda. Para esse autor, existem algumas condições que podem dificultar a conversão de renda em capacidades, tais como idade ou alguma doença crônica, que pode exigir mais renda para atingir funcionamentos.

A respeito do manejo da dinheiro obtido por pessoas em situação de rua, os relatos oriundos das entrevistas identificaram, de modo geral, que a renda auferida na rua não é convertida em capacidades, sendo na maioria das vezes utilizada de forma imediata, seja para a compra de alimentação ou demais necessidades básicas, ou para compra de bebida e/ou drogas:

Durava não, era só pra droga, aí, acabava, num tinha onde dormir, num tinha num tinha nem o que comer, ia dormir na rua, ia ficar na rua, entendeu, aí eu ia pa rua, ia pra rua, isso num é vida não, isso num é vida não (Eva)

Que que aconteceu com o dinheiro que eu tinha do restante da casa? Eu vim... eu vendia roupa, eu era sacoleira. O dinheiro, eu perdi na droga. Fiquei com uma mão na frente e outra atrás. Até a chinela do pé eu vendi dentro do Oitão Preto, entendeu? A minha irmã foi que veio fazer o meu resgate depois que me viu na televisão. Que quando foi que teve uns aluguel... aluguel no tempo da Copa (Clara)

E as pessoas, cara, é..., tem alguns que.... tipo... gasta esse dinheiro, compra um vinho, compra uma bebida, compra um lanche, compra um produto de higiene, mas é muitos poucos que fazem isso. Infelizmente, a maioria mesmo gasta totalmente com bebida e curtidão, porque tem o cara que compra um vinho, dois vinhos, toma ali, de boa, e tem o cara que quando tá com dinheiro, ta ali bebendo, se drogando, virando a noite, virando bicho, entendeu? (Machado)

No caso dos participantes das entrevistas de Levi e Clara, que moravam num quitinete, há um dado que simboliza a forma imediata do uso do dinheiro: o pagamento do aluguel é feito por dia, não mensal ou semanal, de modo que todo dia é necessário trabalhar para ganhar o dinheiro, comprar comida e outros produtos básicos e pagar o aluguel no dia seguinte. Escorel (2003), em uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro, chegou a considerações semelhantes, na medida em que, independentemente do tipo de atividade realizada, os rendimentos obtidos pelas pessoas em situação de rua não modificam as condições de vida e geralmente o valor obtido é gasto imediatamente. Ademais, há também a dificuldade de guardar dinheiro, devido ao risco de roubo na rua.

São vários, portanto, os aspectos que nos levam a considerar que a amostra de pessoas em situação de rua investigadas nessa pesquisa estão em condições de pobreza extrema multidimensional. O conceito de extrema pobreza, para Bagolin, Ávila e Comin (2012), se baseia na ideia da cronicidade, intensidade e multidimensionalidade das privações. Quanto à cronicidade, que se refere à persistência da pobreza ao longo do tempo, há dados que demonstram que as condições de pobreza de pessoas em situação de rua provêm da vida familiar, antecedendo, portanto, a ida para a rua.

As respostas dos participantes da pesquisa à questão sobre o principal motivo para ir morar na rua indicam uso de drogas, questões familiares e desemprego/falta de dinheiro como as principais motivações: 33,3% da amostra respondeu “uso de álcool e outras drogas”, 26,6%, “conflitos familiares” e 12,7%, desemprego. Se somarmos as respostas referentes a conflitos familiares, morte de algum familiar, separação da mulher/marido e violência doméstica, temos 40,5% dos respondentes; e considerando “desemprego” e “falta de dinheiro”, teremos 16,5%. Consideramos que tanto o uso de drogas por parte dessa população, quanto os conflitos e vulnerabilidades familiares, presentes antes da ida para as ruas, tem a pobreza como pano de fundo, de modo que a vivência das condições de privação vem de longa data, indicando pobreza crônica. Em consonância com as reflexões de Sousa e Macedo (2019), entendemos que os conflitos familiares, o uso abusivo de drogas e o desemprego são os principais motivos para a ida à situação de rua e são expressões da questão social, assim como da pobreza.

Outrossim, as análises qualitativas reforçam a compreensão de que a pobreza antecede a situação de rua, tendo em vista que a maior parte dos entrevistados indicam pobreza na família de origem, de modo que as condições sociais, que já eram marcadas por diferentes privações, se tornam mais intensas após a ida para as ruas. Os relatos apontam que as privações pré-existentes à situação de rua abrangem desemprego, perdas de parentes, fragilização de relações familiares, empobrecimento de laços sociais e uso de drogas.

E aí, à medida que os anos foram passando só foi aumentando, porque aí depois veio o desemprego e conflito com família, e tudo isso... e eu era uma pessoa que eu guardava muito, eu guardava muito as coisas comigo (Machado)

Já que eu sou sobrevivente, já que... tenho cinquenta e um anos, já passei por AIDS, passei por... por... suspeito com polícia, passei tudo que você imaginar, eu já passei. Enchente, incêndio... ah! Enfim, já que... então, tem que arriscar mais e pronto. Aí de repente de arrisca, mas arrisca aí nesse momento de pobreza das conexões, elas se... elas se... elas se sintonizaram aí eu falei “puta que pariu, vou pra rua”. Entendeu? É um momento de desequilíbrio total. Claro que eu acho que o equilíbrio por completo não existe, mas... mas, é... houve um momento de falha com a família, um momento de falha com a religião né, com a religiosidade, houve um momento de falha com... falhas né, no trabalho, na escola, enfim, Por aí vai. Mas não tem aquela coisa de conflito familiar não (Jorge)

Foi... quando às vezes eu num tinha num tinha nada pra comer eu olhava prum lado e pa oto e num tinha nada pra comer, aí eu pegava e ia fazer programa, pra poder ter alguma coisa né, é muito ruim, é muito ruim você se deitar com os homem e e sentir nada, e... pedir praquele homem sair logo de cima, sair, só pelo dinheiro é ruim demais, que quando você chega em casa cê chega mais pesado ainda, é horrível, porque quando falta as coisa, algo, o

seu filho pede mãe tô com fome eu quero pão, né, é muito ruim (Eva)

Além disso, se avaliarmos a cronicidade da pobreza a partir do tempo de rua, podemos encontrar algumas relações dessa variável com a pobreza multidimensional. Para isso, dividimos a amostra em dois grupos a partir do percentil 50 da variável “tempo de situação de rua”, encontrando 118 pessoas que estão em situação de rua por até 4 anos e 118, por mais de 4 anos. A Tabela 4, que apresenta os resultados estatisticamente significativos do teste t de Student em função do tempo de rua, demonstra que o maior tempo de rua está associado à maior pobreza multidimensional, na medida em que os grupos com mais tempo de rua também apresentam maior IPM total, assim como maior IPM das dimensões Educação, Direitos Humanos e Subjetiva. Percebemos também que as principais privações que são intensificadas pelo tempo de situação de rua estão relacionadas à situações de violência, discriminação e humilhação. Esses dados se aproximam das conclusões de Panadero-Herrero e Muñoz-López (2014), para quem o maior tempo de situação de rua intensifica privações na vida das pessoas em situação de rua. Dessa forma, a cronicidade da pobreza e da situação de rua está associada a uma maior intensidade, reforçando a compreensão de que essa população encontra-se em condição de pobreza extrema multidimensional.

Tabela 4. Comparação de médias em função do tempo de situação de rua

Item do questionário/Dimensão	Tempo de rua	M	DP	df	t	(p)
43 Com que frequência você foi roubado ou teve objetos furtados no período em que esteve em SR?	Até 4 anos	2,62	1,34	228	-	0,000
	Maior que 4 anos	3,49	1,51			
44 Com que frequência você foi esmurrado, empurrado e/ou chutado no período em que esteve em SR?	Até 4 anos	2,09	1,37	234	-	0,000
	Maior que 4 anos	2,84	1,60			
46 Com que frequência você foi espancado, esfaqueado[...] ou atacado com uma arma no período em que esteve em SR?	Até 4 anos	1,56	0,91	232	-	0,000
	Maior que 4 anos	2,19	1,46			
47 Com que frequência você sofreu violência sexual na rua?	Até 4 anos	1,03	0,18	232	-	0,011
	Maior que 4 anos	1,25	0,87			
49 Quantos tipos de agressores?	Até 4 anos	1,78	1,59	210	-	0,000
	Maior que 4 anos	3,07	2,01			
51 Você sofreu discriminação em algum serviço público	Até 4 anos	1,73	0,99	232	-	0,000
	Maior que 4 anos	2,25	1,12			
52 Você já foi obrigado por alguém a se retirar de algum espaço público e/ou privado	Até 4 anos	1,88	0,85	234	-	0,000
	Maior que 4 anos	2,34	0,97			
59 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Centro Pop	Até 4 anos	0,13	0,36	233	-	0,005
	Maior que 4 anos	0,32	0,65			

Tabela 4. Comparação de médias em função do tempo de situação de rua (continuação)

Item do questionário/Dimensão	Tempo de rua	M	DP	df	t	(p)
60 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Centro de Convivência	Até 4 anos	0,15	0,47	225	-	3,456
	Maior que 4 anos	0,45	0,79			
61 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Local de Trabalho	Até 4 anos	0,53	0,79	231	-	3,295
	Maior que 4 anos	0,92	1,02			
62 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Casa de Familiares	Até 4 anos	1,15	1,11	231	-	2,263
	Maior que 4 anos	1,48	1,13			
64 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Rua	Até 4 anos	1,14	1,06	232	-	3,213
	Maior que 4 anos	1,58	1,06			
65 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Instituições	Até 4 anos	0,11	0,43	228	-	2,165
	Maior que 4 anos	0,26	0,66			
66 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Comércio	Até 4 anos	0,82	1,04	233	-	3,782
	Maior que 4 anos	1,36	1,13			
67 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Delegacia	Até 4 anos	0,72	1,04	232	-	4,322
	Maior que 4 anos	1,36	1,22			
IPM Total	Até 4 anos	0,38	0,11	234	-	4,947
	Maior que 4 anos	0,46	0,12			
IPM Educação	Até 4 anos	0,41	0,23	234	-	3,274
	Maior que 4 anos	0,51	0,25			
IPM Direitos Humanos	Até 4 anos	0,26	0,19	234	-	5,593
	Maior que 4 anos	0,41	0,21			
IPM Dimensão Subjetiva	Até 4 anos	0,38	0,18	234	-	2,660
	Maior que 4 anos	0,45	0,20			

Fonte: dados da pesquisa

No que diz respeito à intensidade da pobreza, os dois critérios mais evidentes são a privação de habitação, de um lugar onde morar, e a ruptura com o lar familiar. Considerando a Dimensão Habitação, Veras (2016), apesar de não abordar a situação de rua, relaciona pobreza à moradia, referindo-se à falta de legitimidade na propriedade ou posse de um imóvel como uma situação de pobreza extrema no âmbito da habitação. Pensando a partir disso, levando em conta somente a habitação, ou a falta dela, a situação de rua pode ser considerada uma condição extrema. Nesse aspecto, a falta de moradia configura uma insegurança tão grave para as pessoas em situação de rua, quanto a insegurança dos que vivem em habitações precárias localizadas em áreas consideradas de risco, como encostas, lagoas, margens de rios etc. A única referência feita acerca dos que moram nas ruas no estudo de Veras (2016) é que a falta de um teto não é suficiente para explicar a pobreza e vulnerabilidade extremas dessa população, pois são

inúmeras as carências, inclusive o não reconhecimento de sua humanidade. Ainda acerca da questão da moradia, Muñetón-Santa e Gutiérrez-Loaisa (2017), ao investigarem dimensões da pobreza junto a pessoas com residência fixa, a partir da Abordagem das Capacitações, encontraram elementos que mostram o valor dado à moradia numa residência como recurso importante, que as pessoas utilizam para evitar se enquadrarem na categoria pobre, na medida em que permite manter estabilidade emocional, se proteger de locais onde há risco de violência e manter a dignidade (MUÑETON-SANTA; GUTIÉRREZ-LOAISA, 2017).

Além da falta de moradia, os resultados quantitativos igualmente demonstram a fragilidade das relações familiares, que também é um importante indicador de pobreza extrema. Nesse aspecto, os resultados quantitativos apontam que 65,2% dos participantes relataram ter sofrido alguma humilhação em casa de familiares, dos quais 48% responderam que a frequência de humilhação foi muitas vezes ou sempre. Além disso, 18,5% dos participantes acreditam que a família é a principal responsável por eles estarem na rua, percentagem somente menor do que os que se culpam por ter ido para as ruas (51,7%). Com relação ao contato com a família, 14,9% mantêm algum contato com familiares diariamente, 20,4% afirmaram ter contato todo mês e 17,4%, responderam manter contato semanal. Por outro lado, 29,6% revelaram não ter nenhum contato com familiares e 17,4% afirmaram ter contato no máximo uma vez por ano, totalizando 47,2% de participantes com nenhum ou raro contato com familiares. Essa fragilidade de vínculo familiar é uma privação característica da pobreza extrema, tendo em vista que a família é considerada um recurso para escapar das privações psicológicas e enfrentar as adversidades, além de favorecer o bem-estar (MUÑETON-SANTA; GUTIÉRREZ-LOAISA, 2017). Corroborando essa análise, Escorel (1999) compreende que a família é um lugar de ancoragem, de estar em casa e se sentir seguro, diferente do mundo do trabalho (a rua), caracterizado pela insegurança e ameaça de miséria.

Apesar dessa pouca convivência familiar, a maioria dos participantes (72,5%) tem interesse em retomar o contato familiar. A análise de Qui Quadrado revelou associação significativa entre os itens “Com que frequência você tem contato com a família” e “Você tem interesse em retomar o contato com a família” ($\chi^2(4) = 12,767, p = 0,012$), demonstrando que as pessoas que não tem nenhum contato com a família, também são as que tem menos interesse em retomar esse contato. Dentre os participantes que não tem nenhum contato com familiares, apenas 58% afirmam ter interesse em retomar convívio com familiares, apontando para uma ruptura familiar mais grave nesse grupo. No extremo oposto, no grupo dos que afirmaram ter contato diário com familiares, 90,6% afirmaram ter interesse em retomar o convívio. Dessa forma, ainda que exista um contato diário com parentes, a vontade de retomar o convívio pode

demonstrar interesse em reconstituir uma rotina dentro de um lar familiar, que tem mais possibilidade de oferecer segurança e proteção do que fora desse lar, quando a pessoa está em situação de rua.

Os resultados qualitativos contribuem para ratificar essa compreensão da precariedade de vínculos familiares, inclusive antes da situação de rua. Quase todos os participantes das entrevistas referiram-se a dificuldades nas relações familiares antes da situação de rua, alguns dos quais relataram que esse foi um importante motivo para sair de casa. Essas dificuldades são compreendidas como rejeição e abandono familiar, desentendimentos nas relações com familiares no geral ou até violência sexual, no caso de uma participante que afirmou ter saído de casa após sofrer estupro cometido pelo companheiro da sua avó:

Eu atribuo, eu atribuo à rejeição da família né, chega uma hora, que a família luta luta mas chega uma hora que num aguenta mais, então você, quando a família rejeita você não tem pra onde correr, o único o único o único caminho que você tem é a rua, não tem outro (Oliver)

Assim, cara, pra te falar a verdade, eu... antes deu ir pra rua num... é a convivência familiar, né? É tudo que... que me levou a eu chegar a esse ponto foi a convivência familiar, tá entendendo? A gente num tava tendo uma boa relação entre... entre os irmãos, sabe? Muita crítica, muito... muito desentendimento, tá entendendo? (Alex)

A importância dos vínculos afetivos para pensar a situação de rua é destacada por Carvalho et al. (2019), que se referem ao papel da família como alicerce para manter as pessoas fora da situação de rua. É importante, no entanto, lembrar da multiplicidade e ambiguidade que caracteriza a situação de rua, de modo que apesar de existirem rupturas ou fragilização de vínculos, também existem casos em que o apoio familiar é presente mesmo após a ida para a rua. Esse é o caso de uma entrevistada que relata ter ido para a rua após ser vítima de abandono familiar, no entanto se refere ao apoio da sua mãe, que se preocupava em oferecer ajuda quando ela estava em situação de rua.

O terceiro critério de pobreza extrema apontado por Bagolin, Ávila e Comin (2012), ou seja, a multidimensionalidade, indica que maior amplitude e multiplicidade de privações indicam pobreza extrema. Nesse quesito, os dados de pobreza multidimensional abrangem 28 indicadores distribuídos nas cinco dimensões avaliadas, as quais demonstram as múltiplas privações de pessoas em situação de rua. A Tabela 5 apresenta os valores referentes à média, desvio padrão, mínimo e máximo do IPM total, bem como do IPM de cada uma das dimensões. Além das privações já apontadas anteriormente, ou seja, a falta de moradia e ruptura da vida no interior da família, os resultados demonstram privações em todas as dimensões analisadas, com menor valor do IPM para a Dimensão Direitos Humanos (M=0,34; DP=0,21) e maior valor para o IPM da Dimensão Saúde (M=0,45; DP=0,20).

Tabela 5.Média do IPM total e do IPM das dimensões

	M	DP	Min	Max
IPM_Total	0,42	0,12	0,10	0,78
IPM_Dimensão Trabalho e Renda	0,43	0,27	0,00	1,00
IPM_Dimensão Saúde	0,45	0,20	0,00	0,93
IPM_Dimensão Educação	0,46	0,24	0,00	1,00
IPM_Dimensão Direitos_Humanos	0,34	0,21	0,00	0,81
IPM_Dimensão Subjetiva	0,42	0,19	0,00	0,83

Fonte: dados da pesquisa

4.4 Dimensões da Pobreza Multidimensional

Para buscar dar conta da complexidade da pobreza no interior das condições sociais excludentes e opressoras na sociedade capitalista, não podemos deixar de lado as dimensões básicas apontadas por Sen (2000) ao se referir à pobreza como privação de liberdade e de capacidades: Trabalho/Renda, Saúde, Educação, Direitos Humanos e Dimensão Subjetiva, as quais apontam para importantes elementos da condição social nessa sociedade bem como para as vicissitudes da situação de rua.

4.4.1 Dimensão Trabalho/Renda

A renda é considerada como um dos meios para atingir certas capacidades básicas, como um bom nível de alimentação, maior expectativa e qualidade de vida e melhores oportunidades educacionais. Acerca do trabalho, Sen (2000) destaca a importância da liberdade de mercado, em detrimento, por exemplo, do trabalho escravo, ou seja, da não liberdade para escolher outras opções. No entanto, o direito ao trabalho não tem sido concretizado na sociedade capitalista, persistindo privações e grupos excluídos dos benefícios sociais. A privação de trabalho implica não somente na perda de renda, pois tem efeitos desestabilizadores da liberdade e habilidades dos indivíduos, como, por exemplo, perda de autonomia e autoconfiança, bem como prejuízos à saúde (SEN, 2000).

As condições de trabalho também devem ser analisadas, tendo em vista as relações de trabalho exploradoras, de modo que estar empregado pode ser um importante indicador, mas não suficiente para compreender essas relações. Nesse aspecto, Siqueira (2011) entende que as contradições sociais da sociedade capitalista não se expressam somente pela exclusão dos indivíduos do mercado de trabalho, mas também pela própria inclusão do trabalhador no

processo de produção capitalista. Significa, portanto, a inclusão dentro da ordem do capital, que possui uma lógica injusta e desigual. No que diz respeito às pessoas em situação de rua, Carvalho e Moraes (2016) destacam que o trabalho na rua é precarizado, e a situação se torna mais difícil devido à fragilidade dos laços sociais e a falta de companheirismo e de confiança. Segundo Escorel (1999), há diferentes grupos de atividades laborais realizadas por pessoas em situação de rua, incluindo catadores de materiais recicláveis, guardadores de carro, carregadores de cargas e outras atividades informais, além de, em alguns casos, mendicância e atividades criminosas. A precariedade nas relações de trabalho, frequentemente antecede a ida para a situação de rua (ESCOREL, 1999).

Os dados quantitativos, de forma geral, confirmaram essa informalidade. Nesse sentido, o item que teve mais peso na média do IPM da Dimensão Trabalho e Renda, conforme Tabela 6, foi o que se refere ao exercício de atividade remunerada, indicando desemprego e trabalho precário. Já o item “Você alguma vez já trabalhou de carteira assinada” aparece com menor média do IPM. Nesse quesito, 154 participantes (65% da amostra) afirmaram que anteriormente já tiveram emprego com carteira assinada. São dados que contribuem para confirmar o entendimento de Tiengo (2020), de que a população em situação de rua é resultado do modo de produção capitalista, na medida em que, ao não ter obtido êxito na troca de trabalho por salário, passam a fazer parte da superpopulação relativa de trabalhadores. A existência desse excedente, longe de ser um mero desvio, é requisito básico do modo de produção (TIENGO, 2020).

Tabela 6 – Médias do IPM considerando somente a Dimensão Trabalho e Renda e seus itens

	M	DP	Min	Max
IPM_Total	0,42	0,12	0,10	0,78
IPM_Dimensão_trabalho_renda	0,43	0,27	0,00	1,00
IPM 15 Você atualmente exerce alguma atividade remunerada?	0,54	0,50	0,00	1,00
IPM 16 Você alguma vez já trabalhou de carteira assinada?	0,34	0,48	0,00	1,00
IPM 17 Quanto dinheiro você ganha por mês?	0,43	0,32	0,00	1,00

Fonte: dados da pesquisa

Ademais, outros dados também reforçam essa compreensão, na medida em que menos de 4% dos participantes da pesquisa afirmaram ter vínculo empregatício, com ou sem carteira assinada (Tabela 7). Para o cálculo do IPM considerando apenas a Dimensão Trabalho e Renda, o item “você atualmente exerce alguma atividade remunerada” foi o que apresentou maior média (M=0,54; DP=0,50), o que aponta que essa variável contribui consideravelmente para a pobreza multidimensional dos participantes. Acerca desse item, de um total de 236 respostas, a maioria, 118 participantes (54,4%), responderam não exercer atividade remunerada

no momento da aplicação dos questionários, e 99 (45,6%) exerciam atividade remunerada. Vale ressaltar que a percentagem dos que afirmaram que antes de morar na rua exerciam atividade remunerada foi de 80,3%, bem maior do que após a ida para as ruas, confirmando a instabilidade das pessoas em situação de rua no que se refere à inserção no mercado de trabalho. Desse modo, o trabalho informal e precário, insuficiente para o sustento de uma casa, é uma das expressões da questão social, juntamente com a pobreza, o desemprego, o abuso de substâncias psicoativas e a própria situação de rua.

Tabela 7 Principal fonte de renda dos participantes

	n	% válida
Pede dinheiro	33	14,3
Recebe algum apoio do governo	68	29,6
Faz bico	74	32,2
Trabalha com carteira assinada	1	0,4
Trabalha sem carteira assinada	7	3,0
Autônomo	47	20,4
Total	230	100,0

Fonte: dados da pesquisa

A não inserção no mercado formal de trabalho, bem como outras formas de materialização das contradições do capitalismo, não é exceção ou decorrente da incapacidade ou falta de dedicação dessas pessoas, sendo resultado direto da lógica capitalista que produz, ao mesmo tempo, riqueza e miséria:

Por mais ilógico que esse processo pareça, visto que se a riqueza aumenta a pobreza deveria diminuir, ocorre o contrário por causa da desigualdade na distribuição de riqueza. O capitalismo promove acumulação: objetiva-se acumular cada vez mais com um número reduzido de trabalhadores (TIENGO, 2020, p. 34).

Nesse sentido, os resultados demonstraram a prevalência do trabalho informal e precário, na medida em que, à pergunta do item 14 do questionário (como você consegue dinheiro), apenas 1 participante (0,4%) afirmou trabalhar com carteira assinada, enquanto a maioria respondeu que trabalha fazendo bico (32,2%), conforme Tabela 7. Esses resultados, além de confirmarem a precariedade e informalidade do trabalho na rua (TIENGO, 2020; CARVALHO; MORAES, 2016), demonstram que mais da metade não trabalha, se diferenciando do último Censo Nacional de 2008, que encontrou que aproximadamente 70% da população em situação de rua exercia alguma atividade de trabalho (BRASIL, 2009b).

As análises das entrevistas também confirmam que o trabalho na rua se mostra extremamente precário. Com exceção de um dos participantes, chegou a trabalhar como educador social num equipamento voltado para Pessoas em Situação de Rua, todos os demais

participantes revelaram não trabalhar ou trabalhar na informalidade, como vendedores ambulantes, catadores de recicláveis ou fazendo programas:

As vezes, as vezes eu fico porque (chorando) tem gente que diz que eu tô ficando é doida porque eu vô catar latinha e a gente e a gente ganha dinheiro aí nas latinha aí hoje eu vô botar meu carrinho vô já cozinhar, meu fogãozinho é velho, minhas coisinha é tudo velha mas a gente que comprou com sacrifício, né, mas tem gente que acha que eu tô saio pa catar latinha, porque o quilo da latinha é 3 e 50 né, mas dá pra ganhar um dinheirim por semana, é melhor do que eu tá na rua fazendo programa, me prostituindo e usano droga, eu prefiro catar latinha, entendeu, eu prefiro catar latinha (Eva)

[...] eu tava com uma barraca uma banquinha vendendo milho lá na praça do Liceu, que eu tenho um ponto lá na praça do Liceu de vender milho, né, e a minha mulher tem outro lá no na parada de ônibus, aí nós tava lá né, aí infelizmente né, eu tive uma recaída né, aí passei uns 3 mês, passei uns 3 ó 3 mês não, passei uns 30 dias na rua né, de novo usando droga (Oliver)

É possível observar nos relatos acima a articulação do trabalho com outras questões, tais como o preconceito e o consumo abusivo de substâncias psicoativas. No caso do participante Oliver, revelou-se um movimento comum entre as pessoas em situação de rua, as recaídas, que promovem alternâncias de episódios com moradia fixa, quando a pessoa consegue se manter trabalhando, e outros vivendo nas ruas. Esse fenômeno, chamado por Roca et al. (2019) de *porta giratória*, pode estar relacionado a aspectos relacionados à saúde, como alguma enfermidade crônica ou abuso de drogas, sendo também uma expressão da pobreza e da questão social. Diante da instabilidade e irregularidade do trabalho junto aos entrevistados, podemos afirmar que esse é um dado convergente à consideração das pessoas em situação de rua como fazendo parte da superpopulação relativa, vivendo de forma estagnada (TIENGO, 2020).

O teste do qui-quadrado ($\chi^2(5) = 17,928$, $p = 0,003$), indicou que os mais pobres (IPM a partir de 0,42, conforme Figura 3) são os que mais pedem dinheiro. Nesse grupo, 27 pessoas responderam que conseguem dinheiro pedindo, enquanto no grupo dos menos pobres, foram 6 pessoas. Esse mesmo teste também apontou também diferença no sentido de que na metade menos pobre, há uma quantidade maior de pessoas que recebem algum apoio do governo como principal fonte de renda ($n=39$). No grupo dos mais pobres, 29 participantes responderam que conseguem dinheiro por meio de benefício do governo. A Tabela 8 detalha a quantidade total de pessoas que recebem benefícios do governo, ainda que não tenham apontado como principal forma de conseguir dinheiro.

Para entender melhor a relação entre receber benefício do governo e o valor do IPM, realizamos Análise de Multivariância (ANOVA), tomando o IPM total como variável dependente e como variável independente o item “qual ajuda/apoio do governo você recebe?”

(item 80 do questionário). O resultado da ANOVA demonstrou que há efeito do recebimento de benefício social na média do IPM total ($F(3, 219) = 2,725, p < 0,05$). O Teste Post Hoc de Bonferroni demonstrou que a média do IPM dos que recebem Bolsa Família é menor do que a média do IPM dos que não recebem nenhum benefício, mas não há diferença significativa em relação aos grupos que recebem aluguel social e Benefício da Prestação Continuada (BPC). Esses resultados demonstram que a pobreza multidimensional é menor no grupo dos que recebem Bolsa Família.

Tabela 8 - Frequência de participantes que recebem benefícios sociais do governo

	F	%	% acumulada
Não recebe	86	38,6	38,6
Aluguel Social	12	5,4	43,9
Bolsa Família	119	53,4	97,3
BPC	6	2,7	100,0
Total	223	100,0	

Fonte: dados da pesquisa

Também realizamos o teste t de Student para amostras independentes, utilizando nível de significância 0,05, para comparar as médias do IPM total e do IPM Dimensão Trabalho/Renda em relação aos grupos que tinham ou não alguma profissão antes de estarem em situação de rua (item 11 do questionário). O resultado demonstrou que houve diferença significativa tanto para o IPM total ($t(234)=2,01, p < 0,05$), como para o IPM considerando somente a Dimensão Trabalho e Renda ($t(234)= 2,287, p < 0,05$), de modo que os participantes que tinham profissão antes de estarem em situação de rua apresentam menor média de pobreza multidimensional. Entretanto, se ter uma profissão prévia à ida para a rua tem relação com a média do IPM, isso não acontece com o item “antes de morar nas ruas você exercia alguma atividade remunerada?”. Nesse caso, o teste t de Student para amostras independentes não apontou diferença estatisticamente significativa ($t(234) = 1,188, p > 0,05$). O simples fato de ter uma atividade remunerada antes de chegar na situação de rua não tem relação com a pobreza multidimensional dos participantes, no entanto ter uma profissão prévia é um fator que se relaciona estatisticamente com a média do IPM.

As análises na Dimensão Trabalho e Renda, na medida em que revelam a precariedade e a informalidade dos vínculos de trabalho nas ruas mesmo junto a pessoas que tinham uma profissão antes de chegar à situação de rua, reforçam a discussão de Escorel (1999) e Tiengo (2020), que compreendem que as pessoas em situação de rua compõem a superpopulação relativa e o lupemproletariado, exercendo atividades ocupacionais irregulares e que exigem baixa qualificação.

4.4.2 Dimensão Saúde

Acerca da Dimensão Saúde, Sen (2000) destaca a importância do acesso à saúde, incluindo indicadores relacionados à morbidade, mortalidade e subnutrição. Comin et al. (2007) encontrou, nessa dimensão, tendências que revelam três importantes indicadores de pobreza: a insegurança alimentar, a dificuldade de acesso a serviços de saúde e a insegurança psicológica, principalmente o medo por viver em áreas consideradas violentas. Considerando a realidade das pessoas em situação de rua, os problemas que mais aparecem referem-se ao medo relacionado à violência (DE TILIO; VIDOTTO; GALEGO, 2015), a alta morbidade, a mortalidade precoce e o uso abusivo de álcool e drogas (PATRÍCIO; AJURIA; CASTRO, 2016).

Quanto aos resultados quantitativos nessa dimensão, que abrange indicadores relacionados à alimentação e consumo de álcool e outras drogas, o item “você já passou um dia inteiro sem comer” é o que apresentou maior média para o cálculo do IPM total (Tabela 9), cuja discrepância contribuiu para aumentar claramente a média final. Do total da amostra, 201 participantes (84,8%) afirmaram ter já ter passado um dia inteiro sem comer, e apenas 34 (14,3%) responderam não a essa questão.

Tabela 9 - Médias do IPM considerando somente Dimensão Saúde e seus itens

IPM Dimensão Saúde	0,45	0,20	0,00	0,93
IPM 22 você já passou um dia inteiro sem comer?	0,86	0,35	0,00	1,00
IPM 24 Em dias de semana, quantas vezes você come por dia?	0,25	0,29	0,00	1,00
IPM 30 Com que frequência você consome bebidas alcoólicas?	0,36	0,36	0,00	1,00
IPM 32 Quantos tipos de droga você consome?	0,38	0,34	0,00	1,00
IPM 33 Com que Frequência você usa essas drogas?	0,38	0,40	0,00	1,00

Fonte: Dados da pesquisa

Por outro lado, a quantidade de refeições por dia não parece ser um problema para os participantes, tendo em vista que o item “Em dias de semana, quantas vezes você come por dia?” apresentou a menor média dentre os indicadores da dimensão saúde. É importante lembrar, primeiramente, que boa parte da amostra foi composta por pessoas que participam do Centro Pop e do Centro de Convivência, equipamentos das políticas públicas de Assistência Social que oferecem alimentação, ainda que para uma quantidade limitada de pessoas.

Além disso, há uma rede de apoio no centro da cidade de Fortaleza e seu entorno que fornece alimentação, incluindo pessoas físicas, entidades governamentais e não governamentais e restaurantes. Dessa forma, ao responderem ao item “Na maioria das vezes como você consegue comida”, a maior parte dos participantes responderam que se alimentam em instituições (43%) e no restaurante popular (12,2%) ou recebem doações de projetos nas

ruas/praças (20,3%) e de comércios/restaurantes (14,3%). Apenas 16 participantes (6,8%) afirmaram comprar sua própria comida. No quesito alimentação, é importante ressaltar a existência de uma rede de apoio formal e informal que fornece comida nos espaços públicos da cidade, no entanto, conforme participantes da pesquisa desenvolvida por Holanda (2019), em Fortaleza, as doações de comida não aparecem sempre que surge a fome, de modo que existe também, por parte das pessoas em situação de rua, a busca ativa pela comida, que contribui para evitar a condição de fome.

Acerca da alimentação, os relatos dos entrevistados referem-se a uma certa facilidade em obter alimentação devido às doações e à possibilidade de se alimentar no interior dos equipamentos sociais. No entanto, há relato de fome e de busca por comida no lixo: Machado, por exemplo, relata ter passado fome nos primeiros sete dias após ter chegado à situação de rua, pois não conhecia ninguém nem tampouco as redes de apoio que fornecem a alimentação; já Clara afirma já ter catado comida no lixo depois de sofrer humilhação ao pedir ajuda a uma pessoa na rua.

Foi, foi bem, bem estranho, porque assim, porque eu sempre fui um caba muito informado, mas eu não sabia que tinha equipamentos pra atender pessoas que vivem em situação de rua; então nos primeiros dias, é... eu ficava ali pela beira das praias, durante o dia, e à noite eu ia pra banda do Dragão do Mar, e aí pra me alimentar era complicado porque eu não sabia que que davam comida nas praças, então... eu saía caçando nas lixeiras, e aí com 4, 5 dias as pessoas viam meu estado e começavam a oferecer comida porque eu não pedia, justamente por conta desse dessa coisa de guardar muito as coisas pra mim, eu tinha um medo tão grande de receber não das pessoas, isso pesava tanto, me magoava tanto que eu tinha medo de pedir porque já tinha medo do não que eu ia levar, porque eu sabia que aquele não ia me magoar; e quando eu cheguei na rua foi muito com isso, e foi basicamente 7 dias nessa peleja, né de de de sem saber como me alimentar, como ia ser (Machado)

Eu fui chorar, fui... tipo, fiquei tipo depressiva, fiquei com medo de pedir as coisa com as pessoas novamente. Fui comer comida do lixo. Cê acredita? Mas foi verdade. Fui comer comida do lixo, comida azeda. Prato fedido, de um dia pro outro, eu já comi comida (Clara)

Rapaz a saúde... a saúde é... é só a misericórdia né mah? comé que se tem saúde na rua sem comer direito, comendo só comida estragada, comida ruim, sem tomar um baim, sem vestir uma roupa que preste, sem dormir, você num tem saúde né (Oliver)

Porque precisa da comida, só que só a comida não basta. Eu que saquei que só a comida não basta. Porque tem o circuito, Cadu. Se fizer todo o circuito, o cara fica... em quinze dias, ele engorda, fica um boi e procura emprego. Aí fica a preocupação... só isso. Fica... só... só dá ou só oferta a comida. Entendeu? Aí tem a... tem o excesso. O excesso de comida. Comida ruim, comida boa. Só que o cara não escolhe. Hoje, eu escolho se eu vou comer é...

*um baião... “ai, vou comer um baião com ovo, ou com frango, ou com...”.
Esse poder de escolha é... em situação de rua, é tirado (Jorge)*

Dessa forma, ainda que a rede de apoio garanta uma certa disponibilidade de comida, a fome é uma realidade para algumas pessoas em situação de rua. Convém lembrar que o fato de ter passado fome pelo menos uma vez na vida é um dos indicadores de pobreza extrema considerados no estudo de Bagolin, Ávila e Comin (2012). A vulnerabilidade que condiciona a alimentação a circunstâncias como preços e variação de renda e salários é outro critério de pobreza extrema (DIERTELEN, 2003). Nesse aspecto, o entrevistado Jorge entende que o circuito existente no centro da cidade permite disponibilidade suficiente para a alimentação das pessoas em situação de rua, no entanto não existe a possibilidade de escolha. O excesso de disponibilidade de comida na rua não garante a segurança alimentar, que, para Araújo et al. (2020), abrange a dimensão alimentar, referente ao acesso aos alimentos, e a dimensão nutricional, que abrange a qualidade das práticas alimentares e a manutenção da cultura alimentar. A falta de possibilidade de escolha do que comer prejudica, portanto, a qualidade da alimentação.

Outro indicador considerado na dimensão saúde diz respeito ao consumo de álcool e outras drogas. Os itens referentes ao uso de substâncias psicoativas apresentam média semelhante à média do IPM total (Tabela 9). Os resultados da estatística descritiva demonstraram que 166 participantes (70,3% da amostra) consomem pelo menos um tipo de droga, e 70 (29,7%) não fazem uso de álcool nem de outras drogas. A droga mais comum é a bebida alcoólica, consumida por 61,11% dos respondentes, seguida da maconha, crack e cocaína, consumida por 35,59%, 32,05% e 22,55% dos participantes, respectivamente.

A percentagem dos participantes da pesquisa que fazem uso de drogas atualmente é menor do que a dos que responderam que consumiam álcool e/ou outras drogas antes de chegar na situação de rua. Se 70,3% afirmaram consumir drogas atualmente, a percentagem dos que consumiam drogas antes de ir pra rua é de 78,4%. O teste de Qui Quadrado encontrou associação significativa entre os itens “você consome álcool ou outras drogas” e “antes de ir morar nas ruas, você usava álcool e outras drogas” ($\chi^2(1) = 23,074, p = 0,00$). Essa diferença diz respeito à proporção de pessoas que já faziam uso antes da situação de rua e continuaram fazendo e da proporção dos que não usavam e passaram a usar após a situação de rua. Nesse aspecto, considerando os participantes que já usavam álcool e/ou outras drogas antes de chegar à situação de rua, 77,84% continuaram consumindo; por outro lado, 43,41% dos que não faziam uso passaram a usar, e 56,86% atualmente continuam sem consumir nenhuma droga.

O teste de Qui Quadrado também demonstrou que as pessoas que já consumiam álcool ou outras drogas antes da situação de rua atualmente consomem com mais frequência ($\chi^2(5) = 12,003, p = 0,035$). Conforme pode ser visto na Tabela 10, a diferença entre a proporção de pessoas que consome drogas de 2 a 7 vezes por semana e a proporção das que consomem no máximo 4 vezes por mês é bem maior no grupo dos que já consumiam antes da situação de rua. Nesse grupo, a quantidade dos que consomem a partir de duas vezes por semana ($n=82$) é quase o triplo dos que consomem 4 vezes por mês ou menos (31).

Tabela 10 – Teste de Qui Quadrado para comparar a frequência de uso de drogas em relação ao consumo anterior à situação de rua

		33 - Com que frequência você usava essas drogas?					
		Até 4 vezes por mês		2 a 7 vezes por semana		Total	
		n	%	n	%	n	%
35- Antes de ir morar nas ruas você usava drogas?	Não	8	42,11%	11	57,89%	19	100%
	Sim	31	27,43%	82	72,57%	113	100%

Fonte: dados da pesquisa

Esses resultados demonstram que, por um lado, uma grande proporção dos participantes em situação de rua fazem uso de substâncias psicoativas; mas, por outro lado, essa proporção era maior antes da situação de rua, de modo que não é possível afirmar com segurança que a situação de rua predispõe o consumo de droga junto aos participantes. Esse dado pode ser explicado pelo fato de que as pessoas, antes de chegar à situação de rua, já vivenciavam condições de pobreza e exclusão social, corroborando as conclusões de Caravaca-Morera e Padilha (2015b), para quem a violência e o uso de crack estavam presentes na vida familiar dos participantes antes da ida para as ruas.

Ainda a respeito do consumo de substâncias psicoativas, o resultado o Teste t de Student demonstrou diferenças significativas nas médias do IPM em relação ao fato de usar álcool e/ou outras drogas, de modo que os que responderam que faziam uso dessas substâncias apresentam maior média de IPM ($t(234) = -4,633, p < 0,05$). Em parte, essa diferença é explicada pelo fato de que o consumo e a frequência do consumo de drogas foram usados como indicadores no cálculo do IPM da Dimensão Saúde. No entanto, o teste t de Student também apontou diferença significativa nas médias do IPM da Dimensão Direitos Humanos ($t(232) = -2,675, p < 0,05$). Considerando os indicadores utilizados para o cálculo do IPM da Dimensão Direitos Humanos, realizamos o teste t de Student a fim de comparar as médias desses

indicadores entre pessoas que usavam e as que não usavam álcool e/ou drogas. Os resultados apontaram dois indicadores com diferença significativa entre as médias: o item que se refere à violência física “Com que frequência você foi esmurrado, empurrado e/ou chutado no período em que esteve em situação de rua?” ($t(232) = -3,039, p < 0,05$) e o item que se refere à violência sexual “Com que frequência você sofreu violência sexual na rua?” ($t(232) = -2,220, p < 0,05$), de modo que, em síntese, esses dados revelam que as pessoas que afirmaram consumir álcool e/ou outras drogas no momento da coleta de dados apresentaram maior média nesses itens, ou seja, sofreram mais agressões físicas e violência sexual do que os que responderam não consumir, indicando maior vulnerabilidade para aquele grupo.

Os grupos de participantes que afirmaram consumir somente outras drogas, sem ingerir bebidas alcoólicas, apresentaram ainda maior vulnerabilidade à violência, tendo em vista que os resultados do teste t de Student atestaram diferenças significativas entre as médias, de modo que as pessoas que fazem uso de drogas ilícitas e que não consomem álcool apresentaram maiores médias de violência em praticamente todos os indicadores, conforme Tabela 11.

Tabela 11 - Comparação de médias com diferenças significativas entre os participantes que não fazem e os que fazem uso de drogas ilícitas e que não consomem álcool

Indicadores de violência no período de situação de rua	Grupos						
	Consumem drogas ilícitas		Não consomem drogas ilícitas		t	df	p
	M	DP	M	DP			
Com que frequência você foi esmurrado, empurrado e/ou chutado?	2,82	1,62	2,02	1,29	-4,21	234	0,00
Alguém já atirou em você ?	1,49	0,90	1,21	0,48	-3,06	233	0,00
Com que frequência você foi espancado, esfaqueado, queimado, afogado ou atacado com uma arma?	2,05	1,42	1,65	0,96	-2,59	232	0,01
Com que frequência você sofreu violência sexual na rua?	1,22	0,83	1,04	0,19	2,46	232	0,02

Fonte: elaborada pelo autor

A maior vulnerabilidade à violência para as pessoas que fazem uso de drogas, especialmente as drogas ilícitas, está relacionada à questão do estigma do usuário de drogas.

Considerando a perspectiva punitivista e de guerra contra as drogas, há um processo de criminalização da pobreza e do usuário de droga que legitima a violência estatal e da sociedade em geral, de modo que as pessoas em situação de rua usuários de drogas estão no grupo dos que carregam o estereótipo de inimigo da sociedade, ou seja, pobre, negro e jovem, sendo, portanto, alvo da violência urbana (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019).

A Tabela 12, que apresenta a comparação de médias de frequência de uso de drogas (com exceção do álcool) em função do tipo de agressores, corrobora a ideia de que a pessoa em situação de rua que faz uso de drogas é mais vulnerável à violência estatal e da sociedade, na medida em que as pessoas que apresentam maiores médias de frequência de uso de drogas são as que mais afirmaram sofrer violência de seguranças particulares, policiais e agentes da Guarda Municipal. Nesse aspecto, é possível entender que o uso de drogas é encarado mais como uma questão de segurança pública numa perspectiva punitivista, do que como uma questão de saúde. Outrossim, é num certo contexto de desigualdade social e de ódio que a droga, especialmente o crack, acaba movimentando afetos e reações violentas e conservadoras (SOUZA; GOMES, 2019).

Tabela 12 - Comparação de médias significativas de frequência de uso de drogas em função da identificação de autores de violência

Indicadores (“Se já sofreu violência na rua, por parte de quem veio a agressão?”)	Grupos				t	df	p
	Sim		Não				
	M	DP	M	DP			
Pessoas em situação de rua	2,00	1,95	1,83	1,99	-0,61	210	0,54
Seguranças particulares	2,57	2,03	1,66	1,89	-3,03	206	0,00*
Polícia	2,62	1,99	1,18	1,65	-5,76	212	0,00*
Guarda Municipal	2,90	2,05	1,61	1,84	-4,18	211	0,00*
Marido, esposa, companheiro(a)	2,19	1,98	1,84	1,96	-1,05	211	0,30
Pai, mãe e outros familiares	2,45	1,91	1,77	1,96	-2,03	211	0,04*
Outras pessoas	1,94	1,95	1,88	1,97	-0,20	209	0,84
Não conseguiu identificar	2,07	1,94	1,89	1,99	-0,52	192	0,60

* Diferença entre médias estatisticamente significativa ($p < 0,05$)

Fonte: dados da pesquisa

A análise qualitativa contribui para uma melhor compreensão da relação dos participantes com a droga. Nesse contexto, percebemos, em alguns participantes, um movimento de alternância entre períodos fazendo uso abusivo de drogas e momentos sem consumir. Considerando que a amostra de entrevistados foi composta por pessoas que foram

contempladas com o benefício do Aluguel Social, habitação do Minha Casa Minha Vida ou residindo em quitinete, portanto em processo de saída da situação de rua, nenhum deles estava fazendo uso de drogas na ocasião da entrevista, no entanto tinham histórico de consumo de bebida e/ou outras drogas.

porque também eu tô precisando também é sabe o quê é fazer é negócio do psicólogo, porque eu não fiquei muito normal ainda da cabeça ainda, desse tempo que eu usei muita droga né e brigava muito, eu eu discutia com as menina, era ignorante, muito ignorante, mas todo mundo me atendia, entendeu, e eu sempre eu fui pelo certo, eu acho que eu não arranjei mais confusão porque sempre eu eu não gostava de ver uma pessoa apanhano na rua aí eu pegava e me metia? (Eva)

Cara, eu passei um tempo aí ó, cara. Passei. Eu num minto pra ti não ó. Mas é como eu tava falando pra ti, eu... todo dia é uma luta pra dizer um não, tá entendendo? Vou mentir pra quê, né meu irmão? Se a... a rua leva a isso mesmo. Infelizmente. [...]Macho, eu fumava era o crack mesmo ó. Num minto não. Mas todo dia é uma luta. Eu tava com um tempo aí sem beber, mas esses dias agora eu... deitei numa recaída aí na bebida, sabe? Meti os pés pela mão (Alex)

[...] aí pronto desde essa época aí que eu conheci o crack pra cá a minha vida foi só derrota (Oliver)

Vale a pena ressaltar que, apesar de em alguns relatos o crack ser considerado o causador das idas e recaídas em relação à situação de rua, esses episódios também estão relacionados a outros processos de determinação, que envolvem classe, gênero, raça, a falta de trabalho e acesso precário a serviços públicos (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019). Para Souza e Gomes (2019), ao se referir à política cognitiva difundida pela mídia a respeito da droga, mais especificamente do crack, há uma ocultação de todo o contexto de miséria, desigualdade social e problemas urbanos. À vista disso, foram frequentes relatos que mostram, nos participantes, essa representação midiática da droga como a vilã, desconsiderando-se a mediação da pobreza e da estrutura social desigual.

No entanto, um participante compreendeu que o uso de drogas tem sido usado como pretexto para implementar políticas de higienização junto às pessoas em situação de rua, principalmente a partir das comunidades terapêuticas, associadas por esse entrevistado a campos de concentração:

Tem gente que é clínica geral, né? Usa cinco de droga. Tem gente que usa uma só, duas... Aí vai pra redução de danos. A redução de danos na rua, um dia pelo outro, no papelão, não existe. [...]. E as clínica de recuperação e eu nunca fui. Mas é um... é só... é um amontoado de gente né, é uma nova senzala, é um novo campo de concentração. Faz parte do processo de higienização (Jorge)

Acerca do processo saúde doença, conforme pode ser visto na Tabela 13, apenas 25,5% da amostra afirmou não ter tido nenhuma doença. Sendo assim, a maior parte da amostra (74,5%) afirmou ter tido pelo menos uma doença após a situação de rua. Das doenças especificadas, o transtorno mental apareceu como a mais comum (33% da amostra), seguida de DST (20,7%). O fato de ter tido ou não uma doença não teve relação estatística com a média do IPM, nem com o uso de drogas. Ou seja, não houve diferença estatisticamente significativa entre os que consomem drogas e os que não consomem no que se refere a ter adoecido na rua.

Tabela 13 - Tipos de doenças

DOENÇAS	N	%
		Válida
Tuberculose	17	7,4%
HIV	5	2,2%
DST	48	20,7%
Pneumonia	43	18,6%
Hanseníase	4	1,7%
Transtorno Mental	77	33%
Diabetes	6	2,6%
Doença de pele	43	18,5%
Outras	60	26,7%
Nenhuma	59	25,5%

Fonte: dados da pesquisa

Aplicamos o teste t de Student a fim de comparar as médias do IPM total e do IPM de cada uma das dimensões entre grupos que tiveram e os que não tiveram transtorno mental, e a diferença foi significativa para o IPM considerando somente a Dimensão Subjetiva, com maior média para as pessoas que afirmaram ter sofrido de algum transtorno mental ($t(234) = -2,879, p < 0,05$), o que demonstra que esse grupo tem maior percepção de vergonha e humilhação e menor percepção de satisfação e de liberdade. Além disso, as pessoas que tiveram transtorno mental sofreram mais espancamento do que as pessoas que afirmaram não ter tido transtorno mental ($t(229) = -2,030, p < 0,05$).

A privação se torna mais intensa na medida em que os resultados também demonstram que as pessoas que afirmaram ter tido transtorno mental também são as que apresentaram menor quantidade de refeições por dia (teste *qui quadrado*: $\chi^2(3) = 9,202, p = 0,027$). Pensando a partir de Patrício et al. (2019), cuja pesquisa encontrou que 71,4% dos participantes apresentaram algum sintoma de transtorno mental comum, compreendemos que as pessoas em situação de rua vivenciam uma condição de vulnerabilidade e de exposição a riscos e agravos à saúde, precisando de uma atenção especial.

É importante destacar que não realizamos diagnóstico de transtornos mentais, de modo que essa categoria surgiu nos itens que questionam que tipos de doenças os participantes tiveram na rua, segundo sua própria interpretação. Dessa forma, apesar de não ter surgido relação estatisticamente significativa entre transtorno mental e uso de drogas, consideramos que o consumo de substâncias psicoativas pode prejudicar a saúde mental das pessoas em situação de rua. Apesar da ausência de diagnóstico, a indicação de ter sido ou de ser acometido de transtorno mental, por parte de alguns participantes, indica o reconhecimento do sofrimento psíquico, aprofundado pelas múltiplas privações inerentes à situação de rua, inclusive referente à dificuldade de acesso aos serviços de saúde (FURTADO, 2017), bem como aos processos de preconceito e discriminação dentro da rede de serviços, mais intensos no caso das pessoas em situação de rua que fazem uso de drogas (ROSSI; TUCCI, 2020).

De forma geral, o cuidado com a saúde é difícil para pessoas em situação de rua. Em referência a isso, os entrevistados comentam sobre as dificuldades na rua que afetam e prejudicam o cuidado à saúde, tais como o fato de dormir mal, comer mal e problemas para manter as condições de higiene. Ademais, o risco de violência prejudica a qualidade do sono e determina problemas relacionados à saúde mental. Nesse aspecto, um participante afirma estar sempre estressado; outro relato se refere à dificuldade de controlar a raiva, principalmente quando lida com a violência ou quando vê alguém sendo oprimido:

ma das coisas que eu descobri: o cara na rua, como ele num dorme, ele é tenso, ele é estressado o tempo inteiro. Porque como é que vai dormir? Se dormir, ele é roubado. Se ele dormir... Eu pegava muita comida na... na Acal. Deixei de comer na Acal, porque passou um cara e deu seis, sete tiros lá. O cara veio de moto e atirou. E pronto. Aí foi assim: eu vi a marca da bala e tal e falei "ixe, num venho mais". Porque, numa hora dessa, morre e num sabe nem porque morreu. (Jorge)

porque também eu tô precisando também é sabe o quê é fazer é negócio do psicólogo, porque eu não fiquei muito normal ainda da cabeça ainda, desse tempo que eu usei muita droga né e brigava muito, eu eu discutia com as menina, era ignorante, muito ignorante, mas todo mundo me atendia, entendeu, e eu sempre eu fui pelo certo, eu acho que eu não arranjei mais confusão porque sempre eu eu não gostava de ver uma pessoa apanhando na rua aí eu pegava e me metia? (Eva)

4.4.3 Dimensão Educação

A Dimensão Educação também é vista como um importante aspecto na delimitação da pobreza. Para Silva Jr. e Sampaio (2010), a educação tem sido destacada como um

importante fator de mobilidade social, na medida em que há relações entre educação e diferenças salariais. Essa ideia, que entende que o baixo poder econômico do indivíduo se deve à pouca escolarização, é criticada por Oliveira (2013), tendo em vista que desconsidera que a pobreza pode ser fator impeditivo tanto do acesso à educação quanto da obtenção de um bom desempenho. Esse mesmo autor compreende ainda que as diferenças na renda das famílias não devem ser creditadas apenas ao acesso à educação de qualidade, mas, primeiramente, à desigualdade na apropriação da riqueza e do conhecimento produzidos.

Yannoulas, Assis e Ferreira (2012) distingue uma pedagogia otimista, que vê a educação formal como motivadora da mobilidade social e da cidadania dos indivíduos, de uma pedagogia pessimista, que considera que a educação formal aumenta as desigualdades sociais, na medida em que o sistema escolar é construído sem a participação dos indivíduos em situação de pobreza. Esses autores tentam fugir dessa polarização ao destacar que a relação entre educação e pobreza é complexa, por conseguinte não se explica por uma causalidade linear. Dessa forma, a educação implica em elementos não somente pedagógicos ou cognitivos, como também econômicos, culturais e políticos. No caso da população em situação de rua, os dados demonstram que a maioria tem pouquíssimos anos de estudo. O censo realizado em 2008 encontrou que apenas 3,2% dos respondentes possuem ensino médio completo, 0,7% possuem ensino superior completo e 10,3% possuem primeiro grau completo (BRASIL, 2009b).

Acerca da Dimensão Educação, conforme Tabela 14, os dados demonstraram que o item de maior média foi “Já fez algum curso antes de ir morar na rua” ($M=0,67$; $DP=0,47$) e o que teve menor média foi “você sabe ler e escrever” ($M=0,20$; $DP=0,40$), no entanto, o valor do desvio padrão demonstra heterogeneidade nas respostas. A percentagem de pessoas que não sabem ler nem escrever (19,5%) é maior do que a taxa de analfabetismo da população brasileira, que é 6,8% para a população geral, 13,8% para a população do Nordeste e 10,6% para os 20% com menor renda mensal domiciliar per capita (IBGE, 2019).

Tabela 14 - Médias do IPM considerando somente Dimensão Educação e seus itens

IPM Dimensão Educação	0,46	0,24	0,00	1,00
IPM 36 Você sabe ler e escrever?	0,20	0,40	0,00	1,00
IPM 37 Você estudou até que série?	0,38	0,24	0,00	1,00
IPM 38 Já fez algum curso após ir morar na rua?	0,67	0,47	0,00	1,00
IPM 39 Antes de ir morar nas ruas você concluiu algum curso profissionalizante?	0,59	0,49	0,00	1,00

Fonte: dados da pesquisa

Realizamos teste t de Student para compara médias do IPM total e IPM das dimensões entre os grupos que sabem e que não sabem ler e escrever, o qual resultou em

diferença significativa entre os grupos para as médias do IPM total ($t(234) = 6,535$, $p < 0,05$), e das Dimensões Educação ($t(234) = 12,055$, $p < 0,05$), Direitos Humanos ($t(234) = 2,108$, $p < 0,05$) e Subjetiva ($t(234) = 3,040$, $p < 0,05$). Também fizemos o mesmo teste considerando o IPM sem a Dimensão Educação, para evitar viés, e mesmo assim a diferença foi significativa. Dessa forma, as pessoas que não sabem ler e escrever tem maior índice de Pobreza Multidimensional, sofrendo mais violência, discriminação, humilhação e vergonha. Esses dados demonstram uma certa relação entre pobreza e educação, no entanto a especificidade dessa relação reside especificamente na forma como essas pessoas são tratadas. Nesse aspecto, conforme Tabela 15, os participantes que responderam não saber ler nem escrever apresentaram maiores médias de vergonha, de espancamento e de humilhação no posto de saúde, na rua, comércio e delegacia. A esse respeito, Garcia (2008), ao realizar atendimentos a pessoas que não tinham conseguido aprender a ler e escrever, se depara com sentimentos de vergonha, tristeza e fracasso. O sentimento de vergonha resulta de uma violência sobre o psiquismo, sem que seja dada a possibilidade de resposta por parte da vítima (GARCIA, 2008).

Tabela 15 - Comparação de médias com diferenças significativas entre os participantes afirmaram saber ler e escrever e os que responderam não saber ler nem escrever

Indicadores	Grupos				t	df	p
	Sabem ler e escrever		Não sabem ler nem escrever				
	M	DP	M	DP			
Com que frequência você foi espancado, esfaqueado, queimado, afogado ou atacado com uma arma no período em que esteve em situação de rua	1,78	1,19	2,28	1,43	2,22	232	0,03
Pela sua condição de morar na rua com que frequência você se sente: envergonhado?	1,53	1,08	2,04	1,16	2,85	234	0,01
Com que frequência você foi humilhado no posto de saúde	0,57	0,84	1,00	1,14	2,35	233	0,02
Com que frequência você foi humilhado na rua	1,28	1,05	1,72	1,15	2,50	232	0,01
Com que frequência você foi humilhado no comércio	0,99	1,07	1,50	1,22	2,60	233	0,01
Com que frequência você foi humilhado na delegacia	0,95	1,15	1,41	1,22	2,43	232	0,00
Você já foi obrigado a se retirar de algum espaço público ou privado?	2,03	0,86	2,46	1,15	2,38	234	0,02

Fonte: dados da pesquisa

Realizamos, também, o teste t de Student para verificar se havia diferença do IPM da Dimensão Educação em relação ao item “você tinha alguma profissão antes de ir para as ruas”, e o resultado foi significativo ($t(234) = 3,752, p < 0,05$), evidenciando que as pessoas que tinham uma profissão apresentaram média menor para o IPM, ou seja, são menos pobres considerando somente a Dimensão Educação. Da mesma forma, as pessoas que nunca tiveram um emprego com carteira assinada na vida também foram as que apresentaram maior média de IPM da Dimensão Educação ($t(234) = 2,962, p < 0,05$). No entanto, não encontramos nenhuma diferença estatística ao aplicar esse mesmo teste para comparar as médias do IPM Educação tanto em relação ao item “você atualmente exerce atividade remunerada” como em relação aos quartis de renda, tendo em vista que o teste ANOVA não resultou em diferença significativa. Esses resultados demonstram que, se por um lado ter tido uma profissão anterior à rua associa-se com a menor pobreza na Dimensão Educação, por outro lado a situação educacional das pessoas em situação de rua não tem relação com o fato de estar ou não exercendo atividade remunerada nem com a renda mensal. Nesse sentido, Amorim et al. (2019) discutiram dados que revelam que o nível de escolaridade não aparece como vantagem para emprego formal.

Com relação ao tempo de estudo, os resultados da estatística descritiva confirmam o baixo grau de instrução da população em situação de rua já demonstrada em outros estudos (FIORATI, et al, 2016), na medida em que 26,8% da amostra estudou até 4ª. série, 43,4% estudou de 5ª à 9ª série, 5,5% tem ensino médio incompleto, 20,9% tem ensino médio completo, 2,6% tem ensino superior incompleto e 0,9% concluiu ensino superior. Dessa forma, mais da metade dos participantes (70,2%) não passou do ensino fundamental.

No geral, os resultados demonstram a pertinência de se considerar a Dimensão Educação a fim de compreender e mensurar a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua. No entanto, é importante considerar que essa dimensão deve ser considerada para além do âmbito formal de ensino. Nesse sentido, Freire (1996) destaca que a culpabilização das pessoas que compõem as classes dominadas se origina no poder ideológico, que atribui aos oprimidos a responsabilidade pela sua condição, pelo seu "fracasso". Essa autoculpabilização, bem como o não reconhecimento de que o seu sofrimento é resultado da estrutura social perversa, reforça a ordem social desumanizante (FREIRE, 1996). A alfabetização e a educação só terão sentido enquanto instrumento de rompimento com esse poder ideológico e enfrentamento das condições de opressão, contribuindo para excluir o opressor que existe dentro do oprimido. Dessa forma, a educação formal, considerando tanto a alfabetização como o avanço nos níveis de instrução, devem ser entendidas não como um instrumento de ascensão social, mas, principalmente, como possibilidade de facilitar a leitura do mundo e a construção

de sujeitos críticos e ativos. Dessa forma, na perspectiva de Freire (1996) não faz sentido pensar em educação sem a busca pela mudança social.

4.4.4 – Dimensão Subjetiva

4.4.4.1 Aspectos teóricos da dimensão subjetiva

Compreender a dimensão subjetiva da pobreza não significa psicologizar as questões sociais ou ignorar as determinações sociais, políticas e econômicas dessa condição. Partimos da análise de Sawaia (2009) para quem há uma falsa dicotomia entre objetividade e subjetividade, de modo que, de um lado, o indivíduo não é mero reflexo mecânico das condições objetivas, e, de outro lado, não podemos considerar a subjetividade como responsável pela desigualdade e pela pobreza, como se esses processos fossem causados pelos comportamentos dos indivíduos. Dessa forma, a subjetividade é “[...] constituinte da objetividade social” (SAWAIA, 2009, p. 365). Essa perspectiva já tinha sido destacada por Freire (2018), quando afirmou que a construção e transformação da realidade objetiva é resultado da ação do ser humano, da sua subjetividade, de modo que objetividade e subjetividade não podem ser dicotomizadas.

Isso significa que as condições concretas de existência relacionadas à pobreza possuem implicações psicossociais para a vida dos indivíduos, como por exemplo o processo de autoculpabilização citado acima, no entanto essas implicações não traduzem apenas negatividade, na medida em que se trata de

[...] uma perspectiva analítica que entende que por trás da desigualdade social há vida, há sofrimento, medo, humilhação, mas também há o mais extraordinário milagre humano: a vontade de ser feliz e de recomeçar ali onde qualquer esperança parece morta (SAWAIA, 2009, p. 365).

Tendo em vista que as múltiplas dimensões da pobreza se inter-relacionam, causando impacto para a subjetividade, as pessoas que vivem sob essa condição se caracterizam pela vivência de desânimo, sofrimento e poucas perspectivas de vida, sendo necessário se aprofundar na compreensão das subjetividades produzidas a fim de legitimar e manter o sistema social e econômico, e as suas relações com a opressão (GUZZO, 2016). No entanto, considerando que a pobreza não significa necessariamente passividade e inferioridade, destacamos a pertinência de considerar as múltiplas dimensões da pobreza, mas sem deixar de lado a necessidade de enfrentamento direto à lógica injusta e desigual da sociedade vigente.

Nesse sentido, pontuamos a importância da dimensão subjetiva da pobreza, que pode facilitar ou dificultar os processos de enfrentamento por parte das pessoas em condição de pobreza.

Compreender a dimensão subjetiva também não significa crer que as implicações nefastas da pobreza para o pensamento, os afetos e o comportamento dos indivíduos são eternizados ou incuráveis. Sobre essa questão, Martin-Baró (2017) e Santos (2009) problematizam a chamada cultura da pobreza, termo utilizado pela primeira vez por Lewis (1966) para se referir às características das pessoas em condição de pobreza que traduzem mecanismos adaptativos diante das condições adversas geradoras de sofrimento, marcadas pela inferioridade, dependência, submissão e passividade. O fatalismo, entendido por Martin-Baró (2017), como a crença na predeterminação de um destino dado e imutável, seria uma das características dessa cultura de pobreza. Nessa perspectiva, Lewis (1966) compreende que, devido às consequências para as crianças, há uma tendência à perpetuação da pobreza ao longo do tempo, de modo que seria mais difícil acabar com a cultura da pobreza do que com a pobreza em si. Tanto Santos (2009) como Martin-Baró (2017) criticam essa concepção psicologista e fatalista da pobreza. Enquanto o primeiro compreende que a cultura da pobreza não é um elemento imune às transformações sociais, o segundo parte de resultados de estudos realizados na década de 1970 para demonstrar que não existe uma subcultura fechada da pobreza que é herdada na família, tendo em vista que o que determina mecanismos adaptativos são as condições macrosociais opressoras. Sendo assim, a resignação, a submissão e a atitude fatalista não são perpetuadas na família, mas determinada e mantida como decorrência das estruturas socioeconômicas.

No caso da situação de rua propriamente dita, apontamos, por um lado, questões mais abrangentes relacionadas a esse processo, tais como a própria condição de pobreza, a desigualdade social, o desemprego, o subemprego, a marginalização e processos de exclusão social ou inclusão precária (FIORATI et al., 2016); por outro lado, essas questões se manifestam concretamente na vida das pessoas em situação de rua na forma de uso abusivo de drogas, rupturas familiares, baixa escolaridade, histórico de rupturas no mundo do trabalho, violência, fragilidade nos vínculos interpessoais, dentre outras (ESMERALDO FILHO, 2010; SANTANA; CASTELAR, 2014).

As pessoas que moram na rua sofrem cotidianamente preconceito e estigmatização, resultados da naturalização da pobreza e da situação de rua, acompanhados de um processo de culpabilização dessas pessoas por suas condições (SANTANA; CASTELAR, 2014; MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013). As práticas de opressão e dominação que vitimizam as pessoas em situação de pobreza, incluindo as que moram na rua, configuram-se como negação

da vida, muitas vezes prejudicando o desenvolvimento de capacidades de ação coletiva e transformação. Assim, são identificadas implicações que dificultam o enfrentamento da pobreza, como a humilhação, a vergonha e o fatalismo. São resultados da estrutura ideológica de opressão produtora de sentimento de impotência e de inferioridade, que contribui para manter a passividade das pessoas em situação de pobreza e as relações de dominação inalteradas.

No caso das pessoas em situação de rua, são claras as formas de discriminação sofridas, resultando em sentimentos de humilhação e vergonha. Essas pessoas são estigmatizadas duplamente: por serem pobres e por estarem em situação de rua, sendo representados como violentos, sujos, drogados e criminosos (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013). Segundo esses autores, o reconhecimento depreciativo junto a pessoas em situação de rua vem da sociedade em geral e dos próprios agentes do Estado, inclusive os trabalhadores dos serviços de assistência social voltados a esse público. Em alguns casos, a representação depreciativa é internalizada pelo indivíduo, que acaba aceitando a humilhação. Nesse caso, a vergonha resultante produz silenciamento.

Carreteiro (2003) destaca que o objetivo da vergonha é bloquear a ação de alguém. Há também casos em que o indivíduo não aceita a humilhação. Para essa autora, há dois modos usados frequentemente para lidar com a vergonha e outras formas de desrespeito: o modo silenciado e o modo reativo. O primeiro refere-se à lógica da invisibilidade, quando a vítima silencia, em muitos casos devido à associação entre humilhação e vergonha, adotando um comportamento submisso. Já o modo reativo é caracterizado por ações de revolta, configurando-se uma lógica da virilidade (CARRETEIRO, 2003). Os indivíduos que funcionam a partir dessa lógica mostram-se corajosos e buscam ser reconhecidos como fortes e destemidos. A virilidade se faz mais presente quando há situações de humilhação. Essa lógica é marcada pela reatividade e pelo enrijecimento da ação concreta de enfrentamento. A virilidade é muito comum junto a pessoas em situação de rua, especialmente na violência horizontal (ALMEIDA; RIBEIRO JR.; SOUZA, 2016), ou seja, dentro do próprio grupo, e também na ideia de que na rua impera a “lei do mais forte”, de maneira que é necessário ser violento como uma forma de prevenção e sobrevivência na rua (ESMERALDO FILHO, 2010).

No âmbito das especificidades da sociedade brasileira, essas análises nos levam a refletir que as pessoas em condição de pobreza, e especificamente as que estão em situação de rua, são as que Souza (2018) considera subcidadãos. A fim de entender como são realizadas as distinções e hierarquizações sociais na sociedade brasileira, ou seja, como as pessoas são classificadas como tendo maior ou menor valor, Souza (2018) busca desvendar os mecanismos

implícitos, não conscientes, que delimitam tanto as ideias acerca das diferenças sociais, como também as formas de se comportar dos indivíduos de diferentes classes sociais, as quais são entendidas como se fossem naturais.

Para isso, Souza (2018) parte de dois conceitos: *Self Pontual*, de Charles Taylor, e *habitus*, de Pierre Bourdieu, articulando com as especificidades da formação social do Brasil contemporâneo. O *self* pontual de Taylor implica nas ideias de controle racional da própria vontade, autorresponsabilidade e disciplina, os quais serviriam como parâmetro para o comportamento e para a autoestima, levando a uma nova concepção de dignidade. Essa noção, que é historicamente contingente à modernidade ocidental, passa a ser naturalizada. No caso da sociedade brasileira, fundada no patriarcalismo, na escravidão e nas relações de dependência e troca de favores, não se constituiu, nas classes sociais inferiores, essa ideia de *self* pontual. Ou seja, após a abolição da escravidão, o negro recém liberto e mesmo os brancos que exerciam funções de agregados não tinham os pressupostos psicossociais necessários para o sucesso, baseados na vontade de assumir certas funções consideradas humilhantes, bem como na aptidão para o modelo competitivo no contexto inicial da industrialização.

Já a partir do conceito de *habitus*, Souza (2018) procura entender como os as formas de pensar e de agir dos indivíduos são determinados implicitamente pela estrutura social. *Habitus* é definido como um sistema de disposição ou esquemas de pensamento, percepção e ação, herdado por indivíduos a partir da estrutura social, das condições sociais de existência e do processo de socialização. Orienta, portanto, o comportamento dos indivíduos, de modo que suas escolhas não são apenas resultado de planejamento racional, mas também de uma conjuntura social. Para compreender a população pobre brasileira, que historicamente sofreu com abandono, desproteção e degradação, Souza (2018) propõe uma nova variação do conceito de *hábitus*, que permite analisar o efeito da estrutura social na forma de pensar e agir de cada classe social. O conceito original de *habitus*, Souza (2018) chama de *habitus* primário, a partir do qual se diferenciam o *habitus* precário e o *habitus* secundário, que se distinguem a partir de uma hierarquia que permite que as pessoas sejam considerados com maior ou menor valor, merecendo, portanto, maior ou menor reconhecimento social. Dessa forma, o *habitus* precário implica numa subjetividade que não atende a critérios de utilidade e produtividade na sociedade moderna capitalista, de modo que não permite ser reconhecido em sua dignidade. Já o *habitus* secundário caminha na direção do *habitus* primário para cima, generalizando a forma de ser e de se comportar caracterizada pelo gosto estético refinado, disciplina e autorresponsabilidade, que são consideradas as precondições subjetivas necessárias ao bom desempenho e ao sucesso na sociedade capitalista. Essa diferenciação é importante porque, por um lado, permite

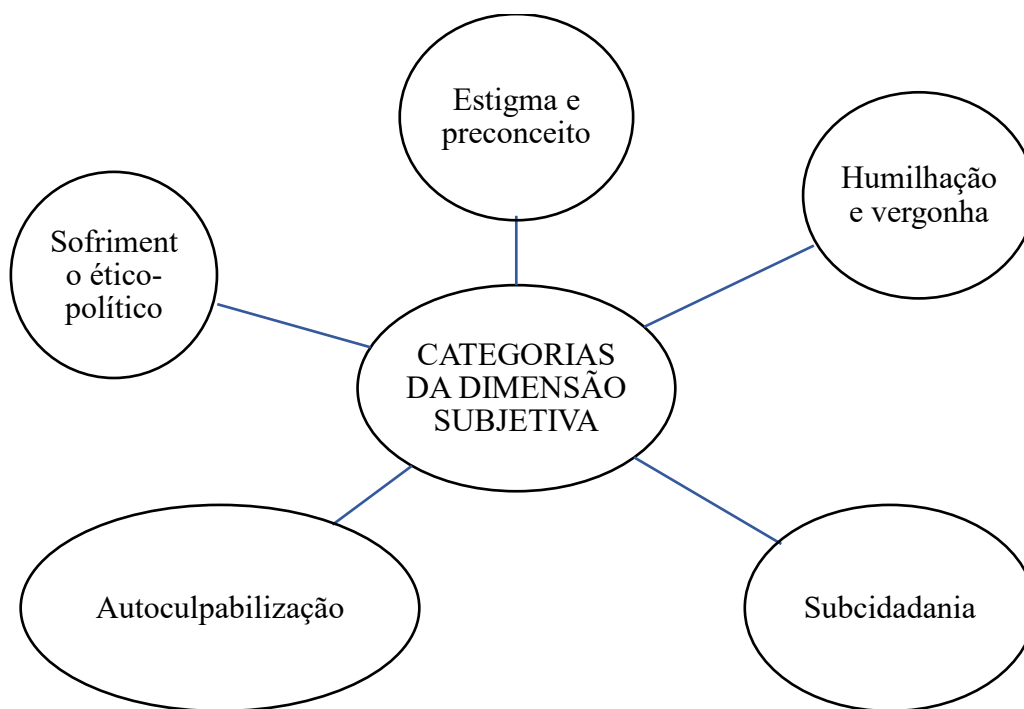
compreender como certos grupos são classificados como superiores e outros como inferiores, ou seja, gente e subgente, cidadãos e subcidadãos, e, por outro lado, problematiza as estratégias de legitimação e naturalização da desigualdade social, na medida em que o sucesso e o fracasso passam a ser explicados não como decorrente da estrutura social opressora, mas pela adequação dos indivíduos ao tipo de subjetividade exigida pelo mercado, que determinaria o potencial de sucesso ou fracasso individual. Os subcidadãos seriam então considerados como seres humanos de segunda classe, constrangidos a uma vida humilhante e caracterizados pela baixa autoestima, sentimento de inferioridade e desrespeito.

Reflexões de Pizzato (2012), acerca da forma como a população em situação de rua é tratada, nos leva a crer que eles podem ser considerados subcidadãos, conforme perspectiva de Souza (2018). Para Pizzato (2012), as pessoas em situação de rua estão presentes nos cenários urbanos como não cidadãos, não sujeitos, na medida em que são alvos de estigma e preconceitos e vistos como grupos perigosos e devendo ser vigiados pela polícia.

A população em situação de rua abrange gradativamente um maior contingente que passa a fazer parte do cenário das cidades, mas não como cidadãos e, sim, como não sujeitos, discriminados, alvo de preconceitos e estigmas. Em relação a esse panorama social contemporâneo, Pizzato (2012, p. 73) aponta que: “O lugar que ocupam nas cidades é o de não cidadãos, sujeitos que devem ser ‘vigiados’ pelo Estado, pois oferecem ‘perigo’ à sociedade e, portanto, não podem permanecer por muito tempo, ou nem mesmo parar, nas calçadas, em bancos de praças e parques”

Uma outra categoria que permite compreender a dimensão subjetiva em relação dialética com a sociedade é de sofrimento ético-político, que para Sawaia (2007) corresponde a um sofrimento que não é apenas individual, mas que parte das injustiças sociais, na medida em que se caracteriza pela condição social de pobreza, fome, subalternidade, ser tratado como inferior e de forma humilhante. Nossa tese é de que a vivência na rua, marcada pela negação de direitos e de dignidade, pela violência, humilhação e abandono, é característica do sofrimento ético-político, na medida em que se trata de um sofrimento que resulta da desigualdade social e da condição social de pobreza extrema, não se traduzindo, portanto, num sofrimento originado na experiência individual. A figura 4 apresenta as categorias analíticas referentes à dimensão subjetiva.

Figura 4 - Categorias referentes à Dimensão Subjetiva



Fonte: elaborada pelo autor

4.4.4.2 Análise da Dimensão Subjetiva da Pobreza

Conforme ressaltado anteriormente, a Dimensão Subjetiva da pobreza traduz as implicações psicossociais das condições de privação para as pessoas em situação de rua. Percepção de felicidade e satisfação, vergonha, humilhação, discriminação e apoio social são alguns dos processos impactados por essas condições. No caso do cálculo do IPM para essa dimensão, somente não foram considerados os itens referentes à discriminação e ao suporte social, tendo em vista que fizeram parte da Escala de Discriminação Cotidiana e da Escala de Percepção de Suporte Social. Para o cálculo do IPM, o item com maior média foi o “Pela sua condição de morar na rua, com que frequência você se sente satisfeito” (M=0,80; DP=0,31). No entanto, conforme Tabela 16, os itens referentes à vergonha (M=0,54; DP=0,39) e humilhação (M=0,55; DP=0,38) também tiveram médias altas. Em relação aos locais de humilhação, os que resultaram em maiores médias foram a rua, comércio/restaurante e delegacia ou posto policial, e o que apresentou menor média foi o Centro Pop, indicando que o serviço de referência para essa população não é um local onde eles sofrem situações de humilhação.

Tabela 16 - Médias do IPM considerando somente Dimensão Educação e seus itens

IPM Dimensão Subjetiva	0,42	0,19	0,00	0,83
IPM 53 Pela sua condição de morar na rua, você se sente envergonhado	0,54	0,39	0,00	1,00
IPM 54 Pela sua condição de morar na rua, você se sente satisfeito?	0,80	0,31	0,00	1,00
IPM 55 Pela sua condição de morar na rua, você se sente humilhado?	0,55	0,38	0,00	1,00
IPM 58 Com que frequência, você foi humilhado no Posto de saúde/Hospital?	0,22	0,30	0,00	1,00
IPM 59 Com que frequência, você foi humilhado no Centro Pop?	0,07	0,18	0,00	1,00
IPM 64 Com que frequência, você foi humilhado na rua?	0,45	0,36	0,00	1,00
IPM 66 Com que frequência, você foi humilhado em comércio/restaurante?	0,36	0,37	0,00	1,00
IPM 67 Com que frequência, você foi humilhado em delegacia/posto policial	0,34	0,39	0,00	1,00

Fonte: dados da pesquisa

As situações de humilhação sofridas pelas pessoas em situação de rua são detalhadas nos relatos oriundos das entrevistas, nas quais os participantes atribuem à condição de pobreza, à situação de rua e ao fato de andarem sujos e mal vestidos como os motivos das humilhações. A forma como são tratados no dia a dia, marcada pelo preconceito e desprezo da sociedade, resulta em intenso sofrimento psicossocial:

Ai cara, é... com desprezo né mah?! é... você chega num canto as pessoas... lhe humilha né, cê pede, cê chega num canto pa pedir um copo d'água, as pessoa diz que num tem, manda você sair de dentro do estabelecimento, entendendo, é... totalmente desprezado da sociedade, o morador de rua ele é totalmente desprezado da sociedade, né, ele não tem vez, pa sociedade ele não tem vez, nem pra sociedade nem pros órgão público (Oliver)

a gente não pode julgar as pessoa pela aparência, as vez a gente num sabe nem quem é a pessoa e você as vez quer diminuir a pessoa, você não pode diminuir ninguém não, se desfazer de ninguém não, isso é só uma carcaça, é só uma coisa réa podre que vai, sumir, aí não me desculpe minha fia, desse jeito ele falou [...] Eu ficava com vergonha, só isso, ficava só com vergonha (Eva)

Enquanto Alex fala da humilhação sofrida quando ia dormir na casa de familiares, Clara traz relato de humilhação na ocasião em que foi pedir comida a uma pessoa, que a tratou como se ela fosse uma pessoa preguiçosa. No momento, a participante reagiu conversando educadamente com sua algoz, no entanto a dor e a vergonha ficam claras no seu relato, na medida em que ela teve que ir procurar comida no lixo pela vergonha e medo de pedir novamente.

Porque eu sei... eu... eu sei, né, as humilhação que eu passei, como eu tava falando pra ti, as humilhação que eu passei nas casas dos outros, por causa

de uma dormida. Até mesmo na casa dos meus próprios familiar, como eu tava falando pra ti, tá entendendo? Eu sei o que eu passei, tá entendendo? (Alex)

Quando eu fui pedir uma comida, que ela olhou pra mim e disse assim, que eu era nova, que eu podia trabalhar. Ai eu respondi pra ela que eu era nova e, eu sei, eu poderia trabalhar, mas eu não tava... não tava tendo oportunidade de emprego e tava com problema de saúde e... e foi aí onde ela me mandou eu criar vergonha na minha cara. Eu falei “mas porque a senhora num...”. Mesmo assim, eu não usei da ignorância, nem da... eu não fui como ela, eu usei a dignidade, a diplomacia, que é uma palavra muito forte. Só na diplomacia eu falei pra “brigada, tenha um bom dia e que Deus te abençoe”. Mais na frente eu consegui. [...]Eu fui chorar, fui... tipo, fiquei tipo depressiva, fiquei com medo de pedir as coisa com as pessoas novamente. Fui comer comida do lixo. Cê acredita? Mas foi verdade. Fui comer comida do lixo, comida azeda. Prato fedido, de um dia pro outro, eu já comi comida. Porque, desde quando eu fui tratada dessa forma que eu fiquei com... fiquei com aquilo, foi pro meu psicológico, né? Eu ali pedir normalmente e aquela pessoa me tratar daquela forma, que não precisava. Bastava falar um não, “não, não tem, tem condições, não tem”. Usar qualquer outra frase, menos aquela, né? (Clara)

O sofrimento produzido pelas experiências de humilhação reverte-se comportamentos de evitação e de vergonha. No primeiro caso, alguns entrevistados declararam que preferem deixar de frequentar alguns espaços onde percebem uma maior chance de serem humilhados. Esse comportamento é acompanhado de um doloroso sentimento de vergonha. Nesse aspecto, ainda que, diante da vergonha, não haja o comportamento submisso e de silenciar, os participantes referem-se a um certo isolamento e retraimento, acontecendo o que Carreteiro (2003) chama de bloqueio da ação.

Quanto compreendidas enquanto expressão do sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009), as vivências de humilhação, conforme apontado nos relatos dos entrevistados, as quais abrangem o sentimento de rebaixamento, de inferioridade e de desvalor, implicam em relações que promovem tristeza, diminuindo a potência de ação e, conseqüentemente, resultando em passividade e submissão (NUNES; ESMERALDO FILHO, 2020).

Outras categorias, embora não tenham feito parte do cálculo do IPM, também foram analisadas, de modo que realizamos alguns testes para compreender a relação entre a pobreza multidimensional (IPM total) e alguns itens do questionário que se referem aos processos subjetivos, mas que não entraram no cálculo do IPM. À vista disso, fizemos o teste t de Student a fim de comparar as médias de percepção de liberdade, felicidade e de humilhação no local de trabalho, no Centro de Convivência, na casa de familiares, na igreja e em instituições em relação aos grupos dos mais pobres e menos pobres (Figura 3). Conforme Tabela 17, é possível verificar

que o grupo dos mais pobres possuem médias de humilhação no local de trabalho, em casa de familiares e na igreja estatisticamente superiores às médias dos grupos dos menos pobres ($p < 0,05$), de modo que há uma relação entre a pobreza multidimensional e as situações de humilhação nesses locais. Por outro lado, os mais pobres possuem médias menores do que os menos pobres no que se refere ao item “pela sua condição de morar na rua, com que frequência você se sente feliz”.

Tabela 17 – Comparação médias de percepção de liberdade, felicidade e humilhação em relação aos grupos dos mais pobres e dos menos pobres

		N	M	DP	df	t	sig. (p)
56 Pela sua condição de morar na rua com que frequência você se sente: Livre	Menos pobres	118	1,72	1,109	232	0,089	0,93
	Mais pobres	116	1,71	1,209			
57 Pela sua condição de morar na rua com que frequência você se sente: Feliz	Menos pobres	117	1,06	1,124	232	2,172	0,03*
	Mais pobres	117	0,75	1,041			
60 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: centro de convivência	Menos pobres	113	0,26	,594	225	-0,97	0,33
	Mais pobres	114	0,34	,727			
61 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: local de trabalho	Menos pobres	116	0,46	,715	231	-4,642	0,00*
	Mais pobres	117	1,00	1,042			
62 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: casa de familiares	Menos pobres	117	0,94	1,020	231	-5,357	0,00*
	Mais pobres	116	1,69	1,114			
63 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Igreja	Menos pobres	117	0,29	,657	233	-2,513	0,01*
	Mais pobres	118	0,54	,864			
65 Com que frequência você foi humilhado nos seguintes lugares: Instituições	Menos pobres	115	0,13	,487	228	-1,523	0,13*
	Mais pobres	115	0,24	,630			

Fonte: Elaborada pelo autor

Legenda: *Diferença estatisticamente significativa

Esses dados da Tabela 17 demonstram que a humilhação é mais intensa nos indivíduos com maior pobreza multidimensional. A associação entre pobreza e humilhação é discutida Gonçalves Filho (1998), que a compreende como um fenômeno tanto psicológico como político, na medida em que, de um lado tem origem na desigualdade de classes e, de outro lado, causa marcas intensas na subjetividade. Essa percepção é reforçada pelas conclusões de Yazbek (2016, p. 147), que encontrou associação entre pobreza e subalternidade, na medida em que “[...] é na confrontação social que se constrói a identidade de subalterno, dominado e excluído”.

A vergonha, já discutida como um dos impactos da humilhação, acontece quando a vítima internaliza a imagem depreciativa e aceita a humilhação (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013). No caso dos participantes da pesquisa, encontramos relação estatisticamente significativa entre humilhação e vergonha, na medida em que o teste de correlação de Pearson demonstrou correlação positiva e moderada entre os itens “pela sua condição de morar na rua com que frequência você se sente humilhado” e “pela sua condição de morar na rua com que frequência você se sente envergonhado” ($\rho=0,440$; $p<0,005$).

Essas experiências de humilhação, juntamente com a violência sofrida pela maior parte da amostra (somente 12,7% dos participantes não sofreram violência), representam a forte distinção social presente no Brasil, que diferenciam os que devem e os que não devem ser tratados com respeito. Ou seja, as pessoas em situação de rua são classificadas como inferiores, como subcidadãos ou seres humanos de segunda classe, conforme concepção de Souza (2018). Nesse aspecto, Amorim et al. (2019) destacam que as pessoas em situação de rua são tratadas como "ninguéns", como seres descartáveis, aproximados ao lixo urbano, sendo muitas vezes alvos de remoções por parte do poder público. A violência da polícia contra essa população também é um elemento que confirma a afirmação de Pizzato (2012), de que as pessoas em situação de rua, por serem vistos como não cidadãos e como perigosos, são alvos constante de vigilância estatal.

Outro impacto da experiência de humilhação é a autculpabilização. Nesse aspecto, nos dados quantitativos, à pergunta “Quem você acredita que é o principal responsável por você estar hoje em situação de rua?”, 50,6% dos participantes responderam “somente eu”. A esse respeito, Santana e Castelar (2014) compreendem que o processo de higienização dos espaços públicos, concretizado em ações de remoções dessas pessoas dos espaços públicos, praças e parques, fortalece mais ainda a ideia de culpabilização dessa população, ferindo sua subjetividade e prejudicando a cidadania e dignidade.

Nas entrevistas, também surgiu um relato que remete à autculpabilização, que decorre das condições perversas a que estão expostas as pessoas em situação de rua. Nesse aspecto, além da vergonha pelas humilhações sofridas, Oliver acredita que chegou à rua por resultado de “suas atitudes” e dependia somente dele mesmo para sair da situação de rua, no entanto se sentia sem coragem, sem determinação, de modo que o desejo individual é visto como o principal pressuposto para efetivamente enfrentar a situação:

Não é porque eu tô no meio da rua, usando droga, que eu tô morano no meio da rua que eu deixo, que eu deixei de ser um cidadão não, continuo sendo um cidadão, entendendo? apenas eu tô numa situação vulnerável, que não é do meu agrado nem é nem era do meu desejo mas infelizmente, consequência das

minhas atitudes, me levou àquela situação, não é, como qualquer ser humano, que eu não desejo pra ninguém, mas qualquer ser humano pode chegar a uma situação dessa se não vigiar, entendendo (Oliver)

A esse respeito, Mendes, Ronzani e Paiva (2019) refletem que, ainda que tenham identificado algum sentimento de revolta, a passividade e a culpabilização de si por parte das pessoas em situação de rua aparecem como principais reações à estigmatização. A autculpabilização das pessoas em situação de rua parte do processo de naturalização e individualização da pobreza, que ignora os determinantes estruturais, históricos e socioeconômicos (SIQUEIRA, 2011).

Essas análises ajudam a entender que a pobreza e suas implicações psicossociais são resultados da estrutura social, do modelo desigual e injusto da sociedade capitalista. A partir de Souza (2018), podemos compreender, por exemplo, como a ideologia de desempenho característica desse modelo de sociedade contribui para produzir, de maneira irrefletida, um *habitus* autodestrutivo, na medida em que, para grupos marginalizados como a população em situação de rua, se concretiza sob a forma de um *habitus* precário, prejudicando o autorreconhecimento. Dessa forma, para essa população, constituem-se feridas profundas na autorrepresentação e autoestima, que se manifestam mediante aceitação das condições precárias de vida, reforçadas pela naturalização da intensa desigualdade da sociedade brasileira (SOUZA, 2018).

4.4.5 – Dimensão Direitos Humanos

A consideração da dimensão Direitos Humanos é uma inovação dessa pesquisa, quando comparada a estudos anteriores que propuseram a mensuração da pobreza multidimensional. Justifica-se, tendo em vista que as diferentes privações de pobreza, abordadas anteriormente, implicam uma série de desrespeito aos direitos fundamentais do ser humano. No que tange às pessoas em situação de rua, além das privações relacionadas ao trabalho, educação e saúde, a ausência de moradia caracteriza claramente uma violação básica desses direitos. Dessa forma, abordar pobreza a partir da especificidade da dimensão Direitos Humanos pode parecer infértil, no entanto, é fundamental estar atento às violações características e específicas da condição de estar e morar nas ruas, e que em muitos casos ocorrem a partir da ação ou da omissão do Estado e de seus agentes.

4.4.5.1 A multidimensionalidade da pobreza e a dimensão Direitos Humanos

Na perspectiva multidimensional da pobreza, os direitos humanos são considerados como elementos importantes. Sen (2000), a esse respeito, destaca uma contradição da sociedade contemporânea, caracterizada, de um lado, por opulências, avanços na produtividade econômica e nas trocas comerciais, bem como nos sistemas políticos democráticos, acompanhados da universalização do conceito de direitos humanos e da valorização da liberdade econômica e política. No entanto, por outro lado, considera que persiste a pobreza, marcada por uma série de opressões e privações, nas quais se incluem violações de direitos humanos e de liberdades políticas em várias partes do planeta. As privações inerentes à condição de pobreza implicam, nessa perspectiva, a precariedade do acesso a bens e serviços de saúde, educação, infraestrutura, liberdade política, dentre outros, que se traduzem em violação de direitos civis, sociais e políticos.

A compreensão de Nussbaum (2000) vai mais além dessa perspectiva, ao propor uma abordagem das capacidades humanas que coloca como central a ideia de dignidade humana. Para ela, quaisquer decisões políticas e econômicas devem se subordinar primeiramente a garantir oportunidades e liberdades que promovam dignidade humana. Nesse sentido, é necessário promover uma condição global de equidade, de modo que seja respeitado um limiar mínimo de capacidades humanas que permitam o enfrentamento de discriminações e humilhações que promovem indignidade.

Dessa forma, as abordagens multidimensionais da pobreza referem-se a elementos que se incluem na ideia de direitos humanos. Alguns aspectos básicos são definidos como centrais, tais como liberdade política, ou seja, a garantia de cidadania e de participação política (SEN, 2000); integridade corporal, que diz respeito à capacidade de se deslocar livremente de um lugar para outro, estar protegido contra violência, incluindo abusos sexuais, e ter oportunidade de escolha em termos de satisfação sexual e de reprodução (NUSSBAUM, 2000); e segurança física, que se relaciona tanto à proteção para a propriedade como para a pessoa (ALKIRE, 2007). Esses elementos também são centrais para refletir sobre a condição das pessoas em situação de rua, principalmente porque a vida na rua traz prejuízos para a cidadania, a integridade corporal e a segurança física.

Kehl (2004), ao fazer uma análise crítica da Declaração Universal dos Direitos Humanos, coloca que o ser humano possui um potencial ilimitado cujo desenvolvimento não depende apenas dele sozinho, sendo necessário que condições mínimas de sobrevivência e de dignidade sejam asseguradas pelo Estado. Por outro lado, é inerente à condição humana a ideia

de que o ser humano não é apenas objeto de proteção do Estado, pois deve ser encarada também e fundamentalmente como sujeito de direitos e de deveres para com a comunidade, ou seja, capaz de lutar politicamente pela coletividade e pelo bem comum. Santos (2013b) critica a hegemonia dos direitos humanos como principal vetor de garantia da dignidade humana, na medida em que na maioria das vezes a população é vista meramente como objeto do discurso dos direitos humanos.

É importante destacar que, a fim de superar o eurocentrismo, a análise dos direitos humanos da população brasileira deve considerar o seu contexto periférico e colonial enquanto país latino-americano. Nesse sentido, para Bragato (2016), há uma seletividade e desigualdade na garantia de direitos humanos, tendo em vista que a sua violação afeta principalmente seres humanos que são considerados inferiores e descartáveis. Esse processo, portanto, tem relação direta com a lógica da modernidade colonial, pois “os sujeitos a quem a modernidade negou a plena humanidade são os mesmos que, na contemporaneidade, ainda lutam por reconhecimento em sociedades marcadas pelo preconceito pressuposto de que a violação de direitos humanos é seletiva” (BRAGATO, 2016, p. 1816).

No caso da situação de rua, no geral as pessoas têm poucas oportunidades para serem sujeito de direitos, tendo em vista que as violações de direitos humanos são generalizadas. Segundo Furtado (2017), a moradia constitui um direito social fundamental, de modo que a sua falta é considerada uma grave violação de direitos humanos. Além disso, a habitação é um critério territorial para acesso a vários serviços públicos no Brasil, constituindo como um instrumento de garantia de direitos humanos. A falta de habitação, juntamente com a situação de rua, determina outras violações de direitos humanos.

Sublinhamos aqui as dificuldades de acesso aos serviços públicos, por não possuir documentos e residência fixa ou por motivo de discriminação por parte dos trabalhadores (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013), as ações higienistas que promovem remoções de indivíduos e grupos de espaços públicos (SCHMIDT; ROBAIMA, 2017) e a violência sofrida por essa população, inclusive por parte de agentes estatais, como a polícia e a guarda municipal (SICARI; ZANELLA, 2018).

Segundo estudo de Pimenta (2019), a violência aparece como um dos principais problemas apontado pelas pessoas em situação de rua. Ao responderem a pergunta “O que menos gosta na rua?”, das cinco respostas mais frequentes, quatro referem-se a algum tipo de violência: brigas entre as pessoas que estão nas rua (20,1%), a discriminação de estar na rua (19,8%), a vigilância da polícia (11,8%) e os roubos entre as pessoas que estão na rua (10,8%). Já o principal medo foi apontado como o de ser assassinado e dormir e não acordar no outro dia

(21,6%). Um dado relevante dessa pesquisa é que o principal autor da violência contra a pessoa em situação de rua são os agentes estatais: policiais militares, policiais civis, funcionários do Departamento Municipal de Limpeza Urbana e da Secretaria de Meio Ambiente.

Furtado (2017), ao investigar denúncias de violações de Direitos Humanos, encontrou cinco tipos de violações mais frequentes junto às pessoas em situação de rua: negligência, discriminação, violência física, violência psicológica e violência institucional. Quanto à negligência, os casos mais frequentes referem-se à limpeza e higiene, alimentação e negligência em assistência à saúde. Os maus tratos e a lesão corporal foram os casos mais recorrentes no que se referem a violência física, no entanto também são comuns casos de homicídios, embora nem sempre sejam corretamente notificados (FURTADO, 2017). A violência psicológica, geralmente associada à física, refere-se a relatos de rejeição, humilhação, discriminação, hostilização, chantagem, calúnia, difamação, injúria e perseguição. A violência institucional engloba a violência policial, abuso de autoridade e recusa no atendimento. Por fim, a discriminação foi considerada uma categoria diferenciada da violência psicológica, referindo-se a tratamentos diferenciados em relação a questões de gênero, origem, identidade de gênero, raça, religião, orientação sexual e origem social.

Carvalho e Moraes (2016) analisam que a falta de documentos torna o sofrimento subjetivo mais agravante, dificultando a busca por emprego formal e o acesso benefícios sociais de geração de renda. Associado a isso, os autores destacam ainda outros agravantes, como o estigma de criminoso e de vagabundo, a violência da polícia e as relações hierarquizadas construídas entre as pessoas em situação de rua. Dessa forma, a violência advém da sociedade em geral, do Estado e de outras pessoas que estão em situação de rua. Situações comuns envolvem, ainda, a expulsão de espaços públicos ou proibição de frequentar alguns locais, conforme estudo de Pimenta (2019), cujo os participantes relataram ser impedidos de ficar em lugares públicos (37,6%), entrar em transporte coletivo (33,7%), entrar em estabelecimentos (29,5%) e entrar em shopping center (19,9%).

A violência, também comum, dentro do próprio grupo de pessoas em situação de rua, seja na forma de roubos e furtos ou agressões físicas e assassinatos, é um tipo chamado por Freire (2018a) de violência horizontal, que ocorre quando o oprimido não se dá conta da ordem social opressora: “Ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também hospedado neles e nos outros” (FREIRE, 2018a, p.68). É uma ideia parecida com a de Fanon (2005), que ao abordar o contexto da violência sofrida pelos colonizados, entende que eles, como resultado do processo de colonização, vivenciam um permanente estado de tensão muscular e de alerta, o qual origina uma agressividade que, num

primeiro momento, se volta contra seus próprios companheiros. Essas reflexões, embora tenham surgido em outro contexto histórico de uma realidade diferente, são profícuas para compreender a problemática das pessoas em situação de rua, na medida em que, ainda que façam parte de uma situação comum de indignidade e de injustiça social, vivenciam relações conflituosas e rixas que geram atos de violência pesada na rua. Um exemplo é o relato de um participante da pesquisa de Holanda (2018), o qual teve que fingir que estava dormindo, quando um grupo de pessoas em situação de rua se aproximou e, por meio de barras de ferros, chutes e socos, espancou até a morte um outro companheiro em situação de rua que dormia ao lado.

Essas informações demonstram que, de modo geral, as violações abordadas na dimensão Direitos Humanos caracterizam o não reconhecimento das pessoas em situação de rua, ou seja, situações de desrespeito que, na visão de Honneth (2003), prejudicam a autorrelação do indivíduo (autoconfiança, autorrespeito e autoestima). Ao tomar como base as contribuições de Mead (2010), que compreende a construção da identidade humana como resultado do reconhecimento intersubjetivo, Honneth (2003) delimita três esferas do reconhecimento: o amor, os direitos humanos e o respeito. A primeira trata das relações primárias de afeto, que se desenvolvem nas relações familiares e se expandem para relações de amizade e amorosas. A experiência de relações de afeto e confiança possibilita a autoconfiança do indivíduo. A segunda esfera trata do reconhecimento jurídico, referindo-se à consideração do todo ser humano como sujeito de direitos, independentemente de seus papéis ou posição social, abrangendo direitos civis, sociais e políticos. O reconhecimento jurídico possibilita o autorrespeito. A terceira esfera do reconhecimento remete às relações de solidariedade e de estima social, que, diferentemente do reconhecimento jurídico, diz respeito às qualidades e valores particulares de indivíduos e grupos, sendo influenciada pelo status social. Sua violação prejudica a autoestima. Entendemos que as pessoas em situação de rua sofrem situações de desrespeito em todas essas esferas de reconhecimento intersubjetivo, na medida em que muitos deles vêm de uma história de violência familiar pregressa à ida para as ruas (CARAVACA-MORERA; PADILHA, 2015), além de sofrerem várias formas de violações que abrangem o desrespeito aos direitos básicos e os preconceitos que os colocam como seres inferiores, subalternos (SAWAIA, 2007).

4.4.5.2 Análise da Dimensão Direitos Humanos das Pessoas em Situação de rua de Fortaleza

A Dimensão Direitos Humanos foi a que apresentou menor média ($M=0,34$, $DP=0,21$), abaixo da média do IPM total. Esse dado não significa que as pessoas em situação

de rua investigadas não sofram intensas violações de direitos humanos. É importante destacar que, conforme pode ser visto na Tabela 18, o item que teve menor média refere-se ao item sobre a posse de documentos (M=0,17; DP=0,37). A maioria dos participantes, 83,5%, tem pelo menos um documento, provavelmente devido ao fato que os questionários foram aplicados no interior de entidades sociais que oferecem serviços específicos para pessoas em situação de rua. Também por esse motivo, o IPM referente ao item “você deixou de ser atendido num serviço público por não ter documento”, também está entre os que apresentaram média mais baixa.

Tabela 18 - Médias do IPM considerando somente Dimensão Direitos Humanos e seus itens

IPM Dimensão Direitos Humanos	0,34	0,21	0,00	0,81
IPM 41 quantos documentos você possui?	0,17	0,37	0,00	1,00
IPM 42 Você deixou de ser atendido num serviço público por não ter documento?	0,26	0,33	0,00	1,00
IPM 43 Com que frequência foi roubado ou teve objetos furtados na rua?	0,51	0,37	0,00	1,00
IPM 44 Com que frequência você foi esmurrado empurrado e/ou chutado na rua?	0,37	0,38	0,00	1,00
IPM 46 Com que frequência você foi espancado, esfaqueado, queimado ou atacado com uma arma na rua?	0,22	0,31	0,00	1,00
IPM 48c Se já sofreu violência na rua por parte de quem veio a agressão? Polícia?	0,51	0,50	0,00	1,00
IPM 51 Você já sofreu discriminação em algum serviço público?	0,33	0,36	0,00	1,00
IPM 52 Você já foi obrigado por alguém a se retirar de algum espaço público e/ou privado?	0,37	0,31	0,00	1,00

Fonte: dados da pesquisa

A discriminação sofrida pelos participantes no serviço público é um outro indicador importante da Dimensão Direitos Humanos, o qual apresenta relação significativa com a pobreza multidimensional (item “*Você sofreu discriminação em algum serviço público*”). Considerando esse indicador, 55,3% dos participantes responderam já ter sofrido discriminação em algum serviço público sendo que 30,8% do total da amostra responderam que isso aconteceu muitas vezes ou quase sempre. Ainda a respeito desse item, os participantes que afirmaram ter sofrido discriminação no serviço público apresentaram maior média no IPM total ($t(234) = -7,494, p < 0,05$), no IPM da Dimensão Subjetiva ($t(234) = -9,259, p < 0,05$) e no IPM da Dimensão Saúde ($t(234) = -2,722, p < 0,05$). Esse dado revela que essa discriminação, além de representar uma barreira de acesso aos serviços públicos, está relacionada a outras violações, incluindo prejuízos à saúde e o que Furtado (2017) chama de violência psicológica, a qual abrange discriminações diversas, rejeições, difamações e humilhações.

A respeito da discriminação em serviço público, um dos entrevistados destacou que as pessoas em situação de rua só são bem atendidas nas unidades de saúde se forem

acompanhados por algum profissional de equipamentos assistenciais, de modo que frequentam esse serviço apenas em caso de urgência, como forma de evitar discriminações.

pra posto de saúde, quem tá em situação de rua só vai em último caso, só vai quando já tá assim pra não aguentar, porque tem o preconceito, você chega lá e já bate o preconceito mesmo se você chega, se chegar um morador de rua desacompanhado de um profissional, ele é mal atendido, ele é bem atendido se, por exemplo, hoje em dia eu sou educador social, eu tenho meu crachá eu tenho a camisa do do do coletivo então eu chego lá, eu tenho tenho identificação de que eu sou profissional, eu chego lá com uma pessoa que tá em situação de rua, eles vão me receber e receber a pessoa super bem, mas se essa mesma pessoa chegar lá sozinha, ela não vai ser bem recebida, não vai, de jeito nenhum, porque já aconteceu muito de pessoas, é... em cima da praça, vê camarada em cima da praça com febre, com com com ferida inflamada, e o cara se automedicar dizendo eu num vô, é... desculpa num ter outra palavra, pa porra daquele hospital ou pa porra daquele posto porque chegar lá vão me barrar, vão me humilhar eu vô ficar com raiva, vou me estressar, então pra eu num ter raiva eu prefiro ficar aqui; cansei de ouvir isso, cansei de ver cara em cima da praça morre num morre, preferir ficar ali correr o risco de piorar e morrer que ir no hospital por causa que a galera cansa, sabe, ninguém quer ser, é, ofendido [...] (Machado)

De forma geral, são vários os estudos que demonstram a intensidade das violações de direitos humanos e violência de que sofrem as pessoas em situação de rua, como, por exemplo, as discussões de Amorim et al. (2019), que, em pesquisa realizada em Natal, encontraram que 14,5% dos participantes foram impedidos de entrar em instituições e 39% sofreu algum tipo de discriminação e violência em serviço público. Esses dados revelam violações dos direitos das pessoas em situação de rua, inclusive dos que foram conquistados após o Decreto nº7053, como decorrência do aumento do conservadorismo e da violência, desafiando os trabalhadores que atuam na execução de serviços voltados às pessoas em situação de rua (MEDEIROS; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019)

No que se refere à violência, outra variável da Dimensão Direitos Humanos, a frequência de violência contra os participantes que responderam ao questionário é significativa, sendo que pelo 87,3% da amostra afirmou ter sofrido algum tipo de violência. Ademais, 24,1% respondeu ter sido vítima de atentado com arma de fogo. Conforme Tabela 19, os tipos de violência mais frequentes foram o roubo e furto, na medida em que 75,6% dos participantes afirmaram ter sido vítimas pelo menos uma vez, seguido de agressão física sem arma, com 58,5% vítimas uma vez ou mais, e de violência física mais grave ou com arma branca (42,8%). A violência sexual apareceu com menor frequência (6,5%).

Tabela 19 – Frequência e percentagem de violência

	Nunca		1 vez		2 a 3 vezes		4 a 5 vezes		Mais de 6 vezes		Não respondeu	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
Com que frequência, no período em que você esteve em situação de rua, você:												
Foi roubado ou teve objetos furtados no período	50	21,2	37	15,7	56	23,7	25	10,6	62	26,3	6	2,5
Foi esmurrado, empurrado e/ou chutado	98	41,5	37	15,7	37	15,7	21	8,9	43	18,2	0	0
Foi espancado, esfaqueado, queimado, afogado ou atacado com uma arma (pau, garrafã)	133	56,4	46	19,5	23	9,7	15	6,4	17	7,2	2	0,8
Sofreu violência sexual	219	92,8	7	3,0	3	1,3	0	0,0	5	2,1	2	0,8

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados das entrevistas foram coerentes com esses dados, tendo em vista que todos os entrevistados se referiram à intensa exposição a riscos de violência que a situação de rua provoca. Os relatos a esse respeito referem-se principalmente ao medo de ser agredido ou assassinado enquanto dorme. No caso da violência física, os participantes que não sofreram efetivamente agressões físicas, presenciaram agressão grave ou assassinato enquanto estiveram em situação de rua.

quando você dorme na rua, você não sabe se cê vai acordar, porque você tá dormindo ali, pode passar uma pessoa, e ela te confundir com outra, e te matar dormindo; e isso já aconteceu comigo, escapei por pouco, já aconteceu com pessoas que eu conheci, né, teve um rapaz que... que eu não vou lembrar do nome dele, mas assim que eu cheguei, eu vi ele algumas vezes na praça e ele morreu dessa forma, ele se deitou lá em frente o cemitério São João Batista e vinha um outro irmãozim de rua, e o irmãozim passou por ele, tal, o irmãozim tava bruxo, tava drogado, confundiu ele com um desafeto, voltou, e matou ele ali dormindo, então... isso é uma coisa que pode acontecer, acontece bastante e... é uma coisa que eu tinha medo e que quase aconteceu comigo (Machado)

Fui acordado de baixo de... de... de baixo de chute, né? ...por causa de uma pessoa que eu num conhecia (Alex)

Outro relato sintetiza a cotidianidade da violência na rua, ao se referir a uma certa naturalização da violência, que é tão comum que às vezes é encarada como algo normal. Paradoxalmente, por outro lado, para quem não está em situação de rua, a violência é invisível, pois acontece às escondidas.

Ah! E o que mais me incomodava... Tem a questão da violência, porque fica naturalizada né? Outro dia, teve um acerto de contas do meu lado. Eu paralisado. Num tinha o que fazer. Num... num dá nem... num dá nem pra sentir medo. O cara falou “fica aí”, aí eu... “certo”. Aí atiraram no cara do meu lado, eu fiquei quieto, aí pronto, acabou. E pronto. Não... eu fiquei... quieto. Assim, aí fica dois dias sem dormir... porque eu fico dois dias sem dormir, os outros... Eu tinha... a gente foi numa peça de teatro, num lugar aí, na, véi... na semana, bateram num cara de pau, quase mataram o cara e mataram um cara. Eu cancelaria. Eu. Eu cancelaria. Os caras fizeram como se nada tivesse acontecido. Só que o estrago no inconsciente da... o estrago... Porque num vai falar que é normal. Não é normal. A morte não é normal. Normal, assim, num senhor de noventa e cinco anos... né? Falência múltipla de órgão... a gente já fica chateado, imagina uma coisa assim? Então as pessoas são muito... doentes. Naturaliza tudo. Naturaliza... eu... entendeu? (Jorge)

Considerando os grupos que sofreram violência física na rua (item com que frequência você foi esmurrado empurrado e/ou chutado na rua), o teste *qui quadrado* ($\chi^2(5) = 32,403$, $p < 0,05$) demonstrou diferença significativa entre os que pedem e que não pedem dinheiro, de modo que nesse grupo há uma proporção maior de pessoas que pedem dinheiro, ou seja, as pessoas que exercem mendicância, provavelmente pela maior exposição à estigmatização, são também as que mais sofrem violência física.

Esses resultados apontam que a violência é um importante indicador para a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua. A esse respeito, a análise estatística demonstrou que as pessoas que sofrem pelo menos algum tipo de violência (itens 43 a 47 do questionário) tem maior média do Índice de Pobreza Multidimensional. O teste t de Student revelou as pessoas que responderam já terem sofrido algum tipo de violência tem maior média do IPM total ($t(234) = -4,332$, $p < 0,05$) e do IPM considerando das Dimensões Subjetiva ($t(234) = -2,874$, $p < 0,05$), Saúde ($t(234) = -1,975$, $p < 0,05$) e, obviamente, a Dimensão Direitos Humanos. Aplicamos o mesmo teste para comparar as médias do IPM sem considerar os itens da Dimensão Direitos Humanos na memória de cálculo, e também resultou em diferença significativa entre as médias ($t(234) = -2,167$, $p < 0,05$). Esse resultado significa que as pessoas que sofrem violência possuem mais pobreza multidimensional, especialmente no que se refere às condições de saúde e aos aspectos subjetivos, como a humilhação, vergonha e satisfação.

Para Butler (2019), o ser humano é desde o início entregue ao outro, ou seja, marcado pela vulnerabilidade primária a outros seres humanos, estando exposto tanto ao toque como à violência. A violência seria, portanto, o signo mais cruel dessa vulnerabilidade primária. Um ponto que merece destaque é o fato de que essa vulnerabilidade é socialmente desigual, pois “[...] torna-se altamente exacerbada sob certas condições sociais e políticas, especialmente

aquelas em que a violência é um modo de vida e os meios para garantir a autodefesa são limitados” (BUTLER, 2019, p. 49). Esse é o caso das pessoas em situação de rua, pois, além de seus corpos estarem muito mais vulneráveis à violência devido à intensa exposição, também são julgados como subcidadãos.

As várias formas de violências sofridas pelas pessoas em situação de rua vão muito além das abordadas nos itens do questionário, no entanto, o cruzamento entre os dados do questionário e os relatos das entrevistas demonstra a abrangência das violências como fenômeno característico do desrespeito aos direitos humanos dessa população, incluindo não somente a violência materializada diretamente no corpo, mas também a violência simbólica, humilhações, a discriminação e recusa de atendimento em serviços públicos e a invisibilização. Nonato e Raiol (2018) citam ainda pauladas, espancamento, apedrejamentos, envenenamentos, remoções forçadas, internações arbitrárias e recolhimento de pertences.

Essas violências se inserem no círculo perverso de exclusão, referidas por Amorim et al (2019) como um ciclo no qual a desigualdade social e o desemprego levam as pessoas para a situação de rua que, sendo estigmatizadas como marginais e criminosas, encontram barreiras que dificultam o acesso a melhores condições de vida, reforçando o processo de exclusão. As consequências vão desde adoecimento seguido de morte a várias formas de violências. Para esses autores, a negligência e omissão estatal tem como resultados graves violações de direitos humanos, incluindo o extermínio dessa população.

Os agressores apontados pelos participantes da pesquisa, tanto na etapa quantitativa quanto na qualitativa, ajudam a entender melhor o contexto da violência que cerca as pessoas em situação de rua na cidade. Nesse aspecto, os principais autores da violência contra os participantes são policiais (46%) e outras pessoas em situação de rua (43,5%). Corroborando as considerações de Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), as pessoas em situação de rua aparecem tanto como autores como vítimas da violência. Enquanto autores, destacam-se a violência física e também roubos e furtos (Tabela 19).

A explicação para chamada violência horizontal, quando a agressão é cometida por outra pessoa em situação de rua, é complexa, pois embora possa ser identificada a construção de relações afetivas, também são comuns conflitos e disputas entre essas pessoas (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019). Os relatos abaixo demonstram esses conflitos, os quais sinalizam violências relacionadas ao crimes, mas também regras rígidas de convivência na rua, com punições muitas vezes severas. Para Silva et al. (2020), as regras construídas na rua, que são duras e marcadas por violência, são recursos para impor respeito e dominação. Desse modo, o

ato violência pode ser uma necessidade de se defender, por orgulho pessoal ou pela cobrança dos outros em relação a reagir a alguma situação de violência (SILVA et al., 2020).

Eu já vi gente querer formar pros outros sem fazer nada, e matar a pessoa assim, e eu pegar tá num canto assim e am nós vamo matar ele ali, porque ele fez isso e assim assim e, e você não poder fazer nada né, num poder ajudar né, num poder ajudar num poder fazer nada e eu ir me embora, isso aí deus já me dava vários livramentos também dos outro pegar pau pra vir bater em mim, pra querer bater em mim, eu já briguei na rua muito, já briguei na rua também, tendeu? mar nunca roubei não, graças a deus (Eva)

Agora, as crianças vivem se metendo com tráfico e num paga. Compra e num paga, aquelas conversa... porque, assim, isso é suicídio, cara. Todo mundo sabe a regra do jogo. Porque que faz isso? Entendeu? É uma sentença de... eu falei pras meninas... é sentença de morte na rua. Morre dois, três por... por... por semana. Entendeu? E é tudo sinalizado, é tudo organizado... de arrancar mão, de tiro na mão, corta cabe... tudo sinalizado. (Jorge)

Também é importante analisar a violência estatal, representada aqui pela violência cometida pela polícia contra as pessoas em situação de rua. No IPM da Dimensão Direitos Humanos, o item que considera a violência da polícia é o que apresenta maior média (M=0,51; DP=0,51). Os relatos dos participantes das entrevistas sinalizam que a violência da polícia faz parte do cotidiano das pessoas em situação de rua. De forma geral, os participantes relatam ter sofrido ou presenciado agressões da polícia contra pessoas nas ruas. No relato de Machado, todos que estão na rua são abordados de forma violenta, ainda que somente alguns cometam crimes. Duas situações específicas relatadas por esse participante ilustram a violência policial contra as pessoas em situação de rua: a primeira trata da realização do Festival de Cinema Cine Ceará, na Praça do Ferreira, centro de Fortaleza-CE. Na ocasião, policiais abordaram violentamente pessoas em situação de rua que estavam na praça, no entanto os que estavam com a camisa do festival foram poupados.

o policial chegou, identificou a camisa do Cine Ceará, mandou os dois rapazes que tavam com a camisa do Cine Ceará se afastar e os outros eles encostaram na parede e começaram a agir com arbitrariedade, com... spray de pimenta, iam dando alguns chutes, dizendo que os rapazes tinham ido cometer um assalto na parada de ônibus o que não tinha acontecido né, porque os rapazes que tavam com os meninos lá do Cine Ceará eles já tavam perto ali da gente já há algum tempo, então... talvez eles tenham até confundido com outra turma que tivesse feito isso mas já chegou de uma forma arbitrária [...]. (Machado)

Na outra situação relatada pelo mesmo participante revela que a violência da polícia acontece inclusive dentro dos equipamentos sociais voltados para o atendimento das pessoas

em situação de rua: no referido relato, foi marcante a fala de um policial que entrou no Centro Pop e falou queria colocar fogo em todo mundo que estava dentro do equipamento.

aconteceu da polícia chegar lá e... duas vezes entrar lá, e entrar com arbitrariedade entrar tratando todo mundo de forma escrota, atrás de dois duas pessoas que tinham, é, cometido uma fita, feito um assalto, quando chegou lá enquadrando todos os homens dentro do equipamento de uma forma bem escrota porque tipo assim ai é um equipamento que que que aceita vagabundos, pra você ter ideia teve um policial que quando chegou foi dizendo assim se eu tivesse poder, eu trancava todas essas portas aqui agora e tacava fogo em todo mundo aqui dentro, ele falou essas palavras, eu nunca vou esquecer enquanto eu viver na minha vida [...] tinham mulheres, tinha crianças lá dentro (Machado)

Esses resultados são semelhantes aos de outras pesquisas, como a de Pimenta (2019), na qual os agentes estatais foram apontados como os autores mais frequentes das agressões contra as pessoas em situação de rua, e ao estudo de Amorim, Nobre, Coutinho e Oliveira (2019), que também encontraram relatos que chamam a atenção para a violência estatal, compreendida como uma ação de higienização social.

Nesse aspecto, a população em situação de rua faz parte das classes de pessoas às quais, conforme Moreira e Frota (2014), é atribuído um potencial de perigo que contribui para a sua desumanização, negando-lhes os direitos fundamentais. Como resultado, ao identificarem elementos formuladores da suspeita, fundada no estigma e preconceito, as forças policiais acabam excedendo-se nas suas funções, de modo que a arbitrariedade e o autoritarismo constituem aspectos da cultura policial dominante.

A violência da polícia, enquanto parte da violência estatal, constitui ação de higienização e a limpeza urbana, que, vinculada à lógica neoliberal do mercado financeiro e das grandes corporações, parte da criminalização da pobreza e ocorre mediante ações repressoras, contribuindo assim para a manutenção das estruturas de poder (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019). As ações higienistas e repressivas também se devem à naturalização da pobreza e à culpabilização dessa população pelos problemas e desajustes da cidade (FARIAS; DINIZ, 2019).

Outro dado que merece ser destacado é a relação estatística existente entre ter sofrido violência da polícia e o consumo de álcool e/ou outras drogas. Realizamos testes *qui-quadrado*, que apontaram que as pessoas que sofrem violência da polícia são as que mais consomem álcool e/ou outras drogas ($\chi^2(1) = 7,943, p=0,005$). Conforme Tabela 20, dos que sofreram agressão da polícia, 86% responderam fazer uso de álcool ou outra droga, enquanto que dentre os que não sofreram agressão da polícia, 61,3% afirmaram que consomem álcool ou outra droga. A frequência de uso de álcool e de outras drogas também é estatisticamente

superior no grupo dos participantes que afirmaram ter sofrido agressão física da polícia. O fato de as pessoas que fazem uso de drogas serem mais vulnerável à violência da polícia não causa surpresa, tendo em vista que a postura proibicionista associa o uso de drogas a questões judiciais (LANCETTI, 2015). A esse respeito, Rodrigues, Lima e Holanda (2018) entendem que a proibição e a criminalização daqueles fazem uso de drogas reforçam a estigmatização, resultando em desrespeito às pessoas em situação de rua.

Tabela 20 – Diferença de consumo de álcool ou outra droga em relação à violência policial

		48c - Já foi agredido pela polícia?			
		Não		Sim	
		n	%	n	%
29 -Você consome álcool ou outra droga?	Não	41	38,7%	23	21,1%
	Sim	65	61,3%	86	78,9%
Total		106	100%	109	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Convém destacar que a clara exposição à violência pelos participantes da pesquisa prejudica uma das capacidades humanas básicas defendida por Nussbaum (2000), que é a integridade corporal, limitando, dessa forma, a liberdade de se deslocar nos espaços e instituições públicas e /ou serviços privados abertos ao público. Mais do que isso, compreendemos, com base em Honneth (2003), que as várias formas de violações a que estão sujeitas as pessoas em situação de rua, constituem uma negação do reconhecimento dessas pessoas como sujeitos de direitos e como dignas de respeito e de afeto. Alguns resultados oriundos das análises estatísticas corroboram a compreensão de Honneth (2003), quando fala que as diferentes formas de desrespeito produzem diferentes graus de prejuízos psíquicos. Primeiramente, os maus tratos físicos tem como resultado a perda da autonomia sobre o próprio corpo e a confiança em si mesmo e no mundo, produzindo a vergonha social (HONNETH, 2003). No caso das pessoas em situação de rua investigadas, os resultados apontam para privações mais intensas na Dimensão Subjetiva no grupo de pessoas que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência. Outra forma de desrespeito, a negação de direitos, configura uma grave restrição da autonomia moral, acompanhada de um sentimento de não reconhecer a si mesmo, considerando-se como de status inferior. Por fim, a ofensa e a humilhação, demonstrada nas análises da Dimensão Subjetiva prejudica a possibilidade de reconhecimento das próprias capacidades ou potencialidades (HONNETH, 2003).

4.5 Da Multidimensionalidade à Transdimensionalidade da Pobreza

Schuch e Gehlen (2012) defendem a necessidade de compreender a complexidade da situação de rua, considerando que não se deve visualizar as pessoas em situação de rua somente a partir da falta, das necessidades e da exclusão. Nesse sentido, para esses autores, a visão complexa da situação de rua demanda compreender a multicausalidade do fenômeno, de modo a considerar tanto os processos sociais, estruturais e históricos que originam o problema, como também considerar que as pessoas em situação de rua são sujeitos ativos, que desenvolvem interpretações próprias da realidade e práticas sociais com certa autonomia. Para Moraes (2008), o mundo é caracterizado cada vez mais pela complexidade e pela imprevisibilidade, de modo que os problemas da sociedade globalizada são, em sua maioria, de característica transnacional, complexa e transdisciplinar.

Essas considerações nos convidam a pensar a pobreza multidimensional de pessoas em situação de rua a partir do pensamento complexo, que, para Morin (2007), na medida em que busca articular diferentes disciplinas que foram fragmentadas pelo pensamento simplificador, almeja a multidimensionalidade do conhecimento. O pensamento complexo não é sinônimo de pensamento completo, pois reconhece que o saber é inacabado e incerto, no entanto busca construir um conhecimento não fragmentado (MORIN, 2007).

Morin (2007) critica o paradigma científico moderno, que ele considera disjuntivo, na medida em que disjunta, reduz e abstrai a realidade, caracterizando uma cegueira que ele chama patologia do saber. A redução do complexo ocorreu pela via da hiperespecialização, que concebia um recorte da realidade como se fosse a totalidade do real. Nesse aspecto, “[...] o pensamento simplificador é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo (*unitat multiplex*). Ou ele unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade” (MORIN, 2007, p. 12). Ou seja, o pensamento simplificador concebe a realidade de maneira unidimensional, impedindo a compreensão em sua complexidade. Além disso, esse pensamento redutor, seja na ciência, como também em outras áreas da vida, produz consequências nocivas, na medida em que leva a ações políticas e sociais que fragmentam a realidade, impedindo soluções adequadas para os problemas humanos (MORAES, 2008).

A complexidade, por outro lado, busca associar o uno e o múltiplo, bem como todas as constituições heterogêneas da realidade, abrangendo as ações, interações, determinações e acasos. Nesse aspecto, a visão complexa compreende a realidade no seu caráter multidimensional (MORIN, 2007). Ao abordar as ciências humanas e sociais, Morin (2007)

destaca que as diferentes dimensões do ser humano não podem ser separadas. Por exemplo, a realidade econômica implica em desejos e necessidades humanos, de modo que há um mundo subjetivo de paixões e escolhas por trás do dinheiro. Há, portanto, diversas dimensões associadas à dimensão econômica, que a visão unidimensional não consegue dar conta.

Essa é também a concepção de Moraes (2008), para quem não faz sentido olhar para uma dimensão ou objeto isolado, tendo em vista que há uma rede de relações com o contexto, seja no que diz respeito ao mundo físico, biológico, social ou cultural. A realidade deve ser concebida também como dinâmica e mutável ao mesmo tempo em que é contínua e linear. É necessário, portanto, compreender as relações entre as diferentes dimensões da realidade e do ser humano, ou seja, a interdependência dos processos inerentes a essa multidimensionalidade.

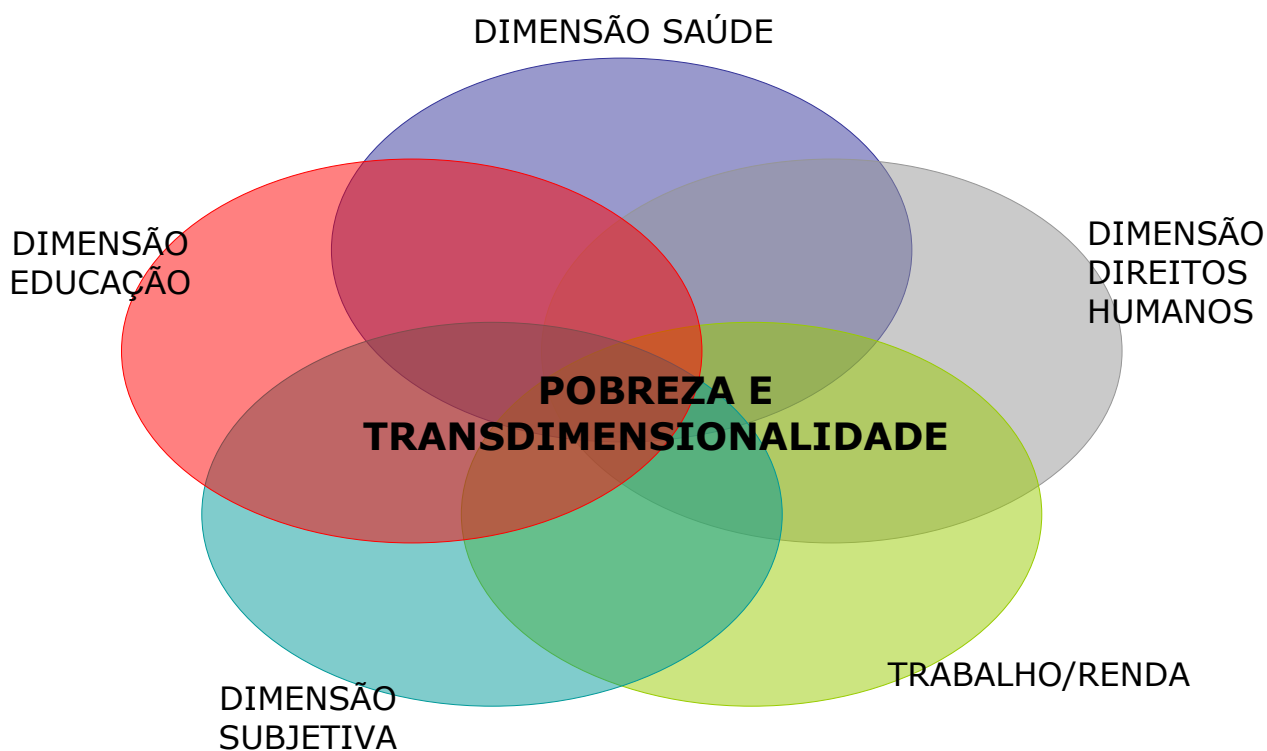
Moraes (2008), ao abordar o conceito de interdisciplinaridade, compreende que ela ocorre mediante interação, diálogo, reciprocidade e integração entre diferentes disciplinas e saberes. Nessa perspectiva, a reciprocidade e negociações levaria a uma nova representação comum a todas as disciplinas. Já a transdisciplinaridade vai além da interdisciplinaridade, no entanto é complementar a ela, não antagonista. Essa é a compreensão de Nicolescu (2000), para quem o prefixo *trans* diz respeito tanto ao que está *entre*, como também *através e além* das disciplinas, objetivando a compreensão da realidade a partir da unidade do conhecimento. Além disso, a transdisciplinaridade implica num conhecimento que considera as interações entre mundo interior e mundo exterior do sujeito, de modo a levar em conta as dimensões intrassubjetiva e intersubjetiva da sociedade. (MORAES, 2008).

Dessa forma, assim como a interdisciplinaridade não nega cada uma das disciplinas, destacamos que a interdimensionalidade também não nega as dimensões, no entanto deve ser enfatizado o *entre*, ou seja, o espaço comum de cada dimensão. Já a transdimensionalidade seria complementar à multidimensionalidade e à interdimensionalidade, pois, ainda que também não anule as dimensões, reconhece que não se deve permanecer no limite delas, eliminando as fronteiras. Implica, portanto, visualizar as intersecções entre as dimensões e compreender o que ressignifica, une e afasta cada uma delas.

O pensamento complexo, portanto, oferece ferramentas para compreender as diferentes dimensões da pobreza e da situação de rua, tal como se manifestam na vida e concretude de indivíduos e grupos, e entender o processo social, histórico e econômico que produz essas condições de vida. Neves (2010), ao comentar a experiência de agentes sociais que trabalhavam junto à população em situação de rua, destacavam as dificuldades trazidas por esses agentes, no que se refere à compreensão dessa problemática: “Alegavam a necessidade

de superar uma série de lugares comuns, pautados em visões preconceituosas e estigmatizantes, para consolidar programas sociais” (NEVES, 2010, p.102). Essa problematização reconhece a necessidade do pensamento complexo para compreender esse fenômeno. Nesse sentido, considerar as múltiplas dimensões do fenômeno é um avanço em relação à perspectiva unidimensional que se limita ao aspecto econômico e monetário. No entanto, buscamos nos precaver dos riscos de isolar essas dimensões como se houvesse fronteiras bem definidas entre elas, ou seja, como se fosse possível conceber cada dimensão separadamente. A figura 5 ilustra as intersecções entre as dimensões:

Figura 5 - Intersecções entre as dimensões da pobreza



Fonte: elaborada pelo autor

Dessa forma, além de abordar a multidimensionalidade da pobreza, é pertinente considerá-la como uma realidade complexa. Nesse aspecto, a multidimensionalidade não deve ser entendida como “[...] produto da soma das diferentes dimensões, mas o resultado de uma cooperação global e complementar que provoca a emergência de algo qualitativamente

diferente das dimensões constitutivas anteriores” (MORAES, 2008, p. 126). Há, portanto, interações entre as diferentes dimensões da pobreza. Nesse sentido, compreendemos, por exemplo, que a dimensão saúde é necessária para compreender os recursos necessários para que as pessoas em situação de pobreza encontrem formas de gerar renda a partir do trabalho. Ou que a dimensão educação pode permitir a construção de conhecimentos necessários para que seja possível lutar pela garantia dos direitos humanos por parte das pessoas em situação de rua, os quais, por sua vez, tem o potencial de produzir saúde. Também não é difícil perceber que alguns elementos que correspondem a uma dimensão subjetiva também dizem respeito à dimensão direitos humanos, na medida em que humilhação, vergonha e desrespeito geram implicações subjetivas na mesma medida em que atacam a dignidade humana.

A fim de contemplar essa complexidade, é importante sintetizar como as dimensões e cada um dos indicadores se relacionaram entre si. Antes disso, é importante lembrar que entender como se manifesta a pobreza multidimensional e cada uma de suas dimensões não significa deixar de considerar o processo de determinação estrutural da pobreza. A esse respeito, Amorim, Nobre, Coutinho e Oliveira (2019) compreendem as estruturas macrossociais resultam em processos de exclusão social que se expressam de diferentes formas nas ruas, como a dificuldade de arranjar emprego ou o preconceito e discriminação.

Ademais, cabe reforçar que a pobreza multidimensional, ainda que mensurada com base em 5 dimensões e 28 indicadores, deve ser compreendida para além da simples soma ou interação das dimensões. A ideia de transdimensionalidade nos auxilia a considerar as inter-relações entre as dimensões, mas implica também considerar que a pobreza multidimensional é mais complexa do que essas relações, não se limitando às fronteiras entre elas.

Isso não anula a necessidade de compreender essas interrelações das dimensões da pobreza. Para facilitar essa compreensão, fizemos o Teste de Correlação de Spearman do IPM total e dos IPM de cada dimensão permite verificar que dimensões tem correlações mais fortes com o IPM total e também como as dimensões correlacionam entre si. Na Tabela 21, os coeficientes de correlação destacados em negrito são os que apresentam correlação estatística significativa. A dimensão que tem correlação mais forte com o IPM total é Direitos Humanos, seguida da Dimensão Subjetiva. São as duas dimensões cujo aumento da média está mais fortemente relacionado ao aumento da média do IPM total.

Tabela 21- Coeficiente de correlação de Spearman entre IPM total e dimensões

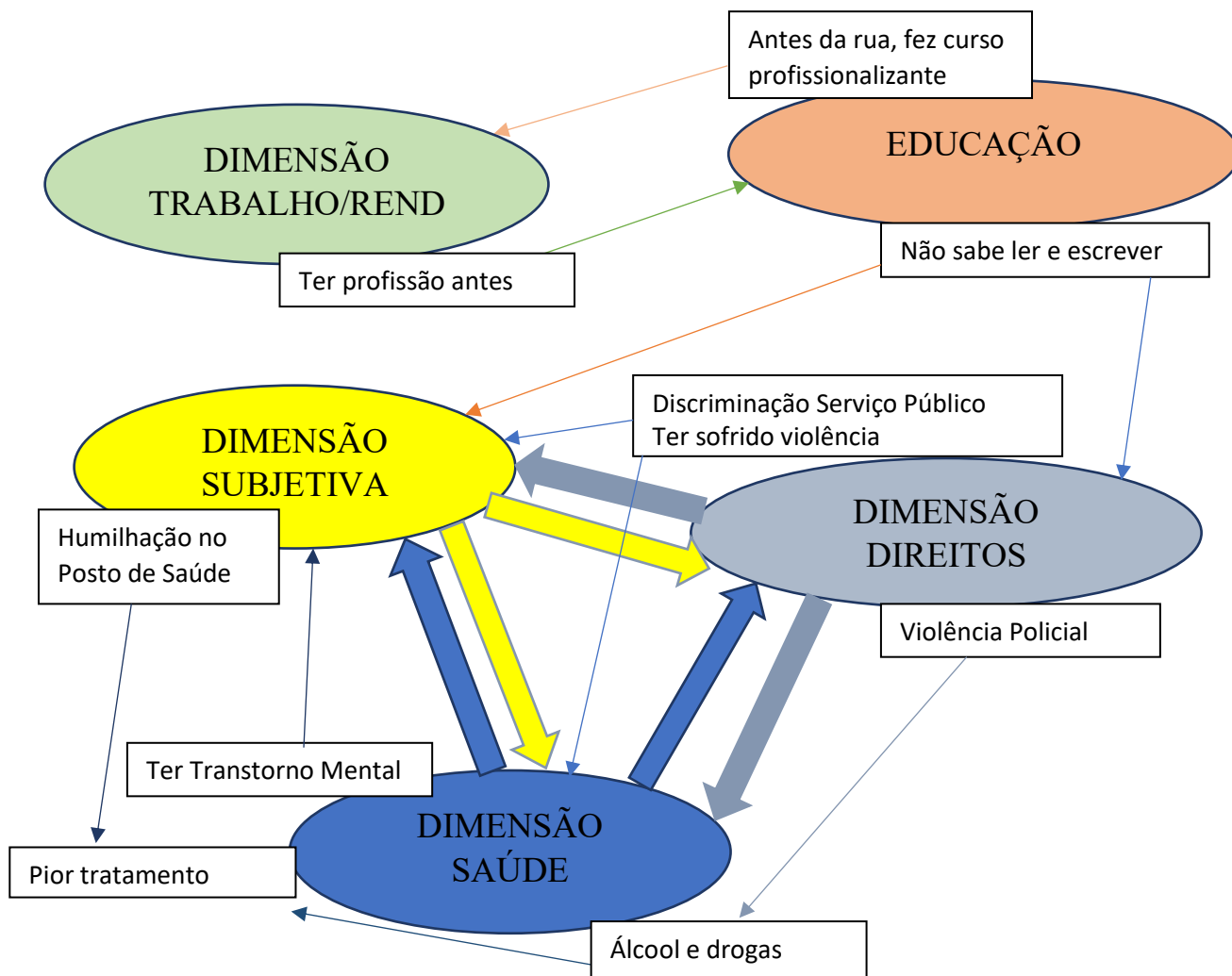
	IPM Total	Educação	Trabalho/ Renda	Saúde	Direitos Humanos	Subjetiva
IPM Total	1,000	0,448	0,464	0,477	0,677	,598**
Educação	,448**	1,000	0,126	0,003	0,032	0,059
Trabalho/Renda	,464**	0,126	1,000	-0,018	0,029	0,040
Saúde	,477**	0,003	-0,018	1,000	0,319	0,167
Direitos Humanos	,677**	0,032	0,029	0,319	1,000	0,544
Subjetiva	,598**	0,059	0,040	0,167	0,544	1,000

Fonte: dados da pesquisa

Também é possível visualizar as correlações entre as dimensões. As dimensões Educação e Trabalho/Renda não apresentaram nenhuma correlação significativa com outras dimensões. A Dimensão Saúde tem correlação moderada com Direitos humanos e fraca com a Dimensão Subjetiva. Já a Dimensão Subjetiva e Direitos humanos são as que possuem correlação mais forte entre si, demonstrando principalmente a relação entre os indicadores de violência e os de humilhação.

A Figura 6 busca ilustrar essas inter-relações entre as dimensões, mostrando ainda as relações entre indicadores. Ela retrata os itens e dimensões que apresentaram alguma relação estatística, sintetizando os dados apresentados anteriormente. Na figura 6, a seta mais larga indica as correlações entre as dimensões do Índice de Pobreza Multidimensional, e as setas estreitas indicam as relações dos indicadores entre si e entre os indicadores as dimensões. Por exemplo, os participantes que tem maior média de IPM considerando o consumo de bebidas alcoólicas e a quantidade de tipos de drogas consumidas são os que afirmaram não ter tido um tratamento adequado ao procurar um serviço de saúde. Da mesma forma, os que revelaram tratamento inadequado na unidade de saúde também foram os que apresentaram maior média de humilhação no posto de saúde. As Dimensões Subjetiva e Direitos Humanos estão correlacionadas entre si e com a Dimensão Saúde. As dimensões Educação e Trabalho e Renda não apresentam correlação significativa, há relações estatisticamente significativas quando considerados somente alguns indicadores, como, por exemplo, o item “ter uma profissão” e a dimensão Educação.

Figura 6 – Interrelações entre as dimensões e indicadores da Pobreza Multidimensional



Fonte: elaborada pelo autor

A multiplicidade de privações e das formas como elas se relacionam demonstram a complexidade da população em situação de rua, sendo, portanto, necessário considerar a sua heterogeneidade. De uma forma geral, os dados demonstram que a ausência de uma moradia conduz à intensificação de outras formas de privação, impedindo a realização de funcionamentos como estar abrigado e ter dignidade. A condição de pobreza extrema ficou evidente junto à população pesquisada, sendo que as privações são semelhantes aos elementos apresentados por Moñeton-Santa e Gutiérrez-Loaisa (2017) como sendo importantes funcionamentos para as pessoas em situação de pobreza extrema, tais como estar em situação de proteção, ter saúde, ter condições de educação, bons vínculos familiares e estar integrado ao mercado de trabalho.

5 PRÁTICAS DE OPRESSÃO CONTRA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Esse capítulo aborda o objetivo específico “Descrever a realidade de opressão vivenciada pelas pessoas em situação de rua”, buscando complementar e aprofundar as análises acerca das condições de opressão dessas pessoas, contempladas parcialmente no capítulo anterior, nas discussões, por exemplo, sobre violência, vergonha e humilhação. Para isso, iremos destacar as categorias estigma e discriminação, cujas informações foram obtidas tanto na etapa quantitativa da pesquisa, mediante análise da Escala de Discriminação Cotidiana, como também nos relatos oriundos das entrevistas individuais.

A pertinência dessas análises reside, em primeiro lugar, na compreensão da pobreza, enquanto prática de opressão (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2014). E em segundo lugar, a estigmatização deve ser compreendida como um processo que é parte da estrutura de opressões e dominações, resultantes de processos de naturalização e normatizações que impedem mudanças na estrutura social (MENDES; RONZANI; PAIVA, 2019).

No caso das pessoas em situação de rua, sobressaem estereótipos tais como preguiçosos, vagabundos, sujos e perigosos, discutidos em várias pesquisas sobre essa população. Vale destacar que o processo de inclusão perversa que se sustenta nesses estereótipos esconde, no plano macropolítico, a lógica excludente e desigual da estrutura capitalista, e no plano micropolítico, as múltiplas opressões, caracterizadas pelo desejo de morte e de extermínio, que mantém o status de grupos privilegiados (AMORIM et al, 2019).

5.1 Estigma e Discriminação como Práticas de Opressão

Para entender o conceito de opressão, partimos do Paradigma da Libertação, principalmente com base em Freire (2018a) e Dussel (1997), para quem a opressão implica na negação da vida. Freire (2018a), apesar de não definir explicitamente, associa a opressão à desumanização, de modo que a opressão pode ser entendida como a negação do processo de humanização, impedindo os seres humanos de serem mais. Já para Dussel (1997), opressão é a negação da vida e da possibilidade de crescer e viver.

Para Góis (2008), esse processo de negação das potencialidades tem como consequência a fragilização e a existência contida de certos grupos sociais. As condições de opressão parte de uma estrutura de dominação, característica de uma ordem social injusta, que produz miséria, desalento e morte (FREIRE, 2018a).

Ademais, segundo Dalaqua (2020), a hierarquização é o elemento comum a todas as formas de opressão: raça, gênero, sexualidade, origem geográfica e classe social. Dessa forma, as práticas de opressão são baseadas em hierarquização social, ou seja, a classificação entre os cidadãos como superiores ou inferiores, num processo de diferenciação social naturalizado. A esse respeito, Freire (2018a) compreende que um dos mitos que contribuem para manter o *status quo*, ou seja, as condições de opressão, é a crença de que os oprimidos são inferiores, preguiçosos e desonestos, em oposição à superioridade dos opressores. A opressão, portanto, tem caráter eminentemente político, ocorrendo sempre entre grupos, de modo que o oprimido é inferiorizado pela opressão por fazer parte de um determinado grupo social, caracterizado pela identidade coletiva estigmatizada.

Dessa forma, a discriminação é uma expressão das relações de opressão. A esse respeito, Baratas (2009) compreende a discriminação como uma forma de materialização das relações sociais de dominação. Essa é a mesma reflexão feita por Mendes (2019), para quem o estigma é um importante elemento das relações de opressão e de dominação, resultando em vergonha e humilhação.

A discriminação deve ser compreendida, então, para além de uma perspectiva individualista, ou seja, não apenas como um tratamento injusto, mas como um processo social e estrutural que contribui para manter as relações de dominação e as diferenciações sociais. Para Parker e Aggleton (2001), o estigma é contextual, histórico e tem o papel de reproduzir as relações de poder e de dominação, reforçando as desigualdades e hierarquizações sociais, nas quais certos grupos são desvalorizados e outros, colocados como superiores. Sendo assim, partimos dessa categoria para discutir sobre a realidade de opressão das pessoas em situação de rua, que sofrem cotidianamente com processos de desumanização materializados no baixo acesso a emprego, bens e serviços, preconceito, discriminação e violência.

Resende (2020), ao analisar o discurso jornalístico sobre pessoas em situação de rua, encontrou metáforas que demonstram a representação dessa população como sendo perigosa, sujo, sem rumo, não reconhecida como sujeito de direitos, a partir de um discurso desumanizador. Há ainda metáforas que associam essas pessoas a lixo, de modo que elas são entendidas como um problema, sendo, por um lado, invisível diante das políticas públicas e, por outro lado, visíveis à repressão e julgamento social.

Ainda com relação aos processos de estigmatização e discriminação, a investigação de Barata, Carneiro Jr., Ribeiro e Silveira (2015) concluiu que a percepção acerca da discriminação é muito mais alta junto a pessoas em situação de rua se comparada a outras pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade social. Os processos de discriminação, nesse

caso, são apontados como decorrentes do fato de viver na rua, combinado também formas de discriminação racial, geracional e de orientação sexual. De forma geral, a pobreza e a discriminação impactam na autorrelação dos indivíduos, que acabam interiorizando a imagem negativa atribuída pelo restante da sociedade, que os coloca como responsáveis pela sua condição de pobreza (REGO; PINZANI, 2013).

A discriminação é parte do conceito de estigma, primeiramente definido pelos gregos para se referir a marcas corporais que distinguiam aqueles que deveriam ser evitados, devido a alguma forma de rebaixamento moral, é compreendido por Goffman (1988) como sendo atributos de certos indivíduos marcadores de descrédito e depreciação, que prejudicam o reconhecimento e aceitação social, na medida em que em muitos casos os atributos são vistos como fraqueza ou desvantagem individual. Na verdade, embora alguns atributos sejam encarados normalmente de forma negativa, o atributo isoladamente não define o estigma, que é entendido mais como uma linguagem de relação entre o estereótipo e o atributo (GOFFMAN, 1988). Dessa forma, com base na crença de que o estigmatizado não é propriamente humano, abre-se espaço para várias formas de discriminação.

Link e Phelan (2011) buscam fazer uma reconceitualização do estigma, tendo em vista que boa parte dos estudos acaba priorizando os modelos teóricos em detrimento da vivência de grupos estigmatizados, além do que o foco dessas concepções é individualista, limitando-se às análises dos níveis micro das interações sociais e ignorando os aspectos estruturais. Mesmo dentre os que seguem a concepção de estigma como linguagem de relações, conforme Goffman (1988), ainda assim muitos estudos enfatizam o atributo individual. A proposta de Link e Phelan (2011) é compreender o estigma não como atributo do indivíduo, mas como designação socialmente atribuída aos indivíduos e grupos sociais, de modo que o estigma deve ser compreendido dentro das relações desiguais de poder. Esse conceito, portanto, amplia a compreensão de estigma, que ocorre quando há a existência simultânea de rotulação, estereótipo, separação entre “nós” e “eles”, perda de status e discriminação.

Os processos de estigmatização das pessoas em situação de rua geralmente são múltiplos, tendo em vista que ocorrem tanto devido à situação de rua como pela condição de pobreza, além de outros elementos bem característicos como raça, gênero e orientação sexual. A esse respeito, Souza (2012) encontrou narrativas de estigmatização de pessoas em situação de rua como decorrência da aparência física em termos de corpo e vestimentas, caracterizando uma clara experiência de depreciação, acompanhada de afetos como medo, nojo ou pena por parte de pessoas com residência fixa. São comuns experiências de hostilidade e de atribuição de fracasso, que pode acabar impactando também num não reconhecimento de si mesmo como

capazes e dignos. Em análise semelhante, Rodrigues (2015) destacou a incorporação do estigma atribuído, ocasionando um processo de autodepreciação como resultado da estigmatização, chegando ao ponto de negação da sua própria humanidade. Complementa ainda destacando a visão do morador de rua como

[...] símbolo de degradação, visto como incapacitado para o mundo do “mercado”, do “trabalho”, enfim, um ser reduzido à condição de “doente-criminoso”, que necessita de auxílio – corretivo – dos empreendedores morais da sociedade, tanto médico quanto policial (RODRIGUES, 2015, p. 67).

Nesse sentido, a discriminação direta ocorre em virtude do estigma de morar na rua. Além da própria condição de morar na rua e ocupar o espaço público, há outros símbolos presentes nessa população, tais como a sujeira, o cheiro, as doenças, o transtorno mental, etc. (MOURA JR; XIMENES; SARRIERA, 2013). As pessoas em situação de rua estão, portanto, cotidianamente expostas à estigmatização e discriminação, gerando uma maior limitação de acesso a direitos (ÁVILA; MOLINA, 2017). Esses autores destacam ainda que os discursos negativos fundamentam o medo, preconceito e a discriminação contra a pessoa em situação de rua, prejudicando a busca por trabalho e emprego, o acesso à educação dos filhos, o tratamento de saúde e a expectativa de um projeto de futuro.

5.2 Discriminação Cotidiana e suas relações com a Pobreza

Considerando, portanto, que o fato de estar em situação de rua predispõe a uma maior exposição à discriminação social (SKOSIREVA, et al., 2014), utilizamos, a fim de analisar a discriminação junto aos participantes, a Escala de Discriminação Cotidiana (WILLIAMS; YU; JACKSON; ANDERSON, 1997), que possui 9 itens, conforme apresentado na Tabela 22. No questionário, a Escala de Discriminação Cotidiana corresponde aos itens 68 a 76, tendo as seguintes opções de resposta: 0 (Nunca), 1 (Raramente), 2 (Poucas vezes), 3 (Algumas vezes), 4 (Muitas vezes) e 5 (Quase Sempre).

Dos 236 participantes da pesquisa, apenas 5 (2,11%) responderam nunca ter sofrido nenhum tipo de discriminação, e 230 (97,45% dos respondentes) afirmaram ter sofrido pelo menos uma situação de discriminação. Um participante não respondeu à escala (*missing*). Esse resultado confirma a experiência de discriminação por parte da população em situação de rua. A média de discriminação cotidiana foi 2,7 (DP=1,29), um valor moderado, que corresponde aproximadamente à frequência 'algumas vezes'. Esses dados revelam que a discriminação, enquanto forma de opressão, está presente no cotidiano das pessoas em situação de rua,

corroborando os resultados do estudo de Correia-Zanini et al. (2020), cujos participantes também responderam, em sua maioria, ter sofrido pelo menos um tipo de discriminação cotidiana. A discriminação é, portanto, um dos aspectos do processo de exclusão social no qual vive essa população, sendo que o estereótipo de morador de rua, sua baixa autoestima e as roupas sujas contribuem para a percepção de discriminação (CORREIA-ZANINI et al., 2020). Essa percepção está, portanto, associada ao sofrimento concreto dessas pessoas, que sofrem com a estigmatização e o desrespeito por parte do Estado e da sociedade.

Considerações semelhantes a essas foram destacadas por Souza e Gomes (2019), para quem a maioria das pessoas em situação de rua já experimentou pelo menos um tipo de discriminação, tanto na rua como também em equipamentos públicos, fato que está associado à invisibilidade dessa população e a consequente restrição de acesso a direitos básicos, como moradia, saúde e educação.

A Tabela 22 demonstra as médias obtidas nos itens da Escala de Discriminação Cotidiana, que vão de valores moderados a valores intensos na maior parte dos itens (médias próximas ou acima de 3). Os três itens com maiores médias: "As pessoas agem como se fossem melhores do que você", "as pessoas agem como se tivesse medo de você" e "As pessoas agem como se pensassem que você é desonesto" implicam em formas mais sutis de discriminações, compreendido por Freitas et al. (2015) como relacionado à ideia de Rejeição Pessoal. Já no que diz respeito aos itens relacionados ao que Freitas et al. (2015) compreendem como Tratamento Injusto, que implicam em comportamentos de discriminação mais abertamente ofensivos, o que apresentou média mais próxima de 3 foi o "Você é tratado(a) com menos respeito do que as outras pessoas". Esse item refere-se ao tratamento desrespeitoso atribuído à pessoa em situação de rua. No entanto, as maiores médias nos itens de Rejeição pessoal não significa que não haja também discriminação abertamente ofensiva, tendo em vista que todos os itens referentes ao Tratamento Injusto apresentaram médias acima de 2,0. O que apresentou média mais próxima de 3 foi o item "Você é tratado(a) com menos respeito do que as outras pessoas?" (M=2,83; DP=1,95).

Tabela 22 – Resultados dos itens da Escala de Discriminação Cotidiana

Itens da Escala de Discriminação Cotidiana	M	DP	Rara	Ocasional	Frequente
As pessoas insultam você?	2,20	1,84	41,3	27,0	30,8
As pessoas agem como se pensassem que você não é inteligente?	2,82	1,85	25,3	27,8	45,6
Você é tratado(a) com menos simpatia do que as outras pessoas?	2,62	1,88	31,6	26,6	40,9
A pessoas agem como se pensassem que você é desonesto?	2,97	1,89	26,6	19,8	52,7

Tabela 22 – Resultados dos itens da Escala de Discriminação Cotidiana

Itens da Escala de Discriminação Cotidiana	M	DP	Rara	Ocasional	Frequente
Você é tratado(a) com menos respeito do que as outras pessoas?	2,83	1,95	29,5	19,8	49,4
Pessoas ameaçam ou provocam você?	2,00	1,86	44,3	26,6	27,8
As pessoas agem como se fossem melhores do que você?	3,36	1,78	19,0	19,4	60,8
Em lojas, restaurantes, ou em outros serviços, você é mais mal atendido(a) do que as outras pessoas	2,57	2,03	36,3	18,1	44,7
As pessoas agem como se tivessem medo de você	3,09	1,87	22,8	22,4	54,0

Fonte: dados da pesquisa. Legenda: M=média; DP=Desvio Padrão; Rara: nunca ou menos de uma vez por ano; Ocasional: algumas vezes e algumas vezes por mês; Frequente: pelo menos uma vez por semana ou quase todos os dias

Essas médias maiores dos itens referentes a Rejeição Pessoal podem ser compreendidas devido à característica mais sutil e velada do preconceito nas sociedades ocidentais. Para Pereira, Torres e Almeida (2003), após a Segunda Guerra Mundial e a Declaração dos Direitos Humanos, as discriminações se tornaram mais encobertas no ocidente, sendo mais comum, por exemplo, a expressão de sentimentos positivos no endogrupo do que de sentimentos negativos no exogrupo, ou seja, no grupo discriminado. Corroborando essa interpretação, França e Monteiro (2004) fazem uma revisão das formas de racismo, distinguindo o preconceito flagrante, que seria mais explícito, do preconceito sutil, que se caracteriza menos pela atitude direta de discriminação e mais pela não expressão de emoções positivas em relação ao exogrupo. No entanto, a discriminação mais aberta é mais frequente em contextos nos quais é viável encontrar uma justificativa para a ação negativa.

Chama atenção a alta percentagem de discriminação frequente (60,8%) no item “as pessoas agem como se fosse melhores do que você”, o que remete à hierarquização social e à percepção dos participantes acerca da inferiorização subjacente à discriminação, de modo que a pessoa em situação de rua é vista como inferior ou de menor valor. Nesse sentido, segundo Dalaqua (2020, p. 217), “toda opressão impõe e reforça uma certa imagem do sujeito oprimido que o inferioriza perante o opressor, imagem esta que se reporta a modos coletivos de se imaginar os diferentes grupos sociais”. As ações de discriminação e violência contra pessoas em situação de rua são justificadas a partir da representação de que eles são inferiores.

As narrativas dos participantes das entrevistas demonstram a percepção de discriminação por parte da sociedade em geral, do desprezo com o qual eles se sentem tratados. Expressões como lixo ambulante, sem valor e desprezível foram usadas para se referir à forma como são vistos e tratados.

Ah, cara, eu me sentia... mal né, man, desprezível, me sentia assim um ser desprezível né, naquela situação, naquela hora ali eu achava que eu não tinha nem um valor né man, entendendo, não tinha nem um valor, moral nem sentimental, entendendo, num tinha valor de nada né man, pa sociedade a

gente não tem valor, man, entendendo, pa sociedade todo morador de rua é mal é perverso, é ladrão, é matador, entendendo, essa é a realidade da situação de rua, quem veve na rua (Oliver)

Eles olham pra gente com... com o olhar de... de nojo, de... como é que se diz... nojo e desprezo. Essa é a palavra mais certa. Desprezo. Eles vê a gente como lixo ambulante. Porque, realmente, quando eu... eu, Clara, eu reconheço que, a partir do momento que a gente passa a ser um adicto, um dependente químico, a gente vira um lixo ambulante. Então, temos que ser consciente. Eu sou consciente disso (Clara)

A ideia de que a sociedade despreza a pessoa em situação de rua e os vê como *lixo ambulante* demonstra a compreensão, por parte dos entrevistados, de que a discriminação sofrida por eles é um processo social, ou seja, a discriminação enquanto componente do estigma não deve ser entendida como uma atitude individual. Nesse sentido, Parker e Aggleton (2001) chamam a atenção para a necessidade de evitar análises individualizadas do estigma, que se tornaram comuns após as análises de Goffman (1988).

O item “as pessoas agem como se tivessem medo” também apresentou alto valor ($M=3,09$; $DP=1,87$). Esse item, juntamente com o item relacionado à desonestidade, está provavelmente associado à representação da pessoa em situação de rua como criminoso. Essa representação supõe uma naturalização da relação entre pobreza, delinquência e violência, sendo muitas vezes usada como justificativa para a retirada de direitos dessas pessoas e para compreendê-las como incômoda à sociedade (RESENDE, 2015). Ferraz e Machado (2014) referem-se à criminalização das pessoas pobres e dos que estão em situação de rua, fato que acaba justificando o tratamento desrespeitoso, bem como ações higienistas. Nesse aspecto, os dados também apontam para o desrespeito cotidiano contra os participantes, tendo em vista que percepção de discriminação também é intensa no item “Você é tratado(a) com menos respeito do que as outras pessoas?” ($M=2,97$; $DP=1,89$), ao qual 52% apresentou discriminação frequente. O desrespeito está associado a processos de estigmatização, conforme apontam também os resultados da investigação de Pimenta (2019), que indicam que as pessoas em situação de rua apontam receberem muito mais tratamentos negativos, como medo, desconfiança, indiferença e preconceito do que os tratamentos positivos, como doações e outros atos de solidariedade.

Alguns dos estereótipos que balizam esses processos de estigmatização foram abordados nos relatos dos participantes entrevistados. Nesses, foram identificados os estereótipos comumente atribuídos às essas pessoas, tais como drogado, perigoso e criminoso. Associadas a esses estereótipos, destacaram-se posturas higienistas assumidas pela população

em geral, além da discriminação por parte de policiais, que presumem as PSR como criminosos ou suspeitos:

Rapaz pelas pessoas em geral... é... é muito aquilo, que eu digo, existe as pessoas que elas tem, elas te tratam mal porque elas tem um preconceito, quer dizer, ela num, ela tem, ela tem um preconceito, né, ela ela te trata conforme aquilo que a mídia ou que... que que essa sociedade em si passa pra ela, a... por exemplo, tem uma senhora, que uma vez a gente tava fazendo um evento, e ela chegou no meu lado, foi lá no São Luiz, foi uma, a, radio mil grau, e eu tava sentado eu tava apresentando eu ia apresentar, ao redor do auditório, eu ainda estava em situação, mas ela não sabia, eu estava bem vestido eu era o apresentador, e antes de começar, chegou pra mim e começou a detonar, sabe, “comé que a gente não tinha vergonha, em tá gastando dinheiro em tá perdendo tempo com aquele povo”, que aquele povo num presta, que o povo ali poluía a praça, que aquilo ali era feio, que aquilo ali era errado, devia ter um canto bem longe nos mei dos matos e a prefeitura devia pegar aquele povo e levar obrigado à força e trancar lá dentro... sabe a mulher com um argumento escroto mesmo (Machado)

Sabe que o morador de rua... as pessoas acham que qualquer pessoa que se encontra em situação de rua... acha que todas é por causa de bebida, de droga. [...] É a questão da discriminação, né, cara? A gente... a gente passa pro cada uma na rua, né? (Alex)

era só a questão da polícia mesmo, sabe? Acha que todo morador de rua de rua é vagabundo. Eu, no caso, no caso... eu me acordava de manhã cedo, passava o dia no sinal, só que na época eu num tava vendendo água não, eu limpava vidro de carro, tá entendendo? No rodo, tá entendendo? Aí é aquela questão, acha que todo mundo que tá na rua é... é um malfeitor, tá entendendo? [...]É um constrangimento, né? É coisas inevitáveis, que a gente não pode evitar, essa questão aí da... da discriminação. Muitos julgam... muitos julgam pela aparência, né? Tá entendendo? Julga o livro pela capa e muitas das vezes, né, num é da forma que eles pensam, tá entendendo? E assim (Alex)

Nesses relatos, se revela claramente o estereótipo da pessoa em situação de rua como criminoso, perigoso e inimigo, de modo que o processo estrutural de discriminação implica na higienização e a limpeza urbana, que, para Mendes, Ronzani e Paiva (2019), são parte da criminalização da pobreza, ocorrendo mediante ações repressoras e estando vinculadas à lógica neoliberal do mercado financeiro e das grandes corporações.

Carneiro (2019) refere-se à necessidade de destacar as relações entre os projetos urbanos sob a lógica neoliberal e o assujeitamento das pessoas em situação de rua. Assim, o neoliberalismo, considerado como prática de governo, traz novas formas de gestão das cidades de modo a garantir a expansão do mercado, intensificando as desigualdades sociais. Dessa forma, as pessoas em situação de rua são vistas como perigosos e anormais, pois prejudicam a

competitividade da cidade, servindo de justificativa para intervenções urbanas. O estereótipo de criminoso contribui, portanto, para legitimar ações de repressão e controle urbano.

Outro item que apresentou discriminação frequente para quase metade dos participantes foi o item “Em lojas, restaurantes, ou em outros serviços, você é mais mal atendido(a) do que as outras pessoas”, resultado que se mostra coerente com os dados do estudo de Farias e Diniz (2019), para o qual estabelecimentos comerciais e shopping centers foram os locais cujos os participantes relataram ter percebido mais discriminação, o que indica tanto situações nas quais essas pessoas foram impedidas de entrar no local como também o fato de que elas evitam acessar esses locais por medo de serem barradas. Esse também foi o resultado de estudo de Barata et al (2015), no qual a percentagem de discriminação em restaurantes, comércios e bancos só foi menor do que a discriminação na rua/espço público.

Nas análises qualitativas, surgiram também narrativas acerca da discriminação sofrida ao frequentar estabelecimentos privados e serviços públicos. A compreensão que veio à tona a partir das entrevistas é de que o tratamento diferenciado ocorre devido ao fato de estar em situação de rua. A discriminação, nesse sentido, ocorre em diferentes lugares e, no que se refere ao comércio e *shoppings*, há casos em que a pessoa em situação de rua é impedida de entrar e outros em que, quando consegue entrar, recebe um tratamento ostensivo, sendo perseguido como se fosse um potencial criminoso.

você entra numa loja o cara já começa a te seguir você entra num shopping às vezes só pra beber água, o cara já começa a te seguir, entendeu, você chega num num num restaurante, na porta de um restaurante, o cara já acha que você vai incomodar os clientes, então já é um um um uma barreira grande (Machado)

Morador de rua num entra no shopping, morador de rua num entra no... num mercantil, morador de rua num entra numa pizzaria, totalmente desprezado é totalmente discriminado (Oliver)

aí fui comprar um celular bom, falei “olha... olha, moço, tá fechando a loja”, falei “vou pegar o dinheiro aqui” aí o cara... “mas como é que é...” aí eu “o dinheiro tá aqui”. Aí eu num sabia ligar o celular... eu sou velho, né, Cadu... aí eu fui pra uma loja pra ligar o celular, o cara falou assim “mas esse celular aí, onde cê arrumou?”[...] “e eu comprei”. “Esse aqui eu comprei, como nota fiscal e tudo”. Os cara ficaram todo sem graça. “Esse aqui eu comprei” (Jorge)

No estudo de Farias e Diniz (2019), estabelecimentos comerciais e shopping centers foram os locais cujos os participantes relataram ter sofrido mais discriminação, o que indica

tanto situações nas quais essas pessoas foram impedidas de entrar no local como também o fato de que elas evitam acessar esses locais por medo de serem barradas.

Além disso, tendo em vista esses estereótipos, a discriminação implica em desvantagens sociais, como por exemplo, a dificuldade em conseguir emprego devido ao estigma da situação de rua. Não ter comprovante de residência fixa é motivo imediato de desconfiança e da perda da vagas de emprego.

[...] às vezes tem um emprego, tem um anúncio de uma vaga você chega lá e é uma profissão é algo que você já trabalhou, mas como você num tem comprovante de endereço, porque você tá em situação de rua, então a pessoa já diz que aquela vaga foi preenchida, e às vez nem foi, mas é porque ela num vai querer um morador de rua trabalhando na empresa dela porque ela acha que o cara é ladrão e que o cara vai roubar, simples assim. (Machado)

São comuns também relatos de discriminação em equipamentos públicos voltados especificamente para a população em situação de rua. Na pesquisa de Pimenta (2019), por exemplo, mais da metade dos participantes afirmaram não utilizar albergues, e um dos motivos apontados diz respeito à discriminação e estigmatização, incluindo relatos de racismo, violência, agressões físicas e verbais.

Nesse aspecto, há relatos de entrevistados que revelam tratamento discriminatório em serviços públicos o Centro Pop e de ter sido impedido de entrar em posto de saúde. Para o entrevistado Oliver, não há interesse em tirar a pessoa da situação de rua, pois a discriminação contra pessoas em situação de rua acontece o tempo inteiro, inclusive por parte do Estado.

eu sofri de muito preconceito, de tipo a gente chega no posto e aí o segurança já barra, no que você chega num canto e as pessoas percebem que você tá em situação de rua, as pessoas já te tratam diferente (Machado)

eles num tem um nem um pingão de vontade de desejo de tirar aquelas pessoa da rua, de fazer um projeto pa tirar eles da rua, essa é a realidade, sem contar na discriminação que a gente é discriminado direto, 24 hora por 48 hora (Oliver)

Considerando que as pessoas em situação de rua se encontram em condição de extrema pobreza, cabe compreendemos a discriminação em sua relação com a pobreza, na medida em que são atribuídos a essa população os papéis sociais de vagabundo, criminosos, sujos e doentes (MOURA JR; XIMENES; SARRIERA, 2013). Dessa forma, fizemos o teste de correlação de *Pearson* entre as variáveis Discriminação Cotidiana, a média total do IPM e as médias do IPM considerando cada uma das dimensões da pobreza multidimensional analisadas nessa pesquisa (Tabela 23).

Tabela 23 - Correlação entre Discriminação Cotidiana, Pobreza Multidimensional e suas dimensões

	1.DC	2.DSA	3.DE	4.DDH	5.DTR	6.DSU
Discriminação Cotidiana (DC)	–					
Dimensão Saúde (DS)	0,16*	–				
Dimensão Educação (DE)	-0,25	-0,01	–			
Dimensão Direitos Humanos (DDH)	0,46**	0,30**	0,03	–		
Dimensão Trabalho e Renda (DTR)	-0,12	-,009	0,14*	0,03	–	
Dimensão Subjetiva (DS)	0,65**	0,17**	0,07	0,56**	0,03	–
IPM	0,40**	0,47**	0,48**	0,65**	0,52**	0,61**

Fonte: dados da pesquisa. Nota. *A correlação é significativa no nível 0,05 [$p < 0,05$]; ** A correlação é significativa no nível 0,01 [$p < 0,01$].

Analisando cada dimensão do IPM separadamente, observamos que a discriminação cotidiana tem correlação estatisticamente significativa e positiva com as dimensões subjetiva ($r = 0,65$; $p < 0,05$), direitos humanos ($r = 0,46$; $p < 0,05$) e saúde ($r = 0,16$; $p < 0,05$). Podemos afirmar, portanto, que a relação estatística e significativa entre o IPM e DC acontece principalmente devido às dimensões subjetiva e direitos humanos, ou seja, a correlação entre pobreza multidimensional e discriminação é estatisticamente significativa e positiva porque os participantes que mais sofrem violência, humilhação e vergonha tem maior percepção de discriminação.

Quanto à Dimensão Subjetiva, é importante ressaltar que ela abrange variáveis que indicam humilhação e vergonha, e a Dimensão Direitos Humanos abrange principalmente violência. Dessa forma, quanto mais violência sofrida e quanto maior o sentimento de vergonha e humilhação, maior a percepção de discriminação cotidiana. Esses resultados são coerentes com as conclusões de Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), para quem a violência, a humilhação e a vergonha são consequências das práticas de discriminação.

No que se refere à correlação da DC com a Dimensão Direitos Humanos, de maneira geral, esse dado evidencia a complexidade e a intensidade das violações de direitos humanos sofridas pelas pessoas em situação de rua, que devem ser compreendidas dentro do contexto de pobreza na sociedade capitalista. A categoria sofrimento ético-político é pertinente para compreender esses processos de estigmatização e de discriminação das pessoas em situação de rua, na medida em que se refere a um sofrimento que transcende a dimensão individual, sendo,

portanto, originado na lógica perversa e excludente da estrutura social capitalista (SAWAIA, 2007).

Em alguns relatos oriundos das entrevistas, observamos a percepção dos participantes de que são tratados como inferior, de menor valor ou subalterno. Expressões como *sem valor*, *desprezível* e *lixo ambulante*, de um lado, demonstram a forma como eles significam o tratamento na relação intersubjetiva, enquanto vivência resultante da desigualdade e hierarquização social. No entanto, ainda que haja a diminuição da potência de ação (SAWAIA, 2007), o desejo de ser socialmente reconhecido de forma humanizada aparece no discurso de Clara, que, parte da expressão *lixo* para revelar a vontade de se tornar *luxo*:

a gente não tem valor pra sociedade, morador de rua não tem valor pra sociedade (Oliver)

Então, é o desprezo... o... as pessoas vê a gente como se... a gente se torna um lixo ambulante. Quem é consciente... eu sou consciente. Eu era um lixo ambulante. Hoje, eu me torno... eu num sou assim tão lixo, porque eu já não uso droga, né? Tô numa situação de rua, mas não tô usando droga, não tô bebendo, não fumo, tô buscando a Deus, porque só ele é o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao pai, senão por ele. Então, Deus é quem nos fortalece, Deus é quem tá me fortalecendo e tá me dando uma... uma vida diferente. É nós que temos que fazer a diferença na nossa vida. O lixo ambulante que a gente era, a gente pode se tornar um luxo. E eu quero me tornar um luxo. Do lixo, eu quero subir para o luxo, entendeu? (Clara)

A discriminação compreendida, enquanto geradora de sofrimento ético-político, traz consequências devastadoras para as pessoas em situação de rua, como autoculpabilização, a autodesvalorização, o sentimento de inferioridade e a desumanização, além de promover afetos caracterizados pela diminuição da potência de ação, tanto individual como coletiva (NUNES; ESMERALDO FILHO, 2020).

Dessa forma, a discriminação, como violação de direitos humanos, deve ser compreendida não somente como um ato individual, de modo que, assim como a análise da pobreza, o estigma e a discriminação, enquanto materialização das relações de opressão e de dominação, devem ser entendidas em suas dimensões estruturais, considerando que partem de determinantes históricos e políticos (MENDES, 2019).

Quanto à Dimensão Saúde, ao realizarmos a análise de correlação de *Pearson* considerando cada variável do cálculo do IPM para essa dimensão, observamos que a correlação estatisticamente significativa da Dimensão Saúde com a DC resulta da variável “quantidade de refeições por dia” ($r=0,14$; $p<0,05$), a única que apresentou correlação estatisticamente significativa com a DC. Além disso, a análise de ANOVA de uma via mostrou que há diferença

estatisticamente significativa no que diz respeito à quantidade de refeições por dia ($F(3, 231) = 3,488$ $p < 0,05$). O Teste Post Hoc de Bonferroni demonstrou que os participantes que relataram ter apenas uma refeição por dia tem maior média de discriminação do que os que relataram comer duas, três ou quatro vezes ou mais por dia. Vale ressaltar que a maior parte das pessoas em situação de rua obtém alimentos mediante doações ou inserção em equipamentos institucionais que oferecem refeições. Portanto, a provável explicação para esse resultado é o fato de que as pessoas que tem maior Índice de Pobreza Multidimensional também são as que mais sofrem, tendo em vista que o sentimento de inferiorização provocado pela discriminação pode fazer com que essas pessoas evitem frequentar serviços públicos e não governamentais (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013).

Os resultados mostram que apenas duas dimensões não apresentaram correlação estatisticamente significativa com a DC, sendo estas a dimensão educação ($r = -0,25$; $p = 0,85$) e a dimensão trabalho e renda ($r = -0,12$; $p = 0,70$). Esses resultados não significam que, em termos gerais, a educação e o trabalho não tenham relação com discriminação. No que tange a essas dimensões, para o cálculo do IPM, foram considerados o nível de instrução formal e a realização de cursos, para a dimensão Educação, e o exercício de atividade remunerada e o trabalho com carteira assinada, para a Dimensão Trabalho e Renda.

Na Dimensão Trabalho e Renda, prevalece o trabalho informal e precário, na medida em que somente 1 participante (0,4%) afirmou ter um emprego com carteira assinada e 7 (3%) responderam ter emprego sem carteira assinada. Para conhecer melhor a relação dessa dimensão com a DC, realizamos o Teste T de Student para verificar se há diferença de médias de DC entre o grupo que exerce atividade remunerada e o grupo que não exerce. O resultado mostrou que não há diferença estatisticamente significativa da média de DC entre os grupos que exercem ou não exercem atividade remunerada ($t(214) = 0,185$; $p > 0,05$). Ou seja, o fato de trabalhar, ou não trabalhar, não implica numa maior percepção de discriminação.

Em relação a Dimensão Educação, 70,2% da população analisada só estudou até o ensino fundamental II (do 5^a ao 9^a ano), enquanto que apenas 0,9% das pessoas concluíram o Ensino Superior, o que indica um índice elevado de privação em relação ao acesso à educação. No caso dos participantes dessa pesquisa, é provável que, por si só, o fato de estar em situação de rua, não ter moradia nem boas condições de higiene já sejam elementos suficientes para que eles sofram e percebam discriminação. Nesse aspecto, conforme Aguiar e Iriart (2012), são comuns, para pessoas em situação de rua, atos de discriminação e recusa de atendimento em serviços públicos devido à falta de moradia fixa e de documentação.

Apesar de não haver apresentado correlação estatisticamente significativa com a média de Discriminação Cotidiana, as dimensões Educação e Trabalho e Renda não devem ser desconsideradas no processo de enfrentamento da situação de rua e de pobreza. A esse respeito, Ximenes et al. (2019) destacam que é necessário maior investimento na educação, trabalho e renda das populações em situação de pobreza, pois tais dimensões demarcam o acesso ou a privação dessas populações ao sentimento de bem estar, consciência e proteção.

5.3 Sobreposição de Estigmas e Consequências na vida de Pessoas em Situação de Rua

Uma variável considerada importante em estudos sobre a população de rua é o tempo de vivência na rua. A Tabela 24 apresenta teste T de Student para comparar as médias de discriminação de diversas variáveis. No caso do tempo de situação de rua, houve diferença estatisticamente significativa ($t(233) = -2,083$, $p < 0,05$), resultando em maior percepção de discriminação para os participantes com mais de 4 anos em situação de rua ($M=2,88$; $DP=1,25$) comparada aos que estão há menos de 4 anos na situação ($M=2,54$; $DP=1,25$). No estudo de Zanini et al. (2020), também foi encontrada uma associação positiva entre tempo de rua e maior percepção de discriminação, explicada pelo maior tempo de exposição a experiências diversas de opressão e violências. Resultados semelhantes foram encontrados ainda na pesquisa de Skosireva et al. (2014), que apresentou um uma maior percepção de discriminação no grupo dos que estão a 3 anos ou mais em situação de rua, comparando às pessoas que estavam com menos tempo de vivência na rua.

Além do maior tempo de exposição na rua, existem algumas pessoas que são mais vulneráveis a práticas de discriminação, como é o caso da pessoa que declara já ter sofrido algum transtorno mental, a qual possui maior média de discriminação cotidiana do que os participantes que não relataram transtorno mental ($t(230) = -2,577$, $p < 0,05$). Isso mostra que quando o indivíduo sofre mais de uma forma de opressão, a discriminação é mais intensa. Algumas pesquisas destacam a vulnerabilidade do louco em situação de rua, como é o caso do estudo de Skosireva et al (2014), para quem os efeitos do estigma e da discriminação contra pessoas com transtornos mentais podem ser mais duradouros e devastadores do que o próprio transtorno, reforçando a condição de pobreza. Além disso, a pessoa com transtorno mental em situação de rua tem também maior percepção de discriminação em comparação com a pessoa com transtorno mental com moradia fixa (SKOSIREVA, et al., 2014).

Tabela 24 - Teste t de Student para comparar médias de discriminação entre grupos

Item do questionário/Variável		M	DP	df	t	sig (p)
Tempo de situação de rua	Até 4 anos	2,54	1,25	233	-	0,038
	Acima de 4 anos	2,88	1,30			
Tuberculose	Não	2,68	1,50	228	-	0,450
	Sim	2,93	1,26			
HIV	Não	2,68	1,20	228	-	0,014
	Sim	4,11	1,27			
DST	Não	2,63	1,25	229	-	0,048
	Sim	3,04	1,28			
Pneumonia	Não	2,63	1,23	228	-	0,064
	Sim	3,03	1,29			
Hanseníase	Não	2,69	0,29	228	-	0,001
	Sim	3,72	1,29			
Transtorno Mental	Não	2,56	1,16	230	-	0,011
	Sim	3,02	1,32			
Diabetes	Não	2,71	0,89	229	-	0,784
	Sim	2,85	1,29			
Doença de Pele	Não	2,69	1,59	229	-	0,614
	Sim	2,80	1,21			
Pede dinheiro?	Não	2,60	1,22	227	-	0,005
	Sim	3,28	1,28			
Sofreu violência?	Não	2,13	1,28	231	-	0,006
	Sim	2,81	1,12			
Sofreu violência de outras pessoas em situação de rua	Não	2,70	1,22	210	-	0,177
	Sim	2,94	1,28			
Sofreu violência de seguranças particulares	Não	2,69	1,26	206	-	0,008
	Sim	3,20	1,11			
Sofreu violência da polícia	Não	2,58	1,26	212	-	0,010
	Sim	3,02	1,21			
Sofreu violência de pai/mãe/familiares	Não	2,79	1,28	211	-	0,734
	Sim	2,87	1,14			
Sofreu violência de outras pessoas	Não	2,66	1,26	209	-	0,017
	Sim	3,10	1,20			

Fonte: dados da pesquisa

Doenças como HIV, DST, Pneumonia e Hanseníase também aparecem como atributo estigmatizante, na medida em que participantes que relataram já ter contraído uma dessas doenças apresentam maior média de discriminação em relação aos demais participantes (Tabela 24). Segundo Antunes, Rosa e Brêtas (2016), as pessoas em situação de rua sofrem tanto o estigma de sua condição de vida, como também das doenças a que estão expostas. Ademais, na pesquisa desses autores, há relatos que indicam que a discriminação devido às doenças podem ser mais intensas do que pelo fato de estarem em situação de rua, chegando a produzir sofrimentos psíquicos e riscos de suicídio. No caso da hanseníase, doença historicamente estigmatizada desde a época dos leprosários, “a desinformação perpetua o seu

caráter estigmatizante” (ANTUNES; ROSA; BRÊTAS, 2016, p. 5). Por conseguinte, se por um lado a condição de pobreza característica das pessoas em situação de rua aprofunda a vulnerabilidade a doenças como DST, hanseníase, tuberculose e pneumonia (HINO; SANTOS; ROSA, 2018), por outro lado, o diagnóstico de uma doença aprofunda a pobreza multidimensional na medida em que intensifica as práticas de discriminação.

No caso da pessoa com HIV, chama atenção a altíssima média de discriminação ($M=4,11$; $DP = 1,27$). Na análise qualitativa, o relato de uma participante ilustra esse dado, na medida em que ela revelou que a descoberta do diagnóstico de HIV, que ocorreu antes da ida para as ruas, desencadeou uma série de eventos, desde preconceito e discriminação por parte de amigos e familiares, consumo de drogas até a chegada à situação de rua:

É... tá com dez anos, mais ou menos, porque eu descobri que eu tenho AIDS... descobri que eu tenho AIDS e... quando eu descobri, eu fiquei altamente louca. É... minha família ficou diferente, as pessoas que... que... que sabiam que eu tinha a doença, se afastaram de mim, entendeu? É... acharam que poderiam pegar a doença. Aí foi onde eu entrei na adicção. Não me prostituía, mas passava... passei a traficar. Fui ser aviãozinho. Aí vim parar na rua. Perdi tudo que eu tinha com as drogas, com a minha... a minha mente achando que o mundo ia acabar e as pessoas... é... não ia querer tá perto de mim [...]
(Clara)

Nesse relato, é evidente o estigma da AIDS, o qual contribuiu para o abandono familiar e, conseqüentemente, para o processo de entrada na situação de rua. Apesar de ser atribuída à família a responsabilidade de cuidar e apoiar familiares doentes, o mais comum é que o estigma e a discriminação contra pessoas com HIV e AIDS ocorra dentro dos seus próprios lares (PARKER; AGGLETON, 2001).

Nesse sentido, a pessoa com diagnóstico de HIV carrega o estigma de moralmente sujo, sofrendo um efeito simbólico caracterizado por restrições sociais, de modo que o estigma da AIDS implica em desrespeito e perda de honra que pode levar também à negação do amor (LEITE, 2006). Ademais, Clara sofreu o que Parker e Aggleton (2001) consideram como um círculo vicioso, quando as pessoas estigmatizadas em função do HIV experimentam uma intensificação da vulnerabilidade, que resulta, por sua vez, em maior marginalização (PARKER; AGGLETON, 2001). Garcia (2013, p. 1015) também se refere ao círculo vicioso, no entanto se referindo especificamente à descoberta do HIV pela pessoa em situação de rua: “[...] a situação de rua aparece como direta ou indiretamente responsável pela infecção e o aparecimento da doença, ao mesmo tempo em que o impacto emocional desta descoberta aparece como fator predisponente a se continuar em situação de rua [...]”.

As pessoas em situação de rua, portanto, são ainda mais vulneráveis e tem maior prevalência à infecção por HIV do que a população geral, no entanto não se trata apenas de vulnerabilidade física, mas também a vulnerabilidade a desrespeitos e violações de direitos humanos (GARCIA, 2013). Assim, a alta média de percepção de discriminação por parte dos participantes que possuem HIV demonstra a força da sobreposição do estigma da aids e o da pessoa em situação de rua, aumentando o risco de sofrer discriminação e violência.

O teste T também demonstrou maiores médias de discriminação para os participantes que pedem dinheiro (Tabela 24), dado coerente com as reflexões de Tiengo (2020), que compreende o ato de pedir dinheiro como estando relacionado à vergonha e ao desprezo, de modo que, considerando a idealização do trabalho associado à dignidade na sociedade capitalista, as pessoas que pedem dinheiro na rua estão mais expostas a serem tratadas como “vagabundos”. Muitos dos que praticam essa atividade, considerada indigna, sentem-se envergonhados e também aflitos por não conseguir emprego, entendendo que, para recuperar a humanidade perdida, é preciso se inserir no mercado de trabalho (TENGO, 2020).

A Tabela 24 também apresenta os dados referentes à relação entre discriminação e violência, de modo que os participantes que afirmaram ter sofrido violência tiveram maiores médias de discriminação cotidiana. Esses dados corroboram as análises de Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), que delimitam a violência como uma das consequências do processo de discriminação social. A violência, juntamente com a discriminação, tem consequências para o corpo e para a percepção de mundo e de si mesmo, gerando medo e insegurança, de modo que a pessoa em situação de rua “[...] permanece em um estado constante de alerta e tensão” (PIMENTA, 2019, p. 102).

Com a finalidade de analisar a relação entre discriminação e outras variáveis, realizamos testes de correlação de Pearson, que encontrou relação positiva e significativa entre a média de discriminação e a vergonha ($r= 0,353$, $p< 0,05$) e a humilhação ($r= 0,492$, $p< 0,05$) e correção inversa entre a média de discriminação e a percepção de liberdade ($r= -0,186$, $p< 0,05$) e o sentimento de felicidade ($r= -0,128$, $p< 0,05$). Assim sendo, quanto maior a percepção de discriminação, menor a sensação de felicidade e de liberdade, de sorte que o sofrimento psicossocial é uma clara implicação da discriminação.

Além disso, também encontramos correlação positiva entre a média de percepção discriminação cotidiana e a discriminação em serviço público, de modo que quanto mais frequente a discriminação em algum serviço público maior a percepção de discriminação cotidiana. Juntamente com a violência policial, essa forma de discriminação se caracteriza como violência simbólica, demarcando uma intensa violação de direitos humanos, na medida em que

restringe o acesso às políticas públicas. Destarte, a discriminação cometida por funcionários de serviços públicos funciona com uma importante barreira de acesso, inclusive há estudos que mostram pior situação de saúde para indivíduos vítimas de discriminação em serviços de saúde (SKOSIREVA, et al., 2014).

O teste de correlação de Pearson também encontrou correlações estatisticamente significativa e positiva entre a média de discriminação e a humilhação em todos os lugares, corroborando a ideia de que a humilhação é uma consequência dos processos discriminatórios. No entanto, as correlações mais fortes foram em relação à humilhação na rua ($r= 0,559$, $p< 0,05$), no comércio ($r= 0,557$ $p< 0,05$), no local de trabalho ($r= 0,363$, $p< 0,05$) e no posto de saúde ($r= 0,351$, $p< 0,05$). Essa última correlação pode explicar a maior média de discriminação entre as pessoas que afirmaram ter contraído doenças como HIV, outras DST, pneumonia e hanseníase, que geralmente acabam precisando mais de atendimento no serviço de saúde.

A análise da relação entre discriminação e a variável sexo não retornou diferença significativa, o que não quer dizer que homens e mulheres sofram discriminação na mesma intensidade. Provavelmente, tendo em vista a pouca quantidade de mulheres que responderam ao questionário ($N=26$, 11%), o instrumento pode não ter captado as diferenças de gênero. Para Sarmiento (2017), a menor quantidade de mulheres em situação de rua deve-se ao fato de que, para elas, a rua é a última alternativa, depois de esgotadas várias outras possibilidades como casas de parentes, amigos ou conhecidos.

As análises qualitativas encontraram indícios de mais intensa opressão nas mulheres. Nesse sentido, além da maior vulnerabilidade a várias outras formas de violência, o preconceito e discriminação de gênero se revela na representação da mulher em situação de rua como vadia, vagabunda ou prostituta.

Quando as mulheres estão em situação de rua, geralmente dizem que é porque é prostituta, é vagabunda e que num quer nada com a vida, cansei de escutar esse comentário relacionado à mulheres, então é muito complicado negros e mulheres que tão em situação de rua hoje em dia (Machado)

No relato de Eva, é possível perceber a objetificação do corpo da mulher em situação de rua. Ela afirma deixou de fazer programas, para fugir do estigma de prostituta, e foi ser catadora de material reciclável, mas permaneceu com o estigma de situação de rua, catadora e prostituta.

[...] fui trabalhar lá perto da da universal, quando eu tava com cachorro quente, aí eu fui com meu carrim, passei, passei 1 semana lá, trabalhando lá, aí começou os home lá, me chamar, bora fazer programa, bora sair mais eu, em frente da universal, tinha hora que eu não aguentava sem mentira nenhuma, tinha hora que aí meu deus do céu, que eu chorava [...] depois

chegou mais um depois chegou mais outro, uma vez meu marido tava junto, aí eu, ô Ari, eu acho que eu num venho mais trabalhar não, fui pra casa, fiquei tão triste, aí eu vim pra casa né, porque eu só queria trabalhar, só queria trabalhar, eu gostaria muito que me deixassem em paz, porque, as vez eu saio na rua fica correno bora bora fazer um programa, teve um que vei querer tipo bater em mim, eu não queria sair, entendeu (Eva)

eu passei ali a menina falou assim, olha a Eva, tá ficando é doida a Eva aí ó catando latinha, aí eu peguei e falei assim mulher eu prefiro catar latinha do que tá aqui ó igual tu aí ó, tá fazeno programa aí tá passa o dia todim em pé pra ganhar mixaria, prefiro catar, catar latinha, viu (Eva)

Para comparar as diferenças na média de Discriminação Cotidiana em função da raça, realizamos a ANOVA e não encontramos diferença significativa, de modo que os participantes da amostra que se identificaram como brancos não apresentaram média de DC diferente dos que se identificaram como pretos ou pardos ($F(4, 229) = 1,039, p < 0,388$). É possível que o fato de estar em situação de rua, por ser um atributo intensamente estigmatizado, acabe invisibilizando o fator raça e gênero. A esse respeito, os resultados da pesquisa de Skosireva et al (2014) demonstraram que a discriminação é percebida mais em função do fato de estar em situação de rua ou de possuir transtorno mental do que em função de raça e/ou gênero, ou seja, a condição de estar em situação de rua é uma forma de opressão que leva a uma percepção de discriminação maior do que raça (SKOSIREVA, et al., 2014). Esses autores afirmam que, apesar de ser mais comum estudos sobre discriminação de raça e gênero, a discriminação contra outros grupos marginalizados, como pessoas em situação de rua, indivíduos em condição de pobreza, usuários de substâncias psicoativas e pessoas com transtorno mental podem ter efeitos tão danosos quanto a discriminação de raça e gênero.

Viver em situação de rua implica numa condição que predispõe ao sofrimento de discriminação social (BARATA et al., 2015). Em pesquisa realizada com 251 adultos em situação de rua, esses autores encontram alta percepção de discriminação, sendo que o principal motivo apontado é o fato de estar em situação de rua, sobrepondo-se a ela outras formas de discriminação, como a racial e a referente à orientação sexual.

No entanto, se a amostra geral incluída nas análises quantitativas não conseguiu captar a discriminação racial, a divisão de grupos por gênero demonstrou diferenças na média de discriminação. Nesse aspecto, a estigmatização em função da raça está presente na população em situação de rua, pois, ao considerar somente os participantes homens, foi possível encontrar diferenças significativas de percepção de discriminação cotidiana na comparação entre o homem branco e o homem negro em situação de rua. O teste T de Student ($t(228) = -2,215; p > 0,05$) indicou diferença estatisticamente significativa, demonstrando maior média de

discriminação social em homens negros (M=3,02; DP= 1,36) em comparação aos homens brancos (M=2,42; DP= 1,26). Isso demonstra que, ainda que o estigma da situação de rua pareça mais visível, a discriminação racial também deve ser considerada como uma forma mais intensa de opressão. Pertencer a mais de um grupo oprimido, como é o caso das mulheres negras em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas, implica em efeitos ainda mais devastadores em termos de discriminação (SKOSIREVA, et al., 2014).

A análise qualitativa aponta que a discriminação ocorre devido à situação de rua, entretanto, nesse grupo, há os que são mais vulneráveis e sofrem mais discriminação, como o negro, o homossexual e a mulher. Nesse aspecto, a pessoa em situação de rua negra é mais criminalizada, representada como vagabundo ou “drogado”. O discurso de Machado elucidava as diversas opressões sofridas quando há vários marcadores:

É é por estar em situação de rua, mas quando você está em situação de rua, que você... é negro, é mais complicado, e quando você está em situação de rua que você é negro e que você, vamo supor, o cara é negro o cara é gay, é mais complicado, entendeu, é sempre mais complicado, sabe, eu costume dizer que assim, o cara, eu falo porque eu já vi, o cara tá em situação de rua mas o cara é branquinho, tem o olho claro o cabelinho loiro, ah o bichim deve ter brigado com a família, tá passando por uma fase, ah isso aí é rebeldia do bichim, cansei de de de ver comentário desse tipo, cara, sabe da pessoa, a gente, eu tava sentado num canto, a pessoa nem saber que eu tava nessa situação e ver um um um rapaz passando, que vive ou está em situação de rua, mas como o cara é branco, tem o olho claro, o cabelo mais claro, óbvio que não é culpa do cara porque o cara num pediu pra nascer assim, mas a pessoa olha pro cara a pessoa já tem o olhar de ah o bichim tá em situação de rua, deve ter brigado com a família, deve ter acontecido alguma coisa, deve tá com depressão, e quando o cara é negro, que passa, ó o cara, nam, o vagabundo, acontece isso, tem essa tem essa diferença até nisso aí existe essa diferença entre o branco e o preto quando você vê um morador de rua, quando a sociedade vê, porque tem esse pensamento, sabe, de achar que o cara que é branquinho tá ali porque o cara tá passando por uma fase, tá com depressão, algo do tipo, sabe, e o cara que já é negro, já tem uma aparência mais mais mais rústica já diz logo já imagina logo que o cara tá naquela situação porque é vagabundo, porque o cara já roubou, que o cara matou, que o cara é drogado, infelizmente até nisso aí tem esse diferencial. (Machado)

Considerando a perspectiva de Goffman (1988), para quem o estigma consiste numa marca (ou atributo) individual que conecta o indivíduo a uma característica estereotipada, resultando num reconhecimento depreciativo, a questão que se coloca é quais são especificamente as características das pessoas em situação de rua que as tornam alvo da estigmatização. A resposta a essa questão implica, primeiramente, considerar a discriminação como um importante componente do estigma (LINK; PHELAN, 2011), ultrapassando,

portanto, a relação imediata entre duas pessoas, na medida em que se insere na estrutura social, política e econômica injusta e desigual. Nesse sentido, Link e Phelan (2001) preferem usar a expressão rótulo ao invés de atributo, marca ou condição, pois as diferenças humanas são culturais e socialmente selecionadas, de modo que não se trata de meramente um atributo que um indivíduo possui, e sim de um produto social.

Dessa forma, morar na rua é uma característica estereotipada à qual se associam diversos outros estigmas. Na concepção de estigma de Link e Phelan (2001), um rótulo pode ser associado a vários estereótipos, e essa conexão pode ser mais ou menos forte, de modo que alguns grupos são mais estigmatizados que outros. Nesse sentido, a combinação das análises estatísticas e qualitativas indica que o rótulo *pessoa em situação de rua* ou *morador de rua* se conecta a outros estereótipos, remetendo a atributos como raça, gênero, pobreza, criminoso, uso abusivo de drogas, orientação sexual, transtorno mental, HIV, hanseníase e outras doenças. O fato de estar em situação de rua por si só já implica numa significativa estigmatização, que se torna ainda mais forte quando combinada com outros atributos marcadores de opressão. Daí se explica a maior média de Discriminação Cotidiana de alguns participantes da amostra, tais como homens negros em comparação aos brancos, soropositivos, pessoas com transtorno mental, hanseníase e outros.

Para Mendes, Paiva e Ronzani (2019, p. 51), "[...] os processos de marginalização são mais complexos do que a ausência do lar, e dizem respeito a trajetórias marcadas por opressões e que resultam em quadros de vulnerabilidade". Para esses autores, portanto, há múltiplas formas de vulnerabilidades, tais como as de gênero, étnico-racial e discriminação, que estão relacionadas à gestão da pobreza no Brasil.

Tendo em vista o racismo estrutural no Brasil, que tem como um dos resultados a maior proporção de negros em situação de rua, é necessário considerar que a discriminação contra essas pessoas é também discriminação racial. Considerando que a estrutura da sociedade está fundada no privilégio dos sujeitos brancos, os grupos racializados estão claramente em desvantagem (KILOMBA, 2019). A maior proporção de pessoas pretas e pardas em situação de rua, em relação às pessoas brancas, é uma expressão do racismo estrutural. Nesse aspecto, considerando os participantes que responderam ao questionário, apenas 22,1% dos participantes se declararam brancos e 83,6% dos participantes se declararam preto ou pardo.

No entanto, enfatizar questões de raça sem levar em consideração o gênero e orientação sexual implica em invisibilizar, por exemplo, experiências de mulheres negras e pessoas LGBTQIA+Q+ (KILOMBA, 2019). As experiências de opressão características das pessoas em situação de rua é atravessada pelo estigma de *morador de rua* e também pelo gênero,

raça, pobreza, orientação sexual e outros eixos de opressão. A interseccionalidade facilita a visualização sobre esses múltiplos aspectos da experiência (COLLINS; BILGE, 2020), contribuindo para pensar as diferentes maneiras pelas quais as pessoas em situação de rua vivenciam essas opressões e se posicionam no mundo.

É importante, portanto, reforçar que o estigma, o preconceito e a discriminação não dizem respeito meramente um processo psicológico individual, mas são resultados de relações de poder e seus consequentes processos ideológicos (PEREIRA; TORRES; ALMEIDA, 2013). A Escala de Discriminação Cotidiana é um instrumento importante na medida em que capta a percepção de discriminação, no entanto nem todas as situações de discriminações são necessariamente percebidas pelas pessoas em situação de rua. Mendes (2019), por exemplo, encontrou relatos de uma pessoa em situação que, a princípio, afirmou nunca ter sofrido discriminação, no entanto, ao longo de sua narrativa, trouxe vários exemplos de discriminação, como, por exemplo, a recusa de um pedido de água ou comida ou a invisibilidade relatada no fato de não ser visto por transeuntes. Dessa maneira, a discriminação real pode ser ainda mais intensa do que revela os dados obtidos a partir da Escala de Discriminação Cotidiana.

Não obstante as ações discriminatórias contra indivíduos em situação de rua, que ocorrem em diferentes locais, não podemos considerar apenas a dimensão individual da discriminação, tendo em vista que, enquanto prática de opressão inscrita nas relações de dominação, a discriminação é estrutural e, portanto, reforçada pelas instituições. A partir de Almeida (2020), compreendemos que a discriminação, por ser estrutural, é também um processo histórico e político, sendo impossível desconectar as relações de produção econômica e as práticas de discriminação, que ocorrem de maneira sistemática contra as populações oprimidas.

6 ENFRENTAMENTO DA POBREZA E DA SITUAÇÃO DE RUA

A pobreza tem sido representada na ciência, nos discursos políticos, na mídia e no senso comum a partir de aspectos negativos e depreciativos. Para Cerqueira (2009), a ciência e a sociedade assumiram o lugar de fala sobre a pobreza, sob registro de privações e carências. Em termos morais, por exemplo, a docilidade do pobre é elemento para defini-lo como o pobre bom. Nesse sentido, “[...] o pobre dócil é aquele que consome pouco, é trabalhador, está inserido em algum arranjo ou dinâmica familiar, pode ser ou não eleitor, pois sua mera figuração existencial produz dividendos políticos” (CERQUEIRA, 2009, p. 197). Dessa forma, em diferentes períodos históricos, os códigos morais, traduzidos nos discursos sociais e acadêmicos, enfatizam o pobre como sujo, degradado, preguiçoso, repugnante e perigoso. Emergiram também, nas ciências sociais, análises que compreenderam o pobre como sem consciência de classe ou como destituídos dos direitos de cidadania (SARTI, 1994).

No entanto, nem sempre os aspectos negativos são os únicos que aparecem nas representações sobre a pobreza. Pardo Abril (2008), por exemplo, destaca a longa história do conceito de pobreza, referindo-se à origem das primeiras representações ocidentais na cultura antiga da Grécia. Na mitologia grega, *Penia* era a pobreza, sendo rejeitada e marginalizada por todos. Já *Poros* era a representação da abundância, da riqueza. Conta a mitologia que *Penia* estava mendigando no jardim de *Zeus* quando, ao encontrar *Poros* embriagado, resolveu procriar um filho com ele. Dessa forma, da união entre pobreza e abundância, nasceu *Eros*, que do pai herdou a ambição, a abundância, a aspiração para o belo e para a sabedoria; e da mãe herdou a mendicância, não tinha domicílio, andava descalço e dormia na rua. *Eros* é, ao mesmo tempo, viril, astuto, cheio de recursos, mas também pobre, rude e esqualido.

Para Pardo Abril (2008), esse mito corresponde a uma representação da pobreza como carência e potencialidade. As privações levariam ao desejo de ter, de preencher a falta. O próprio enredo que leva a procriação de *Eros* coloca *Penia*, a pobreza, como sujeito, que leva a frente um projeto de gerar um filho, enquanto *Poros* aparece como aquele que não tem controle, passivo, embriagado (PARDO ABRIL, 2008). Assim, apesar da caracterização negativa da pobreza na aparência física e marginal, há também uma representação positiva que implica, por exemplo, na capacidade de desejar e de realizar ações de modo a suprir as carências.

Problematizamos, dessa forma, a pobreza como mera privação, chamando atenção para os potenciais, a criatividade, as capacidades e a busca por fugir de concepções morais que buscam definir o que é ser pobre ou como o pobre deve viver. É importante sublinhar, aqui, que ressaltar os potenciais das pessoas pobres não significa romantizar a pobreza. A pobreza implica

numa situação de privações, desumanização e injustiça, sendo resultado de uma lógica capitalista desigual. No entanto, as pessoas atingidas por essa condição não podem ser vistos como incapazes, sobe pena de reforçar a estigmatização da pobreza. Nesse sentido, Cerqueira (2010) ressalta a potência de vida e o teor político do que significa ser pobre. Criticando a moral que se traduz numa hierarquia de valores que confina o pobre na incapacidade, no desamparo e na privação, ela analisa três personagens da arte considerados pobres, mas que traduzem formas de vida livres, criativas e resistentes, de maneira a se colocar como um sujeito ético-político ousado e capaz de estabelecer novos modos de vida (CERQUEIRA, 2010). Carlitos (personagem de Charles Chaplin), Macabéia (Clarice Lispector) e Gabriela (Jorge Amado) são personagens surgidos em contextos e épocas diferentes, que vivem numa vida marcada pela privação e escassez, mas que, no entanto, demonstram criatividade, força e capacidade de enfrentamento às formas de dominação, seja pela desobediência às obrigações socialmente instituídas, pela recusa aos padrões e forças civilizatórios ou pela busca de viver os prazeres da vida.

Sendo assim, apesar da necessidade de compreender as privações das pessoas em situação de pobreza e as implicações para a subjetividade, cabe um olhar atento para os potenciais, as capacidades de criar, de resistir e de lutar por melhores condições de vida. No caso das pessoas em situação de rua, também são comuns discursos que enfatizam as carências, privações e destituição de direitos, além de representações que os definem como criminosos, perigosos, vagabundos, sujos, indesejáveis, desagradáveis, louco ou coitadinho (MATTOS; FERREIRA, 2004; RESENDE, 2015). No entanto, há movimentos na academia, sociedade civil e dentro dos grupos em situação de rua, que buscam ressaltar as ações criadoras e os potenciais dessas pessoas. Uma questão inicial seria que, em que pese as rupturas de vínculos sociais que caracterizam a situação de rua, também são construídas novas redes de solidariedades e de apoio social. Essa é a conclusão do estudo de Silva (2010), que problematiza as representações depreciativas ao se referir ao caráter inventivo das pessoas em situação de rua. Dessa forma, são destacados elementos que sublinham riqueza e capacidades, com liberdade, resistência, força e criatividade.

Kunz (2012) destaca a solidariedade, a generosidade e a união das pessoas em situação de rua para defender um ao outro contra inimigos comuns, que pode ser a polícia ou um traficante:

É preciso muita dignidade e solidariedade para viver as adversidades com as quais lidam cotidianamente. Independente da condição de miséria em que se encontram, estes sujeitos não se importam em dividir o pouco que lhes resta,

carregando no corpo a casa e as marcas que expressam os modos de vida que tecem nas ruas (KUNZ, 2012, p. 127).

Além dos potenciais, práticas e rede de relações construídas nas ruas, também há análises que colocam as pessoas em situação de rua como agentes políticos que resistem à ordem social. Nesse sentido, Schuch e Gehlen (2012) entendem que o modo de vida das pessoas em situação de rua, especificamente aquelas que moram permanentemente nas ruas, pode traduzir resistência ao agenciamento político ou a formas de captura institucional que marca a sociedade e o Estado, além de estabelecer certas práticas autônomas em relação aos processos de normatização social. Para esses autores, “tais sujeitos são agentes reflexivos, que não apenas se subordinam aos cenários sociopolíticos e culturais que habitam, mas também produzem relações, práticas e modos de existência nesse espaço social, simbólico e ambíguo da rua” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 22). É, portanto, uma resistência ou recusa ao projeto hegemônico da sociedade, que produz desumanização de pessoas em situação de pobreza e situação de rua.

Pizzato (2012) também problematiza a visão de pessoas em situação de rua como coitadinhas, referindo-se ao protagonismo dessa população, por exemplo, na realização do I Encontro Nacional Sobre a População em Situação de Rua, em 2015. A motivação para a organização coletiva das pessoas em situação de rua surgiu a partir de um massacre de sete moradores de rua em 2004, em São Paulo. Dessa forma, o processo de enfrentamento se constituiu a partir de uma organização coletiva para lutar contra o preconceito e discriminação por parte tanto do Estado como da sociedade.

De maneira mais concreta, além da construção de diferentes códigos de ocupação do espaço urbano, de relações sociais e de acordos de convivência nas ruas, também merecem ênfase as ações políticas das pessoas em situação de rua sob a forma de movimentos sociais. A esse respeito, Santana e Castelar (2014) utilizam a expressão enfrentamento de uma maneira ampla, referindo-se à necessidade de a população em situação de rua desenvolver estratégias de enfrentamento mediante diálogo com diferentes organizações e movimentos sociais e participação ativa nas políticas e serviços direcionados à problemática da situação de rua.

No entanto, Santana e Castelar (2014) lembram que, apesar de uma certa liberdade nas ruas, por não haver certas cobranças e responsabilidades, as pessoas em situação de rua devem se submeter a acordos coletivos de convivência nas ruas. Implica, portanto, na luta coletiva por direitos e cidadania, ou seja, os direitos sociais garantidos pela constituição, incluindo trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência e assistência. A participação e a

organização população em situação de rua existem, mas ainda é lenta, sendo um importante desafio (SANTANA; CASTELAR, 2014).

Nas nossas análises do enfrentamento da população em situação de rua, nos basearemos, principalmente, nas perspectivas críticas trazidas pela Psicologia da Libertação (MARTIN-BARÓ, 2011a), pela Filosofia da Libertação (1977) e Pedagogia da Libertação (FREIRE, 2018a). Essas concepções permitem entender o enfrentamento considerando não somente as práticas individuais, mas as ações que buscam promover transformações sociais necessárias no contexto de pobreza, desigualdade e discriminações. No entanto, para compreender de maneira mais completa o conceito de enfrentamento, é necessário fazer discussão abrangente, de modo a apresentar diferentes concepções.

6.1 Sobre o conceito de enfrentamento

Usamos a expressão enfrentamento para nos referirmos às práticas individuais e coletivas, voltadas para lidar tanto com as condições de pobreza como também para transformá-la. Consideramos esse conceito mais pertinente do que as ideias de erradicação e combate à pobreza, tendo em vista que esses termos parecem reforçar a passividade da população pobre, na medida em que a erradicação e o combate provêm de ações do Estado, de organizações internacionais ou de grandes corporações empresariais, os quais geralmente sugerem ou definem ações sem nenhuma participação de pessoas que vivem concretamente em condições de pobreza.

É importante, no entanto, deixar claro o que chamamos de enfrentamento à pobreza ou à situação de rua, pois se trata de um conceito polissêmico, ora limitando-se a ações meramente adaptativas dos indivíduos diante de condições de vida adversas, ora abordando as estratégias, também individuais, de mudar as fontes que provocam o problema ou, ainda, as práticas coletivas de luta, resistência e de transformação social.

A maior parte dos estudos que abordam a categoria enfrentamento ou não apresentam uma conceitualização do termo ou utilizam a tradição de estudos norte-americanos mediante o uso da expressão inglesa *coping*, principalmente com referência ao conceito desenvolvido na década de 1980 por Lazarus e Folkman (1984). Esses autores propõem a superação das concepções tradicionais de enfrentamento que datavam das décadas de 1940 e 1950, quando se distinguiam dois modelos: um oriundo dos estudos de experimentação animal e outro desenvolvido pela psicologia psicanalítica do ego, uma abordagem norte-americana da psicanálise. A partir do primeiro modelo, enfrentamento refere-se a respostas comportamentais dos animais no sentido de controlar um estímulo aversivo, de modo a anular uma condição

nociva ou perigosa. Trata-se de um modelo simplista, na medida em que se limita a comportamentos de evitação e fuga, insuficiente para servir como modelo de compreensão do ser humano. Já o segundo compreendia a noção de enfrentamento como respostas cognitivas e comportamentais, enfatizando traços ou estilos de personalidade que facilitam o manejo e a resolução dos problemas. Ambos eram modelos excessivamente individualistas, tendo em vista que desconsideravam aspectos sociais e culturais, e positivistas, na medida em que buscavam entender os traços cognitivos e comportamentais a fim de prever respostas futuras diante de situações estressantes, desconsiderando os processos de mudança e a complexidade da realidade social e subjetiva.

Para Lazarus e Folkman (1984), as abordagens que eles chamam de tradicionais não conseguem dar conta da complexidade e diversidade dos esforços e ações concretas de enfrentamento, tendo em vista que além de avaliar traços ou estilos de enfrentamento como se fossem imutáveis, não consideram a grande quantidade de dimensões e diversidade de processos de enfrentamento para lidar com a vida real. Dessa forma, eles propõem uma concepção de enfrentamento orientada para o processo, e não para traços, e entendido como um conjunto de esforços cognitivos e comportamentais voltado para o gerenciamento de demandas ou de problemas mais complexos do que os recursos disponíveis. A expressão gerenciamento significa que os esforços empreendidos não necessariamente irão resolver o problema, podendo minimizá-lo ou amenizar os impactos para o sujeito.

As duas formas de enfrentamento discutidas por Lazarus e Folkman (1984) implicam na busca por modificar ou administrar o problema ou adversidade ou no esforço para manejar o que eles chamam de respostas emocionais. Trata-se, no primeiro caso, enfrentamento focado no problema, que direciona estratégias e ações para modificar o contexto causador do problema, podendo gerar, também, mudanças internas como, por exemplo, a aquisição de informações e o aprendizado de novas habilidades e procedimentos. Já o segundo caso refere-se ao enfrentamento focado na emoção, que consiste em processos psicológicos voltados à diminuição do sofrimento causado pela situação adversa. Carlotto et al. (2018) sugerem que a prática de esportes e conversar com alguém sobre os problemas são exemplos de estratégias de enfrentamento focadas na emoção. Essas duas formas de enfrentamento geralmente ocorrem juntos, no entanto quando o sujeito avalia que não é possível modificar o ambiente, a tendência é a ênfase em estratégias de enfrentamento focados na emoção.

Garcia (2007), em estudo sobre estratégias de enfrentamento de estresses utilizadas por pessoas em situação de pobreza, comparou grupos em condição de pobreza extrema, grupos considerados em situação de pobreza moderada com grupos não pobres. Apesar de ter

encontrado casos de estratégias focadas no problema e focadas na emoção em todos os grupos, foram encontradas diferenças significativas, tanto no que tange às situações de estresse como em relação ao tipo de ações de enfrentamento realizadas. No grupo extremamente pobre, são mais comuns situações de estresse econômico, referentes à dificuldade de atender às necessidades básicas. As estratégias de enfrentamento utilizadas são principalmente as focadas na emoção. Os grupos não pobres, cujos relatos de estresse envolvem principalmente situações familiares e de trabalho, utilizam predominantemente ações de enfrentamento focadas no problema, que Garcia (2007) define como estratégias diretas. Já os moderadamente pobres, que apresentam situações de estresse relacionadas a questões de saúde, utilizam igualmente estratégias focadas na emoção e no problema. Exemplo de ação de enfrentamento centrada na emoção utilizadas por pessoas em situação de pobreza são culpar aos outros ou a si mesmo, enquanto a busca de apoio foi citada como exemplo de ação centrada no problema (GARCIA, 2007). Vale ressaltar que todos os grupos estudados relataram sentir-se bem com as estratégias de enfrentamento utilizadas, mesmo quando o problema não tenha sido solucionado. Em estudo posterior, Folkman (2011) acrescentou outras categorias de enfrentamento, tais como o enfrentamento orientado para o futuro, que implicam em definição de metas e ações preventivas e o enfrentamento religioso/espiritual.

No caso das pessoas em situação de rua, também podem ser apontadas estratégias focadas na emoção e outras centradas no problema. O uso de álcool na rua, para Botti et al. (2010b), tem uma função socializadora, por permitir a inserção em grupos, além de amenizar o sofrimento característico da vida na rua. Análise semelhante é feita por Jabur et al. (2014), para quem o álcool, apesar de aprisionar nas ruas, parece ajudar a suportar solidão, frio, fome e medo. No entanto, a ambiguidade do uso de álcool e de outras drogas exige visualizar tanto o prazer, a inserção em grupos e anestesia da dor, como também o aprisionamento que o uso abusivo de drogas provoca, dificultando ainda mais a saída da situação de rua. Outra questão que evidencia a contradição do uso de substâncias psicoativas como enfrentamento é trazida por Cunha et al. (2017), quando colocam que se as interações se limitam ao comportamento beber ou consumir drogas, o vínculo pode ser facilmente rompido no caso de suspensão do consumo.

Há também ações realizadas por indivíduos para sobreviver na rua ou ainda luta por garantia de direitos. Exemplo desse modo de enfrentamento é o que Holanda (2019) chama de *se virar*. Em estudo etnográfico realizado no centro de Fortaleza-CE, Holanda (2019) refere-se a duas categorias relativas à vida na rua: o sistema da rua e a habilidade para se virar. O sistema da rua diz respeito ao modo em torno do qual a vida na rua se organiza, com suas limitações,

privações e dificuldades em geral. A cultura estabelecida na rua, as regras de convivência e a violência estão entre os aspectos do sistema da rua. Já o se virar refere-se às práticas individuais criativas para lidar com o sistema da rua, que exige habilidades para não ser capturado por esse sistema e para evitar sofrimento. Manguear, encontrar pontos de doação de roupas e comida, cozinhar, encontrar materiais necessários para dormir na rua e construir rede de relações para satisfação das necessidades básicas são ações que caracterizam o se virar. Refere-se, portanto, a uma forma individual de ações de enfrentamento focadas no problema, que permitem a sobrevivência e a satisfação de algumas necessidades, além de manejar ou reduzir o sofrimento na rua.

Outro aspecto pertinente para compreender o conceito de enfrentamento é a disponibilidade de recursos internos e externos. Lázarus e Folkman (1984) compreendem recurso como sendo algo que está prontamente disponível, como dinheiro, ferramentas e pessoas para ajudar, que são recursos externos, e também habilidades, inteligência e engenhosidade, que seriam os recursos internos. O enfrentamento seria, portanto, um processo que se desenrola a partir do uso de recursos a fim de agir para lidar com situações adversas e/ou estressoras.

Ainda de acordo com essa perspectiva, os autores colocam seis categorias de recursos que podem facilitar o enfrentamento: saúde e energia, visão positiva, habilidades de resolução de problemas, habilidades sociais, suporte social e recursos materiais (LÁZARUS; FOLKMAN, 1984). Dessa forma, uma pessoa que se apresenta debilitada, cansada, fragilizada, ou com algum problema de saúde, tem menos energia para realizar ações de enfrentamento do que pessoas com boa saúde. A visão positiva compreende tanto a crença em si mesmo, ou seja, na sua própria capacidade de lidar com as situações, como também acreditar que é possível controlar a realidade e obter resultados positivos. Por outro lado, a crença num Deus punitivo ou num destino imutável pode desencorajar a realização de ações de enfrentamento. Quanto à habilidade de resolver problemas, implica na capacidade de analisar a situação de maneira completa, identificar corretamente o problema e visualizar alternativas de ação e implementar um planejamento para solucionar a questão. Já as habilidades sociais dizem respeito à capacidade de se comunicar adequadamente e estabelecer relações com os outros de forma eficiente e apropriada, facilitando a busca por apoio social e pela cooperação na implementação de ações de enfrentamento. Ter pessoas disponíveis que possam oferecer suporte social em momentos de necessidade também é um importante recurso de enfrentamento. Por fim, os recursos materiais, como dinheiro, bens e serviços facilitam as ações de enfrentamento no

sentido de permitir o acesso mais rápido à assistência do tipo educacional, jurídico, médico e outros.

A abordagem de Lázaro e Folkman (1984) sobre enfrentamento tem sido até hoje citada em estudos que abordam diferentes problemáticas, tais como violência, luto, estresse ocupacional e enfermidades. São destacados alguns pontos fortes dessa abordagem que incluem, em primeiro lugar, o aspecto relacionado à avaliação subjetiva do problema, que tem a ver com a forma como o indivíduo percebe o problema a ser enfrentado e, em segundo lugar, a fluidez do processo de enfrentamento, que muda conforme a relação pessoa-ambiente (SHARPE, 2015).

No entanto também, Lázaro e Folkman (1984), ainda que abordem a ação em colaboração com outros indivíduos ou a busca como suporte social, enquanto ação de enfrentamento, parecem estar presos a uma lógica individualista, pois não consideram diretamente o contexto social e cultural como parte do processo de determinação de condições adversas e/ou estressoras e dos modos de enfrentamento. A perspectiva trazida por Sharpe (2015) parece ser mais pertinente, tendo em vista que, ao abordar o enfrentamento de afro-americanos diante de homicídios de familiares, destaca a importância das crenças culturais e da estrutura social na medida em que influenciam a percepção individual e o uso de recursos psicossociais. Refere-se, por exemplo, aos impactos da memória coletiva da escravidão e dos abusos sofridos pelos ancestrais na constituição da identidade e de sua forma de perceber e agir no mundo. Dessa forma, os modos de enfrentamento dos afroamericanos implicam na tradição espiritual e holística de cura, além de valores como comunalismo, interdependência e confiança na família ampliada. Além disso, para pensar essas estratégias de enfrentamento, não se pode deixar de fora o contexto histórico e a tradição de resistência e enfrentamento à opressão e discriminação sofrida pelos afroamericanos (SHARPE, 2015). Outro aspecto que deriva desse contexto histórico diz respeito às experiências históricas de sofrimento coletivo que contribuem hoje para a rede de relações solidárias e de apoios sociais informais oferecidos tanto por familiares como também por amigos.

6.2 A Abordagem das Capacitações e o Enfrentamento da Pobreza

A perspectiva multidimensional da pobreza conforme Sen (2000) traz a noção de liberdade e capacidades, as quais podem nos ajudar a delimitar o que entendemos por enfrentamento. Se a pobreza é considerada privação de liberdade, então o enfrentamento à pobreza demanda meios para suprir essas privações, ou seja, encontrar recursos para fomentar

liberdades dos indivíduos. Sen (2001) compreende a liberdade como processos e oportunidades reais para atingir objetivos ou realizações pretendidas e valorizadas pelos indivíduos. Um exemplo de um processo inadequado para exercer a liberdade seria a violação de direitos políticos e civis, tais como o voto; enquanto o exemplo de oportunidade seria a capacidade de escapar da morte prematura (SEN, 2000).

Nessa perspectiva, a liberdade seria o principal meio para lidar com os problemas relacionados à pobreza e sua manutenção. A proposta é articular liberdade individual com comprometimento social, ou seja, para Sen (2000), é possível eliminar as fontes de privação de liberdade, como pobreza, tirania, intolerância, falta de acesso a bens e serviços públicos, etc, no entanto, a liberdade somente será possível se houver certas disposições sociais, como direitos civis, educação, saúde, liberdade política, etc.

Já com relação às capacidades, trata-se de uma expressão oriunda do termo em inglês “*capabilities*”, traduzido também como capacitações, para se referir a diferentes disponibilidades e combinações de “funcionamentos”. A capacidade de realizações constitui também oportunidade para procurar atingir objetivos. Para Sen (2001), o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas só é possível mediante o enfrentamento das desigualdades em termos de capacidades. Ou seja, só existirá de fato igualdade de oportunidades se houver também igualdade de capacidades. Da mesma maneira, deve-se considerar não somente a importância da liberdade, mas também a relevância da igualdade de liberdades, a qual deverá ser disponibilizada por políticas sociais. Sen (2001) se distancia de abordagens utilitaristas, tendo em vista que abre espaço para analisar várias formas de enriquecimento e de empobrecimento da vida, para além de um mero utilitarismo. Nesse sentido, a renda real, bem como os bens primários, não são necessariamente suficientes para atingir bem-estar.

Dessa forma, a pobreza vista como privação de capacidades implica considerar que, além da renda, há outras questões que influenciam as capacidades e liberdades dos indivíduos. A renda continua sendo considerada como um importante recurso, na medida em que pode ser um instrumento para atingir capacidades, no entanto, por outro lado, o fortalecimento de capacidades para viver a vida, como por exemplo, educação e serviços de saúde de qualidade, também podem fazer com que a pessoa desenvolva potenciais para gerar mais renda e assim enfrentar a pobreza. Isso significa que grupos com maiores rendas não necessariamente possuem maiores capacidades (SEN, 2000).

Para destacar a importância de outros elementos além da renda, Sen (2000) compara a mortalidade de afroamericanos (com maior renda) com chineses (com menor renda). Os homens afroamericanos vivem menos do que os chineses; enquanto as mulheres têm estatísticas

semelhantes nas duas localidades. Ou seja, o “potencial para sobreviver até idades mais avançadas” (SEN, 2000, p., 37) depende não somente da renda, mas também de redes de apoio social¹², como acesso à saúde, educação, segurança pública etc.

Podemos perceber, no entanto, que considerar privações características da pobreza não quer dizer que o fator renda deva ser minimizado, pois se por um lado expandir capacidades implica na expansão de rendas e de produtividade, por outro lado é necessário também atentar para a conversão da renda em capacidade. Nesse sentido, para Sen (2000, p. 110 e 111)

pode haver um “acoplamento” de desvantagens entre (1) privação de renda e (2) adversidade na conversão de renda em funcionamentos. Desvantagens como a idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Mas também tornam mais difícil converter renda em capacidade, já que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma pode necessitar de mais renda (para assistência, prótese, tratamento) para obter os mesmos funcionamentos (mesmo quando essa realização é de algum modo possível). Isso implica que a “pobreza real” (no que se refere à privação de capacidades) pode ser, em um sentido significativo, mais intensa do que pode parecer no espaço da renda. Essa pode ser uma preocupação crucial na avaliação da ação pública de assistência aos idosos e outros grupos com dificuldades de “conversão adicionais à baixa renda)

Nesse sentido, a abordagem das capacitações enfatiza a capacidade do ser humano para realizar funcionamentos. De uma forma mais abrangente, isso significa a liberdade de atingir objetivos que as pessoas consideram importantes para as suas vidas (SEN, 2001). A noção de capacidade, portanto, é compreendida como liberdade para realizar funcionamentos. Estes, por sua vez, constituem o conjunto de coisas que as pessoas podem ser ou fazer¹³, desde coisas mais básicas, tais como estar bem nutrido, gozar de boa saúde e estar livre de riscos de contrair doenças evitáveis ou de morrer precocemente, até às mais complexas, como autorrespeito e boa convivência na comunidade. Ou seja, os funcionamentos constituem o que a pessoa é e o que ela faz (SEN, 2001). São ilimitados, de modo que se pode analisar tanto países ricos e pobres, bem como pessoas ricas e pobres, e, segundo Alkire e Deneulin (2009), se referem a diversas dimensões da vida humana, incluindo saúde, trabalho, sobrevivência, educação, auto-expressão e cultura. Dessa forma, são também exemplos de funcionamentos tocar um instrumento musical, ter boa reputação e um círculo de amigos próximos (ALKIRE; DENEULIN, 2009)

Rego e Pinzani (2013), ao partirem de um referencial normativo baseado na autonomia e na cidadania, trazem uma compreensão importante acerca dos funcionamentos das

¹² Chamado por ele de “ordenamentos sociais e comunitários”

¹³ a expressão em inglês é “*beings and doings*”

peessoas, destacando alguns exemplos desses, tais como o reconhecimento de si mesmo como capazes de realizar escolhas e de assumir o controle da própria vida, assumir a responsabilidade pelas próprias ações e pelo cuidado autônomo de si e da família e a compreensão das políticas públicas como um direito, e não como favor.

A capacidade, portanto, seria constituída pela liberdade de realizar diferentes combinações de funcionamentos. Para Sen (2001), portanto, a capacidade reflete a liberdade que o indivíduo tem de escolher um ou outro tipo de vida. Da mesma forma que um conjunto orçamentário de um indivíduo ou família, ou seja, a renda e os bens materiais disponíveis, reflete a liberdade de comprar bens e serviços, o conjunto capacitário representa a liberdade de optar por um tipo de vida dentre várias possíveis. Se pensarmos na população em situação de rua, talvez o processo de ir morar nas ruas seja resultado da restrição de capacidades, ou seja, da privação de liberdades que leva a poucas possibilidades de escolha. A esse respeito Sawaia (2007) questiona se o fato de algumas pessoas em situação de rua afirmarem não querer sair das ruas é um ato efetivo de liberdade ou o seu contrário, ou seja, diante da miséria e servidão, pode significar a negação de liberdade de aceitar algo que lhe é oferecido. Paz (2016) reflete que a expressão liberdade, embora trazida por pessoas em situação de rua como algo positivo, limita-se às questões relacionadas a uso do tempo e espaço, no entanto, diante da situação de privação extrema, “[...] a liberdade não deixa de impor limites”. (PAZ, 2016, p. 51)

Para Sen (2001), há um valor diferencial das capacidades, na medida em que algumas podem ser mais importantes do que outras a depender das necessidades de indivíduos e grupos. No caso das pessoas em situação de rua, algumas capacidades são muito importantes, como ser saudável o suficiente para ir em busca da sobrevivência e ter boa capacidade de locomoção, tendo em vista a mobilidade característica dessa população. Por exemplo, no estudo de Farias et al. (2014), as questões de saúde mais importantes para os participantes relacionavam-se a ter disposição e estar bem alimentado, que são recursos fundamentais à sobrevivência, tendo em vista a necessidade de se locomover por longas distâncias diariamente para ir em busca de dinheiro e comida, por exemplo.

Há também relações entre os funcionamentos e o bem-estar. Por exemplo, estar com boa saúde e bem alimentado impacta positivamente no bem-estar. Portanto, existem várias combinações de funcionamentos que estão ao alcance de uma pessoa, de maneira que uma vez realizados esses funcionamentos, podemos falar que existe a capacidade de realizar bem-estar. Para Sen (2001), a capacidade é resultado da liberdade de buscar a realização de funcionamentos importantes. E, considerando que os funcionamentos constituem o bem-estar, portanto a capacidade significa a liberdade para a realização de bem-estar. Quanto maior o grau

de liberdade, então, maior a número de alternativas disponíveis para escolhas e, conseqüentemente, maior será a possibilidade de promoção de bem-estar.

Outro conceito que consideramos relevante para a discussão sobre o enfrentamento da pobreza, é o que Sen (2001) chama de condição de agente, referindo-se à capacidade de ação dos indivíduos na busca por atingir determinados objetivos. Agente, na acepção utilizada por Sen (2000), diz respeito a uma pessoa “[...] que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com os seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo [...]” (SEN, 2000, p. 33).

A relevância desse conceito consiste na ideia de que os objetivos buscados na realização da condição de agente não se restringe à busca por bem-estar individual. Está incluído nessa noção a luta por direitos de uma comunidade, acabar com a fome coletiva ou buscar a independência de um país, por exemplo. Dessa forma, a condição de agente diz respeito ao indivíduo como participante de ações políticas e econômicas. Os resultados das ações realizadas necessariamente em função da condição de agente dependeriam dos esforços de uma pessoa, não sendo um mero acontecimento que independa dessas ações.

Nessa perspectiva, as pessoas e os grupos sociais não seriam apenas destinatários de programas sociais, mas teriam envolvimento ativo na busca por mudanças, de modo que elas assumiriam o papel de definir prioridades e escolher os meios mais adequados para alcançá-las (ALKIRE; DENEULIN, 2012). Acerca do aspecto político da condição de agente, Moura Jr. e Sarriera (2016) entendem que essa condição implica autonomia na medida em que diz respeito à apreensão crítica da realidade, ou seja, a capacidade de desenvolver uma visão de mundo crítica à ordem social e às relações de poder vigentes. Essa perspectiva crítica é compartilhada por Nepomuceno, Silva e Ximenes (2016), para quem o enfrentamento é considerado enquanto resistência, ou seja, como modos criativos de buscar possibilidades para lidar com as adversidades, os quais se dão de forma múltipla, na interação do sujeito com o seu entorno, a partir de condições sociais e culturais existentes.

Outra referência importante na abordagem das capacidades é Martha Nussbaum (2000), que considera a ideia de capacidades como sendo pertinente, no entanto busca entendê-la como fundamento da dignidade humana, de modo que há um limite de capacidades abaixo do qual se caracteriza uma vida indigna para o ser humano, ou seja, em que o indivíduo não é verdadeiro humano.

Dessa forma, enquanto para Sen (2001) interessa comparar os conjuntos de capacidades de diferentes grupos de pessoa, Nussbaum (2000) pretende ir além da comparação, na medida em que busca entender como as capacidades, bem como um certo nível limiar de

capacidades, podem fundamentar princípios constitucionais a partir dos quais os cidadãos podem cobrar direitos dos governos. Outra diferença é que Nussbaum (2000) propõe uma lista de capacidades humanas centrais, que, para ela, tem uma importância central para a vida humana, e que, por isso, devem ser compreendidas como fundamentos de princípios políticos a fim de promover garantias constitucionais. A lista inclui dez capacidades, dentre as quais se destacam a capacidade de viver uma vida longa; a razão prática, que abrange a capacidade de desenvolver concepções sobre a vida, reflexão crítica e planejamento; a afiliação, que significa a capacidade de ter relações sociais significativas, desenvolver empatia e autorrespeito; e o controle sobre o ambiente, que inclui cidadania e participação política.

Essas capacidades são como mínimos sociais, que delimitam o limite a partir do qual se garante uma vida digna de ser vivida, que demonstram a centralidade que Nussbaum (2000) coloca sobre a questão da dignidade humana. Dentre as capacidades listadas, ela atribui uma importância especial à razão prática e à afiliação. Segundo Santos (2018), razão prática seria um conceito alternativo à noção de agência de Sen (2001), destacando não somente a capacidade de realizar planos de ação para a vida, mas fundamentalmente de refletir criticamente sobre eles. Dessa forma, o funcionamento humano minimamente digno, para Nussbaum (2000), demanda a capacidade de planejamento racional e a reciprocidade em relações significativas com outros seres humanos.

Outra diferença é que, além da definição de capacidades básicas, a concepção de Nussbaum (2011) distingue capacidades internas de capacidades combinadas. As primeiras referem-se às habilidades e atitudes que as pessoas puderam desenvolver em sua trajetória de vida, tais como habilidade política, de comunicação ou autoconfiança. Implica não em recursos inatos, mas em habilidades desenvolvidas principalmente na interação com o contexto social. Já as capacidades combinadas constituem a combinação das capacidades internas com as condições sociais, econômicas e políticas que implicam em oportunidades de escolhas e realizações por parte dos cidadãos. Para Nussbaum (2011), é papel da sociedade produzir capacidades combinadas e oferecer oportunidades para o desenvolvimento de capacidades internas.

A abordagem das capacidades se diferencia das abordagens americanas de enfrentamento, na medida em que compreende a capacidade como liberdade para buscar os funcionamentos e garantir as realizações. São perspectivas que vão além do excessivo individualismo metodológico característico das abordagens norte-americanas, as quais não consideram, assim como fazem Sen (2001) e principalmente Nussbaum (2000) aspectos relacionados à estrutura social, tais como políticas públicas, oportunidades sociais,

desigualdade social e dignidade humana. Dessa forma, essa perspectiva auxilia a compreender o enfrentamento da pobreza e da situação de rua a partir da necessidade de apoio social aos grupos e das possibilidades e limites referentes às capacidades dessa população. Entendemos ser possível combinar essas duas perspectivas, no entanto, a concepção de Nussbaum (2000) parece mais adequada à compreensão do enfrentamento das pessoas em situação de rua, tendo em vista que, ao avaliar um conjunto de capacidades básicas com ênfase no limiar a partir do qual se torna possível ter uma vida digna, abre espaço para reflexão sobre a justiça social.

Além dessas concepções, o modelo de enfrentamento à pobreza proposto por Cidade (2019) se mostra bastante fértil para as análises do enfrentamento das pessoas em situação de rua, na medida em que abrange três níveis a partir de um contínuum que distingue maior ou menor potencial de intervenção sobre a realidade: a reação, a adaptação e a transformação. O primeiro nível, a reação, limita-se ao processo de ajustamento por meio do qual as pessoas buscam lidar com as situações adversas. Esse primeiro momento está voltado para a garantia da sobrevivência, se caracterizando pela pobreza monetária, por uma rede de suporte social destinada a minimizar os efeitos das condições precárias e pela dificuldade e produzir mudanças efetivas na situação de privação. O segundo nível, a adaptação, que estaria localizada no meio caminho para a transformação, vai além da satisfação de necessidades imediatas, implicando na busca por criar novas alternativas de vida para o indivíduo. Há, portanto, um maior potencial de ação efetiva, tendo em vista menor índice de pobreza monetária e maior acesso a saúde, educação, habitação e alimentação. O nível de transformação consiste na ação política organizada, demandando esforços coletivos desveladores dos conteúdos ideológicos e das contradições da sociedade.

O conjunto de dados da pesquisa oriundos das análises quantitativas e qualitativas permite identificar alguns recursos e capacidades importantes no enfrentamento das pessoas em situação de rua. Conforme discutido no Capítulo 4, o trabalho informal e o ato de “manguear” são as principais fontes de renda dos participantes, atividades compreendida no termo genérico “fazer os corres”, que significa agir cotidianamente em busca da sobrevivência. É preciso ressaltar, no entanto, que a renda para quem está vivendo nas ruas não parece ser facilmente convertida em capacidades. Nesse sentido, realizamos ANOVA a fim de comparar a média do IPM em função dos quartis de renda. O resultado não demonstrou diferença estatisticamente significativa entre os grupos ($F(3, 219) = 2,458, p > 0,05$), de modo que não é possível afirmar que os participantes com maior renda possuem menor pobreza multidimensional. Essa dificuldade de conversão de renda em outras capacidades não significa que o dinheiro é necessariamente mal gasto. Nesse aspecto, com base na perspectiva de Sen (2000), podemos

afirmar que o fato de estar em situação de rua promove múltiplas adversidades que dificultam essa conversão, que incluem a dificuldade com o manejo do dinheiro, necessidades imediatas, como a de pagar aluguel de um quarto ou quitinete, e o uso abusivo de drogas, conforme destacado no Capítulo 4.

Se a renda não é suficiente para evitar privações em outras dimensões, existem alguns funcionamentos que definem conjunto de capacidades dos participantes da pesquisa, conforme apontam as análises qualitativas. Além da disponibilidade de apoio social oriundo das políticas públicas e de entidades e grupos da sociedade civil, os relatos indicam habilidades relacionais, habilidades artísticas e/ou interesse em atividades artísticas, a crença na possibilidade de mudança, o desejo e esforço de sair da situação de rua e o conhecimento das regras, linguagens e lugares por onde andar.

A análise desses funcionamentos ajuda a compreender como ocorre o enfrentamento por parte das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, há ações de enfrentamento que se limitam a garantir a sobrevivência e integridade física e psicológica e outras que buscam originar a saída da situação de rua ou alguma outra mudança pretendida. No entanto, uma primeira observação a partir dessas análises iniciais é que, com exceção da rede de apoio social disponível para os participantes, esses funcionamentos constituem basicamente o que Nussbaum (2011) entende por capacidades internas.

As habilidades relacionais se revelaram necessárias tendo em vista que construir e manter laços de amizade é uma forma de sobreviver e de enfrentar as adversidades, pois facilita a adaptação à situação de rua, além de ser uma maneira também de evitar solidão e se sentir protegido. Nesse aspecto, há relatos que apontam para o desenvolvimento da habilidade de se comunicar e de expressar seus sentimentos, de não se calar quando machucado e da construção de grupos para cozinhar e dormir.

Antigamente eu era, eu era muito calado, guardava muito as coisas pra mim, eu era um cara que eu procurava não falar nada, não revidar, hoje em dia eu sou muito contrário disso, hoje em dia se se se se uma pessoa falar uma coisa eu vou lá e me defendo, eu revido, entendeu, e eu não tinha isso comigo, eu era uma pessoa que a vida inteira eu guardei as coisas comigo, eu engoli, eu fiquei calado, e isso só me fez mal durante muitos anos, entendeu, talvez se eu não tivesse sido desse jeito, talvez eu não tivesse passado pelo que eu passei, entendeu, porque eu era uma pessoa que eu, eu tinha medo de de de decepcionar e machucar as pessoas, e isso só machucava a mim, entendeu, porque eu tinha tanto medo de não machucar os outros que eu tava me machucando por dentro, me destruindo [...]e isso a rua me ajudou muito, entendeu, ela me fortaleceu muito nisso, eu aprendi muito na rua e ela foi isso, de que eu tenho que tá em primeiro lugar, eu tenho que tá bem, eu só posso dar aquilo que eu tenho, entendeu, então eu só vou, eu só, só consigo te

oferecer algo que eu, que eu tenho, se eu num, se eu num se eu num tenho amor, se eu num tenho tranquilidade, se eu num tenho um domínio das minhas atitudes, como eu vou, como eu vou te ensinar a ser um cara coerente se eu num for coerente? como eu vou te dar carinho se se eu não tenho carinho por mim? entendeu, então isso foi uma coisa que eu aprendi muito na rua, certo (Machado)

Me lembro, eu ficava, eu andava, eu andava assim no mei dos pessoal, fazia amizade, os pessoal tinha gente que eu chegava perto dos pessoal que fazia os panelão na rua, que as vez a gente faz comida na rua pra nós comer (Eva)

Ó, porque, antes deu ir dormir no BNB, eu dormia na Romana, tá entendendo? A padaria que tem em frente a... a Universal. Aí, quando eu acordava de manhã, eu ia só lá na Universal e escovava os dentes, botava meu isopor. Aí eu fui criando essa amizade com o povo lá. E assim vai (Alex)

O envolvimento em atividades artísticas foi citado pelo entrevistado Machado como sendo imprescindível tanto para lidar com as dificuldades como também para sair da situação de rua. Ao ter atuado em trabalhos artísticos como voluntário e principalmente após uma experiência em que coordenou um espetáculo teatral com a participação de pessoas em situação de rua, acabou sendo contratado como funcionário de um serviço municipal.

e eu mergulhei tanto que acabei fazendo trabalhos como voluntário na parte da arte e da cultura com eles lá no Centro de Convivência, né, mesmo tando em situação de rua eu fiz trabalho com eles, e isso foi que, depois de 1 ano e 8 meses possibilitou que eu saísse das ruas porque... é... a dona Maria da Glória, que era a presidenta do instituto Maria da Hora, que é o equipa... que é o... a empresa terceirizada que toma de conta de alguns equipamentos da prefeitura, principalmente na situação de rua porque tem experiência, ela queria... depois de quase 1 ano e 8 meses que eu tava na rua ela queria fazer uma contratação diferente, porque já tinha algumas pessoas que tinham saído da situação, e, pra trabalhar, alguns tinham virado zeladores, serviços gerais, outros tinham virado porteiros, e ela ouvia muito através do Foca, o Fabrício, dos outros educadores, o trabalho que eu fazia com eles né, voltado pa arte, pra cultura, e aí depois de 1 ano e 8 meses, é... surgiu oportunidade (Machado)

É importante ressaltar que, apesar de serem consideradas capacidades internas, esses recursos dependem de oportunidades e condições contextuais para se desenvolverem. Nesse sentido, para Nussbaum (2011), não cabe falar em meritocracia ao se referir a capacidades básicas, de modo que todos os seres humanos devem ser tratados com igual respeito, cabendo à sociedade oferecer condições para que todos os cidadãos possuam essas capacidades consideradas básicas. Os relatos dos participantes e os dados de pobreza e opressão já discutidos anteriormente indicam para a falta de oportunidades para o desenvolvimento das capacidades básicas das pessoas em situação de rua, tais como: as condições precárias de saúde, as poucas oportunidades de educação formal e a falta de garantia da integridade física.

Por outro lado, diante de uma vida anterior marcada pela pobreza e pela falta de oportunidades em termos de capacidades básicas, as experiências da rua exigem aprendizados e desenvolvimento de certas habilidades. Nesse contexto, a inserção numa rede de relações e de suporte social, ainda que insuficiente para compensar a perversa desigualdade social da estrutura capitalista, oferece alguns recursos para o enfrentamento da pobreza e da situação de rua.

Dessa forma, além das habilidades relacionais e artísticas, os participantes se referem a recursos e ferramentas necessárias para se sobreviver e se proteger dos riscos que a rua oferece. Para isso, é necessário também conhecer as regras de convivência na rua, as linguagens e os espaços por onde transitar, que possibilita obter doações de comida e tentar não ser vítima de violência. É requisito para se inserir no “Sistema da rua” e evitar se envolver em situações perigosas, reduzindo a vulnerabilidade à violência. Nesse aspecto, para Oliver, a exposição à violência é maior no início, quando ainda não conhecia as pessoas:

Cheguei na rua... quando eu cheguei na rua sabia nem o que era a rua né mah?! sabia a rua porque eu andava né, normal, no mei do mundo né, aí eu sabia o que era a rua mas quando eu cheguei na rua, em situação de rua né cara, eu sofri né, as negada vê a etiqueta né, a galera na rua né, quando chega novato eles, tem muitos deles, não é todos né, tem uns que acolhe, mas tem muitos que cisma com a cara da gente né, já briguei no mei da rua, já tentaro me matar no mei da rua, né, é muito triste, você num conhece ninguém, você não sabe os pontos, os pontos de dormida, os pontos de comida tá entendendo, você fica vulnerável... é muito ruim, não é bom não, eu não desejo eu não desejo a rua nem pro meu pior inimigo (Oliver)

Foram quase 2 anos, foram 1 ano e 8 meses, mas que parece que foi assim 10 anos, porque eu fui muito intenso em tudo, em conhecer os equipamentos, em fazer amizades, conhecer o sistema, conhecer tudo, em andar em todos os lugares, conhecer todas as praças, saber todas as regras, se alguém falava algo que eu não entendia eu procurava saber o significado, se alguém me informava um equipamento eu procurava descobrir onde ficava, eu procurava fazer amizade com os educadores, então eu mergulhei mesmo (Machado)

Também foram citadas algumas atitudes individuais entendidas como importantes para o processo de saída da situação de rua ou tentar ter o controle das próprias ações como forma de conseguir realizar mudanças. Desse modo, a crença na possibilidade de mudança, reconhecimento de si enquanto capaz de realizações e o desejo e esforço para sair da situação de rua, parar de usar drogas e/ou conseguir emprego foram exemplos dessas atitudes.

A compreensão dos entrevistados acerca da saída da situação de rua é de que é necessário o desejo de mudar, de sair da situação. Machado comenta que foi na rua que sentiu

a necessidade e teve a motivação para controlar o vício, parar de beber e usar drogas para poder sair da situação de rua. Oliver revela que começou a ter o desejo de mudança depois que conheceu a atual companheira, cujo apoio foi importante. Já Alex compreende que seus sonhos são o que ajuda no enfrentamento, a busca e vontade por atingir objetivos. Um deles é conseguir emprego fixo:

por incrível que pareça foi uma coisa muito engraçada porque eu vim a... eu vim a, comecei a dominar isso tano na rua, porque na rua tanto dominei o... questão da bebida, questão da droga, como dominei também a questão da depressão [...] (Machado)

aí eu vim, criar um desejo memo, depois que, depois que eu conheci essa mulher que eu tô agora, aí que eu comecei a ver, também comecei a ver o sofrimento que eu tava passando né cara, eu comecei a botar os 2 lado, comecei a botar a rua e comecei a botar a vida que eu vivia antes deu chegar à rua, entendendo, aí foi que eu comecei a passar comecei a... comecei a ter aquele desejo de mudança né (Oliver)

O que me ajuda a superar, ma, é os meus sonhos. Porque, se eu deixar de sonhar, eu vou desistir, tá entendendo? Então, eu... os meus sonhos e os meus objetivos, tá entendendo? É o que me dá força pra mim superar toda a dificuldade que eu passo no meu dia a dia, tá entendendo? É... os meus planos, os meus sonhos, tá entendendo? Aquela vontade mermo de construir alguma coisa, tá entendendo? [...] (Alex)

As duas mulheres entrevistadas demonstram acreditar na possibilidade de mudança. Enquanto Eva relata a recuperação do pai após levar um tiro no pescoço como exemplo de que é possível melhorar de vida, Clara revela acreditar no próprio potencial ao mesmo tempo em que demonstrar fé religiosa.

Acho que sim porque deus já melhorou muita coisa da minha vida, acho que não é impossível não (risos) porque sério mesmo ó, tenho um testemunho pra dar, meu pai tava morando mais eu meu pai teve uma bala perdida, pegou no pescoço dele, certo dia minha mãe foi lá pra casa, minha mãe esculhambou meu pai, esse bicho sem vergoim vai morrer, porque o meu pai queria, ele ele tem um problema na mão, ele puxa da perna, aí todo dia ele descia pra ir pra praia aí ficava louca que eu ficava preocupada com ele, que eu, medo dele ser dele ser atropelado e eu ir buscar ele, aí ele começou a sentir dor né aonde ele tava coisando a bala né, aí eu tenho eu tenho medo, nesse do milagre eu fiz lá na universal, nesse dos milagre, aí eu botei no pescoço dele, aí eu determinei que a bala ia sair, aí minha mãe falou assim ele vai morrer com essa bala aí, mas ela falou brincando, ele vai morrer com essa bala aí, eu disse tá amarrado, tá repreendido em nome do senhor jesus, que no mesmo dia a bala saiu, sem mentira nenhuma, do pescoço dele, eu tenho a bala guardada, sério mesmo, então eu acho que não é impossível não, que se quiser né, porque a a é a porque a pessoa também tem que querer né, que se num, num quiser ajuda num tem quem faça [...] (Eva)

Eu acredito que sim. Acredito. Acredito no meu potencial. Tanto no meu potencial, como no dele. O meu potencial é grande devido ele, mas o dele é maior do que o meu. E como o dele é grande, tão grande que possa transmitir isso pra mim, eu acredito que nós dois vamos conseguir e vamos vencer. Porque Deus é bom (Clara)

Apesar desse conjunto de capacidades ser, no geral, importante para o enfrentamento das pessoas em situação de rua, conforme pode ser percebido nos relatos, muitas dessas práticas de enfrentamento dos participantes, ainda que envolvam a relação com outras pessoas, são principalmente práticas individuais que se incluem no nível da reação e alguns elementos do nível de adaptação (CIDADE, 2019), na medida em que se destinam a garantir a sobrevivência cotidiana ou assumir o controle e modificar a própria vida, seja a saída da situação de rua ou parar de fazer isso de drogas. Algumas buscam encontrar novas alternativas de vida, mas não chegam a almejar transformações sociais mais amplas.

Com fundamento na delimitação das capacidades básicas necessárias ao ser humano (NUSSBAUM, 2000), percebemos que as condições de pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua se traduzem em privações de muitas dessas capacidades. Nessa concepção, além da falta de acesso a boas condições de saúde, da insegurança contra agressões físicas e outros tipos de violência, da alta morbidade e mortalidade precoce, as desvantagens no acesso a moradia e a emprego fixo, percebemos também a privação da capacidade básica que Nussbaum (2000) identifica como afiliação, que implica, além da possibilidade de se envolver em diferentes formas de relações sociais, nas condições necessárias ao autorrespeito, ou seja, ser livre de qualquer forma de discriminação. Para o enfrentamento, torna-se necessário o oferecimento de oportunidades para o desenvolvimento dessas e de outras capacidades. Essa necessidade parece ter sido bem compreendida por Jorge, ao relatar que

o Estado, as entidades tem que ajudar a pessoa a ter uma plenitude de vida, uma plenitude de humanidade. Agora, se você... se a pessoa é criança, num... não é exposta a música, como que ela vai ser um músico? Se ela num é exposta ao futebol, como vai ser futebol? Vai saber se é futebol ou não? Se ela num é exposta a comida, como ela vai saber se ela vai cozinhar ou não? Se ela não é exposta a nada (Jorge)

6.3 Apoio Social como Recurso de Enfrentamento

Ao refletir sobre apoio social enquanto modo de enfrentamento da pobreza, Silva et al. (2016) entende que o apoio social se refere ao contexto formal e informal que permite aos

indivíduos encontrar cuidado e ajuda em momentos de dificuldades. Segundo Angarita e Escobar (2009), o apoio social no âmbito comunitário permite que o indivíduo se perceba como integrado a um sistema social, contribuindo para o sentimento de pertencimento ao grupo. Já as redes sociais de apoio, ou seja, a disponibilidade de pessoas e instituições com as quais o indivíduo possui algum vínculo, contribuem para o estreitamento de laços afetivos e de relações de apego (ANGARITA; ESCOBAR, 2009). Dessa forma, o apoio social, tanto o formal, como o informal, favorece a potencialização da confiança pessoal, da satisfação geral e da capacidade de lidar com problemas, além de beneficiar a saúde, inclusive melhorando o sistema imunológico e aliviando os efeitos do estresse no organismo (ANDRADE; VAITSMAN, 2001).

6.3.1 – Fontes de apoio social

O apoio social pode vir de diferentes fontes, como a família, a comunidade, a religião e as instituições (SILVA et al., 2016). No caso das pessoas em situação de rua, a literatura enfatiza a existência do apoio comunitário devido às redes de solidariedade existentes nas ruas, que abrangem outras pessoas em situação de rua, comerciantes e sociedade em geral, e, principalmente o apoio religioso e institucional, tanto oriundo de organizações não governamentais como governamentais, que auxiliam na alimentação, higiene pessoal, retirada de documentos, retorno para a cidade natal, encaminhamento para outros serviços, oferecimento de oficinas e cursos etc. A esse respeito, Cunha et al. (2017) destacam que a religiosidade se apresenta como estratégia de enfrentamento diante da hostilidade das condições de vida na rua. O acesso à espiritualidade se dá mediante apoio de integrantes de igrejas, grupos religiosos ou casas de recuperação, além da fé de que a vida pode melhorar por obra de Deus (GUIMARÃES; MOREIRA, 2011).

A respeito do apoio institucional, destaca-se o papel efetivo das políticas públicas. Partindo da perspectiva da abordagem das capacitações, Rego e Pinzani (2013) compreendem o papel das políticas públicas como via de enfrentamento da pobreza. Para isso, são necessários dois caminhos: o primeiro diz respeito ao correto entendimento e avaliação de quais seriam as capacidades necessárias para a realização de funcionamentos valiosos. Nesse primeiro momento, por exemplo, devem ser conhecidas que capacidades são necessárias para gerar emprego e renda, ou para promover bem-estar e autonomia. O segundo caminho seria definir os bens a serem disponibilizados e de que forma esses bens serão convertidos em capacidades deliberadas anteriormente como relevantes. A qualificação profissional, por exemplo, pode ser um bem a ser convertido em autorrespeito.

As políticas sociais assumem um papel importante enquanto apoio social governamental. Segundo Souza (2015), o Estado deve ser visto em sua ambiguidade, pois é ao mesmo tempo um agente produtor de situações de vulnerabilidades sociais, como também um agente protetor. Para esse autor, a Política de Assistência Social, principal setor responsável pela atenção à população em situação de rua, não modifica as questões estruturais, muitas vezes limitando-se a ações que contribuem apenas para gerir a pobreza e garantir os mínimos sociais. Já para Siqueira (2011), a intensificação da pobreza ocorre numa relação dialética com o processo de acumulação do capital, de modo que as políticas sociais contribuem apenas para atenuar os conflitos sociais, mantendo o modelo de sociedade capitalista inalterado.

Sobre as fontes de apoio social, os resultados quantitativos demonstram, conforme Tabela 25, a percepção de baixa disponibilidade de apoio social por parte das pessoas em situação de rua, tanto devido ao valor baixo das médias (quase todos próximos a 1) como também pela grande percentagem de participantes que responderam “nunca” para a maior parte dos itens.

Tabela 25 - Distribuição das fontes de apoio social para os participantes

Fonte de apoio social	N	M	DP	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)
Amigos que também estão em situação de rua	235	1,36	1,06	25,1	33,2	22,6	19,1
Outros amigos	235	0,83	1,00	50,2	25,5	14,9	9,4
Família	234	0,77	1,04	55,6	24,4	7,7	12,4
Igreja	234	1,16	1,10	36,8	26,9	19,7	16,7
Centro Pop	233	1,84	1,04	12,9	24,0	29,2	33,9
Posto de Saúde	230	1,19	1,05	30,9	35,2	17,8	16,1
Centro de Convivência	227	1,21	1,18	39,6	21,1	17,6	21,6
Pastoral do Povo de Rua	230	0,93	1,14	53,5	14,3	17,8	14,3
Movimento Nacional da População de Rua	229	0,57	0,96	68,1	14,4	9,6	7,9
Comunidades Terapêuticas	230	0,55	0,86	64,8	19,6	11,3	4,3
CAPS	231	0,74	1,10	63,2	13,9	9,1	13,9
Deus	233	2,74	0,66	3,4	1,7	12,4	82,4

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados indicaram que a busca de apoio em Deus ($M=2,74$; $DP=0,66$), no Centro Pop ($M=1,84$; $DP=1,04$) e junto aos amigos que também estão em situação de rua ($M=1,36$; $DP=1,06$) apresentaram as maiores médias de fontes de apoio social, apontando igualmente maiores frequências de resposta “sempre” para essas fontes. Por outro lado, as Comunidades Terapêuticas ($M=0,55$; $DP=0,86$), o Movimento Nacional da População de Rua

($M=0,57$; $DP=0,96$) e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ($M= 0,74$; $DP=1,10$) resultaram nas menores médias de fontes de apoio e maior porcentagem de respostas "nunca".

A fé em Deus, que apresenta média muito superior às demais fontes de apoio, parece ser um refúgio da maioria dos participantes. Alguns relatos nas entrevistas confirmam essa busca por Deus diante de um contexto de sofrimento psicossocial, bem como a compreensão de alguns entrevistados de que fatos da sua vida dependem do controle divino. No entanto, a fé religiosa ou espiritual parece ser significada tanto como um refúgio quanto fonte de apoio social.

Só Deus. E as pessoas de bom coração que eu pedia. As pessoas na rua. Batia palma na casa, tinha um que dizia não, tinha duas que dizia não, três, mas na quarta eu recebia um sim. Então, eu me sentia feliz com um sim. Que quando eu recebia um sim, era um sim tão grande que o pouco que eles me davam, parece que se multiplicava, porque era verdadeiro o sim, era dado de coração. Eles não olhavam pra minha pobreza, eles não olhavam pro... pro meu estado, se eu tava suja, se eu tava limpa, entendeu? (Clara)

se num fosse Deus eu não tava, eu num tava contando agora essa história pra você, tendeu, porque eu já tive muito atentado de morte já, já escapei muitas vezes da morte memo, deus me tirou da vala, tá entendendo, ele me tirou da vala mesmo, da do abismo mesmo, ah, decretado já a morte já e Deus sempre me deu livramento se não fosse Deus eu não tava contando história aqui era pra eu tá morto há muitos anos já; isso aí eu devo a deus (Oliver)

O apoio religioso tem também suas contradições. O relato de um dos entrevistados, apesar de destacar como positivo o apoio de entidades religiosas, critica a postura de alguns grupos religiosos, que exigem oração em troca de comida:

É... uma conversão forçada. Eu fico imaginando o que que num deve ter acontecido com... com os... os índios... Com os portugueses com os índios, com os portugueses com os africanos, ou com os três: portugueses, índios e africanos... o que que num deve ter acontecido? [...] Aí os caras vai lá... eu lembro que eu tava como uma mulher que dava um... lá... uma comida lá... um lanchinho lá e tinha que rezar, falar um versículo da biblia (Jorge).

Em contextos marcados por pobreza e violência, a religiosidade, para Lima, Stotz e Vala (2008), é uma maneira de suportar sofrimentos. No caso das pessoas em situação de rua, a religiosidade dos participantes deve ser compreendida também a partir da rede de apoio que abrange igrejas e grupos religiosos, alguns dos quais atuam em Fortaleza antes da implementação da política pública municipal, cujo o início foi concretizado após a inauguração do Centro de Atendimento da População de Rua (CAPR) no início de 2008 (ESMERALDO

FILHO, 2010). A Casa da Sopa, o Shalom, o Refeitório São Vicente de Paula e a Pastoral do Povo de Rua são exemplos de instituições religiosas que oferecem, há muitos anos, apoio às pessoas em situação de rua, atuando tanto em projetos de segurança alimentar como também em parceria com os representantes do Movimento Nacional da População de Rua (PESSOA, 2021). É importante ressaltar que, conforme será detalhado mais adiante, duas entidades religiosas vinculadas à igreja católica, a Pastoral do Povo de Rua e a Organização do Auxílio Fraternal (AOF), as quais, nas décadas de 1980 a 2000, realizaram trabalhos de mobilização da população em situação de rua no âmbito nacional que, segundo Melo (2016), teve importância na constituição posterior do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR).

Os resultados apontam, portanto, a importância espiritualidade perante às adversidades e condições de sofrimento da vida nas ruas. A fé em Deus também foi um elemento destacado por Guimarães e Moreira (2011) e Cunha et al. (2017), para quem a religiosidade e a espiritualidade fazem parte da subjetividade da pessoa em situação de rua, aparecendo como recurso de enfrentamento diante das rupturas de vínculos sociais. É importante destacar que, considerando que essa fonte de apoio implica numa relação baseada na fé, a disponibilidade do apoio depende dessa fé. Nesse sentido, a média da variável fonte de apoio “Deus” é maior entre as pessoas que frequentam igreja ou templo religioso ($M=2,84$; $DP=0,51$), se comparada à média dos que não frequentam ($M=2,64$; $DP=0,77$), sendo a diferença entre esses dois grupos estatisticamente significativa conforme Teste t de Student ($t(231) = -2,278$, $p < 0,05$).

Os resultados quantitativos também demonstraram que as demais fontes de apoio possuem média abaixo de 2, indicando insuficiente disponibilidade de apoio social. No que se refere aos serviços públicos que oferecem atendimento às pessoas em situação de rua, as médias foram maiores para o Centro Pop, Centro de Convivência e Posto de Saúde, e bem inferior no item que se refere ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Esses dados demonstram maior procura e aceitação pelo Centro Pop, o que pode ser explicado pela maior quantidade de pessoas entrevistadas no interior desse equipamento, sendo que 118 participantes foram entrevistados no Centro Pop do Centro e 24 no Centro Pop do Benfica, enquanto 74 foram entrevistados no Centro de Convivência. A menor média em relação ao CAPS como fonte de apoio social pode ser explicado pela baixíssima procura do CAPS pelos participantes, na medida em que, ao serem perguntados sobre que serviços de saúde que procuram quando estão doentes, apenas 1,3% os participantes responderam que procuram o CAPS, enquanto 46% referiram-se ao posto de saúde como principal serviço a ser acessado.

Dessa forma, ficou muito evidente a importância do apoio institucional, que fornece diversos serviços, desde as necessidades mais básicas até atendimentos psicológico, sociais e jurídicos. Os resultados demonstraram muitos dos participantes fazem uso de instituições para satisfação de necessidades, sendo que 75,1% recorrem a instituições para tomar banho, 51,9%, para fazer as necessidades fisiológicas e 44,2% para conseguir comida. Apesar desse apoio ser oferecido por diferentes entidades, os principais são os Centros Pop e o Centro de Convivência, que se destacam como via de acesso a direitos para as pessoas em situação de rua e também permite minimamente a satisfação de necessidades básicas como alimentação e higiene.

O apoio social governamental também foi muito citado nas entrevistas, principalmente o papel do Centro Pop, tanto devido à satisfação de necessidades mais básicas, como o banho e alimentação, como também ao oferecimento de serviços como atendimentos psicossociais e jurídicos, à participação nas oficinas, cursos de qualificação para o trabalho e interação com outras pessoas em situação de rua. O Centro Pop funciona, portanto, como mediador de interações com outras pessoas em situação de rua e também de acesso a outros recursos e benefícios sociais, tais como aluguel social e abrigos.

[...]hoje em dia a minha vida deu a deu uma volta tão grande depois que eu conheci esse pessoal né, do Centro Pop, deu uma viravolta tão grande [...]
(Eva)

Quem me ajudou foi o Centro Pop. Porque... todo dia de manhãzinha, quando era quatro hora da manhã eu já tava lá no portão. Eu num era o primeiro da fila, mas do terceiro num passava. Eu ia lá, tomava meu banhozinho, participava das oficina lá, tá entendendo? Ficava lá, interagindo com... com o povo lá, né? Com os outros companheiros de rua, até mesmo com os funcionários lá. Quando era doze hora eu almoçava, aí tirava um cochilo do lado, lá na calçada. Quando era uma hora eu... eu passava o dia todinho lá no Centro Pop. Lá e na pousada (Alex)

As políticas públicas se mostram como parte importante do apoio social governamental para os participantes, principalmente os serviços vinculados à Política de Assistência Social. Para Medeiros, Almeida e Oliveira (2019), a gestão do Sistema Único da Assistência social funciona de modo descentralizado e participativo, de modo a garantir os direitos constitucionais. Os serviços específicos para as pessoas em situação de rua fazem parte da Proteção Social Especial, voltada para casos de maior complexidade, que envolvem grupos que tiveram direitos violados. O Centro Pop, que em Fortaleza aparece como referência no relato dos entrevistados, é um serviço de média complexidade que tem como objetivo incluir a população em situação de rua no Cadastro Único do Governo Federal e promover ações de

inclusão social numa perspectiva de incentivo à participação da pop rua (MEDEIROS; ALMEIDA; OLIVEIRA, 2019).

No que tange às condições de vulnerabilidade vivenciadas pela população em situação de rua, Silva e Hüning (2013) salientam que as políticas públicas aparecem como estratégia de enfrentamento, buscando, no geral, minimizar as desigualdades resultantes do modo de produção capitalista, e garantir os direitos das pessoas em situação de rua. Os Comitês Intersetoriais de Monitoramento das Políticas Públicas voltadas para essa população são outros instrumentos apontados como recurso para o enfrentamento, na medida em que estimulam a participação política de pessoas em situação de rua (SILVA; HÜNING, 2013).

No entanto, segundo Medeiros, Almeida e Oliveira (2019), ainda persistem muitos desafios à política de assistência social para pessoas em situação de rua, como, por exemplo, a não inclusão dessa população na pesquisa censitária do IBGE e a forte marca de assistencialismo na política social brasileira. A importância das políticas públicas enquanto instrumento de proteção social é inegável, no entanto, Hur (2013) chama atenção para a lógica da governamentalidade do Estado, que segue uma razão heterônoma, ou seja, oposta a um projeto de autonomia. Isso não quer dizer que a política pública seja ineficaz ou que não possa promover mudanças, mas é necessário perceber as suas contradições.

Além dos serviços públicos, o trabalho de voluntários, coletivos e entidades são citadas como importantes fontes de apoio social citada pelos entrevistados. Os relatos dos participantes da etapa qualitativa demonstram que, a exemplo de outras cidades brasileiras, há um circuito de doações e outras atividades voluntárias nas ruas. Ainda que os voluntários se organizem em grupos ou representem organizações não-governamentais, os entrevistados acabam citando mais o nome dos representantes do que o nome das entidades.

Mas vamo lá. É... irmão Francisco... vou falar entidades, que entidade personaliza né? Irmão Francisco, é... irmã Inês, Fernanda, Regis, Cadu... 4 Varas eu fui lá, fiz terapia lá, Espaço Ecobé... né? Tem... eu acho que só... Café do Padre ali é muito interessante quando tinha, uma sopa no Cartório também... lá embaixo. É... Centro Pop Benfica, Centro Pop Centro, Shallom ... Casa da Sopa, esqueci de falar, do Léo. [...] Fábio Magalhães, esqueci de falar... tem... enfim... Lembrei. Tem o Posto de Bombeiros que tinha umas vagas pra... eu num cheguei a fazer, mas tinha umas vagas. Tinha uma sopa ali na Nossa Senhora dos Navegantes, não? Eu num sei, perto do Bombeiros ali... perto do Bombeiros, tinha uma sopa ali [...] Ai tem Ministério Público. Quando eu tinha encontro com a doutora Giovana, frente a frente, assim, aquela mulher inteligentíssima e ainda bonita! Firme! Ai cê pergunta e ai cê fica “caralho, olha isso!”. Esse processo de... tem o CAPS, o CAPS é importantíssimo porque é onde cê faz terapia. Ai... fiz um tempo... cê sai

dolorido de lá, sai machucado, falei “caramba, que merda é essa que tô fazendo da minha?”. E aí... entendeu? E é... e é uma rede né, na verdade, é uma rede de entidades. É uma rede, literalmente. Se uma falha, a outra convém. Os grupos de autoajuda... tem gente que é... eu gosto... eu gosto do AA que é o grupo de autoajuda... (Jorge)

Há, portanto, um reconhecimento dos participantes em relação à atuação de voluntários, grupos e entidades. Nesse aspecto, Lima (2008) identificou uma vasta rede social específica para pessoas em situação de rua, que incluía organizações não-governamentais, comerciantes e outras pessoas físicas. Atualmente, algumas dessas organizações ainda fazem parte desse rede, à qual se uniram outros grupos, tais como a Associação de Amparo aos Pacientes com Tuberculose (APTUR), o Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM-UFC) e o Coletivo Arruaça (PESSOA, 2021). É importante destacar que o apoio social institucional não deve ser visto como uma mera prestação de serviços, ou seja, a partir de uma perspectiva unilateral, na medida em que deve estimular a participação ativa dos sujeitos (SILVA et al., 2016).

Acerca da disponibilidade de apoio social por parte de outras pessoas em situação, os resultados quantitativos apontaram uma média baixa ($M=1,36$), no entanto está entre as principais fontes de apoio dos participantes. As informações obtidas nas entrevistas ajudam a esclarecer o apoio mútuo entre as pessoas em situação de rua, na medida em que três participantes atribuem importância às relações de amizade estabelecidas na rua. Machado, por exemplo, ao falar das fontes de apoio social que considerou importante quando esteve em situação de rua, entende que o fato de outras pessoas terem acreditado nele, no seu potencial, foi crucial para o processo de saída da situação de rua. Ademais, percebemos um certo processo de identificação por parte de uma entrevistada que afirmou ter se sentido mais aceita e compreendida pelos amigos em situação de rua do que por familiares.

e aí eu conheci o Flávio, que é um cara que que tava em situação de rua, que ele me levou pra praça do Ferreira, e lá eu conheci o pai da praça,[...] os meninos que tavam na praça, e eu fui muito bem acolhido porque eu soube chegar, entendeu, eu era muito na minha, então eu sempre [...] sempre fui muito respeitador em relação a isso, né, acho que um único lado positivo desse, dessa minha qualidade de ter cuidado de não magoar os outros é que eu tinha esse perfil de respeitador, então isso aí que acabou cativando algumas pessoas no começo, que me ajudaram, ou seja, aí eu fui fazendo amizades, e... quando caiu a ficha, acho que umas duas semanas, de que realmente era um mundo novo e que eu tava renascendo, então eu mergulhei de cabeça, eu fui muito intenso (Machado)

Foi, na rua eu encon... encontrei pessoas que me ajudaram, muita gente né que me deu força que me alevantava não me botava pra baixo, as que as vez tinha gente que dizia assim ia dizer assim cê tá magra você tá estranha você tá diferente (...) Aí, e os pessoal me aceitava lá, a pessoa perguntava donde era que eu era aí eu dizia né, sô daqui mesmo, sô da rua, aí os pessoal pode ficar à vontade aí pivete que ninguém vai mexer com você não viu, dizia desse jeito (Eva)

A respeito das relações entre pessoas em situação de rua, um entrevistado acredita que há exemplos de ajuda mútua, entendendo que as boas relações que construiu na rua foi importante no momento em que ele sentiu desejo de sair da situação de rua. No entanto, também há vulnerabilidades e dificuldades de confiança, pois há risco de relações prejudiciais:

Não, tem muitas pessoas que ajudam mesmo, a galera na rua tem muita galera que ajuda, só assim entre aspas um aqui e acolá que gosta de querer atrasar a caminhada da pessoa na rua mas a maioria da galera da galera da rua tem muitos que é, são muito unido tá entendendo, ajuda, tem muitos que ajuda (Oliver)

Nesse aspecto, há estudos que mostram uma certa ambiguidade das relações entre pessoas em situação de rua. Se por um lado, há um processo de identificação, solidariedade e apoio mútuo, por outro lado também é comum situações de violência cujo agressor também se encontra em situação de rua. Os participantes do estudo de Galvani (2008) relataram experiências de violência por parte de outras pessoas em situação de rua, mas também construção de relações de solidariedade e de apoio social mútuo. Nesse mesmo caminho, Pessoa (2021) percebeu que, no sistema da rua em Fortaleza, coexistem redes de sociabilidades, solidão e desconfiança, com destaque para o relato de um participante de que o animal de estimação é mais confiável do que outro ser humano.

As análises de Neves (2010) apontam para solidariedade dos grupos em situação de rua que praticam a mendicância, tendo em vista que quando eles conseguem acumular muitos recursos, não podem mantê-los visíveis para não prejudicar o papel de mendigo, por isso acabam promovendo a distribuição de recursos com outras pessoas em situação de rua. A mendicância como forma de enfrentamento exige que o indivíduo incorpore os atributos socialmente imputados a eles, os quais compreendem sua situação mediante uso da expressão “queda no fundo do poço” ou “cair na mendicância” (NEVES, 2010, p. 112). Ainda assim, a solidariedade é um potencial a ser desenvolvido num processo de luta coletiva.

Não podemos, no entanto, deixar de reconhecer que os desafios e as dificuldades são fortes. Lussi, Ricci e Pereira (2017) relatam dificuldades num projeto para desenvolver

grupos de economia solidária, vista como alternativa tanto para promover solidariedade e autonomia como também para geração de renda. No relato, esses autores referem-se às dificuldades para as pessoas em situação de rua de se apropriarem da proposta de economia solidária, por um lado devido à lógica internalizada de emprego por contrato e, por outro lado, devido ao problema da posse de dinheiro que aparecia como fator de risco diante do uso abusivo de drogas.

É importante lembrar que os dados quantitativos confirmam a intensa vulnerabilidade a violência a que estão expostos os participantes, na medida em que 87,3% afirmaram ter sofrido pelo menos um tipo de violência, seja furto, roubo ou agressão física, 50,7% dos participantes relataram ter sido vítima de violência da polícia e para 48,4%, o agressor foi outra pessoa em situação de rua. Foi realizado o Teste T de *Student* a fim de verificar se há diferença nas médias de apoio social em relação ao fato de ter sofrido violência por parte de outras pessoas em situação de rua (PSR). Os resultados demonstraram diferenças significativas apenas nos itens que se referem à Família, Centro Pop e Centro de Convivência como fonte de apoio social, apontando que os participantes que já sofreram violência por parte de outras pessoas em situação de rua apresentam menores médias nessas fontes de apoio (Tabela 26).

Nesse sentido, a busca pelo apoio dessas entidades é menor junto aos participantes que declararam já ter sofrido algum tipo de violência cujo o agressor foi outra pessoa em situação de rua. Esse fato pode significar que essas pessoas deixam de frequentar essas entidades para evitar contato com outras pessoas em situação de rua. No entanto, conforme pôde ser observado, essas pessoas também se revelaram como a terceira maior média de apoio social, revelando a ambiguidade característica dessa população, que ao mesmo tempo em que experimentam fragilização de vínculos de confiança também constroem novas relações de amizade e companheirismo (CUNHA, et al., 2017).

Com o intuito de comparação de médias significativas de busca por diferentes fontes de apoio em função das variáveis gênero, tempo em situação de rua e tratamento em serviço de saúde, realizamos o teste T de Student, como mostra a Tabela 26. Os resultados apontaram que as mulheres procuraram mais a “Deus” e a “amigos em situação de rua” como fonte de apoio, e que pessoas que estão há mais de quatro anos em situação de rua recorreram com maior frequência a “Deus” e ao “Movimento Nacional da População de Rua” como fontes de apoio.

Também foi comparada à média de procura por serviços de saúde em função da percepção de tratamento/cuidado adequado em saúde e os resultados apontaram que pessoas

que perceberam um tratamento/cuidado adequado em saúde apresentaram uma maior tendência à busca de equipamentos no território, como o Posto de Saúde e o CAPS, respectivamente, frente às demandas pessoais na dimensão saúde. Por outro lado, o Teste T de Student demonstrou também que os participantes que relataram não ter documento obtiveram uma média menor na busca pelo Posto de Saúde como fonte de apoio social. Nesse quesito, 47,6% do total dos participantes afirmaram não ter nenhum documento.

Tabela 26 - Comparação de médias significativas de fontes de apoio por gênero, por tempo em situação de rua, tratamento de saúde e itens da Dimensão Direitos Humanos

Fontes de Apoio	Grupos				<i>t</i>	<i>df</i>	Valor <i>p</i>
	Homens		Mulheres				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Amigos que estão em situação de rua	1,28	1,04	1,92	1,09	-2,93	228	0,004
Deus	2,70	0,70	2,96	0,20	-4,14	130,23	0,000
	Há 4 anos ou menos na rua		Há mais de 4 anos na rua				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Movimento Nacional da Pop. de Rua	0,43	0,85	0,71	1,03	-2,19	227	0,03
Deus	2,63	0,82	2,85	0,43	-2,53	231	0,01
	Grupos						
	Recebeu tratamento adequado		Não recebeu tratamento adequado				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Posto de saúde	1,41	1,02	0,88	0,98	-3,38	198	0,001
CAPS	0,91	1,18	0,55	0,95	-2,29	143,16	0,02
	Possui algum documento		Não possui documento				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Posto de saúde	1,28	1,05	0,70	0,91	-3,16	222	0,002
	Sofreu violência de outras PSR		Não sofreu violência de PSR				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Família	0,59	0,90	0,92	1,10	2,36	211	0,019
Centro Pop	1,63	1,10	1,98	0,95	2,50	210	0,010
Centro de Convivência	1,01	1,12	1,34	1,22	2,02	205	0,045
	Sofreu discriminação o no serviço público		Não sofreu discriminação o no serviço público				
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>			
Outros amigos	0,96	1,04	0,68	0,94	-2,19	233	0,030
CAPS	0,87	1,14	0,57	1,04	-2,03	229	0,043

Fonte: dados da pesquisa

As maiores médias de apoio social no Posto de Saúde e no CAPS os participantes com experiências de bom tratamento de saúde demonstram que a insatisfação com o serviço de saúde prejudica o acesso. A esse respeito, o estudo de Tilio e Oliveira (2016) destacou a precariedade do cuidado a saúde da pessoa em situação de rua, que, no geral, somente procura a unidade de saúde em casos mais graves. Cabe ressaltar ainda que a atenção à saúde da pessoa em situação de rua precisa considerar as suas especificidades, incluindo a maior vulnerabilidade às enfermidades e a dificuldade de adesão ao tratamento (PATRÍCIO; AJÚRIO; CASTRO, 2016).

Um importante obstáculo ao acesso dessas pessoas tem a ver com a falta de documento ou de residência fixa. Nesse aspecto, a menor média de apoio social no Posto de Saúde para as pessoas que não possuem documento demonstra que a falta de documento é uma barreira de acesso à atenção primária, bem como uma clara violação de direitos humanos, tendo em vista a universalidade do Sistema Único de Saúde. Estudos anteriores também se referem a barreiras de acesso ao serviço públicos decorrentes dos processos de exclusão social específicos das pessoas em situação de rua. A esse respeito, Vale e Vecchia (2019) destacam que o direito à saúde de pessoas em situação de rua ainda não se concretizou em acesso efetivo aos serviços de saúde. Observam, ainda, que há dificuldades específicas das pessoas em situação de rua, que na maioria das vezes buscam os serviços somente em casos de urgência, prejudicando tanto a continuidade do tratamento quanto as ações de promoção da saúde. Já Santana e Castelar (2014) compreendem que as violações de direitos dessa população resultam dos processos de exclusão e do descaso do Estado. Além disso, parte das pessoas em situação de rua internaliza o preconceito, de modo que não acreditam ter direito aos serviços públicos de saúde, além de evitarem frequentarem esses serviços por estarem sujos e mal vestidos.

O preconceito e a discriminação contra as pessoas em situação de rua no serviço público também pode ser considerada uma barreira de acesso. Nesse quesito, 55,3% dos participantes da pesquisa afirmaram ter já ter sofrido alguma forma de discriminação em algum serviço público. No entanto, os dados estatísticos não demonstram que essa experiência prejudica a busca por apoio social, tendo em vista que o Teste T de Student (Tabela 26) identificou que os participantes que já sofreram discriminação em serviço público tem maior média de apoio social quando se trata de “outros amigos” e “CAPS” como fontes de apoio, e não há diferença estatística na média de apoio social nas unidades do Centro Pop, Centro de Convivência nem Posto de Saúde. Isso demonstra que nem sempre é clara a percepção da qualidade do atendimento no serviço de saúde. É essa a compreensão de Aguiar e Iriart (2012), que destacam que, mesmo vivenciando dificuldades de acesso a serviços de saúde, devido à

falta de documento e à discriminação, as pessoas em situação de rua relatam satisfação com o serviço, devido à baixa expectativa quanto a um atendimento de qualidade.

Se considerarmos a média de Discriminação Cotidiana, o resultado é diferente, na medida em que encontramos correlação estatisticamente significativa e negativa entre a média de discriminação e a média de suporte social ($r = -0,148$; $p < 0,05$), de sorte que quanto maior a percepção de discriminação menor é a percepção de suporte social. Esse é um dado importante tendo em vista que a importância das redes de apoio social para a sobrevivência diária das pessoas em situação de rua. A discriminação prejudica a busca ativa por fontes de apoio social, restringindo, portanto, o acesso a oportunidades e serviços (BARATA, 2009).

Algumas variáveis da dimensão subjetiva, tais como as categorias humilhação e vergonha, também foram analisadas, encontrando que 75,7% dos participantes afirmaram ter sofrido humilhação pela condição de estar em situação de rua, enquanto 76,7% afirmaram se sentir envergonhado. Para verificar a relação dessas variáveis com o apoio social, foram realizadas análises de variância ANOVA para comparar as médias entre a variável dependente família como fonte de apoio buscada pelos participantes do estudo e a variável independente humilhação percebida pelos participantes em casa de familiares. Desse modo, verificou-se que há efeito significativo da humilhação percebida em casa de familiares na média de busca da família como fonte de apoio na mostra do estudo ($F(3,228) = 4,89$; $p < 0,05$). Segundo o Teste *post hoc* Bonferroni, foi constatado que pessoas que nunca sofreram humilhação em casa de familiares apresentaram maior média de obtenção de apoio familiar ($M = 1,07$; $DP = 1,19$), em relação às pessoas que foram humilhadas muitas vezes ($M = 0,61$; $DP = 0,89$) e sempre ($M = 0,40$; $DP = 0,73$) por familiares.

Além disso, a análise de correlação de *Pearson* entre as variáveis humilhação e as variáveis de apoio social demonstrou correlação positiva e estatisticamente significativa entre humilhação e apoio social de outras pessoas em situação de rua ($r = 0,133$, $p < 0,05$) e correlação também positiva e significativa entre humilhação e apoio social do CAPS ($r = 0,170$, $p < 0,05$), de modo que o aumento da média de humilhação acompanha o aumento da média de apoio social por parte de outras pessoas em situação de rua e do CAPS. O mesmo teste encontrou correlação positiva e significativa entre vergonha e apoio social de outras pessoas em situação de rua ($r = -0,134$, $p < 0,05$) e entre vergonha e apoio social no CAPS ($r = -0,134$, $p < 0,05$).

No que tange à dimensão subjetiva, os resultados apontam para casos frequentes de humilhação e vergonha. Para Moura Jr., Ximenes e Sarriera (2013), os sentimentos de humilhação e de vergonha são resultados de práticas discriminatórias, fazendo com que as

peças sintam-se inferiorizadas e evitem frequentar determinados espaços, inclusive serviços públicos.

A correlação positiva entre humilhação, vergonha e apoio social de outras pessoas em situação de rua indica que o apoio social informal, característico das redes de solidariedades entre as pessoas em situação de rua, aparece como uma prática de enfrentamento das experiências de humilhação. De modo geral, a população em situação de rua são vítimas de estigmatização, discriminação e humilhações. No entanto, também há relações de apoio e de solidariedade. Esses resultados vão ao encontro das conclusões de Sicari e Zanela (2018), que encontraram dois modos pelos quais a sociedade estabelece relações com as pessoas em situação de rua: uma delas se caracteriza pelo preconceito e discriminação; a outra se constitui a partir da caridade e do apoio.

O fato de as pessoas que sofrem mais humilhação na rua terem menos disponibilidade de apoio social na família demonstra, por um lado, a fragilidade dos vínculos familiares, enquanto, por outro lado, a busca por apoio social junto a pessoas na mesma situação parece ser um recurso para enfrentar a humilhação. No entanto, muitas vezes há uma certa ambiguidade no sentido de que as fontes de apoio social, como a família e as instituições, também podem exercer o papel de agentes de discriminação e violências. O estudo de Estanilau et al. (2018), que investigou apoio social como estratégia de enfrentamento da humilhação e vergonha junto a pessoas em condição de pobreza, encontrou um resultado semelhante, na medida em que a família, por um lado, surgiu como a principal fonte de apoio social informal e, por outro lado, foi o a segunda principal fonte de humilhação. Nesse aspecto, para Estanilau et al. (2018), quando a humilhação parte de pessoas significativas como a família ou instituições, os indivíduos se sentem inseguros quanto aos seus valores e potenciais, podendo produzir sofrimento psíquico e adoecimento.

Outra consequência das práticas de discriminação social contra pessoas em situação de rua é a violência (MOURA Jr.; XIMENES; SARRIERA, 2013). Nesse aspecto, os resultados demonstraram a intensa vulnerabilidade das pessoas em situação de rua, corroborando discussões fartamente trazidas na literatura. Além da exposição a furtos e roubos, também são comuns ações de discriminação, cometidas tanto por agentes do Estado como pela sociedade em geral. Experiências de violência física e violência institucional contra pessoas em situação de rua também foram relatadas na pesquisa de Galvani (2008). A esse respeito, Amorim, Nobre, Coutinho e Oliveira (2019) entendem que a violência, o preconceito e a discriminação sofrida por essa população são resultados das estruturas macrossociais e de seus processos de exclusão social.

6.3.2 O apoio social percebido pelas pessoas em situação de rua

Além de investigar as fontes de apoio social, essa pesquisa também buscou identificar os principais tipos de suporte social disponíveis para as pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE. Para isso, partimos dos resultados quantitativos oriundos da aplicação da Escala de Percepção de Suporte Social (EPSS) e dos conteúdos das entrevistas individuais.

O suporte social tem sido classificado na literatura a partir de vários tipos, sendo um conceito multidimensional, na medida em que diz respeito não somente a recursos materiais, mas também suporte psicológico. Essa classificação facilita a compreensão psicossocial do apoio social (SIQUEIRA, 2008). Os tipos mais comuns apontados por Siqueira (2008) são o suporte emocional, o instrumental e o informacional. Para essa autora, cada uma dessas categorias está relacionada à natureza do recurso disponível na rede de apoio social. Nesse sentido, o suporte emocional corresponde a apoio de teor afetivo, como atenção, amizade e carinho, contribuindo para que o indivíduo tenha segurança de encontrar pessoas que oferecem companhia e com quem podem contar em momentos de dificuldades. Já os suportes dos tipos informacional e instrumental são os de conteúdo prático e utilitário, que pode colaborar para solucionar alguma necessidade prática, como por exemplo as de ordem material.

É importante lembrar que os tipos de apoios foram identificados e analisados a partir da versão reduzida da Escala de Percepção de Suporte Social (EPSS), que foi validada para pessoas em condição de pobreza (XIMENES et al., 2020). A escala possui 12 itens, sendo que, com base na literatura, 8 itens estão vinculados ao suporte cognitivo-instrumental (“Te empresta algo do que você precisa”, “Te empresta dinheiro”, “Orienta suas decisões”, “Te substitui em tarefas que você não pode realizar no momento”, “dá sugestões sobre seu futuro”, “esclarece suas dúvidas”, “Te fornece alimentação”, “Te ajuda a resolver um problema prático”), que contemplam auxílios financeiros, materiais e informacionais, e 4 itens incluem-se no suporte afetivo-cooperativo (“ouve com atenção seus problemas pessoais”, “está ao seu lado em qualquer situação”, “compreende suas dificuldades” e “preocupa-se com você”) que abrange a possibilidade de contar com apoio afetivo, amizade e sentir-se amado e cuidado (XIMENES, et al., 2020). No instrumento, a EPSS corresponde aos itens 95 a 107 do questionário.

Tabela 27 – Escala de Percepção de Suporte Social

Percepção de suporte social	N	Média	Desvio padrão	Nunca (%)	Poucas vezes (%)	Muitas vezes (%)	Sempre (%)
Te empresta algo do que você precisa	235	0,92	0,99	42,19	32,91	13,92	10,13
Dá sugestões sobre seu futuro	235	1,15	1,12	38,40	24,47	19,41	16,88
Ouve com atenção seus problemas pessoais	234	1,20	1,09	34,18	27,00	21,52	16,03
Te empresta dinheiro	235	0,53	0,88	66,24	20,25	5,91	6,75
Orienta suas decisões	233	0,87	1,06	51,05	20,25	15,61	11,39
Compreende suas dificuldades	234	1,22	1,14	36,29	24,05	18,99	19,41
Te substitui em tarefas que não você não pode realizar no momento	235	0,60	0,96	64,98	17,30	8,44	8,44
Esclarece suas dúvidas.	234	0,99	1,08	44,30	25,32	15,19	13,92
Está ao seu lado em qualquer situação	231	1,00	1,20	50,63	16,46	10,55	19,83
Te fornece alimentação quando você precisa	235	1,84	1,06	13,50	24,05	26,16	35,44
Te ajuda a resolver um problema prático	235	1,01	1,09	43,04	27,43	13,50	15,19
Preocupa-se com você	235	1,61	1,22	26,58	20,25	17,30	35,02

Fonte: dados da pesquisa

Conforme Tabela 27, a média total da Escala de Percepção de Suporte Social foi de 1,07 (DP=0,67), que revela uma baixa percepção de suporte social. Além disso, mais 60% dos participantes dos participantes responderam "nunca" ou "poucas vezes" para quase todos os itens da escala, com exceção do item 'preocupa-se com você' para o qual 46,8% respondeu nunca ou poucas vezes, e para o item "te fornece alimentação quando você precisa", com 37,6% de respostas "nunca" ou "poucas vezes"

O item que apresentou média maior foi o "Te fornece alimentação quando você precisa" (M=1,84; DP=1,06) e o item "Te empresta dinheiro" foi que resultou em menor média (M=0,53; DP=0,88). As médias foram baixas para ambos os tipos de suporte social contemplado na EPSS. No entanto, os itens referentes ao suporte afetivo-cooperativo apresentaram maiores médias, de modo que considerando somente esse tipo de apoio, a média é 1,23 (DP=0,83). Já a maioria dos itens do apoio do tipo cognitivo-instrumental apresenta médias abaixo de 1, com média total de 0,96 (DP=0,86).

Esses dados demonstram que as redes sociais formais e informais disponíveis para as pessoas em situação de rua participantes dessa pesquisa não são suficientes para resultar numa alta percepção de apoio social. Existem uma variedade de apoio social que abrange equipamentos do poder público e entidades da sociedade civil, que, muitas vezes, permite a construção de vínculos entre funcionários das instituições, voluntários e as pessoas em situação

de rua. Galvani (2008) chama de circuitos a rede que inclui espaços e entidades que oferece serviços ou realizam atividades junto às pessoas em situação de rua. Nesse sentido, a menor média nos itens do suporte cognitivo-instrumental não significa necessariamente que não existe uma rede de apoio social, no entanto pode indicar que as condições de vida nas ruas parecem reduzir as perspectivas de resolução prática dos problemas, possivelmente pelo fato de que muitos mantêm a expectativa de sair da situação de rua. Da mesma forma, apesar de existir, em maior ou menor medida, rompimento ou fragilização de vínculos comunitários e familiares, isso não pode ser confundido com uma ausência total de afetividade, tendo em vista a construção de novas relações afetivas na rua (MARSICANO; LENINSON, 2020).

A fim de verificar se havia alguma distinção na percepção de suporte social em função do gênero, realizamos o Teste T de Student, que apontou diferença estatisticamente significativa, demonstrando maior média percepção de suporte social entre as mulheres, em comparação aos homens ($t(228) = -3,431$; $p > 0,05$). Conforme Tabela 28, a diferença das médias de suporte social em homens e mulheres é maior quando consideramos somente os itens que correspondem ao suporte afetivo, mas também é estatisticamente significativa considerando só os itens do suporte cognitivo-instrumental. Para Marsicano e Leninson (2020, p. 98), os padrões sociais de gênero associam as mulheres “[...] aos sentimentos relacionados ao campo das emoções”, de modo que, devido à concepção de fragilidade, as mulheres em situação de rua são concebidas como menos ameaçadoras para a sociedade. Essa configuração pode explicar a maior média de percepção de suporte social por parte das mulheres.

Tabela 28 – Teste T de Student para comparação de médias de percepção de suporte social entre homens e mulheres

		N	M	DP	t	p
Suporte Social	Masculino	204	1,02	0,66	3,4	0
	Feminino	26	1,49	0,70		
Suporte Afetivo-Cooperativo	Masculino	204	1,17	0,81	3,7	0
	Feminino	26	1,79	0,78		
Suporte Cognitivo-instrumental	Masculino	204	0,92	0,62	2,9	0
	Feminino	26	1,31	0,77		

Fonte: dados da pesquisa

A busca por apoio social também é uma forma de proteção devido ao fato de que as mulheres estão numa condição de vulnerabilidade mais intensa. Nesse aspecto, segundo Rosa e Brêtas (2015), apesar de não ser adequado colocar entender as mulheres em situação de rua como frágeis, vítimas ou dependente, existe, para elas, a necessidade de constituírem relações

que permitam o enfrentamento das vulnerabilidades a situações de violências tão frequente nas ruas. Há também casos em que o corpo é usado para sustentar relações que contribuem para garantir a sobrevivência na rua.

Realizamos também Teste T de Student para verificar se a declaração de ter sofrido alguma doença tem relação com a percepção de suporte social, o qual apontou diferença estatisticamente significativa quanto ao transtorno mental, de modo que a média de percepção de suporte social é menor para as pessoas que declararam ter sofrido transtorno mental, em comparação com os que afirmaram não ter tido transtorno mental ($t(230) = 3,200; p > 0,05$). Com base em Valla (1999), que compreende que o apoio social resulta em efeitos emocionais positivos, podemos destacar que esse resultado indica que o suporte social pode funcionar como um fator de proteção, reduzindo os prejuízos à saúde mental. Cabe ressaltar ainda que se trata de um processo recíproco, que gera efeitos positivos para o sujeito que o recebe, bem como, para quem oferece o apoio, fortalecendo assim os vínculos afetivos (VALLA, 1999).

Coerentes com essas análises, os participantes das entrevistas entendem que, apesar de ser mais comum, para as pessoas em situação de rua, a disponibilidade recursos para satisfação de necessidades básicas, tais como higiene, vestimenta e alimentação, são fundamentais também outros tipos de suporte, que promovam escuta e cuidado das pessoas em situação de rua. Nesse sentido, Jorge considera que a saída da situação de rua é um processo demorado, assim como é o processo de chegar e ficar na situação de rua, por isso não basta doação de comida, sendo necessárias serviços que recorrem à arte, esporte, cursos, etc.

é uma galera que vai lá e o que que eles levam, a escuta; eles chegam, o trabalho deles é muito massa, eles chegam, sentam, é a escuta, eles chegam pa conversar com o cara, e muita gente vai em cima da praça pa falar, pa dizer o que o cara tem que fazer pa sair dali, pa dizer o que o cara tá fazeno certo, pa dizer o que o cara tá fazeno de errado, pa doutrinar pa catequizar, e poucas pessoas sobem ali pa escutar, e talvez esse seja o diferencial assim, do dos coletivos ou dos grupos que eu vejo que fazem a diferença, que são aqueles que realmente vão pa fazer o trabalho da escuta (Machado)

a situação de rua é um processo, cara. Tem, deve... claro que tem. Aquela coisa que o cara deu um revertério lá, um tilt? Tem. Mas é um processo de anos a fio. Anos a fio. Que as coisas foram... foram acontecendo e não teve uma resposta adequada. E também o processo de anos a fio pra sair. Num é só dinheiro, num é só trabalho, num é só casa (Jorge)

Ninguém quer saber do problema da gente, ninguém quer saber se tem alguma coisa, o que que tá precisando. Às vezes você num precisa de bem nenhum, cê precisa de uma palavra de conforto, de uma palavra amiga, de uma mão solidária. Então, eu acho dessa forma. (Clara)

Dessa forma, diante do sofrimento psicossocial e da solidão que atinge as pessoas em situação de rua, a necessidade de suporte social emocional é reconhecida pelos participantes. Isso aponta para a já discutida ambiguidade das relações existentes no seio da população em situação de rua, pois, ainda que exista uma rede de solidariedade e de proteção mútua entre essas pessoas, é também reconhecida a necessidade de apoio emocional oriundo grupos, coletivos e instituições diversas. Há, portanto, uma certa lacuna no que se refere ao apoio comunitário, ou seja, o tipo de apoio informal construído no interior das relações comunitárias cotidianas. Esse tipo de apoio se apresenta como independente dos padrões institucionalizados e favorece o fortalecimento dos sujeitos e de seus potenciais de ação individual e coletiva, além de facilitar a satisfação de necessidades de indivíduos e grupos (SILVA et al., 2016).

Essa lacuna parece, em alguns casos, ser preenchida pela intimidade constituída nas relações amorosas. Nesse sentido, fizemos o teste ANOVA para verificar a relação entre percepção de suporte social e estado civil, e o resultado encontrou diferença estatisticamente significativa ($F(3, 231) = 5,531, p < 0,05$), indicando que os participantes casados ou que vivem com companheiro tem maior percepção de suporte social do que os solteiros ($p = 0,001$) e do que os divorciados ou separados ($p = 0,022$).

Os resultados da etapa qualitativa confirmam a importância do relacionamento amoroso, na medida em que metade dos participantes atribuem significativa importância ao apoio de parceiros amorosos. Nesse aspecto, para Oliver, por exemplo, a companhia e o apoio da sua companheira foi fundamental no momento em que ele voltou à morar na rua após ter tido uma recaída no consumo de drogas.

[...]se não fosse ela, insistir, com certeza eu ainda tava lá até uma hora dessa, eu creio que com certeza eu ainda tava lá porque o pensamento num era, a intenção num era de sair mais da rua, era de me depravar, era de ficar na rua, eu não tinha mais desejo naquela, naquela situação ali eu não tava não tava tendo mais desejo de sair da rua (Oliver)

Foi ele que me trouxe a vida, a vida de Deus. Então, Deus colocou ele no meu caminho. Ele também é pobre, a família dele é pobre, entendeu? Mas eu tô com ele. É uma pessoa que me apoia, uma pessoa que tá sempre presente comigo, é carinhoso. Mesmo não tendo nada. Às vezes, ele deixa de comer e me dá, acredita? É difícil ter um companheiro assim. Eu sei que ele tá com fome, porque ele é mei gordinho e quem é gordo come muito, né? E aí ele deixa de comer. “Não fia, coma”. Eu digo “e você?” “não”. Aí como eu... como eu tenho... é... como é que se diz... como eu não sou egoísta, entendeu? Eu tenho humildade no coração, eu como e deixo pra ele. Então, nosso... o nosso... a quantidade de pobreza, o tamanho da pobreza minha... eu não tenho egoísmo.

De modo geral, ter um companheiro ou uma companheira significa ter alguém que está sempre ao lado, tanto no que diz respeito ao suporte afetivo como também no apoio instrumental. Esses resultados confirmam as discussões de Cunha et al. (2017), os quais abordam o cuidado e proteção mútua derivada do relacionamento amoroso entre pessoas em situação de rua. Para Pessoa (2021), as pessoas que constituem e mantêm um relacionamento amoroso na rua encontram apoio e esperança para buscar outras opções de vida. A rua é, portanto, um mundo cheio de possibilidades, desde a morte, o uso de drogas até o encontro amoroso e aliança para lutas coletivas (PESSOA, 2019)

Para entender melhor a relação entre percepção de suporte social e contato com a família, realizamos Análise de Multivariância (ANOVA), tomando a média da escala de percepção de suporte social como variável dependente e como variável independente a frequência de contato com familiares (item 81 do questionário). O resultado demonstrou que o contato familiar afeta a média da percepção de suporte social ($F(4, 230) = 7,371$ $p < 0,05$). O Teste Post Hoc de Bonferroni revelou que a média de percepção de suporte social é menor para os participantes que não tem nenhum contato com a família, em comparação aos que tem contato diário ou semanal. O vínculo familiar aparece, portanto, como sendo um elemento importante na percepção de suporte social, de modo que a ruptura desses vínculos diminui a percepção e disponibilidade de apoio social. Esses resultados são coerentes com as considerações de Lever e Martinez (2007), que, ao discutirem estudos realizados com populações em geral, compreendem a família como sendo a principal fonte de apoio social, entretanto, quando se vive numa condição de precariedade decorrente da pobreza, outras fontes de apoio ganham relevância, como amigos próximos e a comunidade. Dessa forma, a ruptura familiar acaba prejudicando a percepção de suporte social, pela diminuição da expectativa de poder contar com familiares para enfrentar as adversidades.

É importante, ainda, reforçar a heterogeneidade da população em situação de rua, de modo que, de acordo com Cunha et al. (2017), há quatro situações distintas no que diz respeito às relações familiares: em primeiro lugar, há relatos que apontam que, após o rompimento do vínculo com a família, há pessoas que buscam uma maior liberdade nas ruas, frente ao antigo ambiente familiar opressor; há também casos de pessoas que preferem não ser vistas por familiares, devido ao sentimento de vergonha causado pela situação degradante de estar na rua; também são comuns relatos de pessoas que buscam contato com familiares, mas são evitados ou rechaçados; e por fim, existem casos de preservação de algum contato com familiares.

Apesar da fragilização das relações familiares e comunitárias, na rua novas relações são construídas. Nesse sentido, Holanda (2019) comenta que há uma multiplicidade de atores que se conectam às pessoas em situação de rua, de modo que há um complexo universo de relações constituídas nas ruas, que contribui para produzir esses sujeitos e ao mesmo tempo são produzidas por eles. Para esse autor, portanto, a pessoa em situação de rua apresenta a capacidade de construir sociabilidades e de buscar ativamente recursos para sobrevivência e enfrentamento. A condição de agência do morador de rua é reconhecida, incluindo a formação de grupos, as redes de trocas de saberes e as redes políticas, como acontece com o Movimento Nacional da População de Rua (HOLANDA, 2019).

Quanto à alimentação, encontramos diferenças estatisticamente significativa na média de percepção de suporte social em função da quantidade de refeições por dia, conforme teste ANOVA ($F(3, 231) = 6,834, p < 0,05$). O Teste Post Hoc de Bonferroni indicou que as pessoas que tem quatro ou mais refeições por dia tem maior percepção de suporte social do que os que relataram ter uma refeição por dia ($p = 0,028$) e os que afirmaram comer duas vezes ao dia ($p = 0,001$). Isso demonstra que a diferença em termos frequência de alimentação está associada a diferentes percepções de apoio social. É importante lembrar que a alimentação dos participantes da pesquisa depende da rede apoio de instituições e voluntariado, tendo em vista que apenas 6,8% afirmaram comprar comida e 0,8% cozinham a própria comida, o restante recebe doações ou se alimentam no restaurante popular e em outras instituições.

O Teste T de Student tomando como variável dependente a média de percepção de suporte social e como variável independente a violência por parte de agentes da Guarda Municipal resultou em diferença estatisticamente significativa, de maneira que a média da percepção de suporte social é maior para os participantes que já sofreram violência da Guarda Municipal ($t(211) = -2,210; p > 0,05$). Nesse âmbito, a rede de apoio social é um recurso para o enfrentamento da violência por parte de agentes estatais, na medida em que existem mecanismos de proteção social e entidades que buscam de garantia de direitos humanos, com atuação de organizações não governamentais, centros de defesa de direitos humanos, ministério público e defensoria pública. Destacam-se, como forma de proteção contra a vulnerabilidade à violência os espaços de acolhimento, tais como a Pousada Social, e espaços de intervenção contra abusos cometidos por agentes estatais, tais como a atuação do Ministério Público, por meio da promotora Giovana Araújo, o Fórum de Rua, e os comitês municipal e estadual de monitoramento das políticas públicas, e o Movimento Nacional da População de Rua (PESSOA, 2021).

Quanto ao uso de álcool e drogas, ao comparar os que fazem e os que não fazem uso, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na média de percepção de suporte social. No entanto, no que se refere à frequência de uso de drogas (excluindo bebidas alcoólicas), o teste ANOVA assinalou diferença estatisticamente significativa ($F(5, 227) = 2,636, p < 0,05$). O Teste Post Hoc de Bonferroni encontrou maior média de percepção de suporte social junto aos participantes que usam drogas diariamente em comparação com os que não consomem drogas ($p = 0,034$). Essa diferença pode ser explicada, por um lado, pelo processo de socialização das pessoas que fazem uso frequente de drogas, que está associada à sociabilidade e relações recíprocas (MEDEIROS, 2019). Por outro lado, segundo Caracava-Morera e Padilha (2015), as pessoas que fazem uso de drogas experimentam um processo de estigmatização, que pode diminuir a expectativa de contato social significativo e de atendimento positivo da rede de serviços governamentais e não-governamentais.

6.4 Enfrentamento e Práxis da Libertação

Apesar da pertinência da abordagem das capacidades, especialmente quando relacionamos com a necessidade de enfrentar a desigualdade social, garantir oportunidades sociais e promover justiça social e dignidade humana, ainda assim há algumas lacunas que precisam ser compreendidas, como por exemplo um certo individualismo da perspectiva seniana. As críticas voltadas à Amartya Sen consideram que a abordagem é individualista, no entanto, Alkire e Deneulin (2012) fazem uma defesa da perspectiva de Sen, destacando que não se trata de um individualismo ontológico, ou seja, que considera a sociedade como a mera soma dos indivíduos, nem de um individualismo metodológico, que busca explicar os fenômenos recorrendo aos indivíduos. Trata-se, no entanto, de individualismo ético, tendo em vista que considera o indivíduo, e não a família ou os grupos, como unidade última de preocupação moral. Esse individualismo conforme Alkire e Deneulin (2012), não desconsidera a necessidade de analisar as estruturas sociais, no entanto o faz para entender a sua importância para o bem-estar individual. A preocupação da abordagem das capacitações em considerar o indivíduo como unidade última de análise se dá porque levar em conta o grupo ou família pode levar à não visualização de desigualdades existentes dentro desses grupos, que podem atingir, por exemplo, mulheres ou crianças (ALKIRE; DENEULIN, 2012).

Ainda que, para Alkire e Deneulin (2012) a perspectiva da abordagem das capacidades considere os movimentos sociais, a concepção de liberdade acaba enfatizando as liberdades individuais, dando menos importância aos movimentos coletivos de enfrentamento

da lógica injusta da sociedade capitalista. A concepção de Sen (2000) com relação ao mercado implica na superação de extremos, ou seja, nem diviniza o mercado nem o critica incondicionalmente. Nesse aspecto, Sen (2000) considera que existem privações em virtude de pessoas excluídas dos benefícios sociais da sociedade de mercado. Ele considera que o processo de desenvolvimento não prescinde do mercado, no entanto não se deve desconsiderar o papel do custeio social, da regulamentação pública, enfim, do papel do Estado.

Concordamos com Siqueira (2011), quando critica a abordagem multidimensional de Amartya Sen por não considerar a determinação estrutural da pobreza como resultado do modo de produção e acumulação capitalista. Dessa forma, a ideia de enfrentamento, enquanto movimento coletivo de transformação da sociedade, não está presente na abordagem das capacidades. Consideramos importante, então, entender como são criadas estratégias diretas de enfrentamento à pobreza e à situação de rua. Ou seja, como agir não somente diante de situações particulares de violência, desrespeito, indignidade e pobreza, mas resistir ativamente no sentido de buscar transformar as condições que produzem a opressão, a situação de pobreza e de rua.

O conceito de libertação se mostra adequado a esse propósito, tal como trazido por Freire (2018a), Martin-Baró (2011a) e Dussel (1977). Para esses autores, a libertação significa romper com as relações de dominação e opressão, que é compreendida tanto como resultado das relações de dependência entre os países, como também entre classes e grupos sociais. Já a libertação seria um processo empreendido pelas populações oprimidas, com vistas à superação das condições sociais, econômicas, políticas e simbólicas que produzem e mantêm a opressão. Esse processo de libertação deve levar necessariamente à construção de uma nova sociedade baseada nos valores de solidariedade e justiça (MARTIN-BARÓ, 1998).

No campo da Psicologia, antes de uma Psicologia da Libertação, Martin-Baró (2011a), propõe primeiramente uma libertação da psicologia. A necessidade dessa libertação se deve ao histórico da Psicologia hegemônica no século XX, que parte de uma lógica individualista, na medida em que fenômenos originados a partir da estrutura social eram compreendidos como se fosse problemas pessoais, ignorando as questões sociais e estruturais da sociedade. Tratava-se de um psicologismo que ocultava as estruturas opressivas ao focalizar apenas os aspectos subjetivos individuais (MARTIN-BARÓ, 2011a). Diante de conflitos sociais, a proposta da Psicologia era promover mudanças no indivíduo, mantendo a conservação da ordem social ou então alimentando a ilusão de que mediante as mudanças provocadas nos indivíduos seria possível atingir a transformação da ordem social (MARTIN-BARÓ, 1998).

A crítica de Martin-Baró (2017) recai também sobre a Psicologia Latino-americana, que importava acriticamente modelos teóricos do hemisfério norte, relacionados, portanto, a

circunstâncias, realidade e problemas diferentes e alheios às especificidades dos países da América Latina. A realidade de injustiça que atingia a América Latina, para Martin-Baró (2017), implicava numa estrutura econômica desigual e subdesenvolvida, cujas riquezas eram concentradas numa elite minoritária, nos regimes de governos autoritários, na relação de dependência diante do imperialismo norte-americano e nos movimentos populares, no qual se incluíam, por exemplo os sindicatos. A libertação da Psicologia, portanto, somente seria possível a partir da construção de novos modelos teóricos e metodológicos, voltados para as especificidades da realidade latino-americana e, particularmente, das maiorias populares, ou seja, os grupos marginalizados. Martin-Baró (2011b) explicita claramente que o subdesenvolvimento, a dependência e a injustiça estrutural da América Latina, e suas implicações para miséria do povo, não são, a princípio, uma questão psicológica, ou que será resolvida mediante a práxis da Psicologia. No entanto, seja no âmbito da pesquisa acadêmica ou de atuação profissional, a questão estrutural diz respeito à Psicologia, especialmente quando consideramos uma Psicologia que considera os aspectos subjetivos como resultados de um processo de determinação estrutural, ou seja, que compreende a dialética subjetividade e objetividade. Dessa forma, no lugar de uma psicologia a-histórica, abstrata e individualista, Martin-Baró propõe uma psicologia histórica e politizada, que toma a realidade como ponto de partida e que está claramente ao lado das maiorias oprimidas num compromisso com a construção de uma sociedade mais justa (LACERDA JR.; GUZZO, 2011).

Uma crítica pertinente à Psicologia, enquanto ciência, refere-se ao que Martin-Baró (2011a, p.186) chama de cegueira para a negatividade, que significava o “[...] não reconhecimento de nada além do dado [...]”, ou seja, o modelo positivista que cega para o que ainda não existe, mas que é historicamente possível. Dessa forma, uma primeira exigência da Psicologia da Libertação seria tirar a atenção principal da sua cientificidade para enfatizar os problemas das maiorias populares da América Latina, buscando conhecer a realidade desses problemas e propondo nova práxis que visasse à transformação do homem e da sociedade, em direção a uma nova ordem social (MARTIN-NARÓ, 2011b). Acerca do significado da Libertação, Martin-Baró (2011b) destaca quatro características: é um processo histórico; é conflituoso, na medida em que visa promover ruptura social; é coletivo, tendo em vista que deve ser obra de um grupo social (as maiorias oprimidas); e tem como resultado a construção de uma nova identidade social. Trata-se, portanto, de uma libertação coletiva, do povo latino-americano. A noção de povo é a mesma adotada por Dussel (1977), que agrega os camponeses, os trabalhadores urbanos e os grupos marginalizados, ou seja, a classe oprimida. Sendo assim, a libertação é um processo histórico que depende da transformação da ordem social.

A partir dessa perspectiva que elege a libertação como horizonte a ser perseguido, entendemos que o enfrentamento deve incluir ações que vão além de práticas reativas e/ou adaptativas de indivíduos e grupos, considerando também práticas que buscam transformar as estruturas sociais. No caso da Psicologia da Libertação, Martin-Baró (2017) propõe tarefas que implicam em meios para gerar transformações subjetivas a fim de possibilitar ações transformadoras. Dentre elas, destacam-se o estudo sistemático das formas de consciência popular, a fim de entender a realidade dos povos latino-americanos; a desideologização da experiência cotidiana, de demanda um processo de conscientização e estímulo à participação crítica na realidade; a recuperação da memória histórica da classe oprimida, que objetiva desenvolver sentimento de pertencimento e reconhecimento de uma identidade coletiva; o resgate e potencialização das virtudes populares, no sentido de que, apesar de viverem na miséria, o povo ainda tem força, riqueza, potencial e solidariedade para fazer frente às condições de opressão; e a análise das organizações populares como instrumento de libertação histórica, a fim de compreender o papel dos movimentos coletivos e organizados na luta pela libertação (MARTIN-BARÓ, 2017).

As contribuições da pedagogia libertadora de Paulo Freire também trazem elementos ricos para pensar sobre o conceito de enfrentamento. Compreende a ordem injusta a partir da dialética opressor-oprimido, uma ordem que promove violência e impede o que ele chama de luta pela humanização (FREIRE, 2018a). Dessa forma, a estrutura social injusta e opressora da sociedade capitalista tem como resultado a manutenção de uma totalidade desumanizante, cuja desumanização atinge tanto os opressores quanto os oprimidos (FREIRE, 2018a). A libertação é entendida, portanto, como superação da contradição opressor e oprimido, inclusive a partir da compreensão dialética de que os oprimidos carregam dentro de si os opressores. Desse modo, a libertação, que implica numa transformação radical da sociedade e sua lógica opressora, somente poderá acontecer quando os oprimidos se dão conta de que são hospedeiros desse opressor (FREIRE, 2018a). O primeiro passo para a libertação, portanto, é a consciência crítica da realidade, mas não um mero reconhecimento, senão uma inserção crítica que implica numa práxis transformadora. Nesse sentido, há uma forte “[...] relação entre a clareza política na leitura do mundo e os níveis de engajamento nos processos de mobilização e de organização para a luta, para a defesa dos direitos, para a reivindicação da justiça” (FREIRE, 2016, p. 58).

A pertinência da proposta da pedagogia da libertação para a compreensão do conceito de enfrentamento reside no reconhecimento de Freire (2016) da importância da subjetividade na luta pela transformação, sempre numa perspectiva dialética, que não separa

subjetividade e objetividade. Isso significa atribuir o papel fundamental da ação humana na luta pela libertação, fugindo do que ele chama de fatalismo libertador, ou seja, a ideia de que o futuro é inexorável, de que a libertação “[...] virá como uma espécie de doação da história” (FREIRE, 2016, p. 140). A transformação, portanto, somente será possível mediante a práxis libertadora, que deve partir primeiramente do oprimido, a quem caberá denunciar a ordem esmagadora e anunciar uma nova ordem (FREIRE, 2018b). À medida que os seres humanos transformam o mundo, também se transformam subjetivamente, numa interação dialética.

A filosofia da libertação de Dussel (1984) compreende a classe oprimida, como a camada disfuncional do sistema político, podendo ser a classe dominada, a mulher na cultura machista, a criança e o jovem na dominação cultural, etc. Para Dussel (1984), a miséria do socialmente marginalizado, do que não tem trabalho, segurança ou habitação, é anti-humana. A libertação, para Dussel (1977), seria um ato do oprimido de transpor um horizonte, de atingir e adentrar a exterioridade de uma nova realidade. Exterioridade seria a transcendência da totalidade histórico-social do sistema capitalista, de modo que libertação é um projeto de transformação radical dessa totalidade, na construção de uma nova realidade, de uma ordem social mais justa.

A radicalidade da filosofia da libertação implica numa ideia de que a práxis deve operar num exercício de atingir, portanto, a exterioridade do sistema, tendo em vista que a mera práxis no interior do sistema é de dominação, de consolidação da ordem vigente (DUSSEL, 1977). Semelhante às reflexões de Freire (2018a), Dussel (1977) também destaca a necessidade de transformação dos sujeitos, a partir da constituição de um *ethos* da libertação, ou seja, um modo de ser que impede a repetição do mesmo, que implica na capacidade criativa, de inovação.

Em obra mais recente, Dussel (2012), ao propor uma ética da libertação, faz uso da expressão vítima para se referir ao oprimido, ao injustiçado. Toda teoria e práxis devem partir da experiência da vítima, mas o sujeito da práxis da libertação é cada sujeito ético ou indivíduo imerso no cotidiano, seja vítima ou solidário à vítima. No entanto, o alvo privilegiado da libertação é a vítima ou a comunidade de vítimas.

No que se refere às ações de enfrentamento das pessoas em situação de rua, já abordamos anteriormente ações de indivíduos e de grupos que oferecem apoio social, as quais se enquadram em estratégias de enfrentamento reativas e adaptativas (CIDADE, 2019), que facilitam a sobrevivência diante das adversidades e que possibilitam, em alguns casos, a saída da situação de rua. Vale lembrar que a maior parte dos entrevistados estavam em processo de saída da situação de rua, referidas por pesquisa de Pessoa (2021) como estando em "superação de rua". Essas pessoas foram contempladas com benefícios sociais tais como aluguel social e

programas habitacionais ou se organizam para pagar diárias de quitinetes. É o caso de Jorge, que reside num conjunto habitacional e se refere ao abandono de pessoas que estavam em situação de rua e foram contemplados nesses programas, que acabam tendo que enfrentar o poder do crime organizado. Ele entende que se trata de um processo de higienização, na medida em que não são oferecidos recursos, de modo que o indivíduo acaba perdendo a rede de apoio social disponível para pessoa em situação de rua. O relato desse participante chama atenção sobre a necessidade de políticas públicas para as comunidades periféricas, pois o espaço que o Estado não ocupa é preenchido pela ação das facções criminosas.

Acerca desse processo de saída da situação de rua, uma das participantes da pesquisa de Pessoa (2021) está condição de “superação de rua” por pelo menos dez anos. Por esse motivo, "superação", expressão usada pelos representantes do MNPR de Fortaleza, talvez não seja a melhor palavra para definir esse processo, na medida em que esses atores permanecem na condição de pobreza, de modo que as dificuldades de manutenção de uma residência podem resultar no retorno à situação de moradia na rua. Também permanecem sofrendo o estigma de “morador de rua”, inclusive por parte dos proprietários dos imóveis alugados com o recurso do aluguel social (PESSOA, 2021). Acreditamos que essas pessoas estão vivenciando uma experiência próxima ao que Hooks (2019, p. 76) chama da autorrecuperação, entendida como o “[...] esforço do oprimido, do dominado, para desenvolver consciência daquelas forças que exploram e oprimem”, ou seja, o esforço do sujeito, na relação significativa com outros, para o processo de autoconhecimento, em direção à conscientização e mudança revolucionária.

Entendemos, portanto, que essas pessoas buscam levar à frente ações de enfrentamento no nível adaptativo (CIDADE, 2019), na medida em que fazem uso da rede de apoio social disponível não somente para garantir alguns direitos básicos, como a moradia, mas também para atender necessidades que ultrapassam a sobrevivência imediata, tais como a realização de cursos de empreendedorismo e profissionalizantes. No entanto, para essas pessoas, algumas condições características desse nível de enfrentamento ainda não estão asseguradas, tais como a diminuição da pobreza monetária (CIDADE, 2019), de modo que se mantém necessário o apoio de entidades para garantir minimamente a segurança alimentar, como a Pastoral do Povo de Rua e o Centro Espírita Casa da Sopa, que fazem doações de cestas básicas para esses grupos (PESSOA, 2021).

No que diz respeito às ações que apontam para o nível de transformação, há divergência nos relatos dos entrevistados, na medida em que enquanto alguns revelam descrença quanto à possibilidade de luta coletiva, outros acreditam que, superados alguns

desafios, há potenciais de união das pessoas em situação de rua no sentido de organização popular a fim de buscar a garantia de direitos e de políticas públicas. Nesse aspecto, dois entrevistados já fizeram parte de ações do Movimento Nacional da População de Rua, além de, paralelamente ao processo de saída da situação de rua, terem participado de ações coletivas para apoiar as pessoas em situação de rua do município. Por outro lado, duas entrevistadas afirmam não conhecer o Movimento Nacional da População de Rua. Os relatos abaixo demonstram essa crença na possibilidade de união das pessoas em situação de rua em pra de busca por melhorias, no entanto para isso é necessário apoio social:

Cara, eu creio que, como eu falei pra ti ó, Cadu, eu creio que isso pode ser superado, sabe? Pode melhorar, sabe? Porque, junto, nós somos mais fortes, tá entendendo? Se tiver mermo, assim, uma... uma união, uma boa vontade mesmo, tá entendendo? De... de compreensão pelo... pelas pessoas em situação de rua, tá entendendo? Eu creio que pode melhorar oitenta por cento, né? Tá entendendo? (Alex)

Num tem como a pessoa em situação de rua lutar, se unir, lutar junto, se num tiver um apoio, não tem como, a nossa voz não tem vez, nossa voz não tem vez, não tem como (Oliver)

A vivência de uma realidade marcada por muitos sofrimentos e adversidades parece resultar nessa descrença em relação à possibilidade de sucesso do movimento coletivo dessa população. A atitude fatalista de Oliver parte da sua condição individual de, mesmo estando em processo de saída da situação de rua, continua vulnerável e precisando fazer uso da rede de apoio: *“Porque só fazem aquele movimento, só fala só fala mas num age, continua a mesma coisa, há muitos anos que vem essa situação e continua na mesma situação, num muda nada, eu não vejo mudar nada, entendendo”* (Oliver). Esse participante, foi contemplado pelo projeto de qualificação para o trabalho chamado “Novos Caminhos”, executado pelo governo municipal, e recebeu o benefício do aluguel social. No entanto relata que assim que terminar o curso, ficará sem apoio e, para conseguir emprego e autonomia, dependerá somente da sua própria determinação e perseverança para não retornar novamente à rua.

Os relatos apontam para a existência de representantes do MNPR em Fortaleza-CE, no entanto ainda são muitos os desafios a serem enfrentados. Para o participante Machado, por exemplo, um importante desafio diz respeito ao fato de que as pessoas em situação de rua do município se identificam mais com representantes de algumas entidades do que com propriamente com o MNPR. Já para Jorge, o MNPR não existe efetivamente, pois, para isso, teria que abranger várias regiões, e não somente o centro da cidade. Além disso, para ele, não é possível se organizar se estiver fazendo uso de drogas (“na ativa”):

comé que eu vou chegar a a população em situação de rua, a grande massa, se as pessoas se aquelas 4 pessoas que representam, tá ali pra representar eles, eles não se sentem representados? então isso é um problema que tem que ser resolvido e que me incomoda muito, sabe, já venho a bastante tempo que eu venho conversando com algumas pessoas (Machado)

O Movimento Nacional aqui no Ceará que eu fiz parte assim... eu faço parte meio que no susto não existe. Não existe. Porque pra você ter um movimento pra população de rua, cê tem que tá em todos os lugares, né? Cê teria que tá na Messejana, teria que tá na Parangaba, ter que tá na... acompanhando, representando, teria que tá organizando ali na praia... ali na... no... no Baixa Pau ali, no Dragão do Mar e num tá. Porque, na verdade, o... as pessoas que tavam antes, elas quiseram pra tirar... é... pra ocupar o espaço [...] Pra ocupar o espaço... então, a gente tá nessa fase de ocupar os espaços, a gente não consegue se organizar, porque, Cadu, na ativa, cara, nem o Papa Francisco consegue se organizar, viu? Na ativa, tando em na ativa, ninguém consegue se organizar. Então, e gente tem que tomar consciência política (Jorge)

A respeito do movimento coletivo e de militância política de pessoas em situação de rua, o Movimento Nacional da População de Rua se originou em 2004 após chacina na Praça da Sé, em São Paulo, na qual 15 pessoas em situação de rua foram atingidas com golpes na cabeça, 7 das quais morreram e as demais ficaram feridas. Além do reconhecimento de que se trata de um sofrimento comum, coletivo, essa chacina, juntamente com as constantes violações de direitos humanos, foram consideradas uma situação limite pelos criadores do MNPR, cujo ato limite foi a criação do movimento organizado (MELO, 2016).

Antes mesmo da criação do MNPR, existiam tentativas de formação política das pessoas em situação de rua mediante cartilhas construídas por entidades governamentais e não governamentais, que traziam informações acerca dos direitos estabelecidos no ordenamento jurídico e orientações sobre que órgãos recorrer no caso de violações de direitos (LEMÕES, 2019). O amadurecimento e a implementação de vários serviços públicos e benefícios sociais que seguiram ao lançamento da Política Nacional para a População em situação de rua é resultado do movimento organizado liderado pelo MNPR. Nesse sentido, para Melo (2016), o papel do MNPR tem sido o criar canais de diálogo e de reivindicações junto ao poder público de modo a garantir a constituição de programa sociais e serviços públicos para essa população.

Já para Lemões (2019), que acompanhou o movimento em Porto Alegre-RS, as ações dos representantes do MNPR incluem representação da população em situação de rua em reuniões em órgãos de proteção dos direitos humanos e busca ativa para mobilizar as pessoas e convidá-las a participarem ativamente do movimento. Uma questão importante que se observou nesses movimentos refere-se à fonte de formação política das pessoas em situação de rua, ou seja, se perguntava se essa formação precisa de instrumentos formais ou se a própria experiência

de viver na rua por si só já capacita as pessoas a serem representantes e terem poder de fala. O autor conclui que tanto a capacitação política quanto a experiência de vida na rua contribuem para a militância política e representação coletiva no movimento, no entanto, no MNPR, ainda existem relações hierárquicas que distinguem entre os aptos e os inaptos. Mesmo assim, há espaço para reflexões políticas que problematizam essas hierarquias.

Alguns aspectos de nossas análises qualitativas são coerentes com essas considerações de Lemões (2018), na medida em que os relatos de alguns entrevistados, embora demonstrem uma percepção dos limites e desafios que se colocam à organização coletiva das pessoas em situação de rua, não desconsideram os potenciais para essa organização. Jorge, participante que no momento da entrevista estava residindo num conjunto residencial após ter sido contemplado em programa habitacional, entende a necessidade de o MNPR “*tomar posse de si mesmo*”, ou seja, desenvolver a consciência crítica, sentimento de comunidade e autonomia para buscar mudanças. Além disso, a formação de lideranças é vista pelo participante como um meio para não depender sempre do trabalho das entidades:

Eu falei... falei com as entidades o ideal seria a gente romper com o Movimento Nacional de População de Rua, romper com as entidades e fazer do nosso jeito e pronto, acabou! Se precisar matar um mata, se precisar invadir, invade. Ai algumas entidades “não, mas isso é muito radical”. Mas só presta assim, cara. Porque a gente não têm identidade. Né? Ai tem... tem que ser... tem que ser monitorado o tempo inteiro, sabe? Um incapaz. O capacitismo, né? Aquela palavra da moda. “Ai! Coitadinho”. Entendeu? Eu não vejo nenhuma entidade da rua, que trabalha com morador de rua, fortalecendo a cena da rua, querendo que as pessoas saiam da rua. Não vejo... entidade de terceiro setor. As entidades públicas tem lá a... o... o jeito de... modus operandi dela lá, que não vem ao caso, que eu sou muito grato inclusive. Mas tem que construir o plano junto “cara, você quer sair da rua?”
(Jorge)

A disponibilidade de suporte social é aliada das estratégias de enfrentamento, de modo que aspectos de cooperação e solidariedade pode facilitar a intervenção sobre a realidade (CIDADE, 2019). Importante destacar que a atuação do MNPR do Ceará está vinculado à rede de apoio social que inclui, por exemplo, o ministério público, que em alguns casos agendou reuniões e seminários a fim de mediar o diálogo entre os integrantes do MNPR e representantes estatais, sempre com a participação de parceiros vinculados às entidades não governamentais (PESSOA, 2021).

Em alguns casos, as denúncias de violência policial são feitas, não por pessoas em situação de rua, mas por representantes de entidades não governamentais que compõe a rede de

apoio. Isso ocorre devido ao medo de represálias de policiais, demonstrando ao mesmo tempo a vulnerabilidade das pessoas que estão nas ruas e o excesso de abuso e violência policial (PESSOA, 2021). No entanto, a voz ativa dos representantes do MNPR em Fortaleza tem sido acontecido com frequência em encontros com a participação do poder público, tal como ocorreu no Seminário Estadual de Políticas Públicas para a população em situação de rua, em 2019 (PESSOA, 2021). Num contexto em que os miseráveis e periféricos tem sido cada vez mais silenciados, a voz do oprimido não é um gesto sem importância, é um ato simbólico de resistência que contribui para o desenvolvimento da consciência crítica (HOOKS, 2019).

Apesar da importância das alianças, a afirmação de Jorge acerca das entidades não-governamentais é compreensível, na medida em que o protagonismo de atores vinculados a essas entidades acaba sendo um obstáculo à autonomia do MNPR. Nesse sentido Pessoa (2021, p. 101) compreende que a parceria com alguns atores pode até favorecer a autonomia do movimento, no entanto “[...] as más alianças são capazes de através de egocentrismos, gerar conflitos nada saudáveis entre entidades, pessoas, ativistas e entre outros agentes”.

Na literatura, também são apontados exemplos que demonstram a existência clara de potenciais das pessoas em situação de rua no Brasil no sentido de levar a frente movimentos coletivos de resistência e luta. Pessoa (2021) se refere à postura combativa de representantes do MNPR no Ceará, os quais confrontam policiais que agridem pessoas em situação de rua e, ao fazerem isso, encaram o risco de sofrer represálias. Além da luta por políticas públicas, o papel do movimento no Ceará, conforme destacado por Pessoa (2021), implica na cobrança de garantia de direitos e por igualdade social, na construção do protagonismo da pessoa em situação de rua e na formação política dos pares. Ademais, encontrou também relatos acerca das implicações psicossociais da participação no movimento, tais como o desenvolvimento da atitude de empatia e sensibilidade ao sofrimento coletivo e as experiências de ajudar e proteger outras pessoas contra situações de discriminação.

Essas pautas do MNPR também são referidas por Lima (2018), que destaca bandeiras de luta do Movimento: o resgate da cidadania por meio do trabalho digno; salários suficientes para sustento; moradia digna; atendimento à saúde. Essas bandeiras se incluem na luta pela garantia de direitos básicos das pessoas em situação de rua, diante do contexto de múltiplas violações. A busca por reconhecimento social e luta por garantia dos direitos se dá ao mesmo tempo em que ocorre a transformação da subjetividade, na medida em que os participantes do movimento passam a reconhecer a si mesmos como cidadãos ativos (LIMA,

2008). A esse respeito, Freire (2018a) entende que somente na luta organizada e coletiva em prol da libertação, o oprimido passa a ser capaz de acreditar em si mesmo.

Em síntese, as análises indicam que, embora ainda persistam inúmeros desafios, a participação do MNPR em Fortaleza se constitui pelo menos num potencial de transição para atingir o nível de enfrentamento caracterizado pela transformação. Não se pode analisar o enfrentamento simplesmente como ações individuais diante das necessidades e adversidades, tendo em vista que as estratégias psicossociais de enfrentamento da pobreza devem ser analisadas como vinculadas às contradições estruturais da sociedade (CIDADE, 2019).

Nesse aspecto, entendemos que esse nível de transformação social constitui-se numa práxis da libertação (MARTIN-BARÓ; DUSSEL, 2012), implicando, portanto, em mudanças subjetivas, tais como a diminuição da atitude fatalista, o desenvolvimento da consciência crítica e o fortalecimento de vínculos sociocomunitários (CIDADE, 2019). Ademais, esse processo de conscientização abrange a ação politicamente organizada que busca promover a transformação da sociedade, com o horizonte da libertação. Dussel (2012) também enfatiza a transformação da subjetividade na práxis da libertação, que pressupõe a mudança de uma subjetividade antes passiva para a subjetividade de um sujeito sócio-histórico, ou seja, agente da realidade:

A comunidade das vítimas parte de uma “falsa consciência”, devido ao fenômeno da “reificação” no processo cognitivo das próprias vítimas enquanto oprimidas. A chamada “consciência de classe” – que desde uma metalinguagem seria “a consciência da vítima enquanto vítima”; a consciência ético-crítica da mulher feminista como dominada pelo patriarcalismo machista; a consciência do afro-americano da opressão que sofre nas mãos do branco, etc. – parte de um momento negativo (DUSSEL, 2012, p. 532)

Portanto, a transformação das vítimas em agentes da história pressupõe um longo caminho que deve inicialmente partir da percepção crítica do sistema que causa a vitimização. Uma característica da ética da libertação de Dussel (2012) é a ênfase na intersubjetividade da práxis da libertação, de modo que o processo ocorre sempre a partir da ação de sujeitos constituintes de uma comunidade, num movimento organizado de luta e permanente autorreflexão. É importante destacar que o uso da expressão “vítima” não significa passividade, mas no sentido de vitimados, resguardando, tal como defende Akotirene (2020), o caráter político aos grupos afetados pelas diversas formas de opressão. Dussel (2012, p. 15), que se inspira em Walter Benjamin para adotar a noção de “vítima”, propõe a ética da libertação como “[...] uma ética cotidiana, desde e em favor das imensas maiorias da humanidade excluídas da globalização, na presente ‘normalidade’ histórica vigente”.

Inspirados na Ética da Libertação de Dussel (2012), reconhecemos a pessoas em situação de rua como parte da “humanidade sobrando”, juntamente com os demais excluídos, desempregados e desprezados: “[...] boa parte da humanidade é ‘vítima’ de profunda dominação ou exclusão, encontrando-se submersa na ‘dor’, ‘infelicidade’, ‘pobreza’, ‘fome, ‘analfabetismo’, dominação’” (DUSSEL, 2012, p. 314). Com fundamento na ética da libertação de Dussel (2012) e incentivados pelo histórico da construção do MNPR no Brasil, compreendemos a pobreza e a situação de rua não somente como estado de necessidade e de múltiplas privações, mas também como gênese da consciência crítica diante de um sistema capitalista eticamente perverso e injusto. A práxis da libertação parte então de ações transformadoras operadas pelas vítimas em diferentes frentes de libertação.

Outra categoria que pode contribuir para a análise do enfrentamento das pessoas em situação de rua é a afetividade, a partir das discussões teóricas trazidas por Sawaia (2007), especialmente a partir da sua leitura espinosiana dos afetos, também são frutíferas para pensar a ação coletiva transformadora. A partir da ideia de Potência de Ação ou padecimento (SAWAIA, 2007), encontramos pistas para compreender como, no plano motivacional, se constrói a atividade ou se mantém a passividade de indivíduos e coletividades. Para Sawaia (2014), a transformação social não é só uma questão estrutural, econômica e política, sendo, portanto, impossível pensar ou operar a transformação sem considerar a dimensão subjetiva, ou seja, o pensar, agir e sentir. Sawaia (2008) defende também que uma práxis emancipadora deve encontrar respostas a respeito de porque os sujeitos são ou não potentes para agir. Considerando que a resistência ativa e a ação transformadora não ocorrem no plano individual, cabe a essa práxis fortalecer as capacidades dos sujeitos de criarem comunidades, pois só na potência do comum é possível produzir resistências contra as relações e práticas de dominação. Dessa maneira, com fundamento nas reflexões de Sawaia (2008) sobre a práxis da Psicologia Social, compreendemos que, ainda que com muitos desafios a superar, as reuniões e ações do MNPR em Fortaleza tem potencial para proporcionar bons encontros, ou seja, encontros que produzem afetos de alegria e, conseqüentemente, aumenta a potência de ação dos sujeitos. Ademais, os processos de determinação social podem até boquear as ações coletivas, mas não podem eliminá-la do processo histórico, então torna-se possível e imprescindível compreender como são construídas as ações coletivas pelas pessoas em situação de rua que se configuram como enfrentamento e resistência (SAWAIA, 2014).

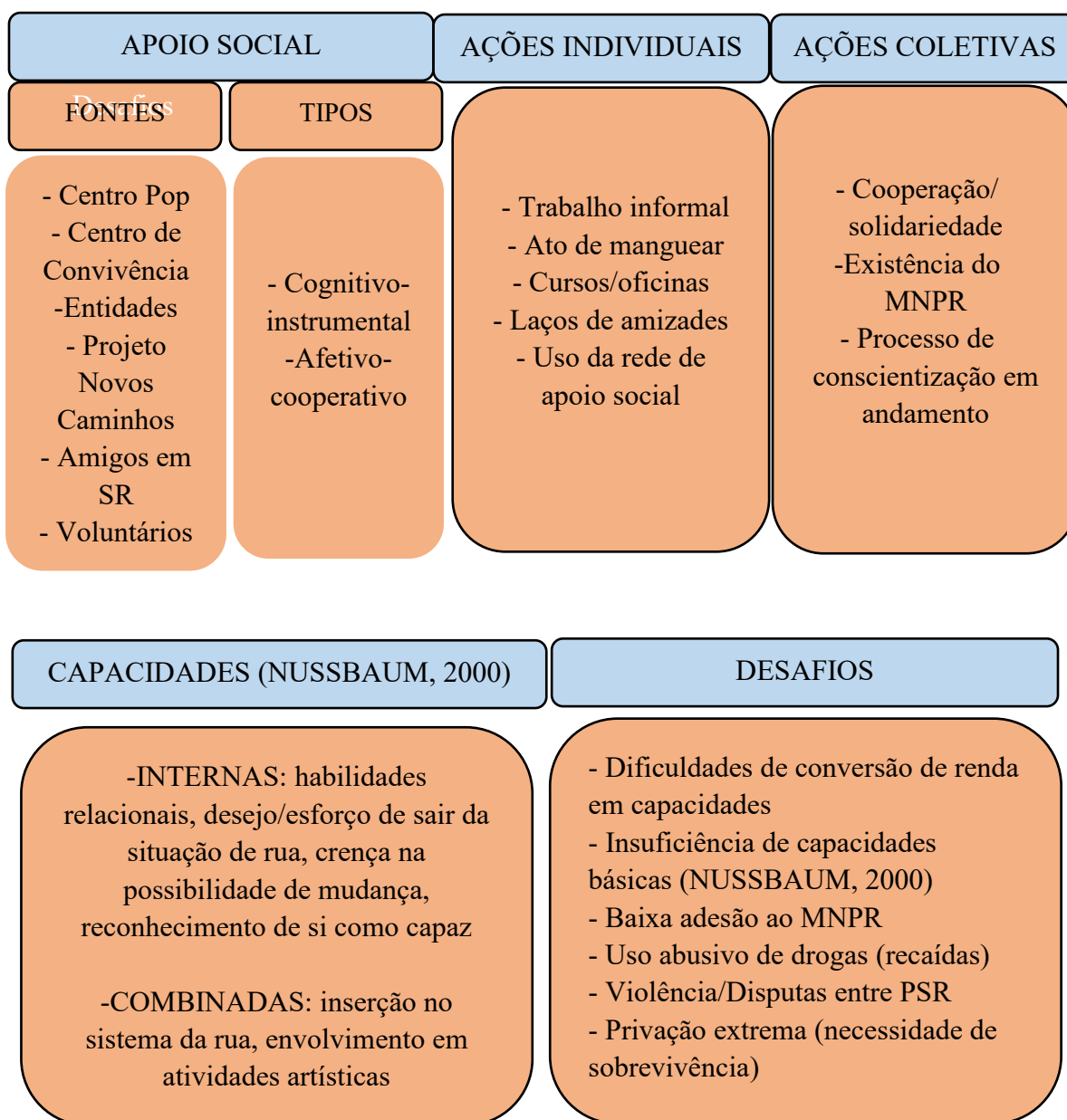
No Paradigma da Libertação, o enfrentamento implica num processo coletivo de grupos sociais que agem tendo em mente a busca por promover transformações mais amplas, de maneira a ultrapassar o mero gerenciamento do problema ou o manejo psicológico para

aprender a lidar com as condições adversas e sobreviver diante delas. Considerando as informações obtidas nas análises qualitativas e complementadas com o auxílio do estudo de Pessoa (2021), entendemos que existem algumas características da práxis da libertação necessárias ao nível de enfrentamento da transformação, tais como existência de representantes do MNPR em Fortaleza, redes de apoio social e uma certa experiência de solidariedade. Persistem, por outro lado, uma série de desafios, tais como a baixa adesão e identificação de boa parte das pessoas em situação de rua junto aos integrantes do movimento, as disputas e violência entre as pessoas em situação de rua, agravadas pela existência das facções criminosas, e o próprio contexto de privação extrema que obriga as pessoas em situação de rua a buscar diariamente garantir a sobrevivência principalmente por meio do trabalho informal (os “corres”). Dessa maneira, enfrentamento demandaria um reconhecimento mais amplo da população em situação de rua enquanto coletividade, enquanto povo ou comunidade de vítimas, que implica na união não somente das pessoas que estão em situação de rua, mas de outras que fazem parte de grupos marginalizados, em condição de pobreza e de opressão, e ainda de sujeitos solidários

6.5 Apontamentos sobre o enfrentamento das pessoas em situação de rua

Partindo dos resultados das análises qualitativas e quantitativas, uma pequena síntese do enfrentamento das pessoas em situação de rua de Fortaleza é apresentada na Figura 7. Num primeiro plano, colocamos as fontes e os tipos de apoio social ao lado das principais ações individuais e coletivas conforme relatos dos participantes. Compreendemos que essas ações devem ser analisadas sempre a partir da disponibilidade de uma rede suporte social institucional voltada especificamente para a população em situação de rua, incluindo a política pública e o terceiro setor. Nesse aspecto, além do apoio oferecido por entidades não-governamentais e outros grupos de voluntários, destacam-se os serviços públicos ofertados pelo Centro Pop, Centro de Convivência, o Programa Minha Casa Minha Vida e o Projeto Novos Caminhos, que vincula a participação em cursos de qualificação para o trabalho ao benefício do aluguel social. Foram identificados apoio do tipo cognitivo-instrumental, com destaque para práticas de segurança alimentar, e apoio afetivo-cooperativo, mediante construção de relações de amigadas e amorosas.

Figura 7 – Síntese dos modos de enfrentamento das pessoas em situação de rua de Fortaleza



Fonte: elaborada pelo autor

As ações individuais abrangem tanto aquelas necessárias à sobrevivência cotidiana e satisfação das necessidades básicas, referida pelos participantes como “corres”, tais como o trabalho informal e o ato de “manguear”, como também atividades para se adaptar e/ou encontrar meios para sair da situação de rua, como a construção de laços de amizade e o bom uso da rede de apoio social. Já as ações coletivas partem, inicialmente, da construção de relações de cooperação e de solidariedade necessárias às pessoas em situação de rua, tanto para se proteger contra a violência e discriminação e encontrar formas de melhorar de vida ou sair da situação de rua. A existência e mobilização de representantes do MNPR em Fortaleza implica num ainda incipiente esforço para organização coletiva das pessoas em situação de rua pelo

reconhecimento social e luta pela concretização da política pública e dos direitos constitucionais. Nesse sentido, consideramos que essas ações posicionam numa transição do nível de adaptação para o nível de transformação, permanecendo, no entanto, alguns importantes desafios.

Com base na abordagem das capacidades (NUSSBAUM, 2000), destacamos a insuficiência de capacidades básicas das pessoas em situação de rua. Vale lembrar que Nussbaum (2000) define capacidades básicas como aquelas minimamente necessárias para garantir a dignidade humana, de modo que as condições de desigualdade social resultam em acesso desigual às capacidades básicas. Dessa forma, a insuficiência de capacidades básicas dessas pessoas é consequência da pobreza multidimensional extrema, caracterizada pela saúde precária, baixo acesso a oportunidades e não garantia da integridade física.

Percebemos também um importante desafio para o enfrentamento dessa população: o prejuízo à capacidade básica “afiliação” (NUSSBAUM, 2000). Um primeiro aspecto dessa capacidade pôde ser identificada junto aos relatos dos entrevistados: a empatia e a habilidade de criar laços de amizade. O outro aspecto, que diz respeito à proteção contra discriminação e humilhações, permanece como um forte obstáculo. Em síntese, as pessoas em situação de rua possuem habilidades relacionais, imaginação, criatividade e motivação para o enfrentamento, que são consideradas capacidades e recursos internos, no entanto, por fazerem parte de grupos marginalizados e excluídos pela estrutura social, não dispõem de oportunidades e garantias sociais para o desenvolvimento das capacidades básicas e combinadas (NUSSBAUM, 2000). Outrossim, como desafios ao enfrentamento coletivo e enquanto práxis da libertação, citamos a baixa adesão das pessoas em situação de rua ao MNPR e as recaídas em relação ao uso de drogas.

O enfrentamento da população em situação de rua somente atingirá ações que caracterizam efetivamente o nível de transformação (CIDADE, 2019), quando o horizonte dessas ações for a libertação, ou seja, não somente a garantia de direitos e de serviços públicos, mas também a busca por um novo modelo de sociedade. Trata-se, nesse caso, tanto de enfrentamento ao modelo de sociedade capitalista, como também às políticas públicas que, quando meramente gerenciam a pobreza, acabam reforçando a desumanização. Nesse sentido, Acosta, Santos e Santos (2013) referem-se ao encolhimento do Estado nas últimas décadas, de maneira que os recursos que deveriam ser destinados ao bem-estar social, são destinados para atender grupos sociais com maior poder simbólico e econômico. Por mais que existam políticas públicas de atenção às pessoas em situação de pobreza e de rua, ainda assim, nesse contexto de renúncia de funções sociais pelo Estado, não permitem o enfrentamento concreto aos processos de exclusão social. Dessa forma, para esses autores, só resta a via subversiva na arena social, a

fim de resistir às práticas de opressão e às políticas que intensificam a pobreza, a marginalização e os processos exclusão social. Nesse aspecto, concordamos com Pinto (2019) ao afirmar que, paralelamente à melhoria do acesso às políticas, é necessário fortalecer a estrutura organização da população por meio da participação no MNPR, do Fórum da Rua e da participação nos comitês de monitoramentos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa tese de doutorado teve como desafio o compromisso de investigar um mundo tão complexo como a realidade da população em situação de rua, com foco na compreensão de como são vivenciadas as diversas nuances das privações características da pobreza nas ruas e de que formas são efetuadas as ações de enfrentamento. A investigação incluiu dois estudos que partiram das seguintes perguntas iniciais: como se manifesta a pobreza junto a pessoas em situação de rua? Quais os modos de enfrentamento à pobreza são utilizados pelas pessoas em situação de rua? Esses questionamentos originaram dois objetivos gerais: “analisar a manifestação da pobreza junto a pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE” e “compreender os modos de enfrentamento à pobreza concretizados pelas pessoas em situação de rua”, os quais foram desdobrados, cada um, em três objetivos específicos.

Os levantamentos iniciais, que resultaram na revisão sistemática, revelaram que a maior parte das publicações se referiam à pobreza dessa população e traziam informações sobre suas carências, no entanto poucos buscavam fazer aprofundar as concepções teóricas de pobreza e articular aos modos de enfrentamento. Ainda assim, na literatura, tendo em vista a farta discussão sobre as privações e violações, não restaram dúvidas acerca das múltiplas dimensões da pobreza das pessoas em situação de rua. Dessa forma, os dois primeiros objetivos específicos do estudo 1 “construir um Índice de mensuração da pobreza multidimensional específico para pessoas em situação de rua” e “mensurar a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua” foram contemplados mediante a elaboração do IPM e consequente mensuração da pobreza multidimensional.

O Índice de Pobreza Multidimensional, pela primeira vez construído especificamente para a população em situação de rua, partiu dos 28 indicadores distribuídos em cinco dimensões de modo a abranger a multiplicidade de privações que pesam sobre essa população. A perspectiva multidimensional se mostrou adequada para analisar a pobreza da população em situação de rua, na medida em que, considerando todas as dimensões do IPM, os resultados quantitativos revelaram que quase a totalidade dos participantes está em situação de pobreza multidimensional e ou vulneráveis à pobreza, conforme critério definido pelo PNUD. Por outro lado, se considerarmos somente a linha de pobreza monetária, os resultados são bem menos precisos, indicando uma quantidade bem menor pessoas em situação de pobreza, com base no critério de renda adotado pelo Programa Bolsa Família. Essa diferença se deve à insuficiência da renda e do consumo como indicativo de pobreza junto a uma população que sofre privações intensas e diversas. Ademais, considerando que as condições de privações

atendem a critérios de cronicidade, intensidade e multidimensionalidade, os resultados também apontaram que os participantes vivenciam pobreza extrema multidimensional.

As análises das privações da pobreza considerando as dimensões trabalho/renda, saúde, educação, subjetiva e direitos humanos demonstraram a abrangência da precariedade da vida nas ruas. Na Dimensão Trabalho e Renda, os resultados evidenciam a informalidade e instabilidade das relações de trabalho, características da lógica capitalista. No grupo dos que apresentaram maior Índice de Pobreza Multidimensional há uma maior proporção de pessoas que pedem dinheiro e que afirmaram não ter nenhuma profissão antes da ida para a situação de rua. O Programa Bolsa Família aparece como um fator de diminuição da pobreza, posto que no grupo dos menos pobres, há uma maior percentagem de pessoas que recebem o benefício.

No que diz respeito à Dimensão Saúde, os resultados evidenciaram uma alta morbidade e dificuldades no cuidado à saúde, sendo que os participantes que relataram ter tido algum transtorno mental foram os mais vulneráveis, tendo apresentado maior média IPM da Dimensão Subjetiva, ou seja, são os que sofrem mais experiências de humilhação e vergonha e possuem menor percepção de felicidade e satisfação. Ainda nessa dimensão, apesar da disponibilidade de uma rede de apoio que distribui alimentação, uma grande quantidade de participantes informou já ter passado um dia inteiro sem comer, indicando que episódios de fome são comuns nas ruas. O uso de drogas tem relação com os processos de exclusão social, sendo uma realidade que antecede a ida para as ruas, levando em conta que a percentagem do consumo atual é menor do que a percentagem do consumo antes da ida para as ruas. Outrossim, as pessoas que fazem uso de drogas ilícitas apresentaram maior vulnerabilidade a todas as formas de violência, incluindo a violência por parte de policiais e de agente da guarda municipal, apontando para uma maior estigmatização desse grupo.

Os resultados do IPM na Dimensão Educação também demonstraram intensa privação dos participantes, dado que a percentagem dos que não sabem ler nem escrever é maior do que a taxa de analfabetismo da população geral. Em adição, essas pessoas apresentaram maior vulnerabilidade à violência e ao estigma e discriminação. Há, também, uma associação entre pobreza e educação, com menor média de IPM para os participantes que afirmaram ter uma profissão anterior à situação de rua.

As implicações psicossociais da pobreza foram analisadas a partir da Dimensão Subjetiva da pobreza, resultando em autculpabilização pela situação de rua e altas médias de humilhação e de vergonha, processos que estão relacionados à estigmatização da pobreza e da situação de rua. O grupo dos mais pobres são também os que mais sofrem humilhação no local de trabalho, na igreja e na casa de familiares.

A intensidade das violações de direitos da população em situação de rua foi demonstrada na análise do IPM considerando a Dimensão Direitos Humanos, com destaque para a discriminação no serviço público e a alta vulnerabilidade a todos os tipos de violência. No caso da discriminação, há prejuízos ao acesso ao serviço público bem como à autonomia dos participantes, que relatam evitar a procura por atendimento nas unidades de saúde ou buscar o serviço acompanhado de algum profissional dos equipamentos e entidades assistenciais. Já a violência, surge como um fenômeno naturalizado e banalizado nas ruas, de modo que mais de 80% dos participantes afirmaram ter sofrido pelo menos alguma forma de violência. O grupo de participantes que relataram ter sido vítimas violência são os que manifestaram maior pobreza multidimensional, e as principais agressões são outras pessoas em situação de rua e a polícia. Nesse aspecto, a violência da polícia surgiu no relato dos participantes como sendo um acontecimento rotineiro na rua, além de ter sido o indicador que resultou na maior média na Dimensão Direitos Humanos, configurando o Estado violador e repressor diante da criminalização da pobreza.

É importante destacar que nas análises das múltiplas dimensões da pobreza e da situação de rua nessa pesquisa, tivemos a preocupação em considerar a complexidade desse fenômeno, tendo em vista que as dimensões não se manifestam de maneira isolada. Para isso, dois aspectos foram levados em conta: primeiramente, a pobreza foi compreendida enquanto processo estruturalmente determinado, resultado do atual modelo de capitalismo neoliberal; em segundo lugar, foram consideradas as intersecções e interrelações entre as dimensões, no entanto a pobreza multidimensional da população em situação de rua é mais complexa do que essas relações, não se limitando, portanto, às fronteiras entre as dimensões.

Investigar a pobreza, enquanto expressão de uma estrutura social desigual, implica na sua compreensão como forma de opressão. Essa categoria foi alcançada pelo objetivo específico “Descrever a realidade de opressão vivenciada pelas pessoas em situação de rua”. Considerando que essas práticas são baseadas na hierarquização e diferenciação social, elegemos o estigma e a discriminação como categoria de análise. As análises quantitativas e qualitativas expuseram que a discriminação faz parte da vida de praticamente todos os participantes, confirmando situações de inferiorização da população em situação de rua. Os resultados apontaram que os estereótipos mais comumente associados à discriminação da pessoa em situação de rua foram o de criminoso, perigoso e drogado.

A relação da discriminação com a pobreza demonstrou que os participantes com maior pobreza multidimensional são também os que mais sofrem discriminação. Ademais, análises mais específicas revelaram que quanto maiores as médias de violência, vergonha e

humilhação, maior a média de discriminação cotidiana. A discriminação deve ser compreendida como processo de determinação estrutural e materialização das relações de dominação. Desse modo, são graves os prejuízos da discriminação, implicando em intenso sofrimento psicossocial sentimentos de inferioridade, desumanização e diminuição da potência de ação.

As consequências da discriminação são ainda piores no caso de pessoas que fazem parte de mais de um grupo oprimido. Nesse caso, devido à sobreposição de estigmas, dentre as pessoas em situação de rua, há alguns grupos que são mais vulneráveis, tendo médias de discriminação estatisticamente superiores, tais como os participantes que declararam ter tido transtorno mental, HIV, DST, Pneumonia e Hanseníase, os com maior tempo na rua, os que pedem dinheiro e os participantes negros do sexo masculino, em comparação com os brancos. Entendendo a discriminação enquanto componente do estigma, as vivências opressoras das pessoas em situação de rua são permeadas não somente pelo fato de morar na rua, mas também pelos estigmas relacionados a gênero, raça, pobreza, orientação sexual, dentre outros.

Diante de lamentáveis e extremas condições de pobreza, violência e de discriminação, as pessoas em situação de rua põem em prática diversos modos de enfrentamento, os quais implicam na disponibilidade de apoio social, construção de laços sociais e ações individuais e coletivas. Acerca da construção de vínculos, os participantes buscam constituir relações de amizade com pares e se inserir em grupos com o objetivo de refúgio contra violência e esquivar-se da solidão. O contato com outras pessoas na rua favorecem também o conhecimento do sistema da rua e a inserção na rede de apoio social, que, por sua vez, contribui para a construção de relações com funcionários de equipamentos e voluntários que compõem essa rede. Além desses vínculos, os relacionamentos amorosos se apresentaram como fundamentais para a saída da situação de rua, na medida em que a intimidade desse tipo de relação fornece tanto suporte social do tipo afetivo como também instrumental.

No que concerne às ações de enfrentamento, as análises consideraram a rede de apoio social institucional disponível para as pessoas em situação de rua. Assim como acontece em outras grandes cidades do Brasil, existem organizações governamentais e equipamentos públicos que oferecem diferentes serviços, principalmente no centro de Fortaleza, que oferecem principalmente apoio do tipo cognitivo-instrumental, destacando-se as ações de segurança alimentar e cursos.

As ações de cunho individual incluíram, além da construção de laços de amizade e utilização da rede de apoio, a mendicância e as atividades de trabalho, com o objetivo de garantir a sobrevivência imediata. As ações coletivas, por sua vez, baseada na solidariedade, se

organizaram principalmente em torno das ações do Movimento Nacional da População de rua, o qual, ainda que embrionário, busca lutar por reconhecimento e garantia de direitos.

Foram identificados alguns desafios ao enfrentamento das pessoas em situação de rua de Fortaleza. Primeiramente, as condições de desigualdade social e de pobreza multidimensional atinge intensamente essa população, que sofre com precário acesso a direitos básicos e oportunidades sociais, o uso abusivo de drogas, além da exposição à violência, e discriminação e humilhações. Além disso, apesar dos participantes terem demonstrado criatividade, habilidades relacionais e esforço para o enfrentamento, há ainda obstáculos ao avanço do enfrentamento enquanto práxis da libertação, tais como o pouco engajamento de pessoas em situação de rua no MNPR. Nesse sentido, se torna necessário maior adesão ao movimento e luta coletiva não somente por políticas públicas, por manutenção ou criação de novos serviços e programas, mas fundamentalmente por transformações estruturais a partir de diferentes frentes de libertação, se colocando claramente contra a sociedade capitalista hegemônica e contra as contradições de um Estado que reforça essa hegemonia.

A construção dessa tese teve facilidades e dificuldades. As facilidades referem-se ao apoio dos integrantes do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM-UFC) que, a partir do grupo de pesquisa com apoio do CNPq, colaboraram na coleta e análise dos dados da etapa quantitativa. Ademais, as parcerias estabelecidas com a coordenação da Pastoral do Povo de Rua, o coordenador do Centro Pop do Centro, as coordenadoras do Centro Pop do Benfica e do Centro de Convivência e a equipe do Corre pra Vida facilitaram o acesso aos participantes da pesquisa para aplicação do questionário. Essas relações foram se estreitando ao longo desses quase quatro anos e meio de doutorado, devido a experiências que incorporaram ensino, pesquisa e extensão, tais como a realização do curso Processos de Pesquisa e Intervenção junto a Pessoas em Situação de rua, facilitado por mim no primeiro semestre de 2018, com a participação de ex-moradores de rua e trabalhadores de serviços públicos específicos para essa população, e a supervisão dos extensionistas do NUCOM-UFC, estudantes do curso graduação em psicologia, nos projetos de extensão com atividades direcionadas às pessoas em situação de rua no Centro Pop de Maracanaú em 2017 e 2018 e no Centro Pop do Centro de Fortaleza, em 2019.

Pesquisar a população em situação de rua já é, por si, uma iniciativa difícil, tendo em vista a violência cotidianamente presente nas ruas, agravada nos últimos anos devido ao crescimento do crime organizado no Ceará. Somadas a isso, outras dificuldades se sobressaíram ao longo da realização dessa pesquisa: primeiramente, o contexto político brasileiro que, a partir do *impeachment* de 2016, e principalmente com a posse Bolsonaro no cargo de Presidente da

República, passou a ser caracterizado pela incerteza, ataques aos direitos e políticas sociais, investidas contra a ciência e significativos cortes orçamentários e de bolsas de pesquisa. Depois, a partir de março de 2020, quando estávamos planejando a coleta de dados da etapa qualitativa, teve início o período crítico da Pandemia de Covid 19, que impôs desafios tanto para as pessoas em situação de rua quanto para o andamento da pesquisa, de modo que se tornou necessário modificar o planejamento inicial, impedindo a realização dos grupos focais e limitando a quantidade de participantes na etapa qualitativa. Além disso, a situação de vulnerabilidade dessas pessoas se tornou ainda mais intensa após a pandemia, tendo em que o isolamento social rígido e fechamento do comércio na cidade prejudicou a obtenção de renda mediante trabalho informal e as ações de doações nas praças do centro.

Ainda assim, essa pesquisa trouxe ricas contribuições para compreender as matizes da pobreza em suas diferentes dimensões, além da construção de um instrumento original específico para mensuração da pobreza de pessoas em situação de rua numa perspectiva que, por ser multidimensional, se mostrou pertinente à realidade dessa população, que é atravessada por heterogeneidades e multiplicidade de privações. Outrossim, ao articular métodos quantitativos e qualitativos, as interpretações dos dados não se limitaram a apresentação de informações numéricas, permitindo a compreensão da complexidade que caracteriza a pobreza multidimensional da população em situação, dos seus vários eixos de opressão e das suas estratégias de enfrentamento.

Ao longo da pesquisa, algumas questões que não foram contempladas nos objetivos se mostraram relevantes para futuras investigações. Uma delas diz respeito à consideração de categorias como fatalismo, tendo em vista que alguns relatos de participantes trazem indícios de atitudes fatalistas, as quais podem prejudicar o processo de enfrentamento enquanto práxis da libertação. Outra recomendação diz respeito ao estudo da influência do neoliberalismo nas subjetividades de pessoas em situação de rua e representantes de entidades que compõem a rede de apoio, pois, ao considerar o neoliberalismo não só como modelo econômico, mas também como uma racionalidade que coloca o indivíduo como responsável pela sua condição de vida e pelo seu futuro, torna-se necessário entender as consequências dessa lógica nos modos de enfrentamento dessas pessoas. Por fim, tendo em vista que essa pesquisa trouxe elementos que apontam para a sobreposição de estigmas e, conseqüentemente, diferentes graus e intensidades de vulnerabilidade junto aos participantes, é fundamental também se aprofundar na compreensão da interseccionalidade de modo a visualizar as múltiplas experiências de opressão associadas ao estigma da situação de rua.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. K. A. **Implicações psicossociais da pobreza na permanência de estudantes de universidades públicas do Ceará**. 2019. 271f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/49108>. Acesso em: 13 mai. 2020.
- ACCORSSI, A.; SCARPARO, H. Representações sociais da pobreza. *In*: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. U. (org.) **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016, p. 67-94.
- ACCORSSI, A.; SCARPARO, H.; GUARESCHI, P. A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 536-546, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/LJ8znTF6NHKcPPPYVFwCBzb/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- ACOSTA, M. P. T; SANTOS, A. A.; SANTOS, G. P. “O que um morador de rua pode fazer nessa situação”: uma análise discursiva crítica da representação de albergues e abrigos em Street Papers brasileiros. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, DF, v. 14, n. especial, p. 38-64, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/21771>. Acesso em: 19 set. 2017.
- ADORNO, R. C. F. Atenção à saúde, direitos e o diagnóstico como ameaça: políticas públicas e as populações em situação de rua. **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 543-567, 2011. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1068>. Acesso em: 29 abr. 2019.
- AGUIAR, M. M.; IRIART, J. A. B. (2012). Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.28, n.1, p. 115-124, jan. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/g7b5Pxr9Js8jDyXBRJTK4XL/?lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2018.
- ALKIRE, S. The missing dimensions of poverty data: Introduction to the special issue. **Oxford development studies**, Oxford, v. 35, n. 4, p. 347-359, mai. 2007. Disponível em: <https://ophi.org.uk/working-paper-number-0/>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- ALKIRE, S.; DENEULIN, S. The human development and capability approach. *In*: DENEULIN, S.; SHAHANI, L. (ed.). **An introduction to the human development and capability approach**. London: Earthscan, 2009. p. 114-150.
- ALMEIDA, S. F.; RIBEIRO JUNIOR, D.; SOUZA, R. P. A rua como espaço e tempo de possibilidades educativas. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 41, n. 2, p. 323-336, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v41i2.40776>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaira, 2020.
- ALVAREZ, A. M. D. S.; ALVARENGA; A. T. D.; DELLA RINA, S. C. D. S. Histórias de vida de moradores de rua, situações de exclusão social e encontros transformadores. **Saúde e**

sociedade, São Paulo, v.18, n.2, p.259-272, jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/6rDKDksWfT8LS6L65tmhGQq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2018.

AMORIM, A. K. A.; NOBRE, M. T.; COUTINHO, A. F. J.; OLIVEIRA, L. P. Direitos Humanos e população em situação de rua investigando limites e possibilidades de vida. *In*: NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais**. Natal: EDUFRN, 2019. p. 121-161.

ANDRADE, G.R.B; VAITSMAN, J. Apoio social e redes: conectando solidariedade e saúde. **Ciência & saúde coletiva**, v. 7, n. 4, p. 925-934, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/f9W594rP9XhqBj9JKxrk5Fc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2020.

ANDRADE, L. P.; COSTA, S. L.; MARQUETTI, F. C. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1248-1261, out/dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263656013>. Acesso em: 13 nov. 2018.

ANGARITA, O. M. B; ESCOBAR, D. S. G. Apoyo social: elemento clave en el afrontamiento de la enfermedad crónica. **Enfermería global**, Murcia, v. 8, n. 2, p. 1-11, jun.2009. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1695-61412009000200021. Acesso em: 27 nov. 2020.

ARAUJO, M. L; NASCIMENTO, D. R.; LOPES, M. S.; PASSOS, C. M.; LOPES, A. C. S. Condições de vida de famílias brasileiras: estimativa da insegurança alimentar. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v.37, e0110, p.1-17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/sZBVzPSsRYkT4JQY3XRVLYF/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2021.

AVILA, R. P.; BAGOLIN, I. P.; COMIN, F. V. Heterogeneidades individuais versus intensidade da pobreza em Porto Alegre-RS. **Revista Economia**, Rio Grande, v.13. n.2 , 2012. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5531>. Acesso em: 25 fev. 2018.

ÁVILLA, H, MOLINA, L. A situação de rua como problemática social estrutural nas cidades. *In*: RESENDE, V. M.; SILVA, R.B. (org.) **Diálogos sobre resistência**. Campinas: Pontes, pp. 59–86, 2017

BAGOLIN, I. P; ÁVILA, R. P. de; COMIM, F. V. Pobreza extrema e seus tríplices fundamentos: profundidade, persistência e multiplicidade. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n. 1, p. 167-188, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/28753>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BALTAR, J. G. D. C.; GARCIA, A. Pessoas em situação de rua e seus cães: fragmentos de união em histórias de fragmentação. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Uberlândia, v.12, n.2, p.191-209, jul./dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000200002. Acesso em 08 fev. 2020.

BARATA, R.B. *et al.* Desigualdade social em saúde na população em situação de rua na cidade de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.24, n.sup 1, p. 219-232, abr./jul. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QXWC9xT4V4HKhNsQ7DP4nSw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009

BARBOSA, V. N. M. **As implicações psicossociais da pobreza na relação entre sentido de comunidade e desigualdades sociais de gênero no Parque da Liberdade**. 2020. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50668>. Acesso em: 29 nov. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. **A riqueza de poucos beneficia a todos nós?** Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BOTTI, N. C. L. *et al.* Prevalência de depressão entre homens adultos em situação de rua em Belo Horizonte. **J Bras Psiquiatr**, Rio de Janeiro, v.59, n.1, p.10-16, 2010a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/m9gFV8CjNf4bsJZFcKQv5gK/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2018.

BOTTI, N. C. L. *et al.* Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte. **Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. (ed. port.)**, Ribeirão Preto, v. 6, n. spe, p. 536-555, nov. 2010b. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762010000300010. Acesso em: 22 out. 2018.

BRAGATO, F. F. Discursos desumanizantes e violação seletiva de direitos humanos sob a lógica da colonialidade. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 04, p. 1806-1823, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/21291>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 510 de 07 de abril de 2016**: diretrizes e normas regulamentadoras da pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL, **Decreto Federal nº. 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política nacional para a população em situação de rua. Brasília, DF: Presidência da República, 2009a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/decreto/decreto_7053.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021

BRASIL. **Rua: aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009b. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf. Acesso em: 25 ago. 2017.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua. *In*: BURSZTYN, M. (org.) **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 27-55.

BURT, M.; SANABRIA, L. F. El semáforo de eliminación de pobreza y su enfoque multidimensional y psicossocial. *In*: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. U. (org.) **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 187-209

BUTLER, J. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Autêntica Business, 2019.

CABRERA, L. P. 'Así ocupo un lugar'. Situación de calle y las otras formas de habitar la ciudad en Chile y Uruguay. **Estudios atacameños**, San Pedro de Atacama, n.63, p.105-130, dez. 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-10432019000300105. Acesso em: abr. 2020.

CAMPOS, D. A.; MORETTI-PIRES, R. O. Trajetórias sociais de gays e lésbicas moradores de rua de Florianópolis (SC), 2016. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.26, n.2, e45995, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mGdXqjpXxP9t8nk8n7wWvjc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. Entre batalhas e pedras: histórias de vida de moradores de rua, usuários de crack. **Revista Hacia la Promoción de la Salud**, Caldas, Colômbia, v.20, n.1, 49-66, 2015a. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-75772015000100004. Acesso em: 11 nov. 2018.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. A dinâmica das relações familiares de moradores de rua usuários de crack. **Saúde em debate**, Rio de Janeiro, v.39, n.106, 748-759, set. 2015b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/JZTfNqMSVbjjSHCJD87CrHM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 nov. 2018.

CARLOTTO, M. S. *et al.* Estressores ocupacionais e estratégias de enfrentamento. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 92-105, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/6462>. Acesso em: 28 nov. 2018.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2021.

CARNEIRO, K. G. Perigosos ou úteis? Os moradores de rua e a produção do espaço urbano em Belo Horizonte e Bogotá. **Civitas**, Porto Alegre, v.19, n.1, p. 45-61, 2019. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30907>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CARRETEIRO, T. C. Sofrimentos sociais em debate. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 57-72, jan. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/zf93H9zv7b7JqmJ5Csgs99P/?lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2017.

CARVALHO, G. M.; MORAES, R. D. Um estudo dos sentidos do trabalho para as pessoas em situação de rua de Manaus. **Trabalho (En) Cena**, Palmas, v. 1, n. 2, p. 96-109, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/2919>. Acesso em: 02 dez. 2020.

CASTILLO, L. A. D. Determinantes sociales del fenómeno de habitabilidad de calle en Bogotá DC Una aproximación desde la salud urbana. **Medicina UPB**, Medellín, v.36, n.1, p. 51-58, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1590/159051102007/html/>. Acesso em: 28 fev. 2019.

CEFAÏ, D. Provações corporais: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. **Lua Nova**, São Paulo, v.79, p. 71-110, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/br5P7t4RR9H7vyFbPyztqHG/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2018.

CERQUEIRA, M. B. Pobres e pobreza: metamorfoses e fabulações. **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, v. 13, n. 2, p. 195-201, 2009. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/26>. Acesso em: 02 ago. 2018.

CERQUEIRA, M. B. **Pobres, resistência e criação**: personagens no encontro da arte com a vida. São Paulo: Cortez, 2010.

CHIAPPERO-MARTINETTI, E. A multidimensional assessment of well-being based on Sen's functioning approach. **Rivista Internazionale di Scienze Sociali**, Milão, v.2, p. 207-239, 2000. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41634742>. Acesso em: 08 out. 2017.

CIDADE, E. C. **Estratégias psicossociais de enfrentamento à pobreza**: um estudo sobre o fatalismo e a resiliência em pessoas residentes na zona rural brasileira. 2019. 294f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/45341>. Acesso em: 22 mai. 2021.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

COMIN, F. V. *et al.* **Relatório sobre indicadores de pobreza multidimensional e pobreza extrema para Porto Alegre**. Porto Alegre: REDE URB-AL, 2007.

CORREIA-ZANINI, M. R. G.; BETTI, M. H. D.; NASCIMENTO, T. H.; PANCRÁCIO, A. G. M.; ADIB, S. A.; FREITAS, D. F. Relações das habilidades sociais e do uso de substâncias com a discriminação e situação de rua, **REFACS**, Uberaba, v. 8, p. 612-624, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4979/497964427020/497964427020.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2021.

COSTA, S. L. D. *et al.* Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.24, n.3, p. 1089-1102, set. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/rPcjb9nVvsv5xZv4gDZvdVn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2018.

CUNHA, J. G da *et al.* Novos arranjos: lançando um olhar sobre os relacionamentos interpessoais de pessoas em situação de rua. **Gerai**s: Revista Interinstitucional de Psicologia, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 95-108, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202017000100010. Acesso em: 02 ago. 2020.

DA SILVA, W. V. N.; HÜNING, S. M. Biopolítica nas ruas: a produção de modos de vida seguros. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 39-57, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/43419>. Acesso em: 10 set. 2017.

DAFLON, V. T. **Tão longe, tão perto: pretos e pardos e o enigma racial brasileiro**. 2014. 198f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/15494>. Acesso em: 22 fev. 2021

DALAQUA, G. H. Liberdade democrática como desenvolvimento de si, resistência à opressão e à injustiça epistêmica. **TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia**, Marília, v. 43, n. 3, p. 213-234, ju./set. 2020. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/9295>. Acesso em: 20 mai. 2021.

DE TILIO, R.; OLIVEIRA, J. Cuidados e atenção em saúde da população em situação de rua. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.21, n.1, p.101-113, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/27142>. Acesso em: 12 set. 2017.

DE TILIO, R.; VIDOTTO, L. T.; GALEGO, P. S. Medos e expectativas de usuários de drogas em situação de rua. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 2, p. 75-87, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200007. Acesso em: 02 set. 2017.

DEL PRADO FLORES, R. *et al.* Descomunicar la pobreza: un análisis filosófico (genealógico) sobre las formas de transmisión de la pobreza y la desigualdad. **Relectiones**, Madrid, n.4, p. 95-114, nov. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6273554>. Acesso em: 02 fev. 2019.

DEMO, P. **Pobreza política**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

DIERTELEN, P. **La pobreza: um estúdio filosófico**. Cidade do México: Instituto de investigaciones filosóficas, 2003.

DIPROSE, R.. Physical safety and security: a proposal for internationally comparable indicators of violence. **Oxford Development Studies**, Oxford, v. 35, n. 4, p. 431-458, 2007. Disponível em: <https://ophi.org.uk/wp-01/>. Acesso em: 02 jul. 2018

DONOSO, M. T. V. et. al. Estudo etnográfico sobre pessoas em situação de rua em um grande centro urbano. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v.17, n.4, p. 894-909, 2013. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/894>. Acesso em: 08 mar. 2018.

DUSSEL, E. **Caminhos de libertação latino-americana**: reflexões para uma teologia da libertação. São Paulo: Editora Paulinas, 1984.

DUSSEL, E. **Filosofia de la Liberacion**. México: Editorial Edicol, 1977.

DUSSEL, E. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

DUSSEL, E. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SCOREL, S. **Vidas ao léu**: trajetórias da exclusão social. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999

SCOREL, S. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro *In*: BURSZTYN, M. (org.) **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

ESMERALDO FILHO, C. E. **Necessidades de saúde dos moradores de rua**: desafios para as políticas sociais do município de Fortaleza-CE. 2010. 156f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.

ESTANISLAU, M.A.; FEITOSA M. Z. S.; XIMENES V. M.; SILVA A. M. S.; ARAÚJO, M. S.; BOMFIM, Z. A. C. (2018). Apoio social: modo de enfrentamento às vivências de humilhação e de vergonha em contextos de pobreza. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-rei, v.13, n.2, p. 1-17, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v13n2/03.pdf>. Acesso em: 28 set. 2020.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2015.

FARIAS, D. C. da S. *et al.* Saberes sobre saúde entre pessoas vivendo em situação de rua. **Psicologia e Saber Social**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 70-82, jul. 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/10064>. Acesso em: 08 out. 2017.

FARIAS, M. F.; DINIZ, R. F. População em situação de rua: invisibilidade e visibilidade perversa nos usos do espaço urbano *In*: NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas**: a vida pode mais. Natal: EDUFRN, 2019.

FERRAZ, S. M. T; MACHADO, B. A. Eu não tenho onde morar, é por isso que eu moro na rua: os “sem-teto”: moradores ou transgressores?. **Cadernos Metrôpole**, São Paulo, v. 16, n.

32, p. 609-623, nov. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/nSjDyC4wGrn8XL8jkhfdBKw/?lang=pt>. Acesso em: 08 abr. 2017.

FIORATI, R. C. *et al.* As rupturas sociais e o cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico. **Revista Gaúcha de Enfermagem (on line)**, Porto Alegre, v. 37, n. spe, e72861, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/WPGQ8PpXRz9zLv5rcKfvbgy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2018.

FLORES, M. *et al.* Ocupación e identidad social en personas en situación de calle de la ciudad de punta arenas. **Revista Chilena de Terapia Ocupacional**, Santiago, Chile, v. 15, n. 2, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.uchile.cl/index.php/RTO/article/view/38159>. Acesso em: 15 mar. 2018.

FOLKMAN, S. Stress, health, and coping: Synthesis, commentary, and future directions. In FOLKMAN, S. (ed.), **The Oxford handbook of stress, health, and coping** (pp.453-462). New York: Oxford University Press, 2011.

FONTANELLA, B. J. B *et al.* Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 389-394, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/3bsWNzMMdvYthrNCXmY9kJQ/?lang=pt>. Acesso em: 02 set. 2017.

FRANÇA, D. X; MONTEIRO, M. B. A expressão das formas indirectas de racismo na infância. **Análise Psicológica**, Lisboa, v. 22, n. 4, p. 705-720, 2004. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/270>. Acesso em: 08 dez. 2021.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 16. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 66. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

FREIRE, P. **Ação cultural: para a liberdade e outros escritos**. 16. ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018b.

FREITAS, D.A.*et al.* Adaptação da Escala de Discriminação Cotidiana para jovens portugueses. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 708-717, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/cyHf76BDd5zBrxg7fc4dXWw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 mar. 2019.

FURTADO, C. C. **Políticas Públicas e Direitos Humanos: o histórico de inserção da população em situação de rua no disque direitos humanos.** 2017. 122f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/177652>. Acesso em: 25 jul. 2020.

GALVANI, D. **Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades.** Dissertação (Mestrado em Ciências) - Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5163/tde-01062009-110911/pt-br.php>. Acesso em: 08 set. 2020.

GALVANI, D.; BARROS, D. D. Pedro e seus circuitos na cidade de São Paulo: religiosidade e situação de rua. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.14, n.35, p. 767-779, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/RYxwDjsMymX8HGrZc4CyQ9c/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 set. 2017.

GARCÍA, A. R. **Pobreza y estrategias de afrontamiento.** 2007. 115f. Tese (Doctorado Investigación en Psicología) – Departamento de Psicología, Universidad Ibero-americanal, México, 2007. Disponível em: <http://www.bib.uia.mx/tesis/pdf/014899/014899.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.

GARCIA, E. L. A vergonha de si mesmo no processo de subjetivação: da alienação à mortificação do sujeito. **Cinergis**, Santa Cruz do Sul, v.9, n. 1, p. 15-20, 2008. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cinergis/article/view/796>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GARCIA, M. R. V. Diversidade sexual, situação de rua, vivências nômades e contextos de vulnerabilidade ao HIV/AIDS. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 1005-1019, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300015. Acesso em: 18 abr. 2021.

GATTI, B. **Grupo focal na pesquisa em ciências sócias e humanas.** Brasília, DF: Liber, 2005.

GEHLEN, I.; SCHUCH, P. Desafios metodológicos ao estudar a população em situação de rua. *In*: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (org). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre.** Porto Alegre: FASC-Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2012. p.27-41.

GIORGETTI, C. **Moradores de rua: uma questão social?** São Paulo: Fapesp, Educ, 2006.

GOFFMAN, I. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** 4. ed. Rio de Janeiro: LTC editora, 1988.

GÓIS, C. W. L. **Psicologia comunitária: atividade e consciência.** Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire, 2005.

GÓIS, C. W. L. **Saúde comunitária: pensar e fazer.** São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONZÁLEZ, M. A. *et al.* Habitar bajo los puentes: vida y muerte; dos formas de comenzar algo. **Revista Facultad Nacional de Salud Pública**, Medellín, v.32, n.2, p. 36-41, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rfnsp/v32n2/v32n2a05.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2019.

GRAEFF, L. Corpos precários, desrespeito e autoestima: o caso de moradores de rua de Paris-FR. **Psicologia USP**, São Paulo, v.23, n.4, p.757-775, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psusp/a/dqXXwPz38sxqcJgqdFQSprC/?lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2019.

GUIMARÃES, A. G. C., & MOREIRA, J. O. A religiosidade do morador de rua e o sentido de vida: o caso Marcelo. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 20, p. 225-249, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6633#:~:text=O%20presente%20artigo%20versa%20sobre,e%20o%20sentido%20de%20vida.&text=A%20partir%20do%20relato%20de,presente%20na%20vida%20nas%20ruas>. Acesso em: 16 dez. 2020.

GUZZO, R. A (des)igualdade social e a Psicologia: uma perspectiva para o debate sobre a pobreza. *In*: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. U. (org.) **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.149-163.

HINO, P; SANTOS, J. O.; ROSA, A. S. Pessoas que vivenciam situação de rua sob o olhar da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**., Brasília, DF , v. 71, supl. 1, p. 684-692, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/NsHh6w97c84Sy8h9Ssybxdk/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Constatou%2Dse%20um%20aumento%20na,acesso%20aos%20servi%C3%A7os%20de%20sa%C3%BAde>. Acesso em: 12 jun. 2020.

HOLANDA, J.G. de. Se virando no sistema da rua: moradores de rua, conceitos e práticas. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 28-44, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/LnCw9kN8Rj8CSJJFGMjNVmv/?lang=pt#:~:text=A%20par%20tir%20das%20categorias%20nativas,como%20base%20etnogr%C3%A1fica%20situa%C3%A7%C3%B5es%20experienciadas>. Acesso em: 28 mar. 2020.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HOOKS, B. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019.

HUR, D. U. Psicologia comunitária e política: entre a autonomia e o estado. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del-rei v. 8, n. 1, p. 47-62, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos municípios, 2018**. Contas Nacionais, n. 78. IBGE: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101776_informativo.pdf. Acesso em: 22 mai. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores **sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. *In: Estudos e pesquisas*: informação demográfica e socioeconômica, n. 40. IBGE: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da violência 2019**. Brasília, DF: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 10 fev. 2021.

JABUR, P. de A. C. *et al.* Migração e situações de rua: o uso do álcool nas ruas de Brasília/Migration and street situations: the use of alcohol in the streets of Brasilia. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 22, n. 1SE, 2014. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1043>. Acesso em: 20 jun. 2020.

JESUS, M. F. D.; MENEZES, I. A experiência de sem-abrigo como promotora de empoderamento psicológico. **Análise Psicológica**, Lisboa, v.28, n.3, p. 527-535, 2010. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/publicacoes/index.php/ap/article/view/369>. Acesso em: 20 fev. 2018.

KEHL, M. R. Subjetividade, política e direitos Humanos. *In: SILVA, M. V. O. Psicologia e direitos humanos*: subjetividade e exclusão. São Paulo: Casa do Psicólogo; Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2004.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação** - Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUNZ, G. S. **Os Modos de vida da população em situação de rua**: narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES. 2012. 133f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6734>. Acesso em: 10 jun. 2019.

KUNZ, G. S.; HECKERT, A. L; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. **Fractal**: Revista de Psicologia, Niterói, v.26, n.3, p. 919-942, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/k3SQD6TLfjtDVhWrMgmyWcg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2017.

LACERDA JR.; F GUZZO, R. S. L. Sobre o sentido e a necessidade do resgate crítico da obra de Martin-Baró. *In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (org.). Psicologia social para a América Latina*: o resgate da Psicologia da Libertação. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2011. P.15-37.

LANCETTI. A. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. São Paulo: Hucitec, 2015.

LANFRANCHI, C. T. N.; FERREIRINHO, V. C. Socialização e poder no campo das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 62-81, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/30830/17713>. Acesso em: 10 fev. 2020.

LAZARUS, R. S.; FOLKMAN, S. **Stress, appraisal and coping**. New York: Springer Publishin, 1984.

LEITE, K. L. C. L. **Aparthaid**s: uma análise sociológica da manipulação e ocultação do estigma da aids. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1277>. Acesso em 07 jun. 2021.

LELLI, S. Factor analysis vs. Fuzzy sets theory: assessing the influence of different techniques on Sen's functioning approach. **Discussion Paper Series, Center for Economics Studies**, 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/7087826.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2019.

LEMÕES, T. Hierarquia, contestação e igualdade: a produção da militância política para a população de rua no Brasil. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 123-141, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/cGC8zVhmymh6SDbjhpdRsRj/?lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2020.

LEVER, J.P.; MARTÍNEZ, Y.I.C. Pobreza y apoyo social: un estudio comparativo en tres niveles socioeconómicos. **Revista Interamericana de Psicología/ Interamerican Journal of Psychology**, San Luis, Argentina, v.41, n.2, p.177-188, ago. 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000200008. Acesso em: 28 nov. 2020.

LEWIS, O. The culture of poverty. **Scientifican American**, v.2015, n. 4, p. 19-25, 1966. Disponível em: [https://www.ssc.wisc.edu/~gwallace/Papers/Lewis%20\(1966\).pdf](https://www.ssc.wisc.edu/~gwallace/Papers/Lewis%20(1966).pdf). Acesso em: 10 mar. 2019.

LIMA, M; STOTZ, E; VALLA, V. Pobreza e violência: desafio para os profissionais de saúde. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 273-284, jul./set. 2008. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/resource/357208>. Acesso em: 20 abr. 2017.

LIMA, N. P. de M. **Movimento nacional da população em situação de rua do RN**: formação política. 2018. 152f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. Rio Grande do Norte, 2018.

LIMA, S. G. A. **Vidas do meio fio**: os moradores de rua de Fortaleza no contexto da formulação de uma política pública. 2008. 111f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25092>. Acesso em: 27 out. 2020.

LINK, B. G.; PHELAN, J. C. Conceptualizing Stigma. *Annual Review of Sociology*, v.27, p.363-385, 2001. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.27.1.363>. Acesso em: 29 mai. 2019.

LUSSI, I. A. O; RICCI, T. A.; PEREIRA, L. M. Fomento à iniciativas de economia solidária com usuários de álcool e outras drogas em situação de rua: relato de experiência. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, DF, v. 11, n. 3, p. 259-272, 2018. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2425>. Acesso em: 18 mar. 2021.

MARSICANO, A. C.; LEVINSON, E. Mulheres e as ruas: debate sobre gênero atravessado pela classe. In: RODRIGUES, I.; FERNANDES, D. C. **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – Grandes Cidades**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MARTÍN-BARÓ, I. **Psicología de la liberación**. Madrid: Editora Trotta, 1998.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (org.). **Psicologia social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2011a. p. 181-197.

MARTÍN-BARÓ, I. Desafios e perspectivas da psicologia latino-americana. In: GUZZO, R. S. L.; LACERDA JR., F. (org.). **Psicologia social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação**. 2. ed. Campinas: Editora Alínea, 2011b. p.199-219

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/r6rMZrKqN9VR8jxhKGVSDDq/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2017.

MEAD, G. H. **Mente, self e sociedade**. Aparecida: Ideias e Letras, 2010.

MEDEIROS, F. C.; ALMEIDA, H. T.; OLIVEIRA, I. M. F. F. Para além da sopa e do cobertor: trabalho, assistência social e os direitos da população em situação de rua. In: NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais**. Natal: EDUFRN, 2019.

MEDEIROS, R. P. (2019). Entre as andanças e as travessias nas ruas da cidade: territórios e uso de drogas pelos moradores de rua. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v.19, n.1, p. 142-158, jan./abr. 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/z5BXkbgxqxDWxpxQhSbzBbh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MELO, T. “Da rua pra rua”: novas configurações políticas a partir do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). *In*: RIO, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAM, G. (org.). **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: Edufscar, 2016

MENDES, K. T.; RONZANI, T. M.; PAIVA, F. S. **Se essa rua falasse**: Uma análise sobre estigma, pobreza e uso de drogas nas trajetórias de sujeitos em situação de rua. Juiz de Fora: Editora UFRJ, 2019

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTERO, M. **Hacer para transformar**: el método em la psicología comunitária. Buenos Aires: Paidós, 2006.

MOQUILLAZA-RISCO, M. *et al.* Características sociodemográficas y de salud de los adultos mayores en situación de calle en Lima, Perú. **Revista Peruana de Medicina Experimental y Salud Pública**, Lima, Peru, v.32, n.4, p.693-700, out. 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1726-46342015000400010. Acesso em: 05 jun. 2019.

MORAES, M. C. **Ecologia dos saberes**: complexidade, transdisciplinaridade e educação: novos fundamentos para iluminar novas práticas educacionais. São Paulo: Antakarana/WHH – Willis Harman House, 2008.

MOREIRA, M. G. R; FROTA, F. H. S. Elemento suspeito: considerações psicossociais e jurídicas das abordagens policiais. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, Fortaleza, v. 4, n. 11, p. 102-128, 2014. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=politicaspUBLICASemdebate&page=article&op=view&path%5B%5D=1238>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOURA JR., J. F. *et al.* Concepções de pobreza: um convite à discussão psicossocial. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.22, n.2, p. 341-352, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200007. Acesso em: 20 abr. 2019.

MOURA JR., J. F. U.; SARRIERA, J. C.; Práticas de resistência à estigmatização da pobreza: caminhos possíveis. *In*: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. U. (org.) **Implicações psicossociais da pobreza**: diversidades e resistências. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p.263-287.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza. **Revista**

de **Psicología**, Santiago, Chile, v.22, n.2, p. 18-28, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/18403>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MOURA JR., J. G; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. A constituição opressora da pobreza no Brasil e suas consequências no psiquismo. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 16, n.2, p. 85-93, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/18392>. Acesso em: 18 abr. 2017.

MOURA Jr., J.F. (2015). **Pobreza multidimensional e bem-estar pessoal: um estudo acerca da vergonha e da humilhação**. 2015. 210f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140913>. Acesso em: 17 ago. 2018.

MUÑETÓN-SANTA, G.; GUTIÉRREZ-LOAIZA, A. Pobreza y enfoque de capacidades: un caso de estudio en el programa de superación de la pobreza extrema en Medellín, Colombia. **Entramado**, Santiago de Cali, Colômbia, v. 13, n. 2, p. 60-70, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-38032017000200060. Acesso em: 28 fev. 2019.

NASCIMENTO. V. de S. **“Eu não quero ser pequeno nem grande, quero ser igual”**: Significações sobre o futuro construídas por pessoas em situação de rua. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19966/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Ristrum%2C+Marilena>. Acesso em: 10 mar. 2019.

NEPOMUCENO, B. B. **Implicações psicossociais da pobreza e suas influências na saúde mental e no apoio social de mulheres em contexto rural**. 2019. 210f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/49253>. Acesso em: 26 abr. 2021.

NEPOMUCENO, B. B.; SILVA, L. B da.; XIMENES, V. M.; Estratégias de enfrentamento à pobreza: uma análise a partir de estudos realizados com pessoas em sofrimento psíquico e prostitutas. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. U. (org.) **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 337-365.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis Revista da ABEPSS**, Brasília, DF, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

NEVES, D. P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. **Antropolítica: revista Contemporanea de Antropologia**, Niterói, n. 29, p. 99-130, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41742>. Acesso em: 10 ago. 2020.

NEVES-SILVA, P.; MARTINS, G. I.; HELLER, L. “A gente tem acesso de favores, né?": a percepção de pessoas em situação de rua sobre os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.34, n.3, e00024017, 2018. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ftLhKBVWqMHwrCrkN6qg7gH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 fev. 2020.

NICOLESCU, B. Um novo tipo de conhecimento: transdisciplinaridade. *In*: NICOLESCU, B. **Educação e Transdisciplinaridade**. Brasília, DF: UNESCO, 2000. p.9-25

NOBRE, M. T e al. Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v.30, e175636, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RSnSSnQQXkykjvXj8KCJtsD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 fev. 2020.

NONATO, D. N; RAIOL, R. W. G. Pessoas em situação de rua e violência: entrelaçados em nome da suposta garantia de segurança pública. **Direito em debate**, Ijuí, v.27, n. 49, p. 90-116, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/view/7505>. Acesso em: 20 jul. 2020.

NUNES. L. F.; ESMERALDO FILHO, C. E. A vivência do sofrimento ético-político por parte das pessoas em situação de rua. **Revista Científico**, v.20, n.41, p. 19-38, 2020.

NUSSBAUM, M. C. **Creating capabilities: the human development approach**. Cambridge; London: The Belknap, 2011.

NUSSBAUM, M.C. **Women and human development: the capabilities approach**. Cambridge: Cambridge University, 2000.

OLIVEIRA, L. Os excluídos existem?: notas sobre a elaboração de um novo conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 49-61, fev. 1997. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/33/rbcs33_04.pdf. Acesso em: 08 set. 2018.

OLIVEIRA, R. de. Educação, pobreza e emprego: uma análise a partir das categorias escolaridade, gênero e cor. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 687-719, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2013v31n2p687>. Acesso em: 16 set. 2020.

OLIVEIRA, R. L. M. de. **Vida nas ruas: um estudo sobre as relações familiares da população em situação de rua e as políticas públicas**. 2016. 102f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=88771>. Acesso em: 05 abr. 2020.

OXFAM BRASIL. **País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Oxfam, 2018. Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf: Acesso em: 30 mai. 2019.

OXFAM. **Bem público ou riqueza provada**. São Paulo: Oxfam, 2019. Disponível em: http://fesete.pt/portal/docs/pdf/2019_Bem_Publico_ou_Riqueza_Privada_pt-BR.pdf. Acesso em: 30 mai. 2019.

PACHECO, L. E. A.. "**Mas esta não é a minha cidade**": narrativas e sensibilidades no ensino de história de Fortaleza. 2020. 82F. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31801>. Acesso em: 19 fev. 2021.

PANADERO-HERRERO, S.; MUÑOZ-LÓPEZ, M. Salud, calidad de vida y consumo de sustancias en función del tiempo en situación sin hogar. **Anales de psicología**, Murcia, v.30, n.1, p.70-77, jan. 2014. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0212-97282014000100007. Acesso em: 10 set. 2018.

PARDO ABRIL, N. **¿Que nos dicen? ¿Que vemos? ¿Que és... pobreza?** Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2008.

PARKER, R; AGGLETON, P. **Estigma, Discriminação e Aids**. Rio de Janeiro: Lidador, 2001

PATRÍCIO, A. C. F. A *et al.* Transtornos mentais comuns e resiliência de pessoas em situação de rua. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v.72, n.6, p. 1526-1533, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/NVfx8zSPLdMbHf5k9bDWnjS/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2020.

PATRICIO, S.T.; AJURIA, A. F; CASTRO, L. C. Características de los ingresos hospitalarios de las personas sin hogar en Sevilla. **Rev. Esp. Salud Publica**, Madrid, v. 90, e40003, 2016. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1135-57272016000100403. Acesso em: 02 abr. 2019.

PAZ, A. F. C. **Liberdade ou sofrimento urbano?**: um estudo da estima de lugar de pessoas em situação de rua. 2016. 195f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará. Ceará, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22146>. Acesso em: 03 jun. 2017.

PEDEMONTE, N. R. El reconocimiento en el otro: autoafirmación y acción comunicativa en personas en extrema exclusión. **Polis (Santiago)**, Santiago, Chile, v.7, n.20, p. 105-132, 2008. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682008000100007. Acesso em: 03 abr. 2017.

PEREIRA, C.; RAQUEL, A.; TORRES, R. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das representações sociais: Análise da Influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.16, n.1. p. 95-107, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/B8xn3m8C4y3SfMqSTkw3RPc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PESSOA, M. D. C. **Pessoal do Ceará**: a mobilização das pessoas e do movimento nacional da população em situação de rua em Fortaleza. 2021. 127f. Dissertação (Mestrado em antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia Social UFC/UNILAB, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2061>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PIMENTA, M. de M. Pessoas em situação de rua em Porto Alegre: processos de estigmatização e invisibilidade social. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 82-103, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/ZJ8DJ6tQTmZNCwBkBcrDRJH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2020.

PINTO, R. M. P. A população em situação de rua e o acesso às políticas sociais: limites, possibilidades e desafios. **THEMIS: Revista da Esmec**, Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 225-252, 2019. Disponível em: <http://revistathemis.tjce.jus.br/index.php/THEMIS/article/view/670>. Acesso em: 16 out. 2020.

PIZZATO, R. M. S. A trajetória do protagonismo dos grupos e dos movimentos da população em situação de rua. In: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (org). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2012. p.69-86.

PMF. PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Revista Fortaleza 2040**. v.2, n.1, 2015 PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2019: Além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI** New York: PNUD/ONU, 2013. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: 13 mai. 2020.

PRATES, J.; PRATES, F.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Rio de Janeiro, v.11, n.22, p.191-216, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/1387>. Acesso em: 16 abr. 2018.

QIZILBASH, M., & CLARK, A. The capability approach and fuzzy poverty measures: an application to the South African context. **Social Indicators Research**, n.74, p. 103–139, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/27522239>. Acesso em: 28 abr. 2019.

REA, L. M.; PARKER, R. A.; **Metodologia da pesquisa: do planejamento à execução**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

RESENDE, V. de M. Representação discursiva de pessoas em situação de rua no “Caderno Brasília”: naturalização e expurgo do outro. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 12, n. 2, p.439-465, ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/TtkPWLJ7TPd9dNwFztSTRyy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2019.

RESENDE, V. de M. Violência simbólica representação discursiva da extrema pobreza no Brasil - relações entre situação de rua e vizinhança. **Discurso & Sociedad**, Barcelona, n. 9, n.1-2, p. 106-128, 2015. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v09n01-2/DS9\(1-2\)Resende.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v09n01-2/DS9(1-2)Resende.pdf). Acesso em: 02 abr. 2018.

RESENDE, V. M. A controversy in Folha de S. Paulo: critical discourse reflections on the representation of homelessness and the coloniality of being. **Discurso & Sociedad**, Barcelona p.31, n.6, p. 584-606, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39543>. Acesso em: 02 mai. 2021

ROCA, P. *et al.* “Puerta giratoria” a la situación sin hogar: influencia de la salud, consumo de alcohol y padecimiento de sucesos vitales estresantes en el número de episodios en la situación sin hogar. **Anales de Psicología**, Murcia. v.35, n.2, p. 175-180, maio. 2019. Disponível em: https://scielo.isciii.es/scielo.php?pid=S0212-97282019000200001&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 20 abr. 2020.

RODRIGUES, I. de S. **A construção social do morador de rua: o controle simbólico da identidade**. 2015. 129f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2199>. Acesso em: 19 ago. 2019.

RODRIGUES, J. S.; LIMA, A. F. de; HOLANDA, R. B. Identidade, drogas e saúde mental: narrativas de pessoas em situação de rua. **Psicologia: ciência e profissão**, Brasília, DF, v. 38, n. 3, p. 424-436, set. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/fTxn4mz78xzZFZsmsYwPRsF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2019.

RODRÍGUEZ, L. B. Prácticas cotidianas de personas adultas jóvenes que viven en la plaza Zarco (Ciudad de México). **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, Colômbia, v.8, n.1, p.411-437, 2010. Acesso em: 30 nov. 2019.

ROJAS, M. A. B. Pobreza extrema de mujeres indígenas en México: estudio de caso para la Zona Maya de Quintana Roo. **Ciencia e Interculturalidad**, Cidade do México, v. 22, n. 1, p. 89-105, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/8T6c9LN8dqCzSJRFyypZDbT/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2019.

ROSA, A. D. S.; BRÊTAS, A. C. P. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.19, n.53, 275-285, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/8T6c9LN8dqCzSJRFyypZDbT/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2019.

ROSA, M. V. F. P. C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. São Paulo: Autêntica Editora, 2017.

ROSSI, C. C. S.; TUCCI, A. M. Acesso ao tratamento para dependentes de *crack* em situação de rua. **Psicologia e sociedade**, Belo Horizonte, v.32, e170161, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4fHRYdcTqyGSFFwnXcYwyDj/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2020.

SALATA, A. R.; RIBEIRO, M. G. **Boletim Desigualdade nas Metr6poles**, Porto Alegre/RS, n.01, 2020. Dispon3vel em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

SANCHOTENE, I. P.; ANTONI, C.; MUNH6S, A. A. R. Maria, Maria: concepç6es sobre ser mulher em situaç6o de rua. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.18, n.1, p. 146-160, 2019. Dispon3vel em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29297>. Acesso em: 12 set. 2020.

SANTANA, V. S.; CASTELAR, M. Populaç6o em situaç6o de rua e a luta pela cidadania. **Revista Baiana de Sa3de P3blica**, Salvador, v.38, n.2, p. 357-389, abr./jun,2014. Dispon3vel em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/678>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SANTOS, B. de S. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. S6o Paulo: Cortez, 2013b.

SANTOS, G. P. **O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situaç6o de rua: um estudo discursivo cr3tico**. 2013. 191f. Dissertaç6o (Mestrado em Lingu3stica) - Universidade de Bras3lia. Bras3lia, DF, 2013a. Dispon3vel em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14523>. Acesso em 30 mai. 2017.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana**. 3. ed. S6o Paulo: Editora da Universidade de S6o Paulo, 2009.

SANTOS, T. M. A Abordagem das Capabilities de Sen e de Nussbaum: um estudo comparativo. **Revista de Teorias da Justiça, da Decis6o e da Argumentaç6o Jur3dica**, Florian6polis, v. 4, n. 1, p. 22-43, jul/set. 2018. Dispon3vel em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/fTxn4mz78xzZfZsmsYwPRsF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2019.

SARTI, C. A. **A fam3lia como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 1994. 215f. Tese (Doutorado em antropologia) - Universidade de S6o Paulo. S6o Paulo: 1994.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflex6o sobre liberdade e transformaç6o social. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n.3, p. 364-372, dez. 2009. Dispon3vel em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbgtp/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2017.

SAWAIA, B. B. Transformaç6o social: um objeto pertinente 6 psicologia social? **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 4-17, 2014. Dispon3vel em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Wx4KxGgWwRk57tqYxQS4Zhx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2019.

SAWAIA, B. B. O of3cio da psicologia social 6 luz da ideia reguladora de sujeito: da efic6cia da aç6o 6 est3tica da exist3ncia. In: ZANELLA *et al.* **Psicologia e pr6ticas Sociais**. Ed. Online. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Psicologia Social, 2008. p.67-79.

SAWAIA, B. B. O sofrimento 3tico-pol3tico como estrat3gia de an6lise da dial3tica exclus6o/inclus6o. In. SAWAIA, B. B. (org). **As artimanhas da exclus6o social**. An6lise psicossocial e 3tica da desigualdade social. 7. Ed. Petr6polis: vozes, 2007. p.97-118.

SCHENCK, R. Homeless in observatory, Cape Town through the lens of Max-Neef's fundamental human needs taxonomy. **Social Work**, Stellenbosch, v.53, n.2, p.266-287, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-80542017000200007. Acesso em: 12 dez. 2019.

SCHMIDT, K.; ROBAINA, I. M. M. Beyond removal: critically engaging in research on geographies of homelessness in the city of Rio de Janeiro. **Journal of Latin American Geography**, Baltimore, v. 16, n. 1, p. 93-116, abril. 2017. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/653102>. Acesso em: 30 abr. 2019.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A “Situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. (org). **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: FASC- Fundação de Assistência Social e Cidadania da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 2012.p.11-25.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SEN, A. K. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHARPE, T. L. Understanding the sociocultural context of coping for African American family members of homicide victims: a conceptual model. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 16, n. 1, p. 48-59, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1524838013515760>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 38, n. 4, p. 662-679, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zZmF6jcYxpRqGS4b5QMX9sQ/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SILVA JÚNIOR, L. H. da; SAMPAIO, Y. Notas sobre pobreza e educação no Brasil. **Problemas del desarrollo**, Cidade do México, v. 41, n. 163, p. 75-97, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362010000400005. Acesso em: 30 nov. 2020.

SILVA, A. M. S. **Análises das implicações psicossociais dos processos de migração rural-urbano de jovens universitários**. 2020. 239f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/50826>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SILVA, L. B. da. *et al.* Apoio social como modo de enfrentamento à pobreza. In: XIMENES, V. M.; NEPOMUCENO, B. B.; CIDADE, E. C.; MOURA JR., J. F. U. (org.) **Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 289-310.

SILVA, L. M. *et al.* Reconstrucción de experiencias y percepciones propias de jóvenes habitantes de calle. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v.16, n.2, p. 809-823, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v16n2/2027-7679-rlcs-16-02-00809.pdf>. Acesso em: 30 set. 2019.

SILVA, M. L. B. e al. Atribuições de causalidade à violência para pessoas em situação de rua e fatores associados. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 17-39, 2020. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/eip/article/view/17>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SILVA, T. T.; A rua como espaço de interação social: um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos. **Antropolítica: revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n.29, p. 131-149, 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41753>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SILVA, W. V. N.; HÜNING, S. M. Biopolítica nas ruas: a produção de modos de vida seguros. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 39-57, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/43419>. Acesso em: 20 set. 2018.

SIQUEIRA, L. **Pobreza e serviço social: diferentes concepções e compromissos políticos**. 2011. 374f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/15877>. Acesso em: 20 out. 2019.

SIQUEIRA, M.M.M. Construção e validação da Escala de Percepção de Suporte Social. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 381-388, abr./jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/ws8mnBytsC6GFQ7pdMMQbgL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2019.

SKOSIREVA, A.; O'CAMPO, P.; ZERGER, S.; CHAMBERS, C.; GAPKA, S.; STERGIOPOULOS, V. Different faces of discrimination: perceived discrimination among homeless adults with mental illness in healthcare settings. **BMC Health Services Research**, v.14, n.1, 2014. Disponível em: <https://bmchealthservres.biomedcentral.com/articles/10.1186/1472-6963-14-376>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SOUSA, A. P.; MACEDO, J. P. População em situação de rua: expressão (im) pertinente da “questão social”. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 35, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistatp/article/view/23295>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SOUZA, A. G. L. **Eu sou de rua, mas também sou gente**”: intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB. 2012. 245f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11303>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SOUZA, J. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SOUZA, T. P.; GOMES, C. L. T. Territórios em conflito e o medo das ruas: crack, uma substância midiática. *In*: NOBRE, M. T.; AMORIM, A. K. A.; MEDEIROS, F. C.; MATOS, A. C. V. **Vozes, imagens e resistências nas ruas: a vida pode mais**. Natal: EDUFRN, 2019.

SOUZA, W. A. **A Assistência Social e o trabalho com pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão**. 2015. 162f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/131844>. Acesso em: 20 set. 2020.

TIENGO, V. M. O fenômeno população em situação de rua enquanto fruto do capitalismo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 138-150, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/29403>. Acesso em: 30 abr. 2019.

TIENGO, V. M. **Rualização e informalidade: fruto do capitalismo**. Curitiba: Appris, 2020.

TILIO, R.; OLIVEIRA, J. Cuidados e atenção em saúde da população em situação de rua. **Psicologia em estudo**, Maringá, v.21, n.1, p.101-113, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/27142>. Acesso em: 27 mar. 2019.

VALE, A. R.; VECCHIA, M. D. (2019). “UPA é nós aqui mesmo”: as redes de apoio social no cuidado à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.28, n.1, p. 222-234, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/QsmP76RhC9zQ9fPcWytD9Ln/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar. 2021.

VALLA, V. V. Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.15, S7–S14, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/mrWX8vNyWXWGwJ93WcpS7jc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2020.

VÉRAS, M. P. B. Dimensões sociais das desigualdades urbanas: moradias da pobreza, segregação e alteridade em São Paulo. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 175-210, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/185>. Acesso em: 04 abr. 2020.

VERNAGLIA, T. V. C.; VIEIRA, R. A. D. M. S.; CRUZ, M. S. Usuários de crack em situação de rua: características de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.20, n.6, p.1851-1859, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/6kt56NmRyQZ93kV9nFxDSKH/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2019.

VILLAPLANA, A. C. El análisis filosófico de las nociones de pobreza y desigualdad económica. **Rev. Filosofía Univ. Costa Rica**, San José, Costa Rica, v. XLVIII, n.123-124, p.77-84, jan-ago. 2010. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/filosofia/article/view/7321>. Acesso em: 21 mar. 2019.

WAINER, R. A pesquisa quantitativa em psicologia: os delineamentos possíveis e a questão da amostragem. In: SCARPARO, H. (org.). **Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

WILLIAMS, D. R. *et al.* Racial differences in physical and mental health: Socio-economic status, stress and discrimination. **Journal of health psychology**, v. 2, n. 3, p. 335-351, jul. 1997. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22013026/>. Acesso em: 30 out. 2020.

XIMENES, V. M. *et al.* Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de psicologia**, Natal, v. 21, n. 2, p. 146-156, abr./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/L9nhDkCQxgmqkQhJXVFDLvr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2019.

XIMENES, V. M. *et al.* Sentimento de comunidade e pobreza rural no Nordeste, Norte e Sul do Brasil. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 1-13, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692019000100004. Acesso em: 29 set. 2020.

XIMENES *et al.* Propriedades Psicométricas da Versão Reduzida da Escala de Percepção de Suporte Social. **Psico USF**, Campinas, v.25, n.2, p. 371-383, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/controlcancer/resource/pt/biblio-1135714?src=similardocs>. Acesso em: 02 out. 2020.

YANNOULAS, S.C.; ASSIS, S.G.; FERREIRA, K. M. Educação e pobreza: limiares de um campo em (re) definição. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p.329-351, ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/RHbjpsvktbyd8sPCrVGj7KM/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2019.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

ZAVALETA, R.D. The ability to go about without shame: a proposal for internationally comparable indicators of shame and humiliation. **Oxford Development Studies**, Oxford, v. 35, n. 4, p. 405-430, 2007. Disponível em: <https://ophi.org.uk/wp-03/>. Acesso em: 08 mar. 2019.

APÊNDICE A –PRIMEIRAS DUAS PÁGINAS DO QUESTIONÁRIO**PESQUISA SOBRE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA
QUESTIONÁRIO**

Entrevistador (a): _____ Nº do Questionário:

Data: ___/___/___

REALIZAÇÃO:



APOIO:



DADOS GERAIS

1. Qual a sua idade? _____

2. Sexo:

Masculino	Feminino	Outros
1	2	3

3. Em que cidade (estado) você nasceu? _____

4. Qual a sua Raça ou cor?

Branca	1
Preta	2
Parda	3
Indígena	4
Amarela	5

5. Qual é a sua Religião?

Católica	1
Evangélica	2
Espírita	3
Religião afro-brasileira: umbanda, candomblé etc.	4
Sem religião	5
Tenho fé	6

6. Você frequenta reuniões de sua Igreja/Paróquia/Templo/Terreiro?

Não	Sim
1	2

7. Qual seu estado civil?

Solteiro(a)	1
Casado(a) / vive com um(a) companheiro(a).	2
Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).	3
Viúvo(a)	4

8. Você tem quantos filhos? _____

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA - QUESTIONÁRIO

Você está convidado(a) a participar da pesquisa intitulada *Pessoas em Situação de Rua de Fortaleza: a expressão de pobreza e modos de enfrentamento* que será realizada e, Fortaleza-CE. Tal pesquisa tem por objetivo analisar como a pobreza se expressa junto a pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE

No caso específico de sua participação, o pesquisador preencherá um questionário junto com você, de forma que serão feitas algumas perguntas que poderá responder de forma livre. Não há respostas certas ou erradas e não haverá identificação do seu nome no questionário. Depois de respondido, o questionário se juntará a outros, para que possam ser analisados. Não haverá retorno financeiro pela sua participação e oferecemos como benefício os resultados dessa pesquisa.

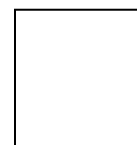
Com essas informações, gostaria de saber a sua aceitação em participar da pesquisa. É necessário esclarecer que: 1. A sua aceitação/autorização deverá ser de livre e espontânea vontade; 2. A identificação de todos os envolvidos será mantida em segredo; 3. Que você poderá desistir de participar a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para você; 4. Será permitido o acesso às informações sobre procedimentos relacionados à pesquisa; 5. Não haverá riscos ou desconfortos causados pela pesquisa; e 6. Somente após devidamente esclarecido (a) e ter entendido o que foi explicado, deverá assinar este documento que será emitido em duas vias.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à dignidade dos participantes. Para maiores informações sobre essas questões, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, na rua Coronel Nunes de Melo, nº 1000, telefone: 33668344. Em caso de dúvida sobre a pesquisa e seus procedimentos, poderá comunicar-se com o pesquisador principal, o aluno de doutorado do Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, Carlos Eduardo Esmeraldo Filho, endereço na Av. Universidade, 2762, Benfica, Fortaleza/CE, CEP: 60020-180, fone: (85) 33667729 ou (85) 32341058.

_____, ____ de ____ de ____.

Assinatura do participante da pesquisa

OU



Digital do participante da pesquisa

Assinatura do (a) pesquisador (a)

Ms. Carlos Eduardo Esmeraldo Filho
Assinatura do Pesquisador Principal

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA- ENTREVISTA INDIVIDUAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

PESQUISA: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE FORTALEZA: A EXPRESSÃO DE POBREZA E MODOS DE ENFRENTAMENTO

Responsável: Carlos Eduardo Esmeraldo Filho e Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes

Prezado (a) colaborador (a), Você está sendo convidado (a) como participante a contribuir com a pesquisa intitulada “Pessoas em situação de rua de Fortaleza: a expressão de pobreza e modos de enfrentamento”.

1. OBJETIVOS DA PESQUISA: A pesquisa será subdividida em dois estudos, sendo que o estudo 1 tem como objetivo geral: Analisar como a pobreza se expressa junto a pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE e como objetivos específicos: Construir um Índice de mensuração da pobreza multidimensional específico para pessoas em situação de rua; Mensurar a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua; e Compreender as implicações da pobreza multidimensional junto às pessoas em situação de rua. Já o estudo 2 terá como objetivo geral compreender os modos de enfrentamento à pobreza concretizados pelas pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE, e como objetivos específicos: Descrever a realidade de opressão vivenciada pelas pessoas em situação de rua; Identificar ações das pessoas em situação de rua que se caracterizam como libertação; e Analisar os vínculos construídos por pessoas em situação de rua que contribuem para o enfrentamento à pobreza

2. PARTICIPANTES DA PESQUISA: A pesquisa será realizada junto a pessoas em situação de rua no município de Fortaleza -CE moradores do centro de Fortaleza-CE e pessoas que já tiveram vivência de situação de rua por pelo menos 6 meses

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios referem-se ao fato de que a melhor compreensão dos processos de enfrentamento consolidados pelas pessoas em situação de rua permita oferecer subsídios para o desenvolvimento de uma política pública que promova reconhecimento dessas pessoas enquanto cidadãos dignos de respeito e de direitos, bem como contribua para o amadurecimento dos movimentos sociais construídos por essas pessoas.

4. RISCOS E DESCONFORTOS: Os riscos para os participantes da pesquisa correspondem ao aspecto emocional, tais como constrangimento e/ou vergonha em ter que relatar as possíveis violências sofridas em suas histórias de vida ou receio de falar sobre o agressor. Algumas precauções serão tomadas para minimizar esses riscos, como a construção de vínculos com os participantes antes da realização das entrevistas e grupos focais e a realização da entrevista em locais que permitam o sigilo e privacidade. Além disso, em caso de algum desconforto ou constrangimento você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento.

5. GRAVAÇÃO E SIGILO DAS INFORMAÇÕES: Pedimos, desde já, a permissão para realização de gravação em áudio das entrevistas e grupo focal, para que não seja perdida nenhuma informação. Nessa gravação não serão colocadas seu nome e sim um número. Dessa forma, sua identidade será mantida em sigilo e os dados a serem utilizados serão anônimos, ou seja, não será possível identificar os participantes. Ao final da pesquisa, a gravação será destruída.

6. PARTICIPAÇÃO LIVRE E INVOLUNTÁRIA: Você é livre para escolher participar da pesquisa e sua decisão será respeitada sem qualquer prejuízo assim como pode decidir desistir a qualquer momento e pedir informações sobre esse estudo e seus resultados. Sua participação é voluntária, sendo assim isenta de pagamento.

7. DIVULGAÇÃO E RESULTADO: Esse estudo vai produzir informações para construção de uma tese de doutorado para obtenção do título de doutor em psicologia e será apresentado para uma banca de professores e

para o público interessado. Essa pesquisa pode também gerar trabalhos científicos que, por ventura, serão apresentados em congressos e ou publicados em revistas científicas. Não citaremos nomes ou quaisquer fontes que possam identificá-los.

8. ESCLARECIMENTO SOBRE A PESQUISA: A aplicação da Entrevista demorará em torno de 20 a 40 minutos. As entrevistas terão tempo médio de duração entre 40 a 70 minutos. Você terá esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer ponto que desejar, sendo livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Você receberá também uma via deste termo.

Caso tenha alguma consideração ou dúvida sobre sua participação na pesquisa, entre em contato com o comitê de ética e pesquisa da UFC/PROPESQ - Rua coronel Nunes Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, Fone: 3366-8344 (Horário de funcionamento: 08:00 - 12:00 de segunda a sexta-feira). O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Você também poderá entrar em contato com os responsáveis da pesquisa através dos contatos:

Pesquisador principal: Carlos Eduardo Esmeraldo Filho

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Av. da universidade, 2762 - Benfica, Fortaleza-CE

Telefones para contato: (85) 3366 7729 E-mail: cefilho@gmail.com

Pesquisadora Orientadora: Profa. Dra. Verônica Morais Ximenes

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Av. da universidade, 2762 - Benfica, Fortaleza-CE

Telefones para contato: (85) 3366 7729

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Nome do Participante: _____

RG Participante: _____

Local e Data: _____

Assinatura do Participante: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável: _____

Assinatura do Pesquisador Orientador: _____

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENREVISTA

NOME: _____

Entrevistador: _____

Data da entrevista: _____

Local: _____

Idade: _____

Gênero: _____

Estado civil: _____

Escolaridade: _____

Renda: _____

Quanto tempo mora/morou na rua: _____

Saiu da situação de rua há quanto tempo: _____

Onde mora/dorme atualmente: _____

PERGUNTAS	
Questões iniciais sobre a vida anterior à situação de rua	15'
<ul style="list-style-type: none"> • Como era sua vida antes de chegar na situação de rua? Quais os motivos que te fez ir para a rua? (explorar autculpabilização) • E antes de chegar na situação de rua, como era a sua vida e da sua família? Como era a situação financeira da sua família? Como era a relação com seus familiares (pai, mãe, irmãos)? • Como foi a chegada na rua? Quais foram as principais dificuldades enfrentadas? 	
A Situação de rua e as privações vivenciadas	30'
<ul style="list-style-type: none"> • Como é sua vida na rua? Você se considera pobre? Como é essa pobreza na rua? Como está sendo nesse período da Pandemia? • No início, como foi a adaptação à situação de rua? • Que problemas já vivenciou no tempo que esteve (está) em situação de rua? (uso de drogas: antes e após rua) • Como você é tratado pelas outras pessoas? Já viveu situações de desrespeito/discriminação/humilhação? E violência? (Pedir exemplos. Ver como eles entendem o motivo da discriminação, que tipo de discriminação: raça, gênero, classe, religião; Verificar violência da polícia, guarda municipal, funcionários das políticas públicas, comerciantes) • Quais as suas maiores necessidades e dificuldades atuais? (explorar várias formas de necessidades: física, psicológica, espiritual) • Como é sua saúde? (já teve problemas de saúde?;como resolveu?) 	

Os processos de enfrentamento e libertação	40'
<ul style="list-style-type: none">• Atualmente você trabalha? Como é o trabalho? O dinheiro que você ganha é suficiente? (como gasta seu dinheiro?)• Nos momentos difíceis, como você faz para superar? Quem te ajuda? (Investigar a rede de apoio: religioso, familiar, comunitário, institucional)(como é a relação com a família?)• Como são as relações sociais que você tem nas ruas (amizade/rivalidade)? (Explorar as consequências dessa relações; facções; se sente solitário?)• O que você faz para superar as dificuldades?• Como vocês percebem as ações coletivas (em grupo) realizada pelas pessoas em situação de rua de Fortaleza? (Como avaliam o Movimento Nacional da População de Rua. Fórum do povo de rua; comitês; conselhos, pastoral?)• O que deseja para a vida daqui pra frente? E como acha que podem conseguir realizar?	

ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UFC

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE FORTALEZA: A EXPRESSÃO DE POBREZA E MODOS DE ENFRENTAMENTO

Pesquisador: Carlos Eduardo Esmeraldo Filho

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 97053218.6.0000.5054

Instituição Proponente: Departamento de Psicologia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.942.772

Apresentação do Projeto:

A pesquisa "PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE FORTALEZA: A EXPRESSÃO DE POBREZA E MODOS DE ENFRENTAMENTO" se trata de uma pesquisa de doutorado em Psicologia. Caracteriza-se por dois estudos, o primeiro pretende analisar a manifestação da pobreza junto a pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE; já o segundo objetiva compreender os modos de enfrentamento à pobreza concretizados pelas pessoas em situação de rua do município de Fortaleza CE. Será uma pesquisa com delineamento misto, quantitativa e qualitativa e será realizada no município de Fortaleza-CE, mais especificamente na região do centro da cidade, onde vivem boa parte das pessoas em situação de rua, bem como no Centro Pop, Centro de Convivência Social, Pastoral do Povo de Rua e em reuniões de comitês e fóruns organizadas pelo Movimento Nacional da População de Rua. Serão sujeitos da pesquisa moradores de rua, com amostragem intencional. Para a etapa quantitativa, os critérios de inclusão serão: morar na rua ou em albergues destinados a pessoas em situação de rua por pelo menos dois anos; possuir na data da entrevista a partir de 18 anos de idade. O cálculo amostral considerando o tamanho da população em situação de rua de Fortaleza será 315. Para a etapa qualitativa, farão parte as pessoas em situação de rua que frequentam a Casa do Povo de Rua ao longo do período da coleta, e que atendam aos mesmos critérios definidos para a etapa quantitativa. Para obtenção dos dados, os pesquisadores farão observação participante,

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE **Município:** FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.942.772

entrevistas, grupos focais e construção e mensuração de um Índice de Pobreza Multidimensional (instrumento). Para a análise dos dados, os pesquisadores utilizam a Análise Temática.

Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa será subdividida em dois estudos, sendo que o estudo 1 tem como objetivo geral: Analisar como a pobreza se expressa junto a pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE e como objetivos específicos: Construir um Índice de mensuração da pobreza multidimensional específico para pessoas em situação de rua; Mensurar a pobreza multidimensional das pessoas em situação de rua; e Compreender as implicações da pobreza multidimensional junto às pessoas em situação de rua. Já o estudo 2 terá como objetivo geral compreender os modos de enfrentamento à pobreza concretizados pelas pessoas em situação de rua de Fortaleza-CE, e como objetivos específicos: Descrever a realidade de opressão vivenciada pelas pessoas em situação de rua; Identificar ações das pessoas em situação de rua que se caracterizam como libertação; e Analisar os vínculos construídos por pessoas em situação de rua que contribuem para o enfrentamento à pobreza

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Pesquisa de baixo risco para os participantes, decorrentes de aspecto emocional, tais como constrangimento e/ou vergonha em ter que relatar as possíveis violências sofridas em suas histórias de vida ou receio de falar sobre o agressor. Algumas precauções serão tomadas para minimizar esses riscos, como a construção de vínculos com os participantes antes da realização das entrevistas e grupos focais e a realização da entrevista em locais que permitam o sigilo e privacidade. Os pesquisadores garantem livre desistência e sigilo das identidade dos participantes.

Os benefícios apontados pelos pesquisadores referem-se ao fato de que a melhor compreensão dos processos de enfrentamento consolidados pelas pessoas em situação de rua permita oferecer subsídios para o desenvolvimento de uma política pública que promova reconhecimento dessas pessoas enquanto cidadãos dignos de respeito e de direitos, bem como contribua para o amadurecimento dos movimentos sociais construídos por essas pessoas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa atende às exigências da Resolução 510/2012.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos estão em conformidade com as exigências do CONEP.

Recomendações:

Sem recomendações.

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.942.772

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1170475.pdf	16/08/2018 18:13:37		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_para_a_plataforma_brasil.doc	16/08/2018 18:10:20	Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Aceito
Outros	Cartadeapreciacao.pdf	16/08/2018 18:08:21	Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	16/08/2018 18:05:26	Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Aceito
Orçamento	DeclaracaodeOrcamento.pdf	16/08/2018 17:34:57	Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Aceito
Cronograma	DeclaracaodeCronograma.pdf	16/08/2018 17:34:47	Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CartadeConcordancia.pdf	16/08/2018 17:10:58	Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	autorizacaoinstitucional.pdf	16/08/2018 17:08:12	Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	16/08/2018 17:07:42	Carlos Eduardo Esmeraldo Filho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000

Bairro: Rodolfo Teófilo

CEP: 60.430-275

UF: CE

Município: FORTALEZA

Telefone: (85)3366-8344

E-mail: comepe@ufc.br

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 2.942.772

FORTALEZA, 05 de Outubro de 2018

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cel. Nunes de Melo, 1000
Bairro: Rodolfo Teófilo **CEP:** 60.430-275
UF: CE **Município:** FORTALEZA
Telefone: (85)3366-8344 **E-mail:** comepe@ufc.br